O ESTADO DE S. PAULO

FUNDADO EM 1875 • JULIO MESQUITA (1862—1927)  150 ANOS Quinta-feira 13 de MARÇO de 2025 • R$ 7,00 • Ano 146 • Nº 47594 | estadao.com.br

E&N **Custo de vida** __B1

Inflação de fevereiro vai a 1,31%, mais alta para o mês em 22 anos

__ Conta de luz, mensalidades escolares, ovo e café puxaram índice

A inflação de fevereiro foi de 1,31%, pior resultado para o mês desde 2003, quando a taxa atingiu 1,57%. Com os dados divulgados ontem pelo IBGE, a inflação acumulada em 12 meses subiu para 5,06%, distanciando-se ainda mais do centro da meta perseguida pelo Banco Central (de 3%) e também do seu teto (4,5%). O índice do mês passado foi puxado sobretudo pelo reajuste das contas de luz e das mensalidades escolares. Mas o preço dos alimentos, que tem causado severo estrago na popularidade do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, também voltou a subir, com destaque para o ovo e o café. Em fevereiro, o café moído subiu 10,77%. O ovo de galinha aumentou 15,39%, a maior variação mensal desde o lançamento do Plano Real.

Notas e Informações __A3
A inflação é teimosa

Celso Ming __B2
E o mês foi curto

Entrevista __B17

'Não pensamos em mexer (nos preços) agora'

MAGDA CHAMBRIARD
Presidente da Petrobras

Interferência ocorrerá se preço ficar "muito acima" em relação ao do exterior.

E&N **Consumo** __B4 e B5

Com os preços pressionando o BC, Lula lança novo modelo de consignado

Governo nega que programa de crédito para trabalhadores do setor privado vá atrapalhar trabalho imediato do Banco Central para controlar a inflação por meio da alta dos juros.

R$ 120 bilhões

É o volume potencial de crédito do novo consignado privado, segundo os bancos

DANIEL TEIXEIRA/ESTADÃO



Temporal derruba árvores, mata 1 e deixa 173 mil endereços sem luz

Tempestade em São Paulo ontem à tarde matou um homem dentro de um carro atingido por uma árvore no centro e chegou a deixar cerca de 173 mil endereços sem energia. Árvores caíram em outros pontos, como na Artur de Azevedo (acima), em Pinheiros. __A21

Gênero __A7

Lula exalta escolha de 'mulher bonita' por menor distância com o Congresso

Referência a Gleisi Hoffmann ocorreu em evento no Planalto com Hugo Motta e Alcolumbre.

Ensino superior __A17

Em 10 anos, cursos ligados ao agro crescem mais de 1.000% no Brasil

Aumento é maior em instituições particulares e graduação a distância, mas também aparece no ensino presencial.

Sob investigação __A18

Professor da USP acusado de assédio sexual e moral por 16 alunas é afastado

Alvo de ação desde setembro, docente de Química de Ribeirão Preto deve ficar 180 dias sem dar aulas.

Cinema __C1 e C3

Que tipo de papel escolher após um Oscar

Após 'Oppenheimer', Cillian Murphy esnoba popularidade e opta por filme independente sobre mulheres presas por freiras.



C2 **Paladar testou** __C8
Júri escolhe o requeijão ideal, em meio à explosão da oferta

Crime organizado __A20
MP denuncia 14 por rede de tráfico do PCC e máfia italiana

Copa Libertadores __A22
Corinthians é eliminado após vencer Barcelona-EQU por 2 a 0

José Serra __A4
Tarifas de Lula e Trump: a história no avesso

William Waack __A8
Adversários ajudam a diminuir riscos de Lula

Alvaro Gribel __B16
Trump comete erro econômico básico

Guerra na Europa __A14

Putin quer detalhes sobre trégua antes de dizer se aceita ou não cessar-fogo

Kremlin adota cautela e diz que quer pormenores de proposta dos EUA para avaliar se ela é aceitável.

ROSEANN KENNEDY
COM EDUARDO BARRETTO, IANDER PORCELLA E VERA ROSA
COLUNADOESTADAO@ESTADAO.COM
ESTADAO.COM.BR/POLITICA/COLUNA-DO-ESTADAO



Coluna do Estadão

MPT vê indícios de assédio generalizado em ministério mesmo após saída de Silvio

O Ministério Público do Trabalho (MPT) encontrou indícios de que a prática de assédio moral no Ministério dos Direitos Humanos é generalizada e não foi interrompida com a saída do ex-ministro Silvio Almeida. Ele foi demitido no ano passado, após denúncias de assédio e importunação sexual, inclusive contra a ministra da Igualdade Racial, Anielle Franco, e nega as acusações. O caso é investigado pela Polícia Federal, em um processo no Supremo Tribunal Federal. Segundo apurou a *Coluna*, um inquérito do MPT averigua os supostos casos de assédio moral na pasta. Procurado, o Ministério dos Direitos Humanos afirmou que, desde a posse da ministra Macaé Evaristo, apura todas as denúncias. A defesa de Silvio Almeida não comentou.

● **EXPECTATIVA.** No começo, integrantes do MPT suspeitavam que o assédio era pontual, concentrado no alto escalão da pasta, e envolveria servidores ligados ao então ministro Silvio Almeida. Depoimentos de vítimas e testemunhas anexados ao inquérito, entretanto, apontaram a continuidade de casos, ampliando a investigação para outros departamentos.

● **REALIDADE.** A suspeita foi reforçada pelo alto número de afastamentos por saúde mental e pela troca de funcionários no ministério. A apuração segue em curso.

● **DESDOBRAMENTO.** Ao fim do inquérito, o MPT pode firmar acordo para a pasta adotar medidas de prevenção e combate ao assédio moral. Outra opção mais severa seria processar o ministério na Justiça trabalhista e cobrar multa. Isso aconteceu no governo Bolsonaro, quando o MPT processou a Caixa por omissão nos casos de assédio sexual.

● **ENTRE AMIGOS.** A festa de aniversário de José Dirceu, na noite da terça-feira, em Brasília, foi concorrida, com centenas de convidados. Entre os presentes, circulavam alguns nomes que foram abatidos em escândalos de corrupção no PT e agora estão em cena de novo. Caso, por exemplo, dos ex-tesoureiros da sigla Delúbio Soares e Paulo Ferreira, que chegaram a ser presos.

● **TEM MAIS.** Dirceu terá outra festa no sábado, 15. Desta vez em São Paulo, num galpão usado pelo Movimento dos Sem Terra (MST). O ex-ministro da Casa Civil do governo Lula 1 pretende disputar as eleições em 2026, para tentar voltar à Câmara dos Deputados 22 anos depois de ter o mandato cassado, ao ser condenado no mensalão do PT.

● **CONSELHEIRO?** O presidente Lula tem tido reuniões reservadas com Dirceu. Segundo apurou a *Coluna*, quer que ele ajude a puxar votos para a bancada do PT.

SINAIS PARTICULARES

por Kleber Sales



Silvio Almeida, ex-ministro dos Direitos Humanos

● **NÃO ESQUEÇAM.** A nova presidente do Superior Tribunal Militar (STM), Maria Elizabeth Rocha, tomou posse ontem em solenidade no Teatro Nacional. Na entrada do evento, que contou inclusive com vários militares fardados, a arte fez os convidados lembrarem dramas da ditadura.

● **VEJAM BEM.** No local estavam expostos o piano, um busto e um quadro do maestro Claudio Santoro, que dá nome ao teatro. Na imagem, ele aparece com a filha Sônia. E uma placa informava: "A foto foi tirada em Berlim entre 1966 e 1967, durante seu exílio na ditadura militar no Brasil".

PRONTO, FALEI!



Rosana Valle
deputada federal (PL-SP)

"Lula exonera ministras e desqualifica o feminino ao dizer que bota 'mulher bonita' no governo. Para Lula, tudo é relativo, inclusive seu machismo."

CLICK

FOTO: WILTON JÚNIOR/ESTADÃO



Jair Bolsonaro
Ex-presidente da República

Um dia após ser autorizado a voltar a falar com Valdemar Costa Neto, presidente do PL. Ao lado deles, o deputado Altineu Côrtes e o senador Rogério Marinho.



SUA PLATAFORMA PESSOAL DE INFORMAÇÃO

ESTADÃO
VEM PENSAR COM A GENTE

Conheça o que você pode anunciar no Estadão, no portal Estadão.com e na Rádio Eldorado FM.

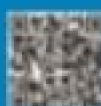
Classificados
Anúncio de ofertas veiculado no Estadão no caderno Classificados: Automóveis, Imóveis, Vagas de Emprego e Negócios/ Oportunidades

Noticiário
Anúncio publicitário, informes e Expressão de Opinião veiculados no Estadão em posição determinada ou indeterminada

Fúnebre
Publicação de notas de falecimento, missas e homenagens a pessoas falecidas, veiculadas no Estadão em caderno específico.

Publicidade Legal
Publicação de Atas, Assembleias, Balanços, artigos e comunicados legais para fé pública, veiculados no Estadão em caderno específico.

Fale agora com um consultor



Telefone (11) 3856-2139
Whatsapp (11) 95123-8351 ou pelo QR Code
Email balcao.imao@estadao.com

Horário de Atendimento
Segunda a Sexta: 8h30 às 21h00
Sábados, Domingos e Feriados: 14h00 às 20h00

Eufrázio

O ESTADO DE S. PAULO

Publicado desde 1875

AMÉRICO DE CAMPOS (1875-1884)
FRANCISCO RANGEL PESTANA (1875-1890)
JULIO MESQUITA (1885-1927)
JULIO DE MESQUITA FILHO (1915-1969)
FRANCISCO MESQUITA (1915-1969)
LUIZ CARLOS MESQUITA (1952-1970)
JOSÉ VIEIRA DE CARVALHO MESQUITA (1947-1988)
JULIO DE MESQUITA NETO (1948-1996)
LUIZ VIEIRA DE CARVALHO MESQUITA (1947-1997)
RUY MESQUITA (1947-2013)

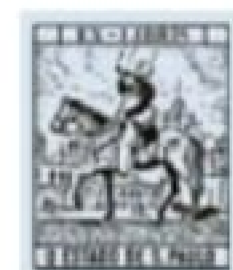
CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO
PRESIDENTE
FRANCISCO MESQUITA NETO
MEMBROS
MANOEL LEMOS DA SILVA
MARCELO FEREIRA MALTA DE ARAUJO
MARCO ANTONIO BOLOGNA
ROBERTO CRISSIUMA MESQUITA
TITO ENRIQUE DA SILVA NETO

DIRETOR PRESIDENTE
ERICK BRETAS
DIRETOR DE JORNALISMO
EURÍPEDES ALCÂNTARA
DIRETOR DE OPINIÃO
MARCOS GUTERMAN

DIRETORA JURÍDICA
MARIANA UEMURA SAMPAIO
DIRETOR DE MERCADO ANUNCIANTE
PAULO BOTELHO PESSOA
DIRETOR FINANCEIRO
SERGIO MALGUEIRO MOREIRA

NOTAS E INFORMAÇÕES

A inflação é teimosa



Taxa de fevereiro, a maior para o mês desde 2003, devolveu com folga o bônus das contas de luz do índice de janeiro e provou que não há como o governo segurar na marra a inflação

A inflação que o governo "segurou" em janeiro, com a redução pontual nas contas de luz, voltou com força em fevereiro – como previsto – e lançou a taxa do mês ao maior nível dos últimos 22 anos. A alta de 1,31% em fevereiro, que empurrou o acumulado em 12 meses para 5,06%, é uma prova cabal da inutilidade de manobras da gestão lulopetista. Se em janeiro, com a "mãozinha" do bônus da usina de Itaipu, o barateamento de 14,21% nas tarifas de energia conteve o IPCA em 0,16%, no mês seguinte a recomposição do mesmo bônus devolveu tudo e mais um pouco.

A cada mês a evolução dos preços mostra ao presidente Lula da Silva que de nada adiantam medidas populistas para conter a inflação. Será inócuo zerar a taxa de importação do café e de outros produtos alimentícios, assim como é irrealista querer controlar o preço dos combustíveis ou forçar atacadistas e varejistas a atrelarem suas decisões de negócios à vontade do governo. Mas Lula não se convence. Ao contrário, prefere exercitar uma retórica belicosa ameaçando tomar uma "atitude mais drástica" caso não encontre uma "solução pacífica".

A inflação de fevereiro não foi um ponto fora da curva. O IPCA, que tradicionalmente nesta época é pressionado pelos reajustes das mensalidades escolares, sofreu impacto ainda maior das tarifas de energia elétrica residenciais, que responderam por 0,56 ponto porcentual do IPCA geral. E o mais preocupante são as tendências de alta observadas nos núcleos das taxas, como são chamadas as medidas estatísticas que desconsideram impactos temporários, como a sazonalidade das mensalidades escolares, por exemplo.

Recente reportagem do *Broadcast*/**Estadão** mostrou que as estimativas do mercado financeiro estão concentradas na manutenção do IPCA acima do teto da meta (4,5%) até setembro de 2026, quando iniciará um recuo lento. O principal temor dos analistas é o de que novos estímulos fiscais acelerem ainda mais a alta dos preços. A preocupação não é despropositada, haja vista algumas medidas recentes, como a liberação de R$ 12 bilhões por meio do FGTS, o incentivo ao empréstimo consignado privado e, talvez, em 2026, a isenção tributária para quem ganha até R$ 5 mil mensais.

Medidas de estímulo ao consumo surgem em grande número, impulsionadas por mantras característicos de Lula, como "quero mais crédito para o povo" e "dinheiro circulando nas mãos das pessoas faz a economia crescer", entre outros de mesma natureza. No entanto, ao sobreaquecer a economia e gerar uma demanda artificial sem um correspondente aumento na produção e na produtividade, o governo ignora um princípio essencial para o crescimento sustentável: o equilíbrio fiscal.

Em recente entrevista ao *Flow Podcast*, o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, afirmou considerar importante o governo federal voltar a apresentar contas no azul. "Tem gente que discorda disso; tem gente que quer fazer mais rápido", comentou, reconhecendo não haver consenso em torno da calibragem da política fiscal. Embora Haddad tenha defendido a ideia de que o ajuste "não precisa ser recessivo" – e para isso voltou a defender a tributação dos super-ricos como contrapartida a eventuais cortes de gastos –, a cruzada pela política fiscal tem sido, pelo que se observa no governo Lula da Silva, uma batalha isolada da equipe econômica.

A perspectiva de um IPCA pressionado até as vésperas da eleição presidencial do ano que vem aumenta a apreensão sobre o comportamento do Palácio do Planalto em relação à política autônoma do Banco Central (BC). Desde o início de seu terceiro mandato, Lula da Silva torpedeou a direção do Banco Central pelos juros altos. A partir da posse de seu indicado, Gabriel Galípolo, na presidência do banco, iniciou uma trégua, mas o futuro é incerto. Em junho, a meta de inflação irá estourar novamente, como já antecipou a própria direção do BC. Para o mercado, em agosto o acumulado do IPCA em 12 meses deve chegar a 5,82%. Pelo andar da carruagem, a volta da pressão política sobre a autoridade monetária é questão de tempo. ●

Ainda há Ministério Público em Brasília

Recurso da PGR contra decisão de Dias Toffoli que livrou Antonio Palocci de condenações na Lava Jato é um alento para o Brasil que ainda crê no sistema de Justiça e no STF, em particular

A esta altura, a cupidez do ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) José Antonio Dias Toffoli por desmantelar integral e definitivamente a Operação Lava Jato já se insere entre os momentos mais baixos da Corte em toda a sua história republicana. O silêncio obsequioso dos pares diante de uma verdadeira razia promovida pelo sr. Dias Toffoli desde setembro de 2023, quando não a complacência em certos casos, conspurca ainda mais a aura de isenção e legitimidade que deve recobrir a mais alta instância do Poder Judiciário.

Graças ao monocratismo do ministro, a sociedade, a um tempo perplexa e indignada, passou a ser humilhada por criminosos confessos, alguns outrora muito poderosos, que hoje se apresentam como "vítimas", ora vejam, de um esquema de persecução penal que estaria carcomido por vícios processuais de cima a baixo. Sob o domínio desse espírito purgador que parece guiar a mão de Dias Toffoli não há matizes. Tudo o que provém da Lava Jato, invariavelmente, há de ser anulado por erros, em tese, generalizados e insanáveis – e tudo isso, claro, a bem do Estado Democrático de Direito, como sustenta Sua Excelência.

Ao Brasil decente resta pouco além do conforto de ao menos perceber que ainda há, no plano institucional, quem se erga contra decisões suspeitas – pois suspeito é Dias Toffoli, certa vez qualificado como "o amigo do amigo de meu pai" por Marcelo Odebrecht – exaradas por um magistrado que se mostra engajado numa cruzada pessoal contra os fatos, movido sabe-se lá por quais razões. É como um alento, portanto, que este jornal recebeu o contundente recurso interposto pela Procuradoria-Geral da República (PGR) contra a decisão de Dias Toffoli que anulou todos os processos no âmbito da Lava Jato contra o prócer petista Antonio Palocci.

Como se sabe, Dias Toffoli estendeu ao ex-ministro da Fazenda e da Casa Civil nos governos de Lula da Silva e Dilma Rousseff, respectivamente, os benefícios concedidos ao presidente da República, aos empresários Marcelo Odebrecht e Raul Schmidt Felippe Júnior e ao ex-governador do Paraná Beto Richa (PSDB). Em termos ainda mais duros do que os empregados em outros recursos contra as decisões monocráticas de Dias Toffoli envolvendo condenados na Lava Jato, o procurador-geral Paulo Gonet desmontou, um a um, os argumentos falaciosos da defesa do sr. Palocci para lhe fazer parecer merecedor da condição de inocente. Em que pese o fato de não ter feito nada além de cumprir seu dever profissional, a defesa, *data maxima venia*, aproveitou-se da tese geral do "conluio" formulada por Dias Toffoli para também adentrar na senda do realismo fantástico aberta pelo ministro do STF.

Em um dos trechos mais certeiros de sua peça, Paulo Gonet sustenta que "o pleito formulado (*pelo réu Antonio Palocci*) não se sustenta em vícios processuais concretos ou na ausência de justa causa", mas sim, prossegue o chefe do Ministério Público Federal, "na pretensão de se desvincular de um acervo probatório autônomo, válido e robusto, cuja existência, em parte, foi reconhecida por ele próprio em sua colaboração premiada". Não se trata de uma opinião ou de um mero recurso retórico do procurador-geral. Trata-se de um fato. Palocci é um criminoso confesso que foi assistido por alguns dos mais competentes advogados do País, que seguramente o teriam orientado a não confessar crimes sob quaisquer tipos de coação estatal.

Merecem destaque os adjetivos "autônomo", "válido" e "robusto" escolhidos pelo procurador-geral em seu agravo interno – no qual Gonet pugna pela reconsideração de Dias Toffoli ou remessa do caso para análise do plenário do STF – porque eles dizem muito sobre a fragilidade da tese do "conluio" – ademais sustentada por provas obtidas por meio ilegal – e sobre a inaplicabilidade das decisões específicas de um determinado processo a casos envolvendo réus e situações factualmente distintas.

Espera-se que o Supremo, cioso de sua responsabilidade, reforme uma decisão monocrática que atropela a lógica, os fatos e a própria crença da sociedade no sistema de Justiça. ●

ESPAÇO ABERTO

As tarifas de Lula e Trump: a história no avesso

José Serra

Uma coisa muito distante do cotidiano das pessoas ganhou um vedetismo inédito nos palcos da política e nos noticiários: as tarifas. Na segunda metade do século passado, o governo brasileiro usava tarifas e barreiras comerciais para proteger a produção nacional nascente da concorrência externa. Há décadas, o liberalismo econômico prega tarifas baixas para que cada país produza o que sabe fazer com mais eficiência. Mas, nos últimos dias, as coisas viraram do avesso.

De início, vejamos as tarifas reduzidas no Brasil. A alta de preços dos alimentos vem assombrando o presidente Lula, por duas vias. Na primeira, o IPCA chegando próximo dos 5% ao ano vai detonando o regime de metas de inflação. Como o Banco Central não sabe fazer outra coisa contra a inflação além de elevar a taxa básica de juros, o custo do dinheiro vai seguir sua trajetória de alta.

Na outra via, algo ainda mais complexo. O eleitor de Lula parece estar com dúvidas de sua escolha eleitoral, dado que seu maior interesse, o preço de bens e serviços essenciais, tem experimentado forte tensão. Os preços dos alimentos têm subido demais e isso afeta diretamente o orçamento das famílias. A redução nos níveis de aprovação do governo é expressão deste empobrecimento.

Carne, milho, azeite, massas, café, óleo, açúcar, dentre outros, devem ter sua alíquota atual de cerca de 10% reduzida a zero. O objetivo, ampliar a abertura dos mercados brasileiros pela redução dos preços dos bens importados, o que aumenta a competição e força a baixa de preços. Lembremos que um presidente não tem como falar para eleitores que não pode fazer nada.

Certamente esse é um instrumento de política econômica, mas seu alcance é restrito. Há que se entender que estruturas logísticas e nexos comerciais não brotam do dia para a noite, mas necessitam de um horizonte temporal sólido para serem construídos. Se não houver oferta externa ou se não houver canais de internalização, o impacto nos preços internos será bastante reduzido.

Estruturas logísticas e nexos comerciais não brotam do dia para a noite, mas necessitam de um horizonte temporal sólido para serem construídos

É mais provável que fiquemos com a pior parte, a desorganização dos mercados e o desânimo dos produtores que passam a sofrer a concorrência. Infelizmente, os problemas mais estruturais ficam para depois. O custo do crédito continua nas alturas, a infraestrutura continua débil, privando as cadeias produtivas de condições mínimas de logística. Em síntese, a redução de tarifas no Brasil parece ser mais uma sinalização de que "estamos fazendo alguma coisa" do que uma política efetiva.

O outro campo de análise desta nova vedete, a tarifa, é o Carnaval de Donald Trump, que mais parece intencionar se elevar à condição de imperador do mundo do que assumir as responsabilidades de presidente dos Estados Unidos na sustentabilidade da economia internacional.

É legítimo para todos, menos para os EUA, usar as tarifas como instrumento de política econômica, tanto para proteger a produção interna da competição predadora quanto para estabelecer uma pressão no mercado interno contra grupos com excessivo poder de mercado. Afinal, os EUA são a economia dominante ou uma republiqueta?

Há décadas a Organização Mundial do Comércio e as instituições que a precederam, buscam regular os procedimentos de concorrência desleal e construir condições para a sustentabilidade nas relações comerciais. E note-se que os EUA sempre tiveram uma posição de liderança, e até controle, deste processo.

Não é legítimo usar tarifas como forma de pressão política. O que Trump está fazendo com o Canadá e o México no caso das drogas só destrói as economias. Ameaçar o Brasil e a União Europeia só colabora para o empobrecimento do mundo. Tripudiar a China pode levar a uma disputa sem fim e ao estilhaçamento da economia mundial.

Há uma esperança, que é a realidade. Trump está indo contra o que a história criou. Cada uma das estruturas econômicas está inserida em cadeias produtivas que transcendem o país e têm articulação com diversos polos regionais. A oposição dos agricultores americanos às medidas de Trump espelha bem isto. Nas vendas, a perspectiva é perder o mercado chinês por sua reação na forma de aumento de tarifas contra importações provenientes dos EUA. Nos insumos, o encarecimento das compras junto aos tradicionais parceiros da América do Norte.

Só que é mais do que isso, a grande corporação americana espalhou-se pelo mundo, criando cadeias globais de valor das quais diversas especializações nacionais participam. Mexer nesse quebra cabeça com a ótica de caráter eminentemente nacional da tarifa é desconhecer o mundo que emergiu do pós-guerra. Aliás, um mundo moldado pelos EUA e por suas empresas.

As idas e vindas na adoção das tarifas retaliatórias de Trump espelham esta dissociação entre a realidade econômica e a personalidade do presidente americano. As tarifas sobre aço e alumínio copiam a política do Brasil de 60 anos atrás, numa "substituição de importações" fora de contexto. Um líder e um país pensando pequeno e colocando o mundo em risco. ●

ECONOMISTA

FÓRUM DOS LEITORES

O **Estado** reserva-se o direito de selecionar e resumir as cartas.
Correspondência sem identificação (nome, RG, endereço e telefone) será desconsiderada ● **E-mail:** forum@estadao.com

Guerra na Ucrânia

E os russos?

A Ucrânia aceitou uma proposta dos Estados Unidos para um cessar-fogo imediato de 30 dias com a Rússia. Autoridades dos dois países se reuniram na Arábia Saudita para discutir a guerra, porém os detalhes do acordo, aprovados por Zelenski, ainda não foram divulgados, e não há prazo definido para o início do armistício, caso seja aprovado pela Rússia. Isso me lembra uma cena lendária que teria acontecido na Copa do Mundo de Futebol de 1958, na Suécia, onde o Brasil enfrentou a poderosa seleção da União Soviética. No vestiário do Brasil, o técnico Vicente Feola teria passado as últimas táticas aos jogadores antes da partida, distribuindo as tarefas aos comandados até chegar a Garrincha: você recebe a bola, desce pela direita, tabela com o armador, driblar um, dois, três, faz tabela com Pelé e cruza na área. Alguma dúvida? Ao que o craque teria respondido: "Mas, professor, você já combinou tudo isso com os russos?" Será que a tabela entre Trump e Zelenski vai dar certo ou Putin vai jogar para escanteio?

Sérgio Dafré
Jundiaí

Ocidente em transformação

Agradeço ao **Estadão** pela aula do embaixador Rubens Barbosa no artigo *Trump-Zelenski e o diálogo meliano* (11/3, A6).

Lilia Hoffmann
São Paulo

Guerra comercial

'Medo de cara feia'

"Em evento em Betim (MG), o presidente Luiz Inácio Lula da Silva criticou Trump. 'Não adianta o Trump ficar gritando de lá porque eu aprendi a não ter medo de cara feia'" (*Tarifa de 25% sobre aço entra em vigor*, **Estadão**, 12/3, B1). Em vez de ficar botando banca diante do presidente americano, melhor faria Lula se olhasse para a cara feia do povo brasileiro diante do seu governo, com tantas lorotas e inflação alta, em razão da irresponsabilidade do Planalto, que não se preocupa com o equilíbrio fiscal do País. Se Lula diz que Trump deveria respeitar o Brasil, ele também deveria urgentemente dignificar os votos que recebeu em 2022 e governar este país com responsabilidade, dentro das regras macroeconômicas que podem sustentar crescimento robusto com justiça social.

Paulo Panossian
São Carlos

Valentia e competência

Ao advertir Donald Trump em tom ameaçador e duro ("aprendi a não ter medo de cara feia. Fale manso comigo"), Lula encheu de orgulho o coração dos brasileiros. Eles esperam, agora, que Lula chute o pau da barraca e mostre semelhante valentia e competência para combater a inflação, barateando alimentos, combustíveis, remédios, etc.

Vicente Limongi Netto
Brasília

PT

Autodivisão

O termo "dividir para conquistar", embora remeta à antiguidade, continua atual e muito aplicável a vários contextos: para derrotar um inimigo, basta provocar sua cisão interna. O PT está conseguindo uma inovação filosófica desse princípio. Em vez de a oposição provocar a divisão do PT, é o próprio partido que se esfacela sob o olhar apetitoso da extrema direita, que assiste tranquilamente ao desenrolar dos acontecimentos. Nos Estados Unidos, Trump voltou ao poder mais forte e autocrático do que em seu primeiro mandato. A história pode se repetir aqui também.

Luciano Harary
São Paulo

Gleisi em duas frentes

Será que Gleisi Hoffmann terá tempo e *tatto* para mostrar sua diplomacia, liderança e capacidade de aglutinação para tocar as duas frentes: atuar como ministra da Secretaria de Relações Institucionais e costurar a eleição de um preposto seu para a presidência do PT?

Vital Romaneli Penha
Jacareí

De olho em 2026

Comenta-se à boca pequena que Gleisi Hoffmann é a aposta de Lula para disputar a Presidência da República nas próximas eleições. Vem aí o poste 3 de Lula? Quem viveu e viu no que deu o governo Dilma Rousseff (o poste 1) e tem acompanhado a política econômica de Fernando Haddad (o poste 2), que só pensa em taxar, não embarcaria em nova canoa furada. Lula é estimulado a concorrer em 2026 porque é o troféu vivo da sua militância. Uma vez fora, não terá substituto, porque os brasileiros já conhecem a narrativa da esquerda e porque Lula, vaidoso, não vai comprometer a sua biografia – que, convenhamos, já está exposta neste seu terceiro mandato.

Izabel Avallone
São Paulo

ESPAÇO ABERTO

Feliz ano novo, Brasília!

Felipe Salto

O ano acaba de começar para o mundo de Brasília. Passadas as festividades do Carnaval, o Orçamento será debatido no Congresso Nacional. As pressões por medidas populistas chegam de todos os lados: mudança na faixa de isenção do Imposto de Renda, programas sociais e despesas em geral.

Já estamos em março e o País segue sem lei orçamentária. Para estes casos, as regras vigentes permitem ao governo executar um porcentual da proposta enviada ao Legislativo. São muitos os problemas a equacionar, como sempre, e falta a compreensão de que o dinheiro acabou e o tacho já foi raspado.

A tarefa mínima é cumprir a meta estipulada para o resultado primário (receitas menos despesas, exceto juros da dívida). A meta é zero, com banda inferior, menos R$ 31 bilhões. Além disso, parte relevante dos precatórios, no valor de R$ 44,1 bilhões, pode ser excluída do resultado para fins de verificação da meta.

Em síntese, a meta provavelmente buscada pelo governo é um déficit de R$ 75,1 bilhões ou 0,6% do PIB. O número está bem distante do esforço necessário para atender às condições de sustentabilidade da dívida pública em prazo razoável.

Na proposta orçamentária, as receitas estão infladas. Prevê-se, por exemplo, receita proporcionada pela majoração da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) e do Imposto de Renda nos Juros sobre Capital Próprio (JCP). Essas medidas já morreram. No caso da segunda, aliás, precisaria ter sido aprovada no ano anterior, conforme a Constituição.

A superestimativa é de R$ 60 bilhões. Assim, com receitas menores e despesas um pouco maiores que as previstas pelo governo, o cenário da Warren prevê uma necessidade de contingenciamento de mais de R$ 30 bilhões. A saber, o contingenciamento é uma espécie de corte de gastos em que a tesoura incide sobre as despesas não obrigatórias ou discricionárias. Não custa ressaltar que essa contenção serviria apenas à entrega de um déficit de R$ 75,1 bilhões (e não da meta zero).

É inescapável evitar que novas bombas fiscais e antigas pressões se materializem, inclusive no seio das revisões a serem promovidas na peça orçamentária. Os goleiros serão os principais jogadores, na Fazenda e no Planejamento, daqui até as eleições.

A liturgia do Orçamento compõe-se de etapas muito claras. A Comissão Mista de Orçamento (CMO) do Congresso terá de apreciar o texto do relator-geral. Este também será analisado e apreciado pelo plenário. Antes, caso o Executivo considere necessário (e será), o instrumento para solicitar alterações ao relator é o ofício.

> ***Quanto às agendas mais estruturais, sou pessimista. Entendo que, daqui em diante, o governo só conseguirá fazer o 'minimum minimorum'***

Nos últimos dias, a imprensa já divulgou algumas informações sobre os programas Vale Gás e Pé-de-Meia, especialmente sobre como incorporar eventuais gastos adicionais no Orçamento anual. Além disso, há os mencionados problemas pelo lado das receitas. As despesas obrigatórias, por sua vez, contemplam subestimativas ou superestimativas, respectivamente, nos gastos previdenciários e com folha salarial. Mesmo problema que apontamos na proposta orçamentária para 2024, vale dizer.

No dia 22 de março, faça chuva ou faça sol, o Executivo é obrigado, por lei, a apresentar o relatório bimestral. Esse documento serve ao acompanhamento da execução orçamentária e subsidia eventuais contingenciamentos e/ou bloqueios de despesas previstas.

Quando a arrecadação se mostra inferior às estimativas, por exemplo, providencia-se o contingenciamento, garantindo o cumprimento das metas fiscais. O mesmo ocorre no caso do limite de gastos. Se as despesas estão indicando rompimento do limite, deve-se bloquear o volume necessário para evitar o estouro.

Em 2025, este primeiro relatório bimestral será ainda mais relevante. Em um cenário otimista, se o Orçamento já estiver aprovado e sancionado, o relatório servirá para que o Executivo promova o ajuste inicial necessário ao restabelecimento de uma credibilidade mínima junto à opinião pública. Alternativamente, se a proposta ainda estiver tramitando no Congresso, o relatório servirá para prestar contas sobre a realidade da arrecadação e do gasto no primeiro bimestre.

Diferentemente do que ocorreu em 2024, quando a arrecadação foi surpreendendo positivamente, a cada relatório bimestral, a tendência no ano corrente é oposta. É recomendável que se corrija a superestimativa da arrecadação, logo de cara, para evitar que as pressões sobre o gasto discricionário, as emendas e outros se transformem em compromissos, depois, irreversíveis. Disso dependerá o cumprimento da tarefa mínima que comentei acima, e sobre a qual escrevi na penúltima coluna neste espaço (**Estadão**, 13/02/2025).

Quanto às agendas mais estruturais, sou pessimista. Entendo que, daqui em diante, o governo só conseguirá fazer o *minimum minimorum*. E já será muito, considerando-se tantos atores jogando contra, clamando por uma verdadeira enfiada de pé na jaca e colocando o presidente da República para fazer populismo, semanalmente, nos seus pronunciamentos.

A agenda fiscal estrutural já ficou para 2027. O próximo governo não poderá perder tempo e terá de realizar ajustes à altura de um primeiro ano de mandato. Tema, aliás, para futuro artigo. ●

ECONOMISTA-CHEFE DA WARREN INVESTIMENTOS. FOI SECRETÁRIO DA FAZENDA E PLANEJAMENTO DO ESTADO DE SÃO PAULO

TEMA DO DIA

WEYO/ADOBE STOCK



Longevidade

Estudo brasileiro investiga os efeitos da musculação no cérebro de idosos

Os benefícios são amplos: ganho de força e massa muscular, redução a gordura corporal, além de contribuir para o bem-estar e a saúde mental. E estudo feito na Unicamp) comprovou que protege o cérebro contra demências. ●

47.525 interações

Comentários de leitores no portal e nas redes sociais

● "É possível notar a incrível diferença quando idosos passam a realizar práticas de educação física."
CAROLINE PEDROSO

● "Hoje é impossível viver sem malhar. Não só para emagrecer. Para baixar o estresse que provoca doenças silenciosas."
MARISA MOREIRA

● "Poxa, mas tem qu ser musculação??"
RICARDO MARCELLO

● "A reserva mais importante que temos que ter para a velhice é a de músculos ."
ISADORA ZANIBONI



NAS REDES SOCIAIS
Veja outros destaques e participe das discussões no Link da Bio do Instagram do Estadão
https://bit.ly/LOBEstadao

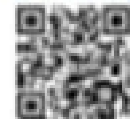
Siga o @Estadao nas redes sociais

PRODUTOS DIGITAIS

TULIPA RUIZ

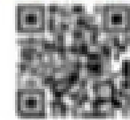


Um café para dividir



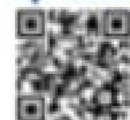
Mulheres que transformaram o mundo do café. ●
https://l1nq.com/ZsV3K

Jornal do Carro



Toyota Corolla 2025 tem reajuste; veja preços. ●
https://encr.pw/pdpw2

Aplicativo do Estadão



Receba alertas em tempo real das últimas notícias. ●
https://bit.ly/3D0iGb6

Av. Eng. Caetano Álvares, 55 – CEP: 02588-900 – São Paulo - SP ● (11) 3856-2122 ● **Fax** (11) 3856-2940 ● **E-Mail** forum@estadao.com ● **Central do assinante** Capital e regiões metropolitanas: 4003-5323 ● Demais Localidades: 0800-014-77-20 ● https://meu.estadao.com.br/fale-conosco ● **Central ao leitor:** (11) 3856-2122 ● falecom.estado@estadao.com classificados por telefone: (11) 3855-2001 **Preços venda avulsa: SP:** R$ 7,00 (segunda a sábado) e R$ 9,00 (domingo). **RJ, MG, PR, SC E DF:** R$ 7,50 (segunda a sábado) e R$ 10,00 (domingo). **ES, RS, GO, MT E MS:** R$ 9,50 (segunda a sábado) e R$ 11,50 (domingo). **BA, SE, PE, TO E AL:** R$ 10,50 (segunda a sábado) e R$ 12,50 (domingo). **AM, RR, CE, MA, PI, RN, PA, PB, AC E RO:** R$ 11,00 (segunda a sábado) e R$13,00 (domingo). ● **Vendas de assinaturas:** 0800-014-9000 ● **Whatsapp:** (11) 99248-2333 ● **Vendas corporativas:** (11) 3856-2524 ● **Agências de publicidade:** (11) 3856-2531 ● cas@estadao.com

Eufrázio

Congresso

Disputa por comissões na Câmara acirra embate entre PT e PL na Casa

União Brasil deve chefiar Comissão de Constituição e Justiça, a mais cobiçada; petistas e bolsonaristas travam 'guerra' com indicação de Eduardo Bolsonaro para Relações Exteriores

GABRIEL DE SOUSA
BRASÍLIA

A disputa pelo comando das comissões temáticas da Câmara dos Deputados movimenta os maiores partidos na Casa e tem gerado impasse nas negociações envolvendo os colegiados mais importantes. O presidente da Casa, Hugo Motta (Republicanos-PB), vai se reunir com os líderes hoje para definir a divisão de acordo com o tamanho das bancadas. A Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) e a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (Creden) estão entre as mais disputadas pelos parlamentares.

Um desenho feito pelo ex-presidente da Casa Arthur Lira (PP-AL) estabeleceu que a CCJ, em 2025, deveria ficar sob o comando do União Brasil ou do MDB. Em 2023, o colegiado foi presidido por Rui Falcão (SP), do PT, e, no ano passado, por Caroline de Toni (SC), do PL.

O MDB, porém, abriu mão da CCJ para ficar com a relatoria do Orçamento de 2026. O relator da peça será responsável por definir as cifras do fundo eleitoral para a campanha de 2026. O presidente da Comissão Mista de Orçamento (CMO), por sua vez, deve ser do Senado e do PL. A expectativa no Congresso é de que o nome indicado seja o do senador Wilder Morais (GO).

PL e PP, contudo, entraram na disputa pela CCJ, querendo desbancar o acordo feito pelo ex-presidente da Câmara. O partido do ex-presidente Jair Bolsonaro pretende manter o controle do colegiado por ter a maior bancada da Casa, com 92 deputados. O PP, por sua vez, quer evitar um ostracismo após a saída de Lira da presidência.


BRUNO SPADA/CÂMARA DOS DEPUTADOS - 4/2/2025

O PL tenta emplacar Eduardo Bolsonaro (SP) na Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional

RESISTÊNCIA. Outro objetivo do PL é emplacar Eduardo Bolsonaro (SP), filho do ex-presidente, na Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional. Como mostrou o **Estadão**, o líder do PL na Casa, Sóstenes Cavalcante (RJ), anunciou a indicação do parlamentar, mas o PT informou que vai se opor ao nome de Eduardo.

Na segunda-feira, o líder do PT na Câmara, Lindbergh Farias (RJ), afirmou que o partido vai "resistir de todas as formas" à indicação do filho de Bolsonaro. A razão da queixa do partido do presidente Luiz Inácio Lula da Silva está nas viagens recentes feitas por Eduardo aos Estados Unidos, onde se reuniu com aliados do presidente americano, Donald Trump, e apresentou acusações contra o ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Alexandre de Moraes, além de difundir a teoria de fraude nas eleições de 2022.

"É inaceitável que ele (*Eduardo Bolsonaro*) utilize o Parlamento brasileiro para continuar com sua campanha atentatória contra a Justiça brasileira e os interesses nacionais. Nós vamos resistir de todas as formas à indicação. O que ele tem feito é crime de lesa-pátria, é traição", afirmou Lindbergh Farias.

O petista chegou a pedir à Procuradoria-Geral da República (PGR) a apreensão do passaporte de Eduardo e uma investigação sobre possíveis crimes cometidos pelo deputado. Lindbergh afirmou ainda que o PT só aceitará o deputado do PL na presidência da comissão caso esteja sem o passaporte.

'PLANO B'. O PL trabalha com um "plano B" caso a indicação de Eduardo não resista à pressão da base governista. Caso isso ocorra, o partido deve indicar o deputado Luiz Philippe de Orleans e Bragança (SP), parlamentar conhecido por ser tetraneto de d. Pedro II (1825-1891), último imperador do Brasil.

Antes de um jantar com a nova ministra da Secretaria de Relações Institucionais (SRI), Gleisi Hoffmann, anteontem, Motta afirmou que não é capaz de impedir a indicação de Eduardo, já que é de praxe que o maior partido tenha preferência no apontamento dos nomes.

O presidente da Câmara disse ainda que não acredita numa crise institucional com o Supremo com a indicação do filho de Bolsonaro para o colegiado.

O PL ainda briga com o PT pelo comando da Comissão de Saúde, que atualmente é presidida por Dr. Francisco (PT-PI). O motivo da cobiça pelo colegiado está nas emendas parlamentares, já que, em 2024, ele teve uma fatia de R$ 4,5 bilhões do Orçamento.

O PT, que tem a segunda maior bancada da Câmara, com 80 deputados na Federação Brasil da Esperança – com o PV e o PCdoB –, prioriza o controle da Comissão de Educação caso perca a Saúde para o PL. Outra estratégia é conquistar a Comissão de Fiscalização e Controle (CFFC).

O União Brasil e o Republicanos também estão de olho no colegiado de fiscalização e controle, que deve ter o comando definido de última hora.

O Republicanos, partido de Hugo Motta, também quer ficar com as comissões que controla atualmente: Comunicação e Viação e Transportes. O União Brasil almeja o comando de Minas e Energia.

Tensão

Líder do PT na Câmara, Lindbergh Farias diz que resistirá ao nome de Eduardo Bolsonaro

O partido vai ter de disputar com o PSD, que cobiça a cadeira. O partido, liderado por Antônio Brito (BA), até indicou o nome de Diego Andrade (PSD-MG) para Minas e Energia. A sigla almeja ainda a Comissão de Turismo e apresentou o nome de Laura Carneiro (RJ).

Quem também já adiantou o nome de um presidente foi o PDT, que deve indicar Léo Prates (BA). O partido, porém, ainda não sabe qual colegiado deve comandar e vai ter uma definição nos próximos dias. Já a líder do PSOL, Talíria Petrone (RJ), disse que o partido deve ter a presidência das comissões de Legislação Participativa e da Amazônia e dos Povos Originários e Tradicionais.

Pelo X (antigo Twitter), Motta afirmou na segunda-feira que passaria a semana "em diálogo com os partidos" para compor e instalar as comissões permanentes. ●

Para entender

Indicação de Eduardo também alerta Supremo

● Proximidade
A indicação do deputado federal Eduardo Bolsonaro (PL-SP) para a presidência da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional da Câmara rachou a Casa e deixou o Supremo Tribunal Federal (STF) em alerta. O motivo é a aproximação do filho do ex-presidente Jair Bolsonaro (PL) com parlamentares ultraconservadores aliados do presidente dos Estados Unidos, Donald Trump

● Visitas
Desde a posse de Trump, em janeiro, Eduardo Bolsonaro esteve nos Estados Unidos em três ocasiões, para articular, com congressistas americanos, um projeto de lei que prevê confrontar o Supremo. A ida de Eduardo para a comissão é vista pela base do governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) com receio

● Política externa
O colegiado é responsável por debater e votar propostas sobre as relações diplomáticas e consulares e a política externa do País. Também estão no escopo de análise do grupo projetos que tratam sobre direito militar, defesa nacional, direito internacional, público e privado, autorização para a saída do presidente e do vice-presidente do País e outros assuntos referentes às Forças Armadas

● Influência
O filho do ex-presidente deverá ver sua influência nas negociações com aliados de Trump aumentar caso assuma o controle do colegiado, cenário considerado propício para uma maior pressão sobre o Supremo e o governo Lula

Eufrázio

Poderes

Para melhorar relação com o Congresso, Lula cita 'mulher bonita' na articulação

Declaração que fez referência a Gleisi Hoffmann ocorreu durante evento no Planalto com Hugo Motta e Alcolumbre

ADRIANA VICTORINO

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva afirmou ontem que colocou uma "mulher bonita" na função de articulação política do governo com o Congresso porque quer manter uma boa relação com os presidentes da Câmara dos Deputados, Hugo Motta (Republicanos-PB), e do Senado, Davi Alcolumbre (União Brasil-AP). A declaração do petista foi alvo de críticas nas redes sociais.

"É muito importante trazer aqui o presidente da Câmara e o presidente do Senado. Porque uma coisa que quero mudar é estabelecer relações com vocês. Por isso, coloquei essa mulher bonita para ser ministra de Relações Institucionais, porque não quero mais ter distância de vocês", disse Lula, se referindo à nova ministra da Secretaria de Relações Institucionais, Gleisi Hoffmann (PT). Ex-presidente do PT, Gleisi assumiu a pasta em substituição a Alexandre Padilha (PT) na segunda-feira.

RICARDO STUCKERT / PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA



Lula discursa na solenidade, assistido por Gleisi, Haddad e Motta

A declaração ocorreu durante assinatura da medida provisória que reformula o crédito consignado para trabalhadores do setor privado, no Planalto. Lula afirmou ainda que não quer que "alguém ache que o presidente da República está distante do presidente da Câmara, está distante do presidente do Senado". "Temos que mostrar para a sociedade que somos, em lugares diferentes, pessoas com o mesmo compromisso de defender a soberania do País, o bem-estar do brasileiro", declarou.

CRÍTICAS. O presidente já deu outras declarações sobre mulheres que viraram alvo de críticas. Ainda em 2002, ele afirmou que trabalho doméstico é "serviço da mulher". No ano passado, ao condenar o aumento da violência contra a mulher após jogos de futebol, relativizou: "Se o cara é corintiano, tudo bem". Este ano, declarou: "É por isso que eu sou um amante da democracia, não sou marido. Porque, na maioria das vezes, os amantes são mais apaixonados pelas amantes do que pelas mulheres." ●

Ex-ministro

Para José Dirceu, governo petista está 'sitiado'

Candidato a deputado federal em 2026, o ex-ministro José Dirceu usou sua festa de aniversário de 79 anos, anteontem, em Brasília, para cobrar dos presentes a defesa do presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Segundo Dirceu, governo está "sitiado".

A festa reuniu 11 ministros, o presidente da Câmara, Hugo Motta (Republicanos-PB) e deputados e senadores do PT ao Centrão. "Para vencer as eleições, temos que governar agora. Por que o Brasil está nessa crise permanente de crescimento de voo de galinha? Por causa da concentração de renda, da estrutura tributária e do capital financeiro hegemônico."

"Quando se fala do terceiro governo do presidente Lula, estamos falando de um governo sitiado por uma conjuntura internacional, que nos impõe a aliança com todos aqueles que defendem a soberania, a democracia", disse. ● VERA ROSA

INFORME PUBLICITÁRIO

ALTA NAS FRAUDES LEVA SINDICOM A PEDIR À ANP PAUSA NA MISTURA DO BIODIESEL NO DIESEL

Entidade alega que a medida é necessária para melhorar a fiscalização do setor

O Sindicato Nacional das Empresas Distribuidoras de Combustíveis e de Lubrificantes (Sindicom) protocolou ontem um ofício junto à Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP) pedindo a **suspensão temporária da adição de 14% de biodiesel no óleo diesel por até 90 dias.**

A razão para este pedido é o **crescimento de fraudes na composição obrigatória do produto.** Para se ter uma ideia, dos mais de 100 testes realizados pelo setor de combustíveis entre dezembro de 2024 e janeiro de 2025, **46% apresentaram irregularidades.** E os estados que mais utilizam o diesel, como SP, BA, MG, GO e PR, são os mais afetados.

O setor de produção de biodiesel também chegou a oficiar à ANP, em janeiro, informando "quedas acentuadas nos volumes retirados de biodiesel comparados aos mesmos períodos do ano anterior". Um claro indicativo de inconformidade do produto final.

Ganhos ilegais de até R$ 0,22 por litro: é o que as fraudes na composição do biodiesel podem gerar. Um crime que afeta toda a cadeia de combustíveis, passando pela distribuição e as redes de postos.

A fraude ganhou terreno porque os agentes irregulares buscavam minimizar os efeitos do salto de 41% no preço do biodiesel em 2024, ante 2% do diesel puro.

Até o momento, ações de fiscalização da ANP fecharam 5 distribuidoras em todo o país, medida inédita e que merece ser celebrada. Porém, a agência informa que limitações orçamentárias restringem as fiscalizações. Por isso, **o Sindicom e entidades do setor apoiam a Frente Parlamentar do Biodiesel na busca de recursos e equipamentos para mais fiscalização.**

"A Lei do Combustível do Futuro, que conta com o nosso apoio, determina um acréscimo de 1% ao ano de biodiesel no diesel até 2030, para chegarmos a um percentual de 20% em 2030. Este é o momento de prepararmos o país para que isso aconteça de forma estruturada e benéfica para a sociedade, com impactos positivos no meio ambiente, no ambiente de negócios e no combate ao crime organizado".
Mozart Rodrigues Filho,
Diretor-Executivo do Sindicom.

sindicom.com.br

SINDICOM



William Waack

Ajuda adversária

Lula abandonou qualquer pretensão de mudança de rota política e econômica já há algum tempo. Refugiou-se nas poucas ideias velhas, nas táticas conhecidas e surradas e nos rostos de sempre. A questão é saber se funcionam para 2026.

O que parece surgir para Lula como "caminho seguro" na verdade é uma aposta política de risco altíssimo. Causado por sensíveis mudanças sociais que alteraram a percepção dos benefícios fornecidos pelo Estado, e também pela sensível deterioração do poder do Executivo frente ao Legislativo. Diminuiu, em termos relativos, o peso do voto ligado ao assistencialismo.

Além disso, como o espaço para prosseguir na expansão fiscal vem se estreitando perigosamente (devido a armadilha que Lula criou para si mesmo), a necessidade política de estimular a demanda sofre com a lei das consequências não intencionais. A mais evidente delas é uma persistente inflação e seu corrosivo efeito político. Em outras palavras, a busca pelo efeito eleitoral aumenta as dificuldades políticas (entre elas, incluir no Orçamento os programas sociais).

Para tratar de um problemão, que é a ampliação de alianças e apoios para 26, Lula está caminhando na direção contrária. Aposta na força de uma agremiação política minoritária que passa por evidente crise de idade, não sabe mais exatamente onde está sua "base social", sofre simultaneamente com a falta de quadros experientes e lideranças rejuvenescidas. E se recusa a dividir o poder dentro do Palácio do Planalto.

No plano tático o empenho é promover a figura de um líder populista cujo encanto está diminuindo com a idade e o tempo que ocupa segurando microfones. Nos últimos dias Lula parece ter enxergado na figura de Donald Trump a possibilidade de disputar com os bolsonaristas a primazia do uso dos símbolos nacionalistas no embate político. Não é tarefa fácil: o ranço antiamericano tradicional nas esquerdas brasileiras não tem a mesma amplitude no eleitorado em geral.

O que melhor tem funcionado para Lula nessa aposta de alto risco é a postura das forças políticas adversárias. Elas não produziram até aqui um "polo" de aglutinação política nem uma liderança incontestada capaz de conduzir o imenso espectro de "centro-direita", claramente majoritário no eleitorado. Parecem confiar numa "irresistível" inércia pela qual num segundo turno todo mundo se junta mesmo para derrotar o candidato da esquerda.

É o que explica em boa medida – além da força descomunal das plataformas digitais e redes sociais – o espaço aberto para aventureiros políticos de todo tipo. "Mitos" e seu personalismo trazem no fundo pouca capacidade de transformação e mudança, apesar da força disruptiva em eleições. Ironicamente, o que diminui os riscos para Lula são seus próprios adversários. ●

JORNALISTA E APRESENTADOR DO PROGRAMA WW, DA CNN

SEG. Carlos Pereira e Diogo Schelp (quinzenalmente) ● TER. Eliane Cantanhêde e Carlos Andreazza ● QUA. Vera Rosa e Marcelo Godoy (quinzenalmente) ● QUI. William Waack ● SEX. Eliane Cantanhêde ● SÁB. Carlos Andreazza ● DOM. Eliane Cantanhêde e J.R. Guzzo

Partido Liberal

PL da Anistia: Bolsonaro e Valdemar se reencontram em churrascaria do DF

Presidente da legenda do ex-presidente diz que estava 'com muita saudade' do aliado; Moraes liberou contato entre os dois

WESLLEY GALZO
BRASÍLIA

WILTON JUNIOR/ESTADÃO



Bolsonaro e Valdemar: ex-presidente diz que projeto é 'prioridade'

Pouco mais de um ano após serem impedidos por decisão judicial de manter contato, o ex-presidente Jair Bolsonaro e o presidente do PL, Valdemar Costa Neto, se reencontraram em público ontem em um restaurante em Brasília. A proibição de diálogos e encontros entre os dois ocorreu no ano eleitoral e, agora, ambos miram o próximo ciclo de eleições no ano que vem, com foco em aprovar o Projeto de Lei (PL) da Anistia antes disso.

"O PL da Anistia para nós é uma prioridade. Todos os partidos, com exceção da esquerda, estão do nosso lado, ou muito favoráveis", declarou Bolsonaro.

O encontro de Bolsonaro e Valdemar ocorreu em uma churrascaria no Setor de Clubes Norte, na capital federal. Antes de entrar no restaurante, o dirigente afirmou que estava com "muita saudade" do ex-presidente. A decisão que proibiu o contato entre os dois partiu do ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Alexandre de Moraes, em fevereiro do ano passado, após a Polícia Federal deflagrar a Operação Tempus Veritatis, que cumpriu mandados de busca e apreensão no inquérito sobre a tentativa de golpe.

Diferentemente de Bolsonaro, Valdemar foi indiciado, mas não foi denunciado pela Procuradoria-Geral da República (PGR) por envolvimento na trama golpista para impedir a posse do presidente Luiz Inácio Lula da Silva para manter o então presidente no poder.

'TODOS OS DIAS'. A medida que impedia os dois de conversar foi revogada por Moraes anteontem. Agora com o contato restabelecido, o chefe do PL e o presidente de honra da sigla centram esforços em mobilizar a base bolsonarista. Para isso, Valdemar promete conversar "todos os dias (*com Bolsonaro*) sobre política". "E as bombas eu jogo todas na mão do Bolsonaro."

Também estiveram no almoço a ex-primeira-dama Michelle Bolsonaro (PL), os senadores Rogério Marinho (PL-RN) e Carlos Portinho (PL-RJ), os deputados Altineu Côrtes (PL-RJ) e Eduardo Pazuello (PL-RJ) e o ex-ministro Onyx Lorenzoni.

O ex-presidente disse esperar até um milhão de pessoas no ato na Paulista, no domingo, em defesa da anistia do 8 de Janeiro. ●

Governador de São Paulo

Tarcísio apela a humor em nova estratégia para as redes sociais

GEOVANI BUCCI

O governador de São Paulo, Tarcísio de Freitas (Republicanos), aposta num tom humorístico nas publicações nas redes sociais desde o início de 2025. No entanto, segundo levantamento realizado pela empresa de análise de dados Bites para o *Estadão/Broadcast*, de janeiro de 2023 até fevereiro deste ano, as postagens com maior engajamento desde o início do mandato continuam sendo as que o ex-presidente Jair Bolsonaro (PL) aparece ou é mencionado.

Tarcísio vinha em queda na média de engajamento semanal até janeiro de 2024 – o indicador da Bites interpreta as interações em cada mídia social para medir a capacidade dos perfis de engajar as redes num cenário específico. Mas, desde então, subiu e se estabilizou num patamar de 10,4% de interação, que ainda é bem abaixo dos alcançados pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT), que possui 35,3%, e pelo ex-presidente, que atinge 54,2%. O porcentual se refere à fatia que cada um tem diante do total de interações que eles conseguem juntos.

Assim, desde o começo do ano, o chefe do Executivo paulista deixou um pouco de lado o tom institucional. A comunicação passou a publicar conteúdos com referências a filmes populares e a personagens queridos pelo público que consome TV aberta.

Tratando-se de um ponto de atenção do governo estadual – pelo fato de segurança pública ser a área em que a gestão possui a pior avaliação de acordo com a pesquisa Quaest (34% avaliam como ruim e 29%, como boa) –, Tarcísio fez diversas publicações associando a Polícia Civil aos Power Rangers e ao Chapolin Colorado. O tema passou a ser um dos mais recorrentes em suas redes sociais, visando melhorar a sua imagem. ●

REPRODUÇÃO/INSTAGRAM VIA @TARCISIOGDF



Tarcísio de Freitas vem modificando o modo de aparecer nas redes

ESTADÃO
150
ANOS
+ Pedro Nery

Pedro Nery
no Estadão: Economia
sem mistério, privilégios
sem filtro

No dia **17/3**, o economista Pedro Nery estreia como colunista do Estadão, com vídeos explicativos sobre macroeconomia e a apresentação do programa **Ilustríssimo Privilégio**, que expõe as regalias do setor público.

Você confere no impresso, no portal e nas redes sociais do Estadão, na Rádio Eldorado e nas plataformas de áudio!

Para saber mais sobre essa estreia:

14/MAR

— às 9h —

Jornal Eldorado

ELDORADOFM | 107.3

— às 17h —

LIVE

Apresentada por:



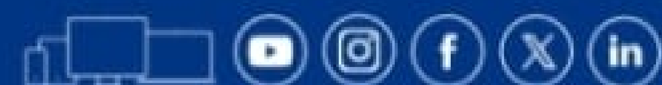
Rita Lisauskas
Jornalista

Participação:



Weslley Galzo
Repórter de Política em Brasília

No portal e nas mídias sociais do Estadão



FOTOS: CÍCERO BEZERRA/DIVULGAÇÃO E WILTON JUNIOR/ESTADÃO

O Estado de S. Paulo

1875

Eufrázio

Superior Tribunal Militar

Presidente do STM diz identificar crimes militares de Bolsonaro

WILTON JUNIOR/ ESTADÃO



Ministra Maria Elizabeth Rocha durante a solenidade de posse na presidência do Superior Tribunal Militar (STM), em Brasília

Maria Elizabeth Rocha toma posse e afirma que cabe ao MP apontar eventuais delitos do ex-presidente, capitão reformado do Exército

WESLLEY GALZO
BRASÍLIA

A nova presidente do Superior Tribunal Militar (STM), Maria Elizabeth Rocha, disse ontem que identifica crimes militares na conduta do ex-presidente Jair Bolsonaro (PL), que é capitão reformado do Exército e foi denunciado no Supremo Tribunal Federal (STF) por tentativa de golpe de Estado.

"Eu identifico alguns (*crimes militares de Bolsonaro*), mas não cabe a mim identificar. Esse é o papel do Ministério Público Militar. Ele é o autor da ação penal e o detentor da denúncia. Se ele ainda não se pronunciou, seria um prejulgamento da minha parte mencionar qualquer um deles", afirmou Maria Elizabeth Rocha em entrevista após tomar posse do cargo.

A declaração da presidente do STM pressiona os procuradores militares, que até o momento não apuram crimes relacionados à patente de capitão reformado de Bolsonaro, e preferiram aguardar os desdobramentos de uma eventual ação penal a ser instaurada no STF.

INCITAÇÃO. Embora tenha evitado tipificar eventuais crimes militares cometidos por Bolsonaro, a presidente do STM mencionou como exemplo a possibilidade de ele vir a ser julgado por incitação de tropas a um golpe de Estado.

"Eu identifico alguns (crimes militares de Bolsonaro), mas não cabe a mim identificar. Esse é o papel do Ministério Público Militar. Ele é o autor da ação penal e o detentor da denúncia. Se ele ainda não se pronunciou, seria um prejulgamento da minha parte mencionar qualquer um deles"
Maria Elizabeth Rocha
Presidente do Superior Tribunal Militar (STM)

A declaração foi feita enquanto a magistrada ilustrava eventuais hipóteses que poderiam levar o ex-presidente ao banco dos réus também na Justiça Militar. "Tudo vai depender de como será feita a apuração penal no Supremo Tribunal Federal e qual será a decisão dos ministros da Primeira Turma e, posteriormente, do plenário."

No discurso de posse, Maria Elizabeth evitou falar dos atos do 8 de Janeiro ou do envolvimento de setores das Forças Armadas com a tentativa de golpe, conforme inquérito que tramita no STF.

Após o encerramento da solenidade – que contou com a participação do presidente Luiz Inácio Lula da Silva – no Teatro Nacional de Brasília, ela justificou que escolheu deixar os assuntos de lado para priorizar a pauta feminista e enfatizar o fato de ser a primeira mulher presidente da história do Superior Tribunal Militar. Em entrevistas anteriores, no entanto, ela já defendeu que os militares não devem se envolver com política.

Desde que foi criado, em 1808, o STM teve 345 integrantes homens, além de Maria Elizabeth Rocha – que substitui o ministro Francisco Joseli Parente Camelo, que será seu vice-presidente no biênio 2025-2027.

A eleição da ministra, em dezembro do ano passado, foi apertada, por 8 votos a 7 – para o desempate, ela teve de votar em si mesma.

Advogada, Maria Elizabeth tem 64 anos, nasceu em Belo Horizonte (MG) e é doutora em Direito Constitucional pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Ela já foi procuradora federal e atuou em órgãos como o Congresso Nacional, o Tribunal Superior Eleitoral (TSE) e a Subchefia para Assuntos Jurídicos da Casa Civil da Presidência da República.

OUTRA MULHER. Indicada em 2007 por Lula, que estava então em seu segundo mandato, ela fez no início do mês declarações públicas de que gostaria de ver mais uma mulher compondo a Corte.

"Estou aqui clamando ao presidente para que eu tenha uma companheira que possa, junto comigo, defender as questões de gênero. Muitas vezes, por eu ser a única na Corte, minha voz é pouco ouvida. Mas não me rendo à homogeneidade", disse em entrevista.

No último sábado, Dia Internacional da Mulher, o presidente indicou a advogada Verônica Abdalla Sterman para o lugar de José Coêlho Ferreira, que se aposentará em abril.

Verônica – que foi advogada da nova ministra da Secretaria de Relações Institucionais, Gleisi Hoffmann – pode se tornar a segunda ministra da história do STM caso tenha o nome aprovado pelo Senado. ● COLABOROU RAISA TOLEDO

Supremo

PF terá de entregar conversas entre Marielle e delegado

O ministro Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal (STF), determinou que a Polícia Federal entregue a troca de mensagens entre a vereadora Marielle Franco (PSOL-RJ) e o ex-chefe da Polícia Civil do Rio Rivaldo Barbosa.

Marielle foi assassinada em março de 2018 junto a seu motorista, Anderson Gomes, e Rivaldo está preso acusado de ser um dos mentores do crime.

Segundo a denúncia da Procuradoria-Geral da República (PGR), ele planejou e ordenou a morte da vereadora, além de ter atuado para atrapalhar as investigações sobre o crime enquanto era chefe da polícia fluminense. O delegado está preso preventivamente desde março do ano passado.

A decisão de Moraes acolhe pedido da defesa de Rivaldo para que conversas dele com Marielle sejam anexadas ao processo. O objetivo da defesa, que nega participação do delegado no crime, é provar que eles tinham uma relação "cordial e profissional". As mensagens foram extraídas de aparelhos telefônicos apreendidos nas investigações.

APURAÇÃO. O pedido do ministro também inclui que a PF encaminhe conversas de Rivaldo com os delegados Giniton Lages e Daniel Rosa, que atuaram no caso, e Brenno Carnevale, que relatou as supostas interferências do ex-chefe de polícia. A intenção é demonstrar que Rivaldo fazia cobranças sobre o andamento da apuração do assassinato de Marielle.

Em outra petição do advogado de Rivaldo, acatada por Moraes, a Justiça do Rio deverá enviar a íntegra de um processo criminal que demonstraria que o mandante do crime teria sido Cristiano Girão, acusado de chefiar uma milícia no bairro Gardênia Azul.

EXECUTOR. O ministro do STF negou outros pedidos da defesa. Entre eles, o de que o ex-PM Ronnie Lessa, executor confesso do assassinato de Marielle e Anderson e delator de Rivaldo, seja submetido a uma avaliação psiquiátrica para identificar eventual transtorno de personalidade.

Também foi rejeitado que a PF anexasse ao processo uma apuração sobre o monitoramento ilegal que teria sido feito pela Agência Brasileira de Inteligência (Abin) em relação ao delegado Daniel Rosa. ● R.T.



Acompanhe no **YouTube** do Estadão

Soluções em tecnologia e comunicação pelo bem-estar do consumidor

13 de março

Ana Peretti

Vice-presidente de Marketing e Sustentabilidade da Electrolux

Apresentado por:
Rita Lisauskas & Igor Ribeiro



Foto: Caio Galllucci

Realização: ESTADÃO 150

Produção: ESTADÃO BLUE STUDIO

Eufrázio

2025 SERÁ UM ANO HIST

SEJA BEM-VINDO AO MAIOR CLUBE

30 DE MARÇO: VE
COMPRE JÁ E GARA
COM PREÇ



QUALIDADE DE VIDA E BEM-ESTAR: UM CLUBE COMPLETO PARA VOCÊ E SUA FAMÍLIA.



PRAIA COM ORLA DE AREIA · ONDAS PERFEITAS PARA SURFISTAS DE TODOS OS NÍVEIS · SKATE PARK CRIADO POR BOB BURNQUIST · ARENA E-SPORTS · SIMULADOR DE SKI, SNOWBOARD, GOLF E AUTOMOBILISMO · ARENA GAMER · QUADRAS DE TÊNIS · SQUASH · PADEL · PICKELBALL · BEACH TENNIS · ARENA DE LUTAS · PILATES · DANÇA · IOGA · FISIOTERAPIA · ACADEMIA · SPINNING · CHARUTARIA · ADEGA · JAZZ BAR · NIGHT CLUB · PET CLUB · RESTAURANTES · HOSPEDAGEM · COWORK

Eufrázio



THIS IS THE SPIRIT

ÓRICO PARA SÃO PAULO.

E COM PRAIA DE ONDAS DO MUNDO!

NDAS SUSPENSAS
ANTA O ÚLTIMO LOTE
O ESPECIAL



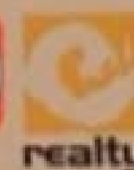


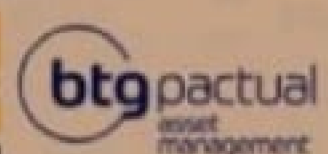
AGENDE SUA VISITA E CONHEÇA
NOSSO SHOWROOM
LIGUE: 11 4632-0168
ACESSE O QR CODE OU O
SITE: BEYONDTHECLUB.COM.BR/LOTEESPECIAL

MARGINAL PINHEIROS, AO LADO DA
PONTE TRANSAMÉRICA.

IDEALIZADORES







CERTIFICADO DE AUTORIZAÇÃO SEAE/ME Nº 07/0001/2022, DE 19 DE OUTUBRO DE 2022. O CLUBE SERÁ TITULAR DE DIREITOS REAIS SOBRE OS IMÓVEIS EM QUE O EMPREENDIMENTO SERÁ DESENVOLVIDO. SUJEITO A APROVAÇÃO PELOS DEMAIS ÓRGÃOS DE CONTROLE. IMAGENS MERAMENTE ILUSTRATIVAS. © 2022 BEYOND. TODOS OS DIREITOS RESERVADOS.

A guerra de Putin

Putin estuda cessar-fogo e aguarda detalhes do plano de trégua dos EUA

Embora muitos analistas e autoridades da Rússia tenham demonstrado pessimismo, rejeitar o acordo proposto por Trump também apresenta um risco para presidente russo

MOSCOU

O Kremlin rejeitou ontem se comprometer com um cessar-fogo imediato de 30 dias na guerra com a Ucrânia, afirmando que Vladimir Putin deveria primeiro ser informado pelos EUA dos detalhes do acordo antes de decidir se a proposta é aceitável para a Rússia.

Steve Witkoff, enviado da Casa Branca, deve chegar à Rússia nos próximos dias. Donald Trump disse ontem que outros negociadores já estavam a caminho de Moscou. "Esperamos obter o cessar-fogo", afirmou o presidente americano, que prometeu telefonar para Putin ainda esta semana.

Em Moscou, porém, o clima é de cautela. Dmitri Peskov, porta-voz de Putin, disse ontem que o Kremlin estava "estudando cuidadosamente" a proposta americana. Segundo ele, a Rússia aguarda nos próximos dias "os detalhes do acordo alcançado".

PESSIMISMO. Algumas autoridades russas mostraram pessimismo, dizendo que a Rússia não estaria disposta a interromper os combates, uma vez que suas forças vêm obtendo ganhos significativos nos últimos dias, recuperando parte da região russa de Kursk, onde a Ucrânia lançou uma incursão no ano passado.

"A Rússia está avançando no campo de batalha. Qualquer acordo deve ser feito em nossos termos, não nos termos americanos", escreveu o senador Konstantin Kosachev, no Telegram. O deputado Mikhail Sheremet disse à mídia estatal russa que o Kremlin não estava interessado em continuar a guerra, mas também não pode tolerar a pressão americana.

Alguns especialistas disseram que a Rússia, provavelmente, exigiria certas garantias antes de aceitar o cessar-fogo. Ontem, Fiodor Lukianov, analista de política externa que dirige um conselho que assessora o Kremlin, escreveu que um acordo de cessar-fogo "contradiz" a posição de Putin de que nenhuma trégua será declarada até que as bases de uma paz duradoura sejam determinadas. "Em outras palavras, lutaremos até que uma estrutura de acordo permanente seja elaborada", disse.

Putin rejeitou várias vezes a possibilidade de um cessar-fogo temporário, dizendo que uma trégua curta não resolveria o que ele chama de "causas fundamentais" do conflito. No início do ano, ele disse ao Conselho de Segurança da Rússia que só aceitaria um acordo de paz de longo prazo.

Desde então, o presidente russo estabeleceu uma lista de exigências cada vez maiores para pôr fim à invasão, incluindo uma garantia de que a Ucrânia não entrará na Otan, a desmilitarização parcial do Exército ucraniano e a anexação total das quatro regiões reivindicadas pela Rússia no leste do país.

RISCO. No entanto, a rejeição do cessar-fogo também apresenta um risco para Putin. O maior deles é irritar Trump e minar o relacionamento caloroso entre os dois presidentes, o que levou o governo dos EUA a dar um cavalo de pau na sua diplomacia e adotar uma abordagem amistosa em relação a Moscou.

Por isso, a proposta americana de cessar-fogo coloca uma tensão entre dois objetivos de Putin: uma vitória total sobre a Ucrânia e estreitar laços com Trump. Para analistas, a oposição do Kremlin a um cessar-fogo temporário vem do simples cálculo de que, com suas forças avançando no campo de batalha, uma interrupção dos combates faria com que a Rússia abrisse mão de sua influência sem obter concessões.

TELEFONEMA. Mas esse cálculo mudou após o telefonema com Trump, em fevereiro, e o realinhamento da Casa Branca com o Kremlin, que teriam tornado Putin mais tentado a cair nas graças do presidente americano. Segundo o analista Ilya Grashchenkov, a Rússia poderia até mesmo aceitar uma trégua "taticamente desfavorável, mas estrategicamente favorável", se for para Putin mostrar que está do lado de Trump.

"Certamente, não é impossível que os russos aceitem a trégua", disse Samuel Charap, analista da Rand Corporation. "Não porque eles queiram um cessar-fogo incondicional e temporário, mas porque agora eles têm interesse nas relações com Washington." ● NYT, AFP E AP

UKRAINIAN EMERGENCY SERVICE VIA AP



Destruição provocada por ataque da Rússia em área residencial da cidade ucraniana de Kryvyi Rih

Custo humano

12,5 mil
civis foram mortos na Ucrânia desde o início da guerra, segundo a ONU

Rubio pressiona Rússia e diz que Ucrânia tem o direito de se defender

WASHINGTON

O secretário de Estado dos EUA, Marco Rubio, aumentou ontem a pressão para que Vladimir Putin aceite a trégua de 30 dias na Ucrânia. Em entrevista, ele reiterou que "a bola agora está com os russos" e afirmou que se a Rússia der aval ao plano o governo americano dará início ao processo de implementação do cessar-fogo imediatamente.

Contudo, se a resposta russa for negativa, segundo Rubio, os EUA terão de reavaliar sua relação com Moscou. "Se eles disserem 'não', isso nos dirá muito sobre quais são seus objetivos e qual é sua mentalidade, mas não quero entrar nisso antes mesmo que eles nos respondam", disse.

As declarações do secretário de Estado dos EUA foram dadas a repórteres durante uma escala no aeroporto de Shannon, na Irlanda. Falando sobre a necessidade de Kiev obter garantias de segurança, Rubio disse que os ucranianos têm o direito de se defender. "A Ucrânia pode criar uma dissuasão suficiente contra futuras agressões", disse. "Porque todos os países do mundo têm o direito de se defender, e ninguém pode contestar isso."

TERRORISTAS. A situação no campo de batalha, no entanto, é favorável aos russos. O chefe do Estado-Maior da Rússia, Valeri Gerasimov, disse ontem, em reunião com Putin, que suas forças retomaram 1.100 quilômetros quadrados de território na região de Kursk e capturaram cerca de 430 soldados ucranianos. "Os militares, vendo a inutilidade de continuar resistindo, começaram a se render", afirmou o general.

Vestindo uniforme camuflado, Putin foi a Kursk pela primeira vez desde que a Ucrânia lançou uma ofensiva contra a região, no ano passado. O presidente russo respondeu que os combatentes ucranianos capturados em Kursk deveriam ser "tratados como terroristas, de acordo com as leis da Rússia", sugerindo que eles poderiam enfrentar julgamentos em tribunais russos e permanecer por décadas atrás das grades.

Avanço

Rússia afirma ter capturado cerca de 430 soldados ucranianos na região de Kursk

Nos últimos anos, o Exército russo já levou vários combatentes ucranianos capturados a julgamento por "terrorismo". A Convenção de Genebra, no entanto, proíbe que os soldados capturados sejam julgados por envolvimento em hostilidades armadas. ● AP e NYT

Eufrázio

Atentado terrorista

Sequestro de trem acaba com 27 reféns mortos no Paquistão

Objetivo de grupo separatista que luta pela independência do Baluchistão era forçar governo paquistanês a libertar presos

QUETTA PAQUISTÃO

O sequestro de um trem no Paquistão terminou ontem em tragédia. Militantes separatistas da Província do Baluchistão fizeram cerca de 400 reféns. Rapidamente, as forças militares realizaram uma operação de resgate que, segundo o porta-voz do Exército, Ahmed Sharif Chaundhry, terminou com 346 passageiros libertados e 33 militantes mortos. Pelo menos 27 reféns e um soldado também morreram.

O sequestro foi reivindicado pelo Exército de Libertação do Baluchistão (ELB), que atua há anos na região e defende a criação do Estado do Baluchistão. De acordo com autoridades paquistanesas, dezenas de militantes explodiram os trilhos da ferrovia e lançaram foguetes contra o trem.

ANJUM NAVEED/AP



Feridos são resgatados depois do atentado de grupo separatista

A operação de resgate teria envolvido centenas de soldados e helicópteros, já que o trem foi sequestrado em uma área montanhosa. Segundo o comunicado da ELB, o sequestro foi em retaliação a uma ação do Exército do Paquistão contra a organização. O objetivo seria libertar presos políticos.

O episódio dá continuidade aos conflitos separatistas entre o governo e organizações formadas pela etnia baluche, que defendem a criação do Baluchistão em uma área que pertence a Paquistão, Irã e Afeganistão.

TERRORISMO. Os conflitos aumentaram nos últimos anos. O ELB tem como alvo as forças de segurança e já atacou civis no passado, incluindo cidadãos chineses que estavam no Paquistão trabalhando em projetos de infraestrutura. O grupo também organizou ataques fora do Baluchistão, incluindo em Karachi, a maior cidade do país.

Embora o governo insista que reduziu a violência, os ataques no Baluchistão não diminuíram e o grupo é considerado uma ameaça comparada ao Taleban paquistanês. Tanto o Paquistão quanto os EUA consideram o ELB uma organização terrorista, com cerca de 3 mil militantes. ● AP e AFP

IMPERDÍVEL
LEILÃO DE IMÓVEL
PRÉDIO COMERCIAL
CENTRO
FRUTAL - MG
17/03 ÀS 11H
SOMENTE ONLINE
ÁREA CONSTRUÍDA
239,00 M²
LANCE INICIAL:
R$400.000
UM TERRENO URBANO, LOCALIZADO À PRAÇA DR. FRANÇA Nº 39, LOTE 13 – QD 69, NESTA CIDADE DE FRUTAL, COM A SEGUINTE BENFEITORIA, UM PRÉDIO COMERCIAL EM DOIS PAVIMENTOS COM ÁREA TOTAL CONSTRUÍDA DE 239,00M², MELHOR DESCRITO E CARACTERIZADO NA MATRÍCULA SOB Nº 16.263, DO CARTÓRIO DE REGISTO DE IMÓVEIS DA COMARCA DE FRUTAL/MG. INSCRIÇÃO MUNICIPAL – 01.001.00069.013.000.É PERMITIDA A VISITAÇÃO, QUE DEVERÁ SER PREVIAMENTE AGENDADA COM SR. EMERSON PELO NÚMERO TEL: 11 – 2464-6460 / CELULAR 11 – 97777-0753 OU ATRAVÉS DO E-MAIL AF@SODRESANTORO.COM.BR.
CONSULTE O EDITAL COMPLETO NO SITE WWW.SODRESANTORO.COM.BR. PARA AGENDAR VISITAS AOS IMÓVEIS DISPONÍVEIS PARA VISITAÇÃO OU ESCLARECER DÚVIDAS, ENTRE EM CONTATO PELO TELEFONE (11) 2464-6460.

SODRESANTORO
SODRESANTORO
LEILAOSODRESANTORO
(11) 2464-6464
(11) 97777-1244
WWW.SODRESANTORO.COM.BR
Aponte a câmera do seu celular para o código ao lado e acesse este leilão. Consulte edital completo no site.
SODRÉ SANTORO
LEILÕES PRESENCIAIS E ONLINE
Flávio Cunha Sodré Santoro, Leiloeiro Oficial JUCESP nº 581

Direitos humanos

Ex-presidente das Filipinas é entregue ao TPI

O ex-presidente das Filipinas Rodrigo Duterte foi entregue ontem à custódia do Tribunal Penal Internacional (TPI). Duterte tinha uma ordem de prisão emitida pelo TPI por assassinatos em massa e crimes contra a humanidade durante sua campanha contra o tráfico de drogas. ●

AARON FAVILA/AP-28/10/2024



Groenlândia

Vencedores da eleição rejeitam ameaça de Trump

Após vencer a eleição da Groenlândia, o Partido Demokraatit, de centro-direita, rejeitou ontem as pressões de Donald Trump para tomar a ilha, que é um território autônomo da Dinamarca. Favorável a uma independência gradual, o partido declarou que a Groenlândia não está à venda. ●

Protesto contra Milei

Polícia reprime torcedores e aposentados na Argentina

Pancadaria ocorreu em protesto contra ajustes do governo, que achatou rendimentos e restringiu acesso a remédios gratuitos

BUENOS AIRES

Ao menos quatro pessoas foram presas ontem após a polícia reprimir manifestantes no centro de Buenos Aires. Carros foram queimados e houve pancadaria após torcedores organizados participarem de um ato em conjunto com aposentados contra o governo de Javier Milei.

Torcedores de pelo menos 30 clubes de futebol desafiaram os policiais que tentavam liberar as ruas em frente ao Congresso. Alguns quebraram a calçada e atiraram pedras contra a polícia, que respondeu com spray de pimenta, balas de borracha e canhões de água.

RODRIGO ABD/AP



Manifestante incendeia carro da polícia no centro de Buenos Aires

Em março de 2024, Milei decretou que as aposentadorias seriam atualizadas mensalmente com base nos últimos dados de inflação disponíveis. Os aposentados reclamaram que seus rendimentos acabaram defasados, porque a nova fórmula foi implementada após a desvalorização de 50% da moeda, em dezembro de 2023. Além do corte na renda, o governo também modificou o plano de saúde da previdência social e restringiu o fornecimento de medicamentos gratuitos.

MARADONA. Desde então, os aposentados argentinos protestam todas as quartas-feiras contra Milei. Ontem, porém, eles receberam o apoio de milhares de torcedores, de organizações sociais e de sindicatos.

Por volta das 17 horas, os confrontos começaram. Os primeiros choques ocorreram com a chegada de um grande grupo de torcedores com bandeiras do Boca Juniors e cantos de apoio aos aposentados. "Olê, olê, olê, Diego, Diego", gritavam os torcedores, em referência a Diego Maradona, que virou símbolo da manifestação. Durante a semana, circulou nas redes sociais um vídeo do craque argentino, gravado em 1992, dizendo a jornalistas: "Estou com os aposentados até a morte".

VIOLÊNCIA. Imediatamente, a polícia formou um cordão de isolamento para impedir que os manifestantes avançassem em direção ao Congresso. Imagens de vídeo gravadas no protesto mostraram o momento em que policiais agrediram Beatriz Blanco, uma aposentada de 87, que caiu no chão desacordada.

"Estamos sofrendo o pior ataque às nossas conquistas sociais. Nem com (*o ex-presidente Mauricio*) Macri foi assim", disse José Montes, aposentado de 75 anos, que foi ao protesto em uma cadeira de rodas vestindo uma camisa do River Plate. "Mas hoje estamos protegidos. As organizadas estão aqui para nos defender."

Já esperando a participação dos torcedores, o governo reagiu, reforçando as restrições de acesso aos estádios de futebol. Em uma resolução publicada na terça-feira, o Ministério da Segurança incluiu uma diretriz para proibir a entrada nos jogos de qualquer pessoa que "tenha se envolvido em conduta violenta contra pessoas ou coisas ou que afetem a segurança, o tráfego de veículos ou a ordem pública".

> ***"Estamos sofrendo o pior ataque às nossas conquistas sociais. Nem com (Mauricio) Macri foi assim"***
>
> **José Montes**
> Aposentado de 75 anos

Na prática, significa que qualquer torcedor envolvido em conduta desordeira será proibido de assistir às partidas de seu time por um período a ser determinado pelas autoridades. Pelo que se viu ontem nas ruas de Buenos Aires, a diretriz do governo não fez muita diferença. ● AFP

O Estado de S. Paulo

1875

— VEM AÍ —

Caderno Especial
República

16/MAR_



As transformações que definem o futuro

Em comemoração dos **150 anos do Estadão**, apresentamos **um olhar especial** em que passado e presente se encontram **para projetar o futuro da República** e **refletir sobre os caminhos** do sistema de governo que sustenta a **sociedade brasileira**.

SEJA UM **PATROCINADOR** DESSE CONTEÚDO **EXCLUSIVO**
E ASSOCIE **SUA MARCA** A UMA **REFLEXÃO ESSENCIAL**.
ENTRE EM CONTATO COM **publicacoes@estadao.com**

Realização: ESTADÃO 150
Criação: ESTADÃO BLUE STUDIO
Apoio: ELDORADO FM 107.3 paladar 20



Ensino superior

Cursos ligados ao agro crescem mais de 1.000% no País

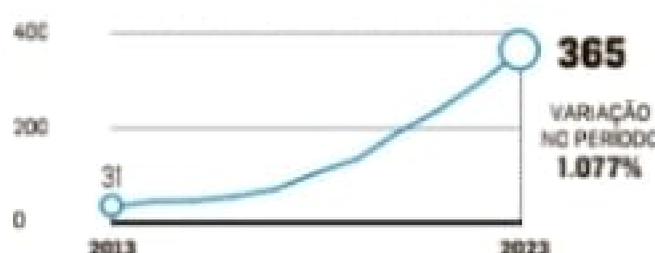
Mapa do Ensino Superior destaca avanço maior em formato a distância e em instituições particulares

AGROSSISTEMA

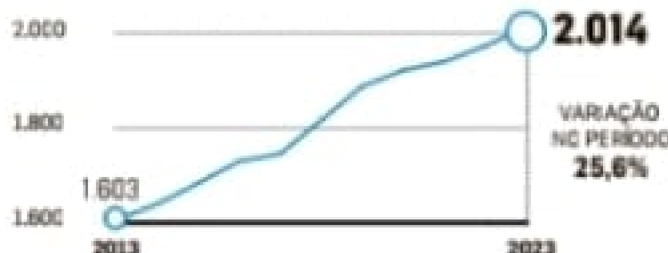
Inclui cursos de Medicina Veterinária, Agronomia, Gestão do Agronegócio e Gestão Ambiental, entre outros

Cursos

Educação a distância (EAD)

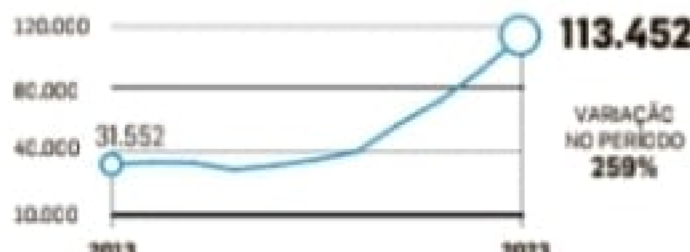


Presencial

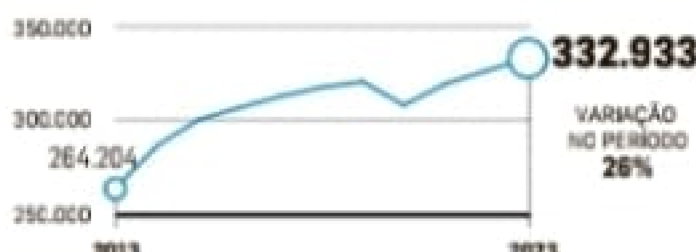


Matrículas

Educação a distância (EAD)



Presencial



FONTE: MAPA DO ENSINO SUPERIOR/INSTITUTO SEMESP / INFOGRÁFICO: ESTADÃO

RENATA CAFARDO

Cursos de ensino superior ligados ao agro, ambiente e veterinária tiveram crescimento de mais de 1.000% em dez anos. O aumento tanto da oferta quanto do número de matriculados foi mais expressivo na graduação a distância e em instituições particulares, mas também aparece entre cursos presenciais. Os dados são do Mapa do Ensino Superior no Brasil do Instituto Semesp.

O curso de Agronomia a distância, por exemplo, nem sequer existia em 2013 e, em 2023, último ano com dados disponíveis, tinha 45 mil alunos. Já os de Gestão de Agronegócio, também em EAD, cresceram 26 vezes em dez anos, passando de cerca de 200 alunos para 7,3 mil. Medicina Veterinária registra 3,5 mil estudantes atualmente e tinha apenas 314 em 2017, ano em que passaram a ser autorizados cursos na modalidade EAD. O crescimento entre graduações presenciais também se dá especialmente por causa da Veterinária, que aumentou 148%, a maioria em instituições particulares.

Outros cursos que tiveram o número de alunos bastante ampliado em educação a distância foram Gestão Ambiental, Engenharia Ambiental e Zootecnia. Essas graduações foram agrupadas no relatório com o nome de Agrossistema. Essa é a primeira vez que o Semesp, entidade que representa as instituições de ensino superior privado, dá destaque a esse grupo de cursos.

"É uma área pujante da economia, que muita gente acha que não precisa de ensino superior para atuar, mas que na verdade requer cada vez mais profissionais muito qualificados", diz o diretor executivo do Semesp, Rodrigo Capelato. Segundo ele, apesar do crescimento, há espaço para aumento ainda mais expressivo porque os estudantes em cursos ligados ao setor representam só 4,5% do total no País.

A área se destaca mesmo em um cenário já de grande crescimento em EAD nos últimos anos. Enquanto, no mesmo período, a quantidade de cursos a distância das demais áreas aumentou 700%, os que fazem parte do Agrossistema cresceram 1.077%. Capelato acredita que o maior investimento em cursos a distância se deu porque muitos dos jovens interessados nessas áreas estão fora dos centros urbanos.

REGULAÇÃO. Já as matrículas em cursos presenciais em outras áreas tiveram queda de 19% entre 2013 e 2023, enquanto as direcionadas ao setor cresceram 26%. O Ministério da Educação (MEC) tem prometido maior regulação para o setor de EAD. Esta semana, como mostrou o **Estadão**, foi prorrogada por mais um mês a proibição da criação de novos cursos e vagas em educação a distância no ensino superior privado. O governo federal prometia entregar um novo marco regulatório para a área, o que também ainda não saiu.

Há questionamentos sobre qualidade dos cursos que têm pouca ou nenhuma interação presencial. Por outro lado, eles são opção para estudantes mais velhos, mais vulneráveis e que moram longe dos grandes centros.

PERFIL UM POUCO DIFERENTE. A estimativa da Secretaria de Política Econômica do Ministério da Fazenda é de que o crescimento no PIB agropecuário em 2025 será de 6%, ante aumento de 2,5% do PIB geral. Com isso, o setor tende a ampliar sua participação no PIB nacional, historicamente entre 6,5% e 7%. O crescimento dos últimos anos chamou a atenção do ensino superior privado. Enquanto o número de instituições particulares com cursos nessas áreas foi de 436 para 625 em dez anos, a quantidade de universidades públicas foi de 173 para 178.

> **Quem é esse estudante**
> **São mais homens, com renda maior do que a média, e há menor parcela de pretos e pardos**

O relatório mostra que o perfil dos estudantes da área é um pouco diferente da média no País, assim como as mensalidades são mais altas. São mais homens, com renda maior e com menor parcela de pretos e pardos. Quase 60% deles têm até 24 anos de idade e não trabalham, quando, nos demais cursos, esses índices são de 43,7% e 33%, respectivamente. Mato Grosso, Mato Grosso do Sul e Tocantins têm a maior proporção de alunos do Agrossistema. ●

USP tem destaque em ranking mundial do QS

Os critérios envolvem reputação e produtividade acadêmica, citações em pesquisas, reputação entre empresas empregadoras e diálogo com instituições internacionais.

GIOVANNA CASTRO

O Brasil aparece 12 vezes na nova edição do QS World University Rankings, que elege as melhores universidades do mundo. A lista foi divulgada ontem e as universidades brasileiras ocuparam posições no ranking de melhores instituições por curso – em dois deles, teve mais de uma representante: Odontologia e Engenharia de Petróleo.

A Universidade de São Paulo (USP) foi a mais citada. Em Odontologia, ganharam destaque também a Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) e a Universidade Estadual Paulista (Unesp). Já em Engenharia do Petróleo, além da USP, foi citada a Universidade Federal do Rio (UFRJ).

De acordo com a QS World University Rankings, foram analisados 21 mil programas acadêmicos de mais de 1,7 mil universidades em cem países.

> **Principais programas**
> **Há 12 citações ao Brasil, com destaque para Odontologia e Engenharia de Petróleo**

A Universidade de Harvard liderou o ranking de cursos em todas as áreas de conhecimento – Ciências Sociais e Gestão, Ciências Naturais, Ciências da Vida e Medicina e Artes e Humanidades –, com exceção da área de Tecnologia e Engenharia, liderada pelo MIT.

"Países do leste asiático como Coreia do Sul, China continental e Hong Kong viram melhorias notáveis de suas universidades, enquanto também houve um crescimento notável no número de instituições classificadas da Ásia Ocidental e da região árabe", diz a QS. Na América Latina, o Brasil lidera em número de citações.

No ranking de melhores universidades em termos gerais, principal categoria da seleção, o MIT ficou em primeiro lugar. Na sequência vem Imperial College (Reino Unido), Universidades de Oxford (Reino Unido), Harvard (EUA) e Cambridge (Reino Unido). ●

Saiba mais

- **Curso de Odontologia**
  USP: 13.º lugar; Universidade Estadual de Campinas (Unicamp): 26.º; Universidade Estadual Paulista (Unesp): 39.º lugar.
- **Engenharia de Petróleo**
  USP: 9.º lugar; UFRJ: 40.º lugar.
- **Outras citações à USP**
  Antropologia: 25.º; Arqueologia: 43.º; História da Arte: entre 21.º e 50.º; Engenharia Mineral: 33.º lugar; Política: 50.º; Educação Física: 39.º; Enfermagem: 47.º lugar.

Violência

Após denúncia de assédio sexual e moral por 16 alunas, USP afasta professor

Docente de Química de Ribeirão Preto era alvo de ação desde setembro e deve ficar 180 dias sem exercer suas atividades

Um professor do Departamento de Química da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo (USP) de Ribeirão Preto foi afastado do exercício do cargo depois de ter sido denunciado por assédio sexual e moral por 16 alunas. José Maurício Rosolen era alvo de averiguação preliminar desde setembro do ano passado.

Trata-se do segundo professor da USP afastado por denúncias de assédio somente neste ano. O **Estadão** entrou em contato com o docente, mas até as 20 horas de ontem não houve retorno. Rosolen é professor da USP desde 1997.

De acordo com nota da faculdade, "foi instaurado um processo administrativo disciplinar em desfavor do docente. Para preservar os envolvidos e para que o processo ocorra sem influências das partes, ele foi afastado de suas atividades pelo prazo de 180 dias". E ainda: "Reiteramos que a FFCLRP repudia qualquer forma de assédio, discriminação e conduta inadequada, reafirmando seu compromisso com um ambiente acadêmico ético e respeitoso."

De acordo com o regimento interno da USP, o processo administrativo tem prazo de 90 dias para ser concluído. Ele parte da audição das denunciantes e do exame das provas da acusação e, em seguida, segue para a análise da defesa.

'ACORDO TÁCITO'. Segundo as denúncias, havia "um acordo tácito" entre os alunos para que nenhuma mulher fosse deixada sozinha com o professor tanto na sala de aula quanto no laboratório.

> **Segundo as denúncias**
> **Havia um acordo entre os alunos para que nenhuma mulher fosse deixada sozinha com o professor**

Ainda conforme as denunciantes, ele se aproximava das alunas, tentando estabelecer alguma conexão, fazendo convites, oferecendo viagens e passeios. O assédio escalava para tentativas de beijos forçados e toques em suas partes íntimas. Quando não havia reciprocidade, ele retaliava com ameaças de cortes de bolsas de estudo.

"Logo na primeira semana (*de aula*) já começaram umas coisas muito esquisitas, alguns comportamentos inadequados. Ele me chamando para fazer ginástica com ele na USP, me cobrando para ir com roupa de ginástica", disse uma das estudantes para o site de notícias G1. Ela ainda relatou convites para viagens e para dividir quarto, pois eram solteiros. Outra relatou situações de assédio envolvendo o mesmo docente no pós-doutorado, há cerca de três anos.

FACULDADE DE DIREITO. No início do mês, a Faculdade de Direito da USP instaurou um processo administrativo disciplinar contra o professor Alysson Leandro Barbate Mascaro. O docente é suspeito de assediar dez alunos.

A medida ocorreu após o término dos trabalhos da apuração preliminar das denúncias. O professor foi afastado em dezembro e, segundo a instituição, permanecerá fora dos quadros da universidade por mais 120 dias. Mascaro nega as acusações.

A comissão que investiga o caso terá um prazo de 90 dias (prorrogáveis, se necessário) para conclusão dos trabalhos, contados a partir da citação. A depender das conclusões da investigação, o professor poderá ser exonerado.

O primeiro afastamento cautelar foi publicado em portaria em dezembro de 2024 e solicitado pelo presidente da apuração preliminar. No documento, o diretor afirmava que havia "fortes indícios de materialidade dos fatos e que estes envolvem possível enquadramento típico de assédio sexual vertical".

Na ocasião, a defesa do docente rebateu as acusações e alegou que "aguarda o desfecho da investigação para que os fatos sejam devidamente esclarecidos". Segundo seus advogados, "perfis fakes de Instagram são criados para propagar calúnias". ●

Ex-marido mata biomédica a facadas dentro de clínica

Uma biomédica de 33 anos foi morta a facadas pelo ex-marido dentro da clínica de estética em que trabalhava em Ibirité, região metropolitana de Belo Horizonte, na terça-feira. Após cometer o crime, o homem, de 42 anos, tentou se matar, mas foi encontrado pela polícia com vida e preso por feminicídio e posse ilegal de arma. "A vítima, atingida por golpes de canivete, foi encontrada ao solo, ao lado do suspeito que, após o crime, atentou contra a própria vida. O Samu foi acionado para prestar o devido socorro", informou a Polícia Civil.

O homem foi encaminhado a um hospital para receber socorro e internado sob escolta policial. "Ele foi autuado pelos crimes de feminicídio e posse ilegal de arma de fogo de uso restrito, em razão da apreensão de uma arma de fogo localizada em sua residência", diz a polícia. Segundo a apuração inicial, assassino e vítima estavam em processo de separação e ele não aceitava o fim do relacionamento. No Instagram, a biomédica se definia como especialista em estética e compartilhava conteúdos sobre o tema. ● GIOVANA CASTRO

FFCLRP/REPRODUÇÃO



Roselen é o segundo docente afastado por assédio neste ano

Segurança

Bombas são detonadas no terminal de ônibus de Pinheiros

RENATA OKUMURA

Uma área do terminal de ônibus de Pinheiros, na zona oeste de São Paulo, foi isolada ontem após uma explosão de bomba. A ocorrência foi registrada antes das 6 horas e agentes do esquadrão antibomba do Grupo de Ações Táticas Especiais (Gate) da Polícia Militar estiveram ao local para estourar um segundo artefato.

Conforme a PM, objetos foram encontrados dentro de duas sacolas deixadas por uma pessoa não identificada em uma das plataformas do terminal, sendo que uma delas apresentou pequena explosão antes da chegada das autoridades – uma imagem de câmera de segurança mostra quando uma passageira foge, poucos segundos antes da detonação. "Felizmente, não causou quaisquer danos nem ferimentos às pessoas nas proximidades", afirmou a SP Terminais Noroeste, concessionária responsável pela gestão e operação do terminal urbano.

As autoridades detonaram com segurança o segundo objeto. Duas plataformas permaneceram interditadas para que os trabalhos de detonação seguissem com segurança. "A operação do terminal foi mantida, apenas com remanejamento das plataformas de embarque", disse ainda a concessionária. Pela manhã, a São Paulo Transporte (SPTrans) confirmou que o atendimento das linhas de ônibus seguia sendo feito no terminal.

PANFLETO. Imagens da câmera da segurança mostram que, juntamente com o explosivo, estariam panfletos. De acordo com o que foi divulgado em redes sociais, seriam supostamente assinados pelo "Partido Comunista do Brasil". Em nota, o PCdoB, partido que adota a nomenclatura, negou qualquer envolvimento com a ocorrência e lamentou o episódio.

"O Diretório Estadual do PCdoB SP vem a público esclarecer, de forma categórica, que não tem nenhum envolvimento com os artefatos explosivos que foram colocados na Estação Pinheiros, tampouco com a carta supostamente assinada por nossa organização", diz o partido em nota. "Trata-se de uma grave e irresponsável provocação, cujo objetivo é atacar o PCdoB e confundir a opinião pública. Estamos tomando todas as medidas jurídicas cabíveis para apurar as responsabilidades por esse ato criminoso e identificar os verdadeiros autores dessa provocação", acrescentou o partido. ●

> **Risco**
> **Imagem de câmera de segurança mostra quando passageira foge, poucos segundos antes da explosão**

TABA BENEDICTO/ESTADÃO



Por segurança, duas das plataformas tiveram de ser interditadas

Eufrázio

NOTAS E INFORMAÇÕES

Sensação de impunidade



Progressão de regime que pôs na rua assassinos do casal Richthofen desserve à sociedade

Não há pena de caráter perpétuo no Brasil, mas seria muito bom se ao menos os condenados a penas privativas de liberdade ficassem presos pelo tempo determinado pela Justiça, em especial os que cometeram crimes brutais. Compreende-se como natural, portanto, a sensação de impunidade diante da notícia segundo a qual Cristian Cravinhos, um dos assassinos do casal Richthofen, foi colocado em liberdade, no dia 5 passado, depois de ter cumprido apenas cerca de metade da pena de 38 anos e seis meses de prisão à qual foi condenado em 2006.

Sentenciados a penas ainda mais severas pela participação no duplo homicídio, o irmão de Cristian, Daniel, e a namorada deste, Suzane von Richthofen, filha do casal assassinado, já estavam em liberdade. E o fato de que os três já caminham livremente, a despeito da hediondez do crime que cometeram, é uma afronta não só à memória das vítimas e seus familiares, como também a uma sociedade amedrontada pela leniência do Estado para combater a criminalidade.

Evidentemente, os criminosos em questão não fugiram da cadeia. Seus advogados apenas cumpriram o dever profissional ao explorar todos os instrumentos legais para resguardar os interesses de seus clientes. Eis o problema de fundo. O Brasil é dotado de um sistema recursal e de progressão de regime mal formulado, mal executado e mal fiscalizado.

À falta de legislação mais severa para impedir rápidas progressões de regime para criminosos violentíssimos porque, ora vejam, eles tiveram bom comportamento no cárcere – o que não é mais do que a obrigação de qualquer apenado – soma-se o despreparo do Estado para bem definir quem, de fato, pode progredir no cumprimento da pena e, sobretudo, fiscalizar a contento essa progressão.

Dia sim e outro também, a sociedade é tomada por um misto de revolta e desalento ao tomar conhecimento de crimes graves, muitos culminando em morte, cometidos por bandidos que claramente não deveriam estar cumprindo pena em liberdade. A um só tempo, o atual arcabouço jurídico-penal premia criminosos violentos e prejudica o processo de ressocialização de apenados que, de fato, são dignos da progressão de regime. Veja-se, à guisa de exemplo, a facilidade com que o Congresso aprovou o fim das saídas temporárias de presos em feriados nacionais, conhecidas como "saidinhas".

O Estado brasileiro, em suas múltiplas esferas de atuação – Congresso, polícias, Ministério Público, Poder Judiciário, administração prisional – precisa ser mais inteligente no trato dos condenados sob sua custódia. Isso passa tanto por uma completa refundação das cadeias Brasil afora, muitas transformadas em usinas de ódio e degradação da condição humana, mas também, e sobretudo, por uma análise mais criteriosa sobre quem deve permanecer intramuros por mais tempo e quem, eventualmente, pode voltar ao convívio social. Ou seja, impõe-se uma revisão do sistema de progressão de regime.

Uma das dimensões da pena é a sua natureza retributiva, uma justa resposta do Estado a uma injusta agressão do cidadão infrator. Resta claro, no caso Richthofen, mas não só, que de justa a reparação não teve quase nada. ●

SOMENTE ONLINE

LEILÃO EXCLUSIVO DE VEÍCULOS DO GRUPO BRADESCO

VEÍCULOS DE SEGURO | 15/03/25 - 09h30, ESTAS E OUTRAS OPORTUNIDADES IMPERDÍVEIS







*VISITAÇÃO TODA, TERÇA E SEXTA DAS 15H ÀS 17H MEDIANTE AGENDAMENTO EXCLUSIVAMENTE ATRAVÉS DO TELEFONE 11-2464-6464.







SODRESANTORO
SODRESANTORO
LEILAOSODRESANTORO
(11) 2464-6464
(11) 97777-1244
WWW.SODRESANTORO.COM.BR
Aponte a câmera do seu celular para o código ao lado e acesse este leilão. Consulte edital completo no site.

bradesco

SODRÉ SANTORO
LEILÕES PRESENCIAIS E ONLINE
Luiz Fernando de Abreu Sodré Santoro, Leiloeiro Oficial JUCESP nº 182

Segurança

Delegados se mobilizam para ignorar desafio da PF

A Associação Nacional dos Delegados de Polícia Federal (ADPF) está orientando os delegados da PF a ignorarem o desafio lançado pela direção da corporação para aumentar a produtividade nas superintendências. A principal e mais influente entidade da classe afirma que a iniciativa vai aumentar o estresse sem trazer resultados qualitativos e pede que seja "desconsiderada".

A competição interna vai premiar as unidades que tiverem o melhor desempenho em indicadores que precisam ser melhorados, como a duração dos inquéritos e o volume de indiciamentos. "O Conselho de Diretores Regionais aprovou, por ampla maioria, o envio desta mensagem aos Delegados de Polícia Federal, associados da ADPF, orientando para que o chamado 'Desafio PF 2025' seja desconsiderado, não se aderindo a qualquer ferramenta de competição que possa causar ainda mais desgastes ao diminuto efetivo da Polícia Federal", diz mensagem. ● RAYSSA MOTTA

Eufrázio

PREVISÃO DO TEMPO

Para São Paulo - Capital
Baseada na geocoordenada da Praça da Bandeira | Última atualização: 12/03

Hoje: manhã	Hoje: tarde	Hoje: noite	Volume de chuva	Umidade relativa	Amanhã	Sábado	Domingo	Segunda
24° (10%)	25° (90%)	22° (65%)	11 mm	65 a 100%	21°/26°	20°/25°	20°/23°	20°/24°

Sol: Nascente: 6h08 | Poente: 18h22

Lua crescente: Crescente 06/03 13h31 | Cheia 14/03 3h54 | Minguante 22/03 8h29 | Nova 29/03 7h57

Regiões do Estado de SP (Chance de chuva | Volume de chuva | Temperatura (mín./máx.))

- Ribeirão Preto: 63% | 3.6mm | 19°/28°
- São José do Rio Preto: 54% | 3.1mm | 20°/30°
- Araçatuba: 54% | 3mm | 22°/31°
- Presidente Prudente: 47% | 16mm | 22°/31°
- Marília: 77% | 3.3mm | 20°/31°
- Bauru: 79% | 2.8mm | 19°/30°
- Araraquara: 61% | 4.9mm | 20°/32°
- Campinas: 100% | 6.8mm | 17°/32°
- São José dos Campos: 65% | 8.2mm | 16°/28°
- Litoral Norte: 68% | 4.5mm | 20°/28°
- Sorocaba: 59% | 5.8mm | 18°/28°
- São Paulo: 100% | 5.6mm | 18°/28°
- Litoral Sul: 80% | 3.4mm | 21°/28°

Precipitação Média: 100mm, 50mm, 25mm, 10mm, 5mm, 3mm, 1mm
Ondas: 13/03 — 2,5m, 1,5m, 1m

Fonte dos dados: meteoblue®

Capitais	Chove?	Vol. médio	Mín./Máx.	Capitais	Chove?	Vol. médio	Mín./Máx.
Aracaju	20%	0mm	25°C/31°C	Maceió	30%	0mm	24°C/31°C
Belém	60%	11mm	24°C/30°C	Manaus	50%	11mm	25°C/30°C
Belo Horizonte	75%	4mm	22°C/30°C	Natal	20%	0mm	25°C/31°C
Boa Vista	50%	10mm	24°C/32°C	Palmas	45%	3mm	24°C/32°C
Brasília	30%	1mm	20°C/31°C	Porto Alegre	60%	3mm	20°C/24°C
Campo Grande	60%	10mm	21°C/27°C	Porto Velho	70%	6mm	23°C/30°C
Cuiabá	80%	1mm	24°C/30°C	Recife	40%	3mm	26°C/30°C
Curitiba	80%	12mm	18°C/25°C	Rio Branco	85%	14mm	23°C/30°C
Florianópolis	50%	4mm	22°C/25°C	Rio de Janeiro	30%	0mm	24°C/30°C
Fortaleza	75%	11mm	24°C/32°C	Salvador	25%	0mm	25°C/30°C
Goiânia	35%	1mm	22°C/30°C	São Luís	80%	11mm	24°C/30°C
João Pessoa	25%	1mm	25°C/31°C	Teresina	80%	4mm	24°C/30°C
Macapá	55%	11mm	23°C/31°C	Vitória	10%	0mm	23°C/32°C

Mundo	Fuso	Mín./Máx.		Fuso	Mín./Máx.
Assunção	0h	22°C/29°C	Los Angeles	-5h	8°C/13°C
Atenas	+5h	10°C/20°C	Madri	+4h	6°C/11°C
Barcelona	+4h	10°C/15°C	Miami	-3h	17°C/27°C
Berlim	+4h	3°C/13°C	Montevidéu	0h	17°C/28°C
Bruxelas	+4h	1°C/7°C	Moscou	+6h	7°C/12°C
Buenos Aires	0h	11°C/18°C	Nova York	-3h	6°C/12°C
Caracas	-1h	19°C/25°C	Paris	+4h	5°C/11°C
Cidade do México	-3h	14°C/26°C	Roma	+4h	13°C/18°C
Estocolmo	+4h	-2°C/5°C	Santiago	0h	14°C/28°C
Genebra	+4h	1°C/10°C	Sydney	+14h	20°C/27°C
Joanesburgo	+5h	14°C/24°C	Tel-Aviv	+5h	20°C/28°C
Lima	-2h	20°C/24°C	Tóquio	+12h	11°C/15°C
Lisboa	+3h	10°C/15°C	Toronto	-3h	-1°C/6°C
Londres	+3h	2°C/11°C	Washington	-3h	7°C/12°C

Crime organizado

14 são denunciados por rede de tráfico montada por PCC e máfia italiana

Willian Agati, citado como concierge e chefe do esquema, e João Carlos Camisa Nova, o Don Corleone, estão entre os acusados

O Ministério Público Federal (MPF) denunciou 14 envolvidos na rede de tráfico internacional do Primeiro Comando da Capital (PCC) revelada na Operação Mafiusi, deflagrada pela Polícia Federal em dezembro. O grupo é acusado de organização criminosa e associação para o tráfico. É a primeira denúncia oferecida na esteira da investigação. Os denunciados teriam ligação com a máfia italiana 'Ndrangheta.

Segundo o inquérito, cargas de cocaína eram enviadas à Europa principalmente por meio do Porto de Paranaguá, no Paraná. O esquema teria operado por 5 anos, desde 2019. A denúncia narra que o grupo se associou "de forma estável, organizada com hierarquia e divisão de tarefas".

O MPF afirma também que todos agiram "com vontade livre e consciência da ilicitude de suas condutas" e "integraram pessoalmente organização criminosa de caráter transnacional, que mantinha conexão com outras organizações criminosas independentes". "A estrutura da organização é complexa e ostenta alto poder financeiro, sobretudo em razão da recorrente utilização de celulares com SKYECC (rede de comunicação criptografada usada por máfias ao redor do mundo), expressiva movimentação de valores, pagamentos em espécie, aquisição de bens de luxo e lavagem dos ativos obtidos com o tráfico", afirma.

Ainda segundo a denúncia, a lavagem de dinheiro do esquema era feita por meio da compra de imóveis em nome de terceiros e do agenciamento de jogadores de futebol. O cabeça do grupo, segundo a

O que diz o inquérito
Cargas de cocaína eram enviadas à Europa por meio do Porto de Paranaguá, no Paraná

Mafiusi, era o empresário Willian Barile Agati, o concierge do PCC, que segundo a investigação tentou despachar 554 kg de cocaína para o Porto de Valência (Espanha), em dezembro de 2020. As cargas de droga foram apreendidas em dois contêineres.

Agati nega os crimes e questiona a legalidade das provas obtidas. "Willian Agati é um empresário honesto", diz seu advogado, Eduardo Maurício.

Agati é apontado como o líder do esquema desmontado na Operação Mafiusi e está implicado em outras investigações por suspeita de elo com o PCC. Ele seria responsável pelo controle das remessas de drogas e pela compra de bens e imóveis para lavar o lucro do tráfico, diz a denúncia. Ele foi preso em janeiro. "O vínculo entre a máfia italiana 'Ndrangheta e os fornecedores de logística em Paranaguá-PR, com atuação em parceria com importantes personagens do PCC, denotam o tamanho da atuação de Willian Barile Agati no tráfico internacional de entorpecentes e na expressiva lavagem de capitais, utilizando prioritariamente o Porto de Paranaguá-PR para exportações, além do modal aéreo com jatos particulares em viagens internacionais", diz a denúncia.

DON CORLEONE. O empresário João Carlos Camisa Nova Júnior, o Don Corleone, está na lista. Ele seria comparsa de Agati e teria ajudado a enviar a cocaína à Europa em navios e em um jato particular Falcon 50. A aeronave foi usada pelo PCC, diz a PF, para levar cocaína à Bélgica. ● RAYSSA MOTTA, FAUSTO MACEDO E MARCELO GODOY

SÃO PAULO RECLAMA

Escada com defeito comprada em site

Reclamação de Marcos Mathias dos Santos: "Comprei uma escada de quatro degraus pelo site do Mercado Livre. O produto chegou, mas não usei imediatamente. Quando fui fazer o uso da escada, notei que ela estava bamba e totalmente desalinhada. Entrei em contato com o Mercado Livre e com o vendedor. Ambos informaram que não poderiam fazer nada, pois o prazo da reclamação havia expirado, por cinco dias. Disseram para eu entrar em contato com fabricante, mas o mesmo informa que o problema foi provavelmente no transporte, que é feito pelo Mercado Livre, e assim não poderiam ser responsáveis. Peço a gentileza de ajuda com o problema."

Resposta: "O Mercado Livre lamenta o ocorrido com o senhor Marcos Mathias dos Santos e informa que, após análise, o caso foi resolvido."

O que diz o Código de Defesa do Consumidor: pode-se desistir de uma compra feita fora de uma loja, como por telefone, internet, catálogo, ou domicílio, no prazo de 7 dias. O consumidor pode reclamar de vícios aparentes em 30 dias para produtos ou serviços não duráveis, e em 90 dias para produtos e serviços duráveis. ●

Teve algum direito como cidadão ou consumidor desrespeitado? O blog Seus Direitos pode ajudar. Envie suas reclamações, com os devidos documentos, dados pessoais e contatos, além do nome dos envolvidos na questão, para o **spreclama@estadao.com**

HÁ 150 ANOS

Nuvens no horisonte

Os receios de uma guerra com a Republica Argentina voltam a atormentar os espiritos amigos da paz e a provocar a attenção dos pensadores que ainda estudam os negocios publicos.

De facto, a possibilidade de uma guerra actualmente é mesmo para assustar; mas não ha outra cousa a fazer senão viver a gente de conjecturas e esperar.

O governo nos dirá ao certo a sua opinião a tal respeito no dia em que tiver de appelar para o patriotismo dos cidadãos, que tenham mais uma vez de empregar o seu sangue, sua tranquilidade e dinheiro no trabalho de desfiar aquela tês que nunca se acaba: a nossa influencia nas republicas platinas. ●

AGENCIA TELEGRAPHICA
HAVAS-REUTER
SERVIÇO DOS TELEGRAMMAS PARTICULARES
TARIFA ECONOMICA

CORREÇÕES

Este espaço se destina à correção de erros publicados na edição impressa do **ESTADÃO**. Você pode colaborar enviando e-mail para **correcoes@estadao.com**. As correções abrangem erros como: de informação, nome, cargo, dados numéricos, entre outros.

LOTERIA

Para ver os resultados, aponte a câmera do seu celular para o QR Code ou acesse: **https://loterias.estadao.com.br/mega-sena**.

FALECIMENTOS

Para publicar anúncio fúnebre: Balcão Limão ● (11) 3856-2135 / (11) 3815-3523 / WHATSAPP (11) 99123-8351 ● Atendimento de 2ª a 6ª das 8h30 às 21h horas, Sábado das 10h às 20h, Domingo das 14h às 20h ● Só serão publicadas notícias de falecimento/missa encaminhadas pelo e-mail **falecimentos@estadao.com**, com nome do remetente, endereço, rg e telefone.

Como acionar o serviço funerário na cidade de São Paulo

Na capital paulista, toda a prestação dos serviços cemiteriais e funerários é feita por meio de quatro concessionárias autorizadas: **Consolare**, **Cortel**, **Maya** e **Velar SP**, de acordo com a SP-Regula. Não há funerárias particulares.

Após o falecimento de uma pessoa, o primeiro passo é procurar as agências indicadas, para realizar a contratação dos serviços. O contratante deve ser, preferencialmente, parente do falecido(a), pois se responsabilizará pelas informações declaradas.

O munícipe pode ainda encontrar informações detalhadas de como contratar o serviço funerário pelo telefone 156 ou pelo Portal 156 (sp156.prefeitura.sp.gov.br/portal).

Site das concessionárias

Consolare:
https://consolare.com.br
Cortel SP:
https://www.cortelsp.com.br
Grupo Maya:
https://grupomaya.com.br/
Velar:
https://velarspfuneraria.com.br/

NA WEB
O munícipe pode ainda encontrar informações detalhadas de como contratar o serviço funerário neste link **https://www.prefeitura.sp.gov.br**

Eufrázio

Clima

Temporal em SP derruba árvores, mata 1 e deixa 173 mil sem luz

Morte foi no centro; na região, terceira árvore mais antiga da capital, com cerca de 200 anos, também quebrou com a chuva e caiu

FABIO GRELLET

O temporal que atingiu a cidade de São Paulo ontem à tarde matou um homem que estava dentro de um carro na Avenida Senador Queirós, no centro, e deixou cerca de 173 mil endereços sem luz. O carro em que a vítima estava foi atingido pela queda de uma árvore, de acordo com o Corpo de Bombeiros. De acordo com as informações iniciais, ele seria um taxista – dois passageiros teriam sido tirados do carro sem ferimentos.

A Defesa Civil voltou a enviar alerta severo para os celulares de pessoas nas regiões norte, oeste e central. Na Rua Artur de Azevedo, em Pinheiros, na zona oeste, uma árvore caiu sobre o telhado de um restaurante e dois veículos ocupados. No restaurante, houve o desabamento parcial de teto e três pessoas foram retiradas sem ferimentos de um dos veículos atingidos.

De acordo com o Centro de Gerenciamento de Emergências Climáticas (CGE), da Prefeitura, áreas de instabilidade formaram a chuva com forte intensidade. Entre as áreas mais afetadas, inclusive com queda de granizo, estão ainda Butantã e Pinheiros, na zona oeste, Campo Limpo, Santo Amaro e Vila Mariana, na sul.

CHICHÁ DE 200 ANOS. Entre as 158 árvores que caíram na região metropolitana até as 18h29, segundo os bombeiros, está a terceira árvore mais antiga da capital paulista. Ela ficava no Largo do Arouche, na República (centro). O chichá de cerca de 200 anos quebrou com a chuva e caiu.

Próximos dias
Defesa Civil recomenda atenção e reforça a importância de acompanhar os alertas

DANIEL TEIXEIRA/ESTADÃO



Bombeiros relataram 158 árvores caídas na região metropolitana

O Corpo de Bombeiros relatou que, até as 18h29, recebeu 3 chamados para desabamento, 4 de enchente e 158 de queda de árvores. A força da chuva provocou pontos de inundação no Terminal Bandeira, no centro. Choveu forte também em Barueri, Carapicuíba, Cotia e Osasco, na região metropolitana da capital.

As rajadas de vento alcançaram 62,9 km/h em Santana-Carandiru, na zona norte, e 61,6 km/h na região central. De acordo com a Enel, concessionária responsável pela distribuição de luz em São Paulo, às 17h30 havia 173 mil clientes sem luz na região metropolitana. A região oeste da capital foi a mais afetada. A Enel informou ter mobilizado todas as equipes disponíveis e, às 19h30, havia 153 mil clientes sem luz na capital.

De acordo com o Centro Nacional de Monitoramento e Alertas de Desastres Naturais (Cemaden) e o Instituto Nacional de Meteorologia (Inmet), os locais onde ocorreram as maiores precipitações ontem, em um período de 12 horas, foram Carapicuíba (Altos da Santa Lúcia, com 33 mm) e São Paulo (centro, com: 29 mm). Ainda foram registrados 26 mm em Cotia (Santa Isabel) e 25 mm em Araçoiaba Da Serra (centro).

PRÓXIMOS DIAS. O tempo permanece instável nos próximos dias. Uma nova frente fria avança para o litoral paulista, o que vai provocar queda da temperatura máxima no fim de semana. Hoje, na capital paulista, a previsão é de muitas nuvens e tempo abafado, segundo o CGE. À tarde, as pancadas de chuva com até forte intensidade têm potencial para rajadas de vento e novamente formação de alagamentos.

Amanhã, a perspectiva é de céu nublado, com poucas aberturas de sol pela manhã. À tarde, as pancadas de chuva acontecem com até forte intensidade, porém curta duração. Os ventos passam a soprar do quadrante sul, o que vai provocar céu encoberto e chuviscos no período da noite. Os termômetros oscilam entre a mínima de 20°C e a máxima de 27°C.

A Defesa Civil recomenda atenção para possíveis temporais e reforça a importância de acompanhar os alertas meteorológicos. O Gabinete de Crise, que reúne Corpo de Bombeiros e agências reguladoras de serviços, como concessionárias de energia, água e estradas, continua mobilizado de forma preventiva.

FIM DA ONDA DE CALOR. As temperaturas devem ficar mais amenas agora, principalmente durante as tardes, trazendo alívio ao forte calor dos últimos dias. "As temperaturas apresentam ligeiro declínio em função da incursão do ar frio marítimo contra a costa paulista", acrescenta o CGE.

A máxima não deve passar de 23°C no domingo. E, conforme a empresa meteoblue, as temperaturas devem seguir mais baixas ao longo da próxima semana, marcando o fim do verão e a chegada do outono. ● COLABOROU RENATA OKUMURA

Vida na cidade

MP apura taxa para treinadores no Ibirapuera

O Ministério Público de São Paulo (MP-SP) apura a cobrança de taxa pela Urbia, concessionária do Parque do Ibirapuera, de treinadores de corrida que utilizam o espaço para prática de exercícios de seus alunos. O valor cobrado é de cerca de R$ 10 mensais por pessoa, para assessorias com mais de cinco alunos.

Mesmo após notificação da Prefeitura em fevereiro, pedindo que a taxação fosse suspensa até que a atividade no parque seja regulamentada, a Urbia emitiu nova cobrança às assessorias na segunda-feira, com a justificativa de que "os profissionais cobram pelos serviços realizados" no parque e "se beneficiam comercialmente do espaço público sem contribuir para sua manutenção".

Apesar de ser um equipamento público, a exploração comercial do espaço do parque só pode ser feita mediante pagamento à concessionária, conforme o contrato de concessão. O dinheiro pago pelas assessorias esportivas seria utilizado, segundo a concessionária, para manutenção.

A Associação dos Treinadores de Corrida de São Paulo (ATC-SP), que representa as assessorias esportivas, afirma que a taxa configuraria cobrança de entrada em parque público para a prática de lazer esportivo, o que é ilegal. "A cobrança ilegal no Parque do Ibirapuera cria um precedente perigoso para aplicação de taxas a outros grupos e usuários", diz Vitor Rhein Schirato, advogado da associação.

Segundo o MP-SP, o inquérito civil para apurar o caso está em andamento e aguarda retorno da Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da Capital, que avalia se há uso indevido do espaço público tombado pelo patrimônio histórico e concedido à administração privada.

Por uso do parque
Taxa cobrada é de cerca de R$ 10 mensais por pessoa, para assessorias com mais de cinco alunos

Já a Secretaria Municipal do Verde e do Meio Ambiente disse que "está em diálogo com a empresa para avaliar os aspectos relacionados à cobrança das assessorias esportivas" e que vai "promover um encontro com os representantes da empresa e entidade envolvida no caso, para que possam dialogar". ● GIOVANNA CASTRO

NICOM
LUGAR DE GENTE MUITO, MUITO FELIZ!
TEL.:(11) 5033-2000
(11) 98200-1400
ESTA BMW pode ser SUA!
Metalatex-Massa Acrílica 25kg
De: 236,90
Por: 188,90
AMPLO ESTACIONAMENTO: 200 VAGAS
R. ÁTICA, 47 BROOKLIN SÃO PAULO/SP
Celite-Ducha Higienica C/Derivação One Cr
De: 292,90
Por: 229,90
www.NICOM.com.br

Copa Libertadores

Corinthians consegue 'vitória curta' sobre o Barcelona e está eliminado

Alvinegro vence time equatoriano por 2 a 0, mas fica fora da fase de grupos por ter sofrido derrota por três gols de diferença na partida de ida; torcida aplaude jogadores

ALEX SILVA/ESTADÃO



Jogadores do Corinthians se mostram desolados pelo resultado insuficiente para classificar o time

LIBERTADORES – 3ª FASE PRÉVIA - VOLTA



CORINTHIANS 2 | BARCELONA 0

Gols: Félix Torres, aos 39min do 1º tempo. Carrilo, aos 38 do 2º tempo.
CORINTHIANS: Hugo Souza; Matheuzinho, Félix Torres; Gustavo Henrique e Matheus Bidu (Bidon); José Martínez (Talles Magno), Raniele (Romero), André Carrillo e Rodrigo Garro; Memphis Depay e Yuri Alberto. **Técnico:** Ramón Díaz.
BARCELONA: Contreras; Carabalí, Arreaga, Vallecilla e Chalá; Arroyo, Leonai e Valiente (Joshué Quiñónez); Oyola (Campi), Rivero (Chalá) e Corozo. **Técnico:** Segundo Castillo.
Árbitro: Esteban Ostojich (URU).
Amarelos: Garro, Contreras, Leonai, T. Magno, Gustavo Henrique.
Vermelho: Leonai.
Renda: R$ 2.910.131,90.
Público: 44.602.
Local: Neo Química Arena.

BRUNO ACCORSI

Tolima em 2011, Guaraní do Paraguai em 2020 e Barcelona de Guayaquil em 2025. Em quatro participações do Corinthians na pré-Libertadores, três quedas, a última delas ontem, quando o time alvinegro foi eliminado mesmo vencendo o Barcelona por 2 a 0, no jogo de volta da fase derradeira por vaga na fase de grupos do torneio continental. O triunfo de nada valeu porque, no Equador, os corintianos foram derrotados por 3 a 0.

Em termos continentais, a equipe comandada por Ramón Díaz passa a se preocupar agora com a Copa Sul-Americana. Há, entretanto, uma grande missão a se encarar nos próximos dias. No domingo, o compromisso é um clássico com o Palmeiras, pelo jogo de volta da final do Paulistão, no Allianz Parque, às 18h30. A decisão será em Itaquera, dia 27.

Em sintonia com a torcida, o Corinthians fez o que tinha de fazer desde os primeiros segundos da partida. A equipe equatoriana mal tocava na boa e observava o avanço corintiano, que muitas vezes não se desenrolava perfeitamente, mas era indício de uma postura totalmente diferente da que foi vista no Equador.

Porém, a ideia de fazer o gol o mais rápido possível para reverter a desvantagem começou a esmorecer frente a algumas dificuldades apresentadas pelo time alvinegro. O jogo se concentrava do lado direito, por onde Carrillo caía para apoiar o ataque e cometia erros. Outra alternativa explorada era a bola aérea.

Como o tempo passava e o gol não saía, Ramón Díaz entendeu que precisava fazer alguma coisa e foi ousado. Aos 30 minutos, tirou o volante Raniele e colocou o atacante Ángel Romero em campo, recuando o Carrillo. Ele colocou fogo em lances pela direita. Quem decidiu, contudo, foi o equatoriano Félix Torres, que cabeceou para a rede após cobrança de escanteio de Garro.

No começo do segundo tempo, houve maior preocupação defensiva para o Corinthians. Torres, em grande noite, foi excepcional para interceptar duas investidas perigosas pelo lado direito da defesa. Fora isso, Hugo Souza teve de espalmar uma finalização perigosa de fora da área.

Campeonato Paulista
Corinthians faz o primeiro jogo da decisão contra o Palmeiras neste domingo às 18h30, no Allianz Parque

A aflição no estádio aumentava conforme o cronômetro passava dos 15 minutos e o segundo gol não saía. Até que, aos 17, o volante brasileiro do Barcelona, Leonai, fez falta em Martínez para matar um contra-ataque, recebeu o segundo amarelo e, portanto foi expulso. Com um a mais, Ramón foi para o tudo ou nada. Substituiu Martínez por Talles Magno e povoou o setor ofensivo.

Parecia, contudo, não haver uma estratégia mais sólida para furar a defesa do Barcelona, que passou a se dedicar exclusivamente a se proteger. Quase toda jogada corintiana terminava em cruzamentos infrutíferos para a área. Quando não isso, muita afobação e equívocos na tomada de decisão na hora do último passe.

GOL TARDIO. Mesmo sem tanta organização, a apreensão foi dissipada quando Memphis dividiu com o goleiro e a bola sobrou para Carrillo empurrar para a rede. Houve ainda, mais um pouco de inquietação, já que a equipe de arbitragem de vídeo revisou o lance para entender se estava impedido. Ao fim da avaliação, gol validado e explosão em Itaquera. Restava pouco tempo e o Corinthians não teve tantas chances de fazer o terceiro. E deu adeus à Libertadores. ●

Futebol brasileiro

Sem apoio, Ronaldo desiste de ser candidato à presidência da CBF

RODRIGO SAMPAIO

Ronaldo desistiu de se candidatar à presidência da Confederação Brasileira de Futebol (CBF). Ao constatar que não teria apoio da cartolagem para se apresentar como postulante ao cargo, ele resolveu abandonar seu plano. O ex-jogador anunciou a sua decisão por meio de nota divulgada em suas redes sociais. Ele alegou falta de diálogo com as federações e afirma que 23 das 27 filiadas fecharam as portas a ele por "satisfação com a atual gestão e apoio à reeleição". O cargo é exercido atualmente por Ednaldo Rodrigues.

"Depois de declarar publicamente o meu desejo de me candidatar à presidência da CBF no próximo pleito, retiro aqui, oficialmente, a minha intenção. Se a maioria com o poder de decisão entende que o futebol brasileiro está em boas mãos, pouco importa a minha opinião", escreveu Ronaldo.

Para se candidatar, Ronaldo precisava do apoio de pelo menos quatro das 27 federações, e de quatro clubes das Séries A e B do Brasileiro. Sem isso, nem sequer poderia entrar na disputa. Pelas regras da CBF, na eleição presidencial o voto das federações tem peso três; o dois clubes da Série A têm peso dois; e os dos clubes da Série B, um. Assim, é possível vencer somente com os votos das entidades federativas.

Ronaldo tentou buscar apoio para registrar sua candidatura, tentou contato com as federações estaduais, mas foi ignorado. "No meu primeiro contato com as 27 filiadas, encontrei 23 portas fechadas. As federações se recusaram a me receber em suas casas, sob o argumento de satisfação com a atual gestão e apoio à reeleição. Não pude apresentar meu projeto, levar minhas ideias e ouvi-las como gostaria. Não houve qualquer abertura para o diálogo", reclamou.

Essa manobra fez Ronaldo perceber que sua luta era inócua. "O estatuto concede às federações o voto de maior peso e, portanto, fica claro que não há como concorrer. A maior parte das lideranças estaduais apoia o presidente em exercício, é direito deles e eu respeito, independentemente das minhas convicções."●

Prazo
Ednaldo Rodrigues tem um ano, a partir do próximo dia 23 de março, para marcar a eleição

Champions League

Real Madrid perde, mas elimina rival nos pênaltis

THOMAS COEX / AFP



Jogadores do Real comemoram a classificação no campo do rival

Fora de casa, time é derrotado por 1 a 0 pelo Atlético, mas faz 4 a 2 nas penalidades; antes do jogo, Vini Jr. foi vítima de racismo

MADRI

O Real Madrid sofreu, jogou mal e perdeu ontem, nos 90 minutos e na prorrogação, por 1 a 0 para o Atlético de Madrid (havia vencido a partida de ida por 2 a 1). Contudo, o time teve melhor sorte na disputa dos pênaltis, viu o rival desperdiçar duas cobranças e venceu por 4 a 2. Assim, o maior vencedor do torneio com 15 títulos conseguiu avançar para as quartas de final da Champions League. A equipe agora vai encarar o Arsenal na luta por um lugar nas semifinais.

Antes mesmo de o jogo começar, mais uma vez a torcida do Atlético de Madrid cometeu atos de racismo contra o atacante brasileiro Vinícius Júnior. Segundo o *Globo Esporte*, torcedores que estavam no entorno do estádio Metropolitano chamaram o brasileiro de chimpanzé.

O atacante tem sido uma vítima recorrente de racismo na Espanha. Até agora, são vários episódios, dentro e fora de estádios onde o Real Madrid entra em campo, o que fez com que vários clubes e torcedores fossem punidos. Vini Jr. é uma das maiores vozes no combate a esse tipo de crime no mundo, cobrando seguidamente ações de LaLiga e da Real Federação Espanhola de Futebol.

O JOGO. Com direito a lindo mosaico de 360 graus pedindo "a vida em campo", os jogadores do Atlético de Madrid foram em busca de uma revanche. Só uma vitória interessava diante de um Real Madrid com seu quarteto ofensivo, com Mbappé confirmado após ser dúvida por lesão.

O clima festivo deixou o time empolgado e, com somente 28 segundos, o Atlético igualou a série com gol de Gallagher. Os colchoneros partiram para o ataque assim que o árbitro apitou o início. Troca de passes e a bola chegou para De Paul cruzar. Juliano Simeone errou a letra, mas Gallagher deu o carrinho e superou Courtois.

Após o gol, o Atlético se fechou. O time deu a bola ao Real Madrid e tentava buscar os contra-ataques – Álvarez exigiu várias defesas de Courtois.

Na segunda etapa, o cenário se repetiu. Em um dos poucos ataques em que o Real Madrid fez tudo certo, aos 25 minutos, Vini Jr. deu ótimo passe para Mbappé, que foi agarrado na área. Na cobrança, o brasileiro chutou mal e mandou por cima do gol de Oblak.

Courtois fez mais uma grande defesa em chute de Simeone, e o jogo seguiu para a prorrogação. Com as duas equipes tentando evitar levar o gol, o jogo foi para a decisão nos pênaltis. Mbappé, Bellingham, Valverde e Rüdiger anotaram e garantiram a vaga. Julian Álvarez escorregou na segunda cobrança do Atlético e acabou encostando os dois pés na bola, o que fez com que a cobrança fosse anulada pelo VAR. Llorente ainda bateu no travessão.

Além de Real Madrid x Arsenal, as quartas de final da Champions League terão os seguintes confrontos: Bayern de Munique x Inter de Milão, Borussia Dortmund x Barcelona e Paris Saint-Germain x Aston Villa. ●

Quartas de final

O Real Madrid pega o Arsenal; Barça encara o Dortmund, PSG o Aston Villa e a Inter o Bayern

Acidente na estrada

Pedro Henrique Severino continua na UTI e é submetido a traqueostomia

Pedro Henrique Severino, jogador de 19 anos do Red Bull Bragantino que sofreu grave acidente no dia 4, Rodovia Anhanguera, em São Paulo, foi submetido ontem a um procedimento de traqueostomia. Ele segue na UTI do Hospital Unimed Ribeirão Preto e mantém quadro neurológico grave, com necessidade de sedação e medidas clínicas de proteção cerebral.●

Futebol

Grupo dono do City e do Bahia tem prejuízo de R$ 7,3 bilhões desde 2013

O City Football Group, conglomerado que possui vários times no mundo, entre eles o Manchester City e o Bahia, acumula prejuízo de R$ 7,3 bilhões desde sua criação, em 2013, segundo o *The Athletic*. O Manchester City é o único time que tem lucro e foi responsável por 77% do faturamento da empresa na temporada 2023/24, com receitas de mais de R$ 5,3 bilhões. ●

Palmeiras

Gustavo Gómez lesiona joelho no treino e deve desfalcar time contra o Corinthians

O zagueiro paraguaio Gustavo Gómez sofreu um entorse no joelho direito durante o treino de ontem do Palmeiras e teve constatada uma lesão no ligamento colateral. O clube não informou o tempo de recuperação, apenas que o defensor iniciou tratamento com os profissionais do Núcleo de Saúde e Performance (NSP). No entanto, o jogador deve desfalcar a equipe domingo, na partida contra o Corinthians, a primeira da decisão do Paulistão. Uma cirurgia foi descartada.

CESAR GRECO/PALMEIRAS



Santos

Neymar volta aos treinos e faz tratamento para se apresentar à seleção brasileira

Após sua ausência na semifinal do Paulistão, contra o Corinthians, Neymar se reapresentou no CT Rei Pelé ontem, no que pode ser o início de seu último ciclo no Santos antes do fim do contrato. Com um desconforto muscular na coxa, o camisa 10 iniciará o tratamento para estar à disposição, tanto da seleção brasileira quanto do clube paulista, ainda em março.●

Tênis

Fonseca estreia com vitória no Challenger de Phoenix

PHOENIX

À espera do Masters 1000 de Miami, João Fonseca voltou à quadra ontem para disputar o Challenger de Phoenix, nos Estados Unidos, em uma espécie de preparação especial. Refeito da eliminação precoce em Indian Wells, o carioca, 80º colocado no ranking mundial, não teve dificuldades para superar Pavel Kotov (102º) por 2 sets a 0, parciais de 6/2 e 6/4.

O próximo adversário de Fonseca no torneio americano já está definido: é o alemão Jan-Lennard Struff, cabeça de chave número 4 e 46º do mundo na lista da ATP.

O duelo contra Kotov começou com Fonseca buscando uma postura mais ofensiva. Com uma quebra no primeiro e outra no sétimo game, o brasileiro se impôs pelo saque potente e o bom jogo de fundo para fechar a parcial em 6/2.

No intervalo entre o primeiro e o segundo set, o jogo teve uma pausa a pedido de Fonseca. Após o primeiro game, que teve Kotov confirmando seu serviço, o brasileiro solicitou nova interrupção e foi atendido por um fisioterapeuta.

Com proteção na coxa esquerda, ele deu prosseguimento ao confronto, quebrou o serviço do rival no terceiro game e voltou a abrir vantagem, minando a confiança do tenista russo. Com jogo solto e batendo muito forte do fundo da quadra, Fonseca definiu o duelo ao fazer 6/4 no set.●

O MELHOR DA TV

TÊNIS
● ATP e WTA 1000 de Indian Wells
Quartas de Final
15h / ESPN 2

FUTEBOL
● Liga Europa
Eintracht Frankfurt x Ajax
14h45 / Band e CazéTV
Athletic Bilbao x Roma
14h45 / CazéTV
Chelsea x Copenhague
17h / CazéTV
Man. United x Real Sociedad
17h / CazéTV
● Libertadores Sub-20
Belgrano x Palmeiras
18h40 / SporTV 2

BASQUETE
● LBF
Blumenau x Corinthians
19h30 / ESPN
● NBB
Vasco x Botafogo
19h45 / SporTV 3
● NBA
Milwaukee Bucks x Los Angeles Lakers
20h30 / Prime Video
Golden State Warriors x Sacramento Kings
23h / Prime Video

VÔLEI
● Superliga Feminina
Osasco x Mackenzie
20h55 / SporTV 2

Astronomia

'Lua de sangue' será visível no País de madrugada

Visibilidade depende da condição meteorológica, mas não exige binóculo

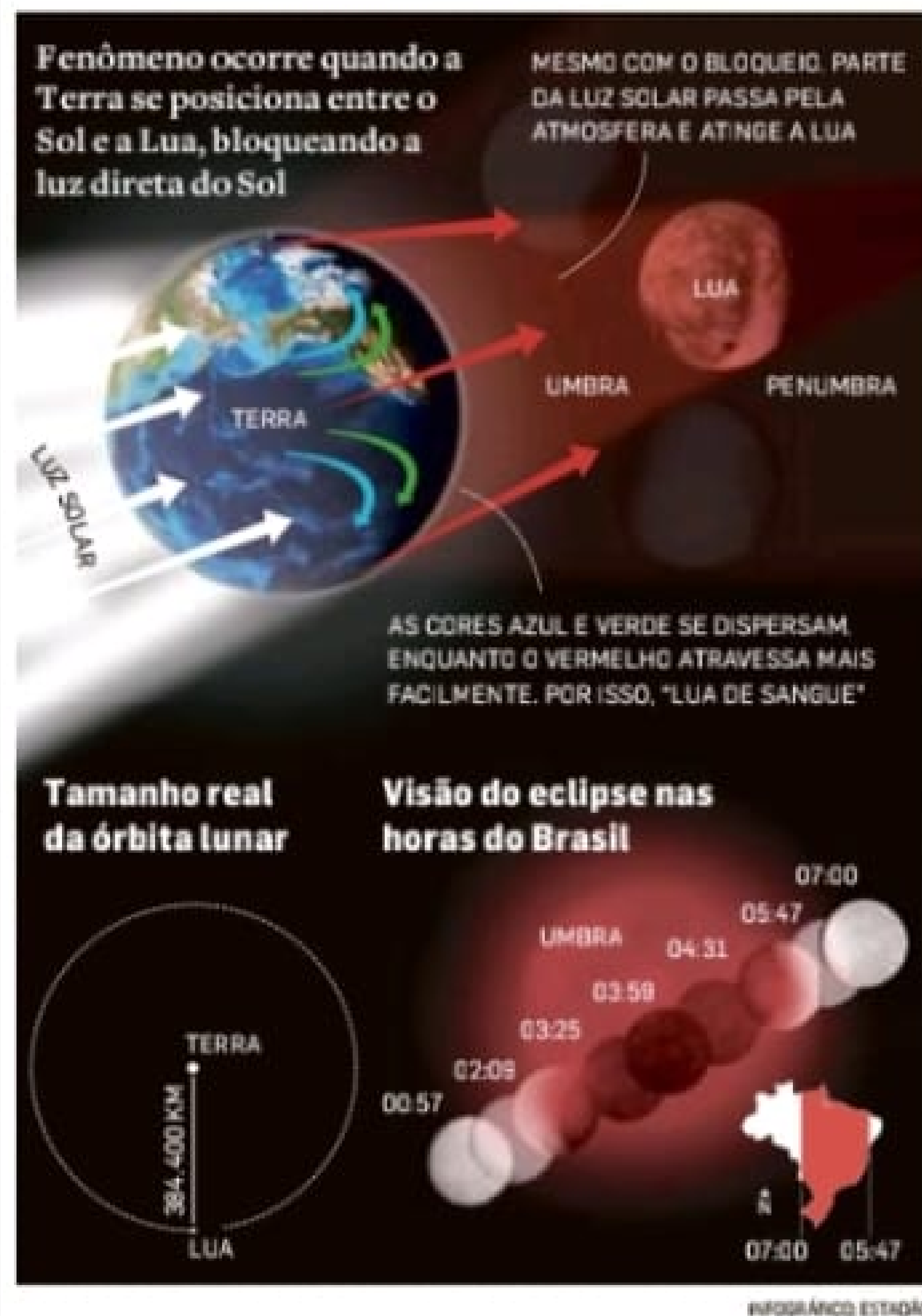
GIOVANNA CASTRO

O primeiro eclipse lunar de 2025 está marcado para acontecer amanhã e será visível do Brasil. Este também será o primeiro eclipse lunar total desde 2022, segundo a Agência Aeroespacial dos Estados Unidos (Nasa). O fenômeno criará o efeito chamado de "lua de sangue", quando o astro aparece avermelhado no céu. A coloração vermelha neste tipo de eclipse se dá porque a Lua fica posicionada por completo na parte mais escura da sombra da Terra, chamada umbra.

"A parte da luz solar que passa pela atmosfera da Terra alcança a superfície da Lua, iluminando-a fracamente", diz a Nasa em uma publicação sobre o fenômeno. "Cores com comprimentos de onda mais curtos – os azuis e os violetas – se dispersam mais facilmente do que cores com comprimentos de onda mais longos, como vermelhos e laranjas. Como esses comprimentos de onda mais longos atravessam a atmosfera da Terra, e os comprimentos de onda mais curtos se dispersam, a Lua aparece laranja ou avermelhada ", afirma a agência. Um eclipse lunar ocorre quando o Sol, a Terra e a Lua se alinham de modo que a Lua passe pela sombra da Terra.

ECLIPSE TOTAL

Lua vai passar pela sombra da Terra e ficará com tons avermelhados e alaranjados



INFOGRÁFICO ESTADÃO

COMO VER DO BRASIL? O fenômeno terá visibilidade do continente americano a partir da 0h57, no horário de Brasília, conforme previsão da Nasa. Por volta das 2h10, deve ser possível ver o eclipse parcial acontecer. E a partir das 3h26, o total.

À sombra
A coloração vermelha neste tipo de eclipse se dá porque a Lua fica por completo na umbra

O eclipse está previsto para se encerrar às 5h48. Como são estimativas, esses horários podem variar para mais ou para menos. A visibilidade também depende da condição meteorológica no local de observação. Quanto mais limpo o céu, mais fácil fica ver o eclipse. "Não é necessário nenhum equipamento especial se as nuvens cooperarem. Afastar-se das luzes brilhantes lhe dará uma visão melhor, assim como utilizar binóculos", diz a Nasa. ●

IMPERDÍVEL
LEILÃO DE IMÓVEL
CASA RESIDENCIAL

MACHADINHO
JARINU – SP

20/03 ÀS 11H
SOMENTE ONLINE

ÁREA TOTAL CONSTRUÍDA 983,12M²

LANCE INICIAL: R$4.700.000











• 3 VAGAS DE GARAGEM (COBERTAS) • QUADRA DE SQUASH INDOOR • PISCINA • VARANDA INTEGRADA C/ ESPAÇO GOURMET • SAUNA • QUARTOS COM CLOSET

JARINU/SP, MACHADINHO. CASA, LOCALIZADA NO LOTE 6-A, UNIFICADO DOS LOTES 06, 07 E 08 DA QUADRA 24, DO LOTEAMENTO RESIDENCIAL LAGOS DE JARINU, NO ENDEREÇO ESTRADA MUNICIPAL PEDRO CONTESINI COM ÁREA TOTAL CONSTRUÍDA DE 983,12M², SOB O Nº 107 DA RUA LEMAN E INSCRIÇÃO MUNICIPAL SOB O Nº DE 0650.024.0006.00-00, 0650.024.0007.00-0 E 0650.024.0008.00-0, MELHOR DESCRITO E CARACTERIZADO NA MATRÍCULA SOB Nº 147.088 DO OFICIAL DE REGISTO DE IMÓVEIS E ANEXOS DE ATIBAIA DO ESTADO DE SÃO PAULO/SP - OCUPADO. VISITAS DEVERÃO SER PREVIAMENTE AGENDADAS COM EMERSON (SETOR DE IMÓVEIS), NO TELEFONE: (11) 2464-6460 – RAMAL 6460 OU ATRAVÉS DO E-MAIL: AF@SODRESANTORO.COM.BR.

CONSULTE O EDITAL COMPLETO NO SITE WWW.SODRESANTORO.COM.BR. PARA AGENDAR VISITAS AOS IMÓVEIS DISPONÍVEIS PARA VISITAÇÃO OU ESCLARECER DÚVIDAS, ENTRE EM CONTATO PELO TELEFONE (11) 2464-6460



SODRESANTORO
SODRESANTORO
LEILAOSODRESANTORO
(11) 2464-6464
(11) 97777-1244

WWW.SODRESANTORO.COM.BR
Aponte a câmera do seu celular para o código ao lado e acesse este leilão. Consulte edital completo no site.



SODRÉ SANTORO
LEILÕES PRESENCIAIS E ONLINE

Flávio Cunha Sodré Santoro, Leiloeiro Oficial JUCESP nº 581

INCLUI CLASSIFICADOS

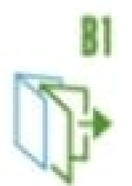


B15 **Tarifaço.** Governo diz que sobretaxa dos EUA é 'injustificável' e não descarta a OMC

ECONOMIA & NEGÓCIOS E&N

QUINTA-FEIRA, 13 DE MARÇO DE 2025 O ESTADO DE S. PAULO





DESTAQUE O CADERNO E&N (B1 A B20)

Indicadores **Custo de vida**

Inflação chega a 1,31% e tem maior variação para fevereiro desde 2003

Índice é puxado por reajustes de contas de luz e mensalidades escolares; alimentos voltam a subir, com destaque para ovo e café, que registram aumentos de dois dígitos

RIO
SÃO PAULO

A variação de preços das contas de luz e os reajustes sazonais de mensalidades escolares pressionaram a inflação em fevereiro, que bateu em 1,31%, ante 0,16% em janeiro. Foi o pior resultado para o mês desde 2003 (1,57%). Os alimentos também voltaram a subir, com destaque para o ovo e o café, que registraram altas de dois dígitos.

Pelos dados divulgados ontem pelo IBGE, a taxa acumulada em 12 meses passou de 4,56%, em janeiro, para 5,06% em fevereiro, a mais alta desde setembro de 2023. O resultado ficou ainda mais longe do centro da meta da inflação (de 3%) e se afasta também do seu teto (4,5%). "(*O resultado*) Reforça a sinalização de manutenção do ritmo de alta de 1 ponto porcentual (*da taxa Selic*) na reunião (*do Comitê de Política Monetária do Banco Central*) de março", disse o economista-chefe da corretora de investimentos Monte Bravo, Luciano Costa.

Variação

Taxa em 12 meses passou de 4,56%, em janeiro, para 5,06%, a mais alta desde setembro de 2023

Os gastos das famílias brasileiras com Habitação tiveram elevação de 4,44% em fevereiro, uma contribuição de 0,65 ponto porcentual para a taxa do IPCA. Parte do grupo, a energia elétrica subiu 16,80%. A alta veio após a incorporação em janeiro de desconto resultante do saldo positivo da conta de comercialização da Itaipu Binacional (o chamado "bônus Itaipu").

Já o grupo Educação teve um avanço de 4,70% em fevereiro, com impacto de 0,28 ponto para o índice geral. Neste caso, a maior contribuição veio do aumento de 5,69% nas mensalidades dos cursos regulares, por conta dos reajustes habitualmente praticados no início do ano letivo. As variações mais agudas ocorreram no ensino fundamental (7,51%), ensino médio (7,27%) e pré-escola (7,02%).

ALIMENTOS. Apontada como o principal motivo para a queda da popularidade do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, a alta da inflação levou o governo a anunciar na semana passada a redução do Imposto de Importação para alimentos como açúcar, café e carne – medida vista como inócua no curto prazo por especialistas. Ele também aposta na nova safra agrícola deste ano para tentar conter os preços dos alimentos.

Mas não foi o que se viu em fevereiro. Os alimentos voltaram a subir no mês passado, pelo sexto mês consecutivo, embora a alta tenha sido mais branda e menos espraiada, ficando concentrada em uma menor quantidade de itens, segundo Fernando Gonçalves, gerente do IPCA no IBGE. O grupo Alimentação e Bebidas saiu de uma elevação de preços de 0,96%, em janeiro, para uma variação de 0,70%. Em fevereiro, porém, o encarecimento dos alimentos foi "basicamente do café e do ovo", disse Gonçalves.

"O café vem sustentando alta (*de preços*) desde janeiro de 2024. No ano de 2024, a alta do café foi de 39,60%. Nos dois primeiros meses de 2025, o café já subiu 20,25%", citou o pesquisador. Só em fevereiro, o café moído subiu 10,77%.

Já o ovo de galinha aumentou 15,39%, maior variação mensal desde o início do Plano Real. Segundo Gonçalves, os Estados Unidos tiveram perdas do produto por causa de gripe aviária, levando a um aumento nas exportações brasileiras de ovos para o País. Além disso, houve maior demanda pelo item em função do início do ano, ao mesmo tempo que a ocorrência de um clima mais quente também prejudicou a produção de ovos.

Economista sênior do Banco ABC Brasil, Francisco Lima viu uma fotografia pior para a inflação doméstica, com sinais de alerta para os grupos de serviços e bens industriais. Ele descarta a perspectiva de melhora à frente nos aumentos de preços de serviços, devido ao mercado de trabalho ainda aquecido. Quanto ao encarecimento de produtos industriais, Lima nota influência da alta do dólar.

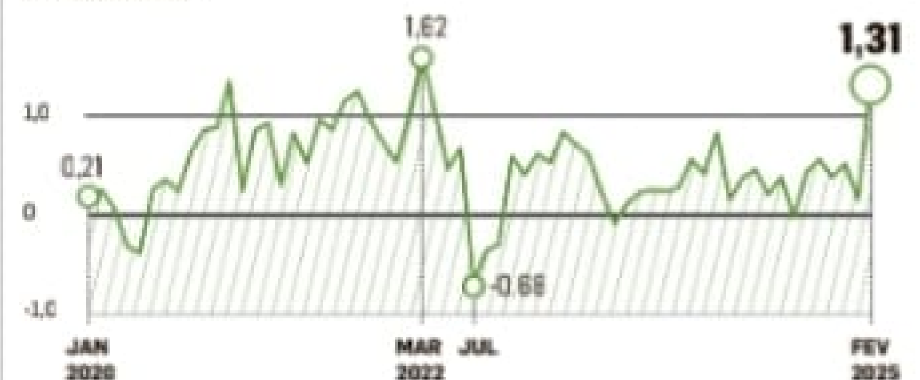
"É uma piora que reflete o repasse da desvalorização cambial do fim do ano passado. Geralmente, é um item que traz conforto para o IPCA, mas este ano deve contribuir negativamente para o índice", previu. ● DANIELA AMORIM, REGINA SILVA e GABRIELA JUCÁ

PREÇOS CAEM NOS EUA, MAS TARIFAÇO PODE REVERTER TENDÊNCIA, PÁG. B2

PREÇOS EM ALTA

Evolução mensal do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA)

EM PORCENTAGEM



FONTE: IBGE / INFOGRÁFICO ESTADÃO

HOTEL RESORT E GOLFE CLUBE DOS 500



DIAS EM MEIO À NATUREZA!

Desfrute de dias de conexão com a natureza no Hotel Resort e Golfe Clube dos 500. Um ambiente acolhedor e repleto de tranquilidade.

FAÇA SUA RESERVA! 12 3132-3555

Localizado a apenas duas horas de São Paulo, o Hotel Resort e Golfe Clube dos 500 combina arte, bom gosto e hospedagem de excelência, oferecendo um ambiente único com 600.000m² de área verde.

CLUBE DOS 500

Rod. Presidente Dutra, Km 60
Guaratinguetá • SP
@hotelclubedos500
reservas@h500.com.br

Conheça o hotel escaneando o QR Code!





Celso Ming celso.ming@estadao.com

Mês mais curto, inflação mais alta

É uma bomba de cada vez. Em dezembro, estouraram os preços do café, das carnes e da laranja. Em janeiro, os da cenoura (36,14%), tomate (20,27%), sem muito afrouxamento nos itens anteriores. E, em fevereiro, foi a vez da energia elétrica (esticão de 16,8%), dos ovos (15,4%) e o do café, que acumula alta de 20,25% somente neste ano.

Preocupado com a derrocada nas pesquisas de aprovação, já em clima de eleições que se aproximam, o governo Lula vai correndo atrás dos culpados e dos suspeitos de sempre.

Em fevereiro, já não poderia mais apontar o dedo nem para produtores, nem para atacadistas, nem para atravessadores. Foi o governo que descarregou sobre a conta de luz mais uma estocada. Desta vez, foi a tal recomposição do bônus da Usina Hidrelétrica de Itaipu.

Alguém pode argumentar que, na virada de cada ano, acontecem os reajustes de preços e de tarifas, especialmente os dos serviços, que engordam a inflação. É explicação de longe insuficiente. Embora já esperada, a inflação deste fevereiro foi a mais alta dos últimos 22 anos. O governo prefere demonizar os sintomas e não ataca as causas.

Não dá para ignorar os efeitos da seca e do excesso de chuvas que se abateram em regiões diferentes do País. Mas essa conta pesou relativamente pouco diante das outras.

INFLAÇÃO

PRINCIPAIS VARIAÇÕES DOS ITENS MEDIDOS PELO IPCA EM FEVEREIRO

ENERGIA ELÉTRICA RESIDENCIAL	16,80%
OVO DE GALINHA	15,39%
MELANCIA	13,56%
CAFÉ MOÍDO	10,77%
ENSINO FUNDAMENTAL	7,51%
ENSINO MÉDIO	7,27%
TRANSPORTE POR APLICATIVO	7,09%
BATATA-INGLESA	-4,10%
BANANA-D'ÁGUA	-5,07%
CINEMA, TEATRO E CONCERTOS	-6,96%
PASSAGEM AÉREA	-20,46%

FONTE: IBGE / INFOGRÁFICO: ESTADÃO

Os diagnósticos do Banco Central, organismo cuja direção foi majoritariamente escolhida pelo presidente Lula, vêm avisando que a alta dos preços tem origem no consumo excessivo que, por sua vez, é o resultado da gastança (questão fiscal).

Quem olha para além das aparências sabe que a inflação é resultado da compra do amém do eleitor com pacotes de bondades baixados pelo governo: mais Bolsa Família, mais Pé-de-Meia, mais saques do Fundo de Garantia, mais créditos consignados. Assim, a demanda agregada dispara à frente da capacidade de oferta do setor produtivo.

O Banco Central faz o que pode com a única arma de que dispõe: retira dinheiro do mercado, o que produz alta dos juros, com os efeitos colaterais conhecidos: disparada dos custos do crédito, repuxada da dívida pública (que incorpora os juros no principal), aumento do endividamento das famílias e corte nos investimentos.

Para os próximos meses, deve haver alguma desaceleração da alta. Mas o momento está a disparar incertezas, a partir da política econômica errática e maluca do presidente Donald Trump, que vai desarticulando os fluxos de produção e distribuição ao redor do mundo – e não só nos Estados Unidos.

Por aqui, soma-se a essas incertezas a tendência de alta do dólar no câmbio interno, fator que tende a conduzir mais água ao moinho da inflação. ●

COMENTARISTA DE ECONOMIA

Guerra comercial **Efeito**

Preços caem nos EUA em fevereiro, mas tarifaço pode reverter tendência

Índice fica em 0,2%, no primeiro recuo desde setembro, mas analistas veem impacto com medidas adotadas por Trump

WASHINGTON

A inflação dos EUA desacelerou no mês passado pela primeira vez desde setembro e uma medida do núcleo de inflação (que exclui os itens mais voláteis) caiu para o nível mais baixo em quatro anos, apesar de as tarifas adicionais sobre aço e alumínio – que entraram em vigor ontem – sejam uma ameaça para os preços.

O índice de preços ao consumidor (CPI, na sigla em inglês) foi a 2,8% em fevereiro, em base anualizada, de acordo com o relatório do Departamento do Trabalho americano divulgado ontem. É uma queda em relação aos 3% registrados no mês anterior. Os preços básicos, que excluem as categorias voláteis de alimentos e energia, aumentaram 3,1% em relação ao ano anterior, abaixo dos 3,3% registrados em janeiro. O valor é o mais baixo desde abril de 2021.

As quedas foram maiores do que os economistas esperavam, de acordo com uma pesquisa do provedor de dados FactSet. No entanto, os preços permanecem mais altos do que a meta de 2% do Federal Reserve (Fed, o banco central americano). A inflação instável pode criar problemas para o presidente Donald Trump, que prometeu durante a campanha do ano passado "acabar com a inflação".

Na base mensal, a inflação também ficou muito abaixo do esperado. Os preços ao consumidor aumentaram 0,2% em fevereiro em relação ao mês anterior, abaixo do 0,5% registrado em janeiro. E os preços básicos subiram apenas 0,2%, abaixo do aumento de 0,4% em janeiro.

Ameaça
Com cerco aos importados, expectativa é de que preços permaneçam elevados

Os preços dos alimentos permaneceram inalterados no mês passado em relação a janeiro, o que trouxe algum alívio para os consumidores que enfrentam um aumento de 25% nos preços dos alimentos em relação a quatro anos atrás. O custo dos ovos, entretanto, aumentou 10,4% em fevereiro em relação ao mês anterior e o produto está quase 60% mais caro do que há um ano.

A gripe aviária forçou os agricultores a abater mais de 160 milhões de aves. O preço médio dos ovos atingiu US$ 4,95 (R$ 28,80) a dúzia em fevereiro, um recorde. O preço estava consistentemente abaixo de US$ 2 (R$ 11,60) por dúzia há décadas, antes da doença.

E com Trump impondo – ou ameaçando impor – uma ampla gama de tarifas sobre as importações de Canadá, México, China, Europa e outros países, a maioria dos economistas prevê que o crescimento dos preços provavelmente permanecerá elevado este ano.

As tarifas agitaram os mercados financeiros e podem desacelerar drasticamente a economia, com alguns analistas elevando as apostas no risco de uma recessão. Muitos economistas esperam que a inflação caia este ano sem os impostos de importação, mas, com as tarifas, eles preveem que a inflação permanecerá elevada até o fim deste ano.

Trump prometeu impor tarifas recíprocas a todos os países que cobrarem impostos sobre as exportações dos EUA em 2 de abril. Os economistas do Yale Budget Lab calculam que essas tarifas, por si só, poderiam elevar a taxa tarifária média dos EUA ao seu nível mais alto desde 1937 e custar às famílias médias até US$ 3,4 mil (R$ 19,8 mil). ● AP

ESTE CONTEÚDO FOI TRADUZIDO COM O AUXÍLIO DE FERRAMENTAS DE INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL E REVISADO POR NOSSA EQUIPE EDITORIAL

Estímulo ao consumo não é remédio contra inflação

ANÁLISE

ALEXANDRE CALAIS

A inflação brasileira em fevereiro deu uma estilingada e foi a 1,31%, maior patamar para o mês desde 2003. Em 12 meses, chegou a 5,06%, bem acima do teto da meta perseguida pelo Banco Central (3%, com margem de tolerância de 1,5 ponto, para mais ou para menos). É um problema extra para o BC, mas é um problema maior, claro, para a população, que vê o seu poder de compra ser corroído.

Em fevereiro, a inflação foi puxada pela energia elétrica (um aumento excepcional decorrente da recomposição das tarifas, após o pagamento de um bônus pela hidrelétrica de Itaipu em janeiro) e pela educação (esta, uma alta sazonal). Mas os alimentos voltaram a ter um aumento razoável (0,7%).

Na semana passada, o presidente Lula vociferou contra essa situação. "A gente não quer brigar com ninguém, a gente quer encontrar uma solução pacífica (*para o preço dos alimentos*). Mas, se a gente não encontrar, a gente vai ter de tomar atitude mais drástica, porque o que interessa é levar a comida barata para a mesa."

As medidas anunciadas pelo governo para isso, porém – principalmente zerar o Imposto de Importação sobre vários produtos –, foram consideradas inócuas por analistas. O que seria "atitude mais drástica"? Controle de preços? Parece estar mais do que claro que isso nunca funcionou, e não iria funcionar agora.

A inflação alta é uma das principais pedras no sapato do presidente Lula, a ponta mais visível, para a população, dos problemas macroeconômicos do País. E a alta dos preços passa muito pelas atitudes do governo. O BC já alertou várias vezes: os gastos públicos desenfreados, o aumento do endividamento, as incertezas sobre os rumos do arcabouço fiscal tornam mais difícil o trabalho de controlar a escalada dos preços. Seriam necessários juros cada vez mais altos para isso, com efeitos complicados para a atividade econômica.

Risco
Se o consumo aumenta e a inflação não baixa, os juros têm de ficar altos, deprimindo a economia

Mas Lula tem se preocupado bem pouco em economizar. Parece querer estimular ainda mais o consumo. Recentemente, o governo anunciou a liberação do FGTS para trabalhadores demitidos e que haviam optado pelo saque-aniversário. Ontem, publicou medida provisória que facilita o crédito consignado para trabalhadores formais do setor privado. São medidas que podem acabar se tornando contraproducentes no que se refere à popularidade de Lula: se o consumo aumenta e a inflação não baixa, os juros têm de permanecer altos por mais tempo, deprimindo a economia. Isso não pode ser bom para quem sonha com a reeleição. ●

EDITOR DE ECONOMIA

Eufrázio

R$ 56,6 bilhões pagos em 2024 aos nossos segurados e beneficiários.

(Fonte: balanço 2024/dados internos)

Proteger você, sua família, sua saúde, seu patrimônio, seu futuro e suas conquistas está em nossas raízes.

172 milhões
de procedimentos médicos.

305 mil
pagamentos de benefícios de Previdência.

230 mil
indenizações de Seguros de Automóvel, Residenciais e Gerais.

286 mil
indenizações de Seguros de Vida e Perda de Renda.

R$ 103 milhões
pagos em sorteios de Capitalização.

Seguros de Vida:
25,3 milhões
de Contratos (Seguros de Vida e Perda de Renda).

Capitalização:
8,6 milhões
de Títulos Ativos.

Previdência:
3,2 milhões
de Planos de Previdência Ativos.

Seguros de Automóvel, Residenciais e Gerais:
3,2 milhões
de segurados.

Saúde:
3,8 milhões
de segurados.

Dental:
8,8 milhões
de segurados.



Acesse.



bradesco seguros

Com Você. Sempre.

SAC - Serviço de Atendimento ao Consumidor: 0800 727 9966 | Ouvidoria: 0800 701 7000. Para atendimento à pessoa com Deficiência Auditiva ou de Fala, acesse o nosso site. CNPJ: 33.055.146/0001-93

Política econômica **Mais crédito**

Com BC sob pressão para segurar inflação, Lula cria novo consignado privado

Para secretário da Fazenda, programa de estímulo à economia terá efeito 'paulatino' e não vai pressionar preços

BRASÍLIA

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva assinou ontem medida provisória que reformula o crédito consignado para trabalhadores do setor privado, como antecipou o *Estadão/Broadcast* na semana passada. A expectativa era de que o anúncio fosse feito antes do carnaval, mas problemas técnicos adiaram a MP para esta semana.

O consignado privado é um tipo de empréstimo em que o pagamento das parcelas é feito diretamente no contracheque, com desconto em folha. Assim, todos os trabalhadores com uma fonte de pagamento formal estarão aptos ao novo consignado.

A liberação do novo modelo começa no próximo dia 21 e os pedidos serão feitos por meio da Carteira de Trabalho Digital. Quem já tem o consignado ativo pode fazer a migração para a nova linha a partir de 25 de abril. A portabilidade entre os bancos poderá ser realizada a partir de 6 de junho.

A medida mira públicos como o dos empregados domésticos e dos trabalhadores rurais com carteira assinada, além de MEIs. A estimativa do governo é de que mais de 80 instituições financeiras estejam habilitadas para oferecer o serviço.

O anúncio do programa, batizado de Crédito do Trabalhador, acontece num momento de alta da inflação – também ontem o IBGE divulgou que o IPCA de fevereiro bateu em 1,31%, maior variação para o mês desde 2003 – e, por tabela, de expectativa de que o Banco Central mantenha a atual trajetória de alta dos juros. Diante desse contexto, no mercado o governo tem sido criticado por lançar mão de novas políticas de crédito – com impacto sobre a atividade econômica e os preços – enquanto o BC tenta controlar a inflação.

Durante o evento que marcou a assinatura do texto, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva disse que mudanças na política econômica "levam tempo" para acontecer: "Economia não se faz com mágica, não inventa". Ele afirmou ainda que seu atual mandato é diferente dos anteriores por ele ser, hoje, "mais experiente". "Não pensem que tenho direito de fazer absurdo com o Brasil." Lula, que enfrenta o menor patamar de popularidade dos seus três mandatos, repetiu que seu governo não vai dar "cavalo de pau" e classificou suas políticas como "serenas".



Observado por Haddad (à esq) e Marinho, Lula assina texto da MP

'SEM PREOCUPAÇÃO'. O secretário de Reformas Econômicas do Ministério da Fazenda, Marcos Pinto, rechaçou a ideia de que o novo crédito consignado privado possa estimular a economia no momento em que o BC tenta controlar a inflação por meio de uma elevação da taxa Selic. Ele afirmou que o

VEM AÍ
A 10ª EDIÇÃO!

ESTADÃO Melhores SERVIÇOS 2025

8.MAI NO DIGITAL
11.MAI ESPECIAL NO IMPRESSO

CONFIRA AS NOVIDADES DESTA EDIÇÃO E SAIBA COMO COLOCAR A SUA MARCA EM EVIDÊNCIA

Mais de 2M de avaliações

Dashboard navegável exclusivo mede o desempenho de empresas e setores mensalmente

PERFORMANCE
EXPERIÊNCIA
SATISFAÇÃO

A **EDIÇÃO COMEMORATIVA** TRAZ O RANKING COM AS **EMPRESAS QUE MAIS ENCANTARAM** OS CONSUMIDORES EM 36 CATEGORIAS

SAIBA COMO COLOCAR A SUA MARCA NO MAIOR E MAIS ABRANGENTE RANKING DE SERVIÇOS DO BRASIL.

ESCREVA PARA
publicacoes@estadao.com
E SOLICITE UMA PROPOSTA.


CONHEÇA AS EDIÇÕES ANTERIORES

Realização: ESTADÃO 150 ANOS
Criação: ESTADÃO BLUE STUDIO
Parceria: HSR Specialist Researchers

Eufrázio

RICARDO STUCKERT / PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA



Dinheiro na mão

Veja os três tipos de consignados já em vigor

● **Consignado do INSS:** Atende a aposentados, pensionistas e beneficiários da Previdência. Existem cerca de 15 milhões de usuários dessa linha, que possuem renda média de R$ 1.680,79 por mês. A inadimplência é considerada baixa pela Federação Brasileira de Bancos (Febraban), de apenas 1,6% do total de crédito concedido. Taxa média de juros de 1,66% ao mês em dezembro de 2024. Possui teto de juros de 1,8% ao mês

● **Consignado dos servidores públicos:** Voltado a servidores públicos federais, estaduais e municipais. Existem cerca de 5,5 milhões de pessoas nessa linha, que possuem renda média de R$ 4.868 por mês. A inadimplência também é considerada baixa, de 2,2% do total de crédito concedido. Taxa média de juros de 1,8% ao mês em dezembro de 2024. Possui teto de juros de 1,8% ao mês

● **Consignado dos trabalhadores do setor privado (modelo em vigor):** Para empregados no regime de CLT, com carteira assinada. Existem cerca de 1,5 milhão de usuários na linha, que possuem renda média de R$ 2.941 por mês (setor privado geral) e R$ 1.730 (empregado doméstico). A inadimplência é considerada alta pela Febraban, de 7,4% do total de crédito concedido. Taxa média de juros de 2,89% ao mês em dezembro de 2024, sem limitação por teto. A ideia do novo modelo é reduzir essas taxas

programa vai demorar algum tempo para alcançar um grande número de pessoas, porque o sistema bancário precisa se adaptar.

"Eu já antecipo perguntas de vocês: 'Mas vocês estão estimulando ainda mais a economia no momento em que o BC está perseguindo uma política monetária restritiva'. Já digo para vocês: isso vai ser paulatino. O produto não vai atingir uma massa gigante do dia para a noite, ele tem um tempo de maturação. Então, a gente não precisa ficar preocupado com isso", disse o secretário.

Pinto defendeu ainda que não se pode atrasar o andamento de reformas estruturais por causa do que chamou de "questões conjunturais". Já Lula voltou a defender a circulação do dinheiro e a distribuição de renda. Ele ponderou que as pessoas devem evitar usar o crédito para "gastar o que não têm". Ele garantiu que a política do governo não busca aumentar o endividamento da população. E completou: "Empréstimo não é feito para pagar outro empréstimo".

Para o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, é preciso ter "cautela" sobre a nova ferramenta porque o programa, "muito sofisticado", passará por um processo de desenvolvimento ao longo das próximas semanas e meses. "Os bancos vão saber avaliar a estabilidade do emprego, a estabilidade do setor e a estabilidade da empresa. Então, inicia-se, a partir de agora, uma curva de aprendizagem. Eles vão aprender a lidar com uma coisa nova. Mas quando nós domesticarmos esse bicho novo que está nascendo, eu tenho certeza que nós vamos olhar para trás em muito pouco tempo e falar 'que dia especial o dia do crédito do trabalhador'", disse.

BANCOS. A pedido dos bancos, não haverá um teto para os juros na nova linha, como existe no consignado para servidores públicos e pensionistas do INSS. Por isso, não será ampliado o uso do FGTS como garantia, que permanecerá em 10%, em caso de demissão sem justa causa, como já acontece atualmente.

O ministro do Trabalho e Emprego, Luiz Marinho, disse que o governo não quer, mas pode recorrer a um teto de juros do novo consignado privado. Ele contou que, nas negociações para o programa, os bancos relataram que a instituição do teto poderia limitar a oferta desse crédito.

"O governo tem a caneta na mão, e o comitê gestor, se observar que o sistema financeiro está abusando, poderá estabelecer teto futuro. O desejo é que ele não tenha necessidade de recorrer a isso", disse.

Juros
A pedido dos bancos, não haverá um teto para as taxas na nova linha de crédito

Hoje, o consignado privado tem estoque de crédito concedido de R$ 40 bilhões, com juros médios de 2,9% ao mês. O governo e a Federação Brasileira de Bancos (Febraban) entendem que é possível triplicar esse volume, para R$ 120 bilhões, e trazer os juros para algo mais próximo – mas, ainda assim, maior – ao consignado do setor público e do INSS, teto de 1,8% ao mês. ● ALVARO GRIBEL, AMANDA PUPO, CÍCERO COTRIM e SOFIA AGUIAR

29ª EDIÇÃO
INTERMODAL SOUTH AMERICA
22 a 24 de abril, 2025
NOVO LOCAL DISTRITO ANHEMBI
SÃO PAULO, SP, BRASIL

SEU PRÓXIMO GRANDE NEGÓCIO COMEÇA NA INTERMODAL SOUTH AMERICA!

De **22 a 24 de abril**, os **maiores nomes da logística e comércio exterior** estarão reunidos no **Distrito Anhembi, em São Paulo**. Venha fazer parte desse encontro imperdível e impulsionar seus negócios!

Serão mais de **500 marcas nacionais e internacionais** apresentando seus lançamentos e tendências, com soluções completas para toda a cadeia logística. O evento também traz uma programação exclusiva com **mais de 60 horas de conteúdo qualificado**, incluindo autoridades do setor e **keynotes speakers renomados.**





ORGANIZAÇÃO E PROMOÇÃO

informa markets

INSCREVA-SE GRATUITAMENTE!

INTERMODAL.COM.BR

AGS - ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO DE SISTEMAS DE SALUBRIDADE S.A DO BRASIL

CNPJ 11.936.991/0001-35

Relatório da Patrimonal

BALANÇOS PATRIMONIAIS LEVANTADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 31 DE DEZEMBRO DE 2023 - *Valores expressos em reais - R$*

ATIVO	2024	2023
CIRCULANTE		
Caixa e equivalentes de caixa	6.151.290,31	6.579.045,99
Contas a receber - clientes	–	899.253,28
Impostos a recuperar	14.145,24	-
Despesas antecipadas	14.355,10	10.799,22
Total do ativo circulante	6.179.790,65	7.489.098,49
NÃO CIRCULANTE		
Impostos a recuperar	6.958,99	56.336,89
Imobilizado	44.016,48	41.468,81
(–) Depreciações acumuladas	(41.604,37)	(39.425,90)
Total imobilizado	2.412,11	2.042,91
Total do ativo não circulante	9.371,10	58.379,80
TOTAL DO ATIVO	6.189.161,75	7.547.478,29

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	2024	2023
Contas a pagar	104,13	–
Impostos e contribuições a recolher	27.325,02	71.373,33
Imposto de renda e contribuição social	85.067,31	146.679,73
Apropriações trabalhistas	79.456,71	43.474,89
Dividendos a pagar	80.444,36	407.041,46
Fornecedores	16.089,00	15.378,00
Total do passivo circulante	288.486,53	683.947,41
PATRIMÔNIO LÍQUIDO		
Capital social	4.250.000,00	4.250.000,00
Reserva legal	406.416,37	389.480,72
Reserva de Lucros	1.244.258,85	2.224.050,16
Total do patrimônio líquido	5.900.675,22	6.863.530,88
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	6.189.161,75	7.547.478,29

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido em 31 de dezembro de 2024 e 31 de dezembro de 2023 *(Em reais)*

	Capital social	Reserva legal	Reserva de lucros	Lucros acumulados	Total
Saldos em 31 de Dezembro de 2022	4.250.000,00	303.787,78	2.094.692,48	–	6.648.480,26
Distribuição de dividendos 2023	–	–	(1.091.766,71)	–	(1.091.766,71)
Resultado líquido do exercício	–	–	–	1.713.858,79	1.713.858,79
Constituição de reserva legal em 31 de dezembro de 2023	–	85.692,94	–	(85.692,94)	–
Distribuição de dividendos em 31 de dezembro de 2023	–	–	–	(407.041,46)	(407.041,46)
Constituição de reserva de lucros em 31 de dezembro de 2023	–	–	1.221.124,39	(1.221.124,39)	–
Saldos em 31 de dezembro de 2023	4.250.000,00	389.480,72	2.224.050,16	–	6.863.530,88
Distribuição de dividendos 2024	–	–	(1.221.124,39)	–	(1.221.124,39)
Resultado líquido do exercício	–	–	–	338.713,09	338.713,09
Constituição de reserva legal em 31 de dezembro de 2024	–	16.935,65	–	(16.935,65)	-
Constituição de dividendos propostos em 31 de dezembro de 2024	–	–	–	(80.444,36)	(80.444,36)
Constituição de reserva de lucros em 31 de dezembro de 2024	–	–	241.333,08	(241.333,08)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2024	4.250.000,00	406.416,37	1.244.258,85	–	5.900.675,22

Demonstrações dos Fluxos de Caixa pelo Método Indireto em 31 de Dezembro de 2024 e 31 de Dezembro de 2023 - *Valores expressos em reais - R$*

	2024	2023
Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais		
Resultado antes da apuração do imposto de renda e contribuição social	677.957,96	2.294.973,37
Ajustes para reconciliar o lucro do exercício com o caixa gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais		
Imposto de renda e contribuição social	(339.244,87)	(581.114,58)
Depreciações	2.178,47	3.126,24
(Aumento) redução nos ativos operacionais		
(Aumento) redução em clientes	899.253,28	(744.209,61)
(Aumento) redução em impostos a recuperar	35.232,68	(6.549,02)
(Aumento) redução em despesas antecipadas	(3.555,88)	13.960,61
Aumento (redução) nos passivos operacionais		
Aumento (redução) em contas a pagar	104,13	–
Aumento (redução) em impostos e contribuições a recolher	(44.048,31)	31.954,54
Aumento (redução) em imposto de renda e contribuição social	(61.612,42)	33.960,37
Aumento (redução) em apropriações trabalhistas	35.981,82	1.610,06
Aumento (redução) em outros passivos	(325.886,10)	43.938,22
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais	876.360,74	1.091.650,20
Fluxo de Caixa das Atividades de Investimento		
Aquisição de imobilizado	(2.547,67)	–
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades de investimento	(2.547,67)	-
Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamento		
Dividendos a pagar	(80.444,36)	(1.091.766,71)
Dividendos pagos	(1.221.124,39)	(407.041,46)
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades de financiamento	(1.301.568,75)	(1.498.808,17)
Aumento (Redução) do Saldo de Caixa e Equivalentes de Caixa	(427.755,68)	(407.157,97)
Caixa e equivalente de caixa no início do período/exercício	6.579.045,99	6.986.203,96
Caixa e equivalente de caixa no fim do período/exercício	6.151.290,31	6.579.045,99
Aumento (Redução) do Saldo de Caixa e Equivalentes de Caixa	(427.755,68)	(407.157,97)

Demonstrações dos Resultados em 31 de dezembro de 2024 e 31 de dezembro de 2023 *(Em Reais)*

	2024	2023
Receitas operacionais:		
Serviços prestados	1.521.846,79	3.000.205,52
Deduções:		
(–) Impostos sobre serviços prestados	(131.639,65)	(259.517,62)
Receita operacional líquida:	1.390.207,14	2.740.687,90
Despesas operacionais:		
Despesas com pessoal	(510.422,78)	(474.642,47)
Despesas gerais e administrativas	(768.324,06)	(740.863,89)
Depreciações	(2.178,47)	(3.126,24)
Despesas tributárias	(10.056,73)	(8.175,68)
Receitas (despesas) financeiras	578.732,86	781.093,75
	(712.249,18)	(445.714,53)
Resultado antes da apuração do imposto de renda e contribuição social	677.957,96	2.294.973,37
(–) Imposto de renda	(243.091,81)	(424.270,46)
(– Contribuição social sobre o lucro	(96.153,06)	(156.844,12)
	(339.244,87)	(581.114,58)
Resultado líquido do exercício	338.713,09	1.713.858,79

Paulo Faria de Oliveira - Representante Legal - CPF: 011.369.359-16; **Joel Vieira de Oliveira** - Contador - CRC 1SP187298/O-4 - CPF 083.733.788-71.

As demonstrações finaceiras completas foram publicadas na edição digital deste jornal conforme lei nº 6.404/76, Art. 289 e encontra-se à disposição dos Senhores acionistas e interessados na sede da Companhia.

ESTADÃO RI

A melhor multiplataforma de Relações com Investidores

Confira as notícias que envolvem as principais empresas do País.



PORTAL ESTADÃO RI



ATOS SOCIETÁRIOS, FATOS RELEVANTES E NOTÍCIAS QUE ENVOLVEM AS PRINCIPAIS EMPRESAS DO PAÍS

SAIBA MAIS EM: ESTADAORI.ESTADAO.COM.BR

ESTADÃO 150 ESTADÃO RI ELDORADO 107,3 ESTADÃO BLUE STUDIO AGÊNCIA ESTADO broadcast

Fábrica de Papel e Papelão Nossa Senhora da Penha S.A.

C.N.P.J. 45.912.199/0001-13

Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária - Convocação

Convocamos os Srs. Acionistas desta Sociedade a se reunirem em AGO/AGE, a realizar-se no dia 12/04/2025, às 10:00h, na sede social da Sociedade, a fim de deliberarem sobre a seguinte Ordem do dia: **AGO:** a) Leitura, discussão e votação do relatório da Administração, Balanço Patrimonial e Demonstrações Financeiras relativas ao exercício findo de 31/12/2024; b) Destinação do Lucro Líquido do Exercício; c) Pagamento de Dividendos; d) Eleição dos Membros do Conselho de Administração; e) Fixação de remuneração dos Membros do Conselho de Administração e da Diretoria; f) Instalação do Conselho Fiscal e eleição dos membros titulares e seus suplentes. **AGE:** a) Aumento do Capital Social e consequente alteração do Art. 6º do Estatuto Social. b) Reestruturação na Composição e Cargos da Diretoria, com a consequente alteração da Seção II - Diretoria do Estatuto Social. A partir da data desta publicação, estarão disponíveis aos acionistas na sede social da Sociedade, cópias do relatório da Administração, Balanço Patrimonial e Demonstrações Financeiras relativas ao exercício findo em 31/12/2024, as quais também serão encaminhadas através do e-mail de cada acionista.

Itapira, 12 de Março de 2025

Conselho de Administração

PORTO DE SANTOS AUTORIDADE PORTUÁRIA DE SANTOS S.A. — MINISTÉRIO DE PORTOS E AEROPORTOS — GOVERNO FEDERAL BRASIL UNIÃO E RECONSTRUÇÃO

AVISO DE SUSPENSÃO DE AUDIÊNCIA PÚBLICA

A **Autoridade Portuária de Santos (APS)** e a **Frente Parlamentar Mista dos Portos Nacionais** informam que está SUSPENSA a AUDIÊNCIA PÚBLICA, que seria realizada no dia **14/03/2025 – sexta feira, às 17 horas,** para debater a ampliação das áreas destinadas a pátios reguladores de caminhões e os futuros condomínios logísticos do Porto de Santos. A suspensão da audiência atende pedido da APS.

Oportunamente, comunicamos que será designada nova data para a realização da referida Audiência Pública.

ANDERSON POMINI
Presidente



Fortaleza PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 90019/2025

PROCESSO: P498576/2024

ORIGEM: Fundação de Apoio à Gestão Integrada em Saúde de Fortaleza - FAGIFOR

OBJETO: Contratação de uma empresa especializada na prestação de serviços de hemodiálise à beira do leito para atender à demanda da Fundação de Apoio à Gestão Integrada em Saúde de Fortaleza (FAGIFOR), conforme as condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento e seus anexos.

DO TIPO: Menor preço total do item

MODO DE DISPUTA: Aberto e Fechado

O Agente de Contratação (Pregoeiro) da Fundação de Apoio à Gestão Integrada em Saúde de Fortaleza - FAGIFOR, torna público para conhecimento dos licitantes e demais interessados, que do dia 17 de março de 2025 a 03 de abril de 2025 até às 09h00min. **(Horário de Brasília)**, estará recebendo as **Propostas de Preços** referentes a este Pregão, no Endereço Eletrônico https://www.gov.br/compras. A **Abertura das Propostas** acontecerá no dia 03 de abril de 2025, às 09h00min, **(Horário de Brasília)**. **O edital** na íntegra encontra-se à disposição dos interessados para consulta no site da FAGIFOR (https://www.fagifor.fortaleza.ce.gov.br), no Portal de Compras do Governo Federal (https://www.gov.br/compras) e no Portal Nacional de Contratações Públicas (https://www.pncp.gov.br) Maiores informações estarão disponíveis pelo telefone (85) 3224-8856 e por meio do correio eletrônico licitacao@fagifor.fortaleza.ce.gov.br.

Fortaleza (CE), 12 de março de 2025.

Jorge Braga Neto

AGENTE DE CONTRATAÇÃO

FUNDAÇÃO DE APOIO À GESTÃO INTEGRADA EM SAÚDE DE FORTALEZA – FAGIFOR

AVISO DE LICITAÇÃO

Sesc

O Serviço Social do Comércio – Administração Regional no Estado de São Paulo, nos termos da Resolução nº 1.593/2024, de 02 de maio de 2024, torna pública a abertura das seguintes licitações:

MODALIDADE: Pregão Eletrônico

Objetos:

PE 2025012000095 – Serviços de montagem cenográfica para a Unidade Araraquara. Abertura: 26/03/2025 às 10h30.

PE 2025012000107 – Serviços de *clipping* eletrônico - monitoramento de informações na mídia impressa, on-line, televisão e rádio, para Diversas Unidades. Abertura: 01/04/2025 às 10h30.

PE 2025012000109 – Serviços de transporte de passageiros, por meio de fretamento de van, para à Administração Central - Casa Verde. Abertura: 03/04/2025 às 10h30.

PE 2025012000110 – Locação de geradores, incluindo transporte, mão de obra, montagem e desmontagem para o "Circuito Sesc de Artes" em Diversas Unidades. Abertura: 01/04/2025 às 10h30.

PE 2025012000111 – Locação de equipamentos de iluminação, incluindo transporte, mão de obra, montagem e desmontagem para o "Circuito Sesc de Artes" em Diversas Unidades. Abertura: 02/04/2025 às 10h30.

PE 2025012000112 – Serviços especializados de limpeza do perímetro total da fachada da Unidade 24 de Maio. Abertura: 31/03/2025 às 10h30.

PE 2025012000113 – Fornecimento futuro e eventual de acessórios de informática para Diversas Unidades. Abertura: 01/04/2025 às 10h30.

A consulta e aquisição dos editais estão disponíveis no endereço eletrônico **portallc.sescsp.org.br** mediante inscrição para obtenção de senha de acesso.

Habitasec Securitizadora S.A.

CNPJ/ME nº 09.304.427/0001-58 - NIRE 35.3.0035206.8

Edital de 1ª (Primeira) Convocação para Assembleia Especial dos Titulares de Certificados de Recebíveis Imobiliários da 1ª Série da 5ª Emissão da Habitasec Securitizadora S.A.

Por esse edital, ficam convocados os titulares dos Certificados de Recebíveis Imobiliários da 1ª Série da 5ª Emissão da Habitasec Securitizadora S.A. ("CRI", "Titulares dos CRI", "Emissão" e "Securitizadora"), respectivamente, bem como o Agente Fiduciário, para se reunirem em **Assembleia Geral de Titulares dos CRI a ser realizada em 1ª (primeira) convocação no dia 01 de abril de 2025, às 14 horas, de forma exclusivamente digital, inclusive para fins de voto,** sendo o acesso disponibilizado individualmente para os Titulares de CRI, devidamente habilitados nos termos deste edital, conforme Cláusula 16 e seguintes do Termo de Securitização da Emissão. Os Titulares de CRI deverão deliberar sobre as seguintes matérias: (i) Aprovar ou não aprovar, a declaração do vencimento antecipado da CCB e, consequentemente, do resgate dos CRI, nos termos da Cláusula 6.1.1 do Termo de Securitização, em razão da verificação do Evento de Vencimento Antecipado previsto na Cláusula 7.1, item (i), (xxvi) e (xxvii) da CCB, caracterizado pelos seguintes descumprimentos não pecuniários: (a) Envio pela Devedora à Emissora e ao Agente Fiduciário, da Declaração de Adimplência acompanhada do Relatório Semestral, visando demonstrar a não ocorrência de qualquer evento que gere ou possa gerar a obrigação de pagamento do vencimento antecipado, referente ao semestre encerrado em dezembro de 2024, conforme Cláusula 9.1, item (xiii) da CCB; (b) Envio pela Devedora à Emissora e ao Agente Fiduciário, da comprovação da Destinação de Recursos, em até 15 dias após o encerramento do semestre fiscal findo em dezembro de 2024, o qual, se encerrou em 15/01/2025, nos termos da Cláusula 7 do Anexo Destinação de Recursos, constante na CCB; e (c) Envio pela Devedora, à Emissora e ao Agente Fiduciário, da apólice, para comprovação da contratação do Seguro Completion, no prazo de 180 (cento e oitenta) dias contados da formalização da CCB, o qual, se encerrou em 14/11/2022, nos termos da Cláusula 5.10 da CCB. (ii) Caso não aprovada a matéria constante no item (i) da Ordem do Dia, aprovar a concessão de prazo adicional a ser deliberado na presente assembleia, para envio à Emissora e ao Agente Fiduciário da Declaração de Adimplência acompanhada do Relatório Semestral, Destinação de Recursos e o Seguro Completion; (iii) Ratificar a autorização para a liberação de recursos, oriundos do Fundo de Juros, no valor de R$ 114.008,72 (cento e quatorze mil, oito reais e setenta e dois centavos) para fazer frente ao pagamento da medição realizada em novembro de 2024, R$ 275.865,12 (duzentos e setenta e cinco mil, oitocentos e sessenta e cinco reais e doze centavos) para fazer frente ao pagamento da medição realizada em janeiro de 2025 e R$ 314.454,17 (trezentos e quatorze mil, quatrocentos e cinquenta e quatro reais e dezessete centavos) para fazer frente ao pagamento da medição realizada em fevereiro de 2025 ("Liberações de Recursos Medições"); (iv) Aprovar ou não aprovar, a declaração do vencimento antecipado da CCB e, consequentemente, do resgate dos CRI, nos termos da Cláusula 6.1.1 do Termo de Securitização, em razão da verificação do Evento de Vencimento Antecipado previsto na Cláusula 7.1, item (i) da CCB, caracterizado pelo desenquadramento do Fundo de Juros, por consequência das Liberações de Recursos Medições, retromencionada no item (iv) da Ordem do Dia; (v) Aprovar ou não aprovar, a declaração do vencimento antecipado da CCB e, consequentemente, do resgate dos CRI, nos termos da Cláusula 6.1.1 do Termo de Securitização, em razão da verificação do Evento de Vencimento Antecipado previsto na Cláusula 7.1, item (i) da CCB, caracterizado pelo descumprimento da Devedora quanto ao enquadramento do Fundo de Juros, previsto para ocorrer até 17/02/2025 conforme deliberado nos itens (ii) e (iv) da Assembleia Especial dos Titulares dos CRI realizada em 17/12/2024 ("AE 171224"), sendo certo que, em 27/02/2025 foi realizada integralização no valor de R$ 300.903,66 (trezentos mil, novecentos e três reais e sessenta e seis centavos), contudo, destinado ao pagamento da medição de fevereiro de 2025, conforme item (iv) da Ordem do Dia; (vi) Aprovar ou não aprovar, a declaração do vencimento antecipado da CCB e, consequentemente, do resgate dos CRI, nos termos da Cláusula 6.1.1 do Termo de Securitização, em razão da verificação do Evento de Vencimento Antecipado previsto na Cláusula 7.1, item (i) da CCB, por motivo da Inadimplência das PMTs referente aos meses de novembro e dezembro de 2024, janeiro e fevereiro de 2025, de sorte que os valores pagos a título de Remunerações ao(s) Titular(es) dos CRI foram realizados pelo saldo constante no Fundo de Juros, conforme previsto na Cláusula 5.5.2 da CCB; (vii) Caso não aprovadas as matérias constantes nos itens (ii) a (vi) da Ordem do Dia, aprovar a concessão de prazo adicional a ser deliberado na presente assembleia, para recomposição do Fundo de Juros; (viii) Aprovar ou não aprovar, a declaração do vencimento antecipado da CCB e, consequentemente, do resgate dos CRI, nos termos da Cláusula 6.1.1 do Termo de Securitização, em razão da verificação do Evento de Vencimento Antecipado previsto na Cláusula 7.1, item (i) da CCB, dado ao repasse, de forma extemporânea após os 5 (cinco) Dias Úteis, conforme previsto na cláusula 3.4 do Contrato de Cessão Fiduciária, no valor de R$ 101.718,63 (cento e um mil, setecentos e dezoito reais e sessenta e três centavos) dos recursos oriundos da Distribuição na Conta do Patrimônio Separado, nos termos da Cláusula 5.5.2 da CCB; (ix) Autorizar exclusão da Cláusula 16.1.1 do Termo de Securitização, para excluir a obrigatoriedade do envio pela Emissora de fatos e atos relevantes, tais como edital de convocação de Assembleias Gerais, a cada Titular dos CRI e/ou aos custodiantes dos respectivos Titulares dos CRI, por meio de comunicação eletrônica (e-mail), com base no Art. 26 da Resolução CVM nº 60, de 23 de dezembro de 2021 ("Resolução CVM 60"), que prevê apenas a obrigação da convocação da assembleia especial de investidores a ser disponibilizada pela companhia securitizadora na página que contém as informações do patrimônio separado na rede mundial de computadores, mantendo, portanto a obrigação já prevista na Cláusula 16.1 para a publicação de fatos e atos relevantes de interesse dos Titulares dos CRI; e (x) Autorizar que a Emissora e o Agente Fiduciário possam praticar todos os atos necessários à realização, formalização, implementação e aperfeiçoamento das deliberações aprovadas presente Assembleia, inclusive a contratação de Assessor Legal para formalização de aditamentos e ajustar os documentos da operação, às custas do Patrimônio Separado, considerando os termos e condições aprovados, sem prejuízo a outros ajustes formais ou procedimentais. Em conformidade com a Resolução CVM 60, a Assembleia será realizada de modo exclusivamente digital, por meio de plataforma eletrônica, cujo acesso será disponibilizado pela Securitizadora àqueles que enviarem correio eletrônico (e-mail) para juridico@habitasec.com.br e af.assembleias@oliveiratrust.com.br com os documentos de representação, até o horário da Assembleia. **Para fins de verificação da regular representação, serão aceitos como documentos de representação:** (a) pessoa física - cópia digitalizada do documento de identidade do Titular de CRI, ou caso representado por procurador, cópia digitalizada da respectiva procuração acompanhada do documento de identidade do outorgante, contendo sua foto e assinatura, bem como do documento de identidade do outorgado, contendo sua assinatura e foto, sendo que a procuração deverá estar com firma reconhecida sobre a assinatura, abono ou assinatura eletrônica; e (b) demais participantes - a) cópia do estatuto ou contrato social ou documento equivalente, acompanhado de documento societário que comprove a representação legal do Titular de CRI, e cópia digitalizada de documento de identidade do respectivo representante legal; b) caso representado por procurador, cópia digitalizada da procuração acompanhada do documento de identidade do outorgante, contendo sua foto e assinatura, bem como do documento de identidade do outorgado, contendo sua assinatura e foto, sendo que a procuração deverá estar com firma reconhecida sobre a assinatura, abono ou assinatura eletrônica. **Informações Adicionais:** Após o horário de início da Assembleia, os Titulares de CRI que tiverem sua presença verificada em conformidade com os procedimentos detalhados na seção "Procedimento de Habilitação", acima, poderão proferir seu voto na plataforma eletrônica de realização da Assembleia, verbalmente ou por meio do chat que ficará salvo para fins de apuração de votos. A Securitizadora deixa registrado, para fins de esclarecimento, que o quórum de instalação da Assembleia em primeira convocação, será com a presença dos Titulares que representem, no mínimo, dois terços do valor global dos títulos e, em segunda convocação, independentemente da quantidade de beneficiários presentes, nos termos da cláusula 14.5 do Termo de Securitização. Os termos ora utilizados iniciados em letras maiúsculas que não estiverem aqui definidos têm o significado que lhes foi atribuído no "Termo de Securitização de Créditos Imobiliários, da 5ª Emissão, em 1ª Série da Habitasec Securitizadora S.A.", celebrado entre a Securitizadora e o Agente Fiduciário, em 17 de maio de 2022 ("Termo de Securitização"). Os termos ora utilizados iniciados em letras maiúsculas que não estiverem aqui definidos têm o significado que lhes foi atribuído na CCB Existente. São Paulo, 11 de março de 2025.

EIXO [SP]

EIXO SP Concessionária de Rodovias S.A.

CNPJ/ME Nº 36.146.575/0001-64 - NIRE 35.300.548.213

Demonstrações Financeiras 2024

www.eixosp.com.br

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E DE 2023

(Em milhares de reais - R$ mil, exceto lucro por ação)

É com grande satisfação que a Administração da EIXO SP Concessionária de Rodovias S.A. ("Companhia") submete à apreciação de V. Sas. o Relatório da Administração sobre os negócios sociais da Companhia e principais fatos administrativos ocorridos no exercício de 2024.

As informações são apresentadas com base em números extraídos das informações financeiras revisadas pelos auditores independentes, com exceção das informações operacionais, de mercado e investimentos.

CONTEXTO OPERACIONAL RELACIONADOS AO CONTRATO DE CONCESSÃO E CORONAVÍRUS

Compensação Financeira

Em 5 de maio de 2023 a Companhia recebeu do poder concedente a título de compensação financeira antecipada a importância de R$248.034 para recuperação do pavimento das rodovias SP225 e SP310 (sistema remanescente) e o saldo será realizado mediante desembolso de caixa, não há impactos no resultado decorrente desta operação. No ano de 2024, a Companhia já havia consumido o montante de R$242.906 da importância recebida de forma antecipada, restando o saldo remanescente de R$5.128.

Reequilíbrio Cautelar

A Companhia recebeu, de forma cautelar, no dia 03 de junho de 2024 a importância de R$ 164.533 referente à 80% do reequilíbrio contratual referente às perdas de receita de pedágio pelos fatores da pandemia COVID e está aguardando os cálculos definitivos do desequilíbrio para correta alocação da importância recebida.

DESEMPENHO OPERACIONAL

Resultado Operacional

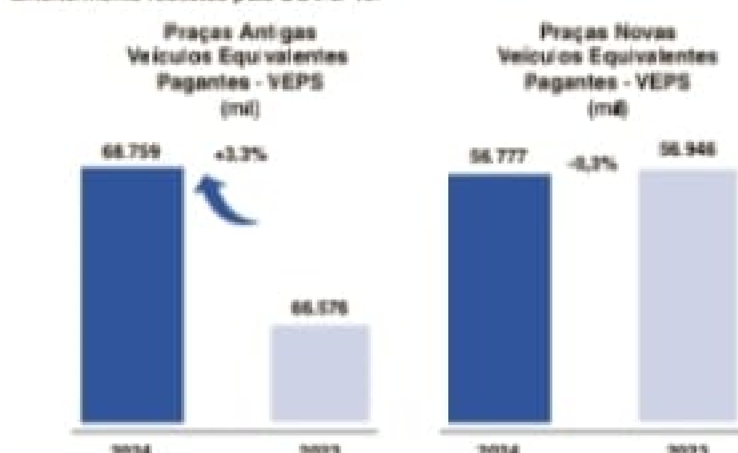
Desempenho Operacional (Mil), exceto Tarifa Média	2024 Praças Antigas	2024 Praças Novas	2023 Praças Antigas	2023 Praças Novas	Δ Praças Antigas	Δ Praças Novas
VEPs[1]	**68.760**	**56.777**	**66.576**	**56.946**	**3%**	**0%**
Veículos Leves	22.779	27.836	22.622	27.678	1%	1%
Veículos Pesados	45.981	28.941	43.954	29.268	5%	-1%
Tráfego[2]	**33.565**	**36.156**	**33.361**	**36.383**	**1%**	**-1%**
Veículos Leves	23.005	28.353	22.939	28.360	0%	0%
Veículos Pesados	10.302	7.323	10.197	7.553	1%	-3%
Veículos Isentos	258	480	225	470	14%	2%
Tarifa Média (R$)	6,61	5,67	6,71	7,46	6%	-24%

Variação no Transporte de Veículos Dessazonalizado [1,2]	Leves	Pesados	VEPs Total
Acumulado no Ano (Jan-Dez/24 sobre Jan-Dez/23): Brasil	2,7%	4,4%	3,1%

[1] Considera apenas o fluxo das rodovias sob concessão privada e o efeito de dias úteis, ano bissexto e identificação de outliers.

[2] Informações obtidas a partir dos dados estatísticos da ABCR, disponível em http://www.abcr.org.br

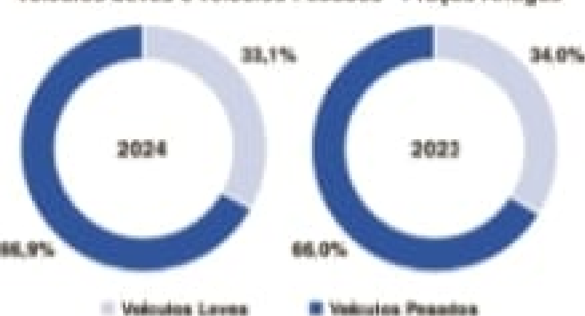
Dados da Associação Brasileira de Concessionárias de Rodovias – ABCR e da Tendências Consultoria (Índice ABCR Brasil), para as rodovias sob o regime de concessão privada, mostram um aumento de 3,1% no fluxo total de veículos no ano de 2024, comparado com o mesmo período do ano anterior. Destaque para o aumento de 2,7% em veículos leves, impactados pelos efeitos da retomada do tráfego anteriormente reduzido pelo COVID-19.



No exercício de 2024, as praças de pedágio da EIXO registraram 125.5 milhões de Veículos Equivalentes Pagantes (VEPs), um aumento de 1.6% na comparação com o mesmo período de 2023.

A performance de veículos pesados no exercício de 2024, representa cerca de 59,7% do tráfego total[1] (59,3% do tráfego em 2023) e apresentaram um aumento de 2,3% no período comparativo. Em veículos leves houve um aumento de 0,6% no mesmo período comparado a 2023.

Veículos Leves e Veículos Pesados - Praças Antigas



Veículos Leves e Veículos Pesados - Praças Novas



Os quadros acima referidos não foram objeto de revisão pelos auditores independentes.
Tráfego em Veículos Equivalentes Pagantes – VEPs.

DESEMPENHO FINANCEIRO

Receita Operacional

Receita Operacional (R$ Mil)	2024	2023	Δ
Receita Bruta	**1.471.388**	**1.468.252**	**0%**
Receita com Pedágio	1.044.239	997.181	5%
Receitas Acessórias	4.662	4.638	1%
Receita de Construção (IFRS)	422.487	466.433	-9%
Receita Bruta Ajustada[1]	**1.048.901**	**1.001.819**	**5%**
Deduções da Receita Bruta	(91.744)	(86.153)	6%
Receita Líquida Ajustada[1]	**957.157**	**915.666**	**5%**

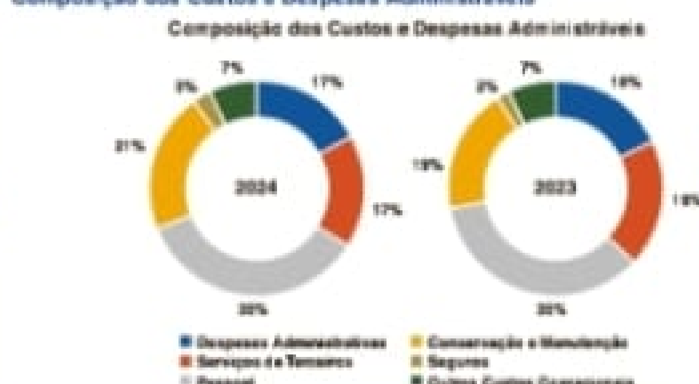
[1] Desconsidera os impactos do IFRS em relação à Receita de Construção.

Custos e Despesas

Custos e Despesas (R$ Mil)	2024	2023	Δ
Pessoal	(96.688)	(86.279)	12%
Conservação e Manutenção	(59.725)	(46.846)	27%
Serviços de Terceiros	(47.803)	(47.425)	1%
Seguros	(7.177)	(6.234)	15%
Outros Custos Operacionais	(20.597)	(17.204)	20%
Despesas Administrativas	(46.798)	(44.396)	5%
Custos e Despesas Administráveis	**(278.788)**	**(248.384)**	**12%**
Ônus de Fiscalização e Variável	(89.490)	(84.694)	6%
Depreciação e Amortização	(183.553)	(171.560)	7%
Provisão para Contingências	(13.359)	(5.982)	123%
Custos e Despesas Operacionais Ajustados[1]	**(565.190)**	**(510.620)**	**11%**
Custo de Construção (IFRS)	(422.487)	(466.433)	-9%
Provisão de Manutenção (IFRS)	(120.573)	(100.849)	20%
Custos e Despesas Operacionais	**(1.108.250)**	**(1.077.902)**	**3%**

[1] Desconsidera os impactos do IFRS em relação à Receita e ao Custo de Construção e à Provisão para Manutenção.

Composição dos Custos e Despesas Administráveis



Os Custos e Despesas Administráveis estão abaixo do budget da EIXO.

EBITDA e Margem EBITDA

EBITDA E Margem EBITDA (R$ Mil)	2024	2023	Δ
Lucro Líquido	41.460	83.041	-50,1%
Resultado Financeiro Líquido	214.327	177.723	20,6%
IRPJ & CSLL	20.287	43.811	-53,7%
Depreciação & Amortização	183.553	171.560	7,0%
EBITDA RCVM 156/22	**459.627**	**476.135**	**-3,5%**
Margem EBITDA	**33,31%**	**34,50%**	**-1,2p.p.**
Receita de Construção	(422.487)	(466.433)	-9,4%
Custo de Construção	422.487	466.433	-9,4%
Provisão de Manutenção	120.573	100.849	19,6%
Provisão para Contingências	13.359	5.982	123,3%
EBITDA Ajustado[1]	**593.559**	**582.966**	**1,8%**
Margem EBITDA Ajustado[1]	**62,0%**	**63,7%**	**-1,7p.p.**

[1] Desconsidera os impactos do IFRS em relação à Receita e ao Custo de Construção e à Provisão para Manutenção.

O EBITDA Ajustado totalizou R$ 593.5 milhões no exercício de 2024, um aumento de 1.8% em relação ao mesmo período de 2023, a Margem EBITDA Ajustada diminuiu 1.7 pontos percentuais ("p.p."). O EBITDA ajustado é calculado por meio do EBITDA acrescido das demais despesas não-caixa (i) provisão de manutenção, que são as provisões para atendimento às obrigações contratuais de manter a infraestrutura concedida com um nível específico de operacionalidade ou de recuperar a infraestrutura na condição especificada antes de devolvê-la ao Poder Concedente ao final do contrato de concessão, conforme CPC 25 e IAS 12 e (ii) receita e custo de construção e (iii) provisão para contingências.

Variação do EBITDA Ajustado (R$ Mil)



RESULTADO FINANCEIRO

Resultado Financeiro (R$ Mil)	2024	2023	Δ
Resultado Financeiro	**(214.327)**	**(177.723)**	**20,6%**
Receitas Financeiras	**57.281**	**75.428**	**-24,1%**
Provisão para manutenção - AVP	310	3.253	-90,5%
Receita de aplicações financeiras	56.081	70.628	-20,6%
Outros	890	1.547	-42,5%
Despesas Financeiras	**(271.608)**	**(253.151)**	**7,3%**
Juros e variação monetária sobre Empréstimos/Debêntures	(211.058)	(180.174)	17,1%
Provisão para manutenção - AVP	(15.874)	(10.709)	48,2%
Amortização de custos com emissão de Empréstimos/Debêntures	(1.181)	(19.237)	-93,9%
Despesas bancárias	(31.106)	(36.254)	-14,2%
Outros	(12.389)	(6.777)	82,8%

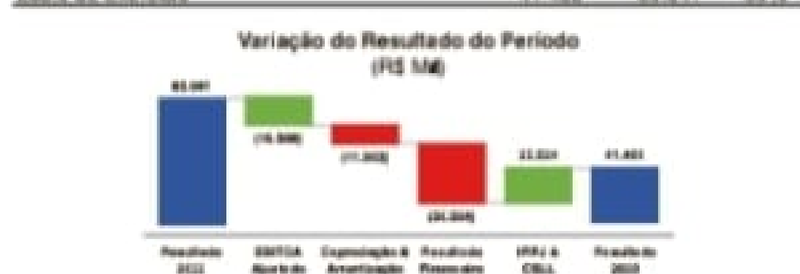
Inflação e Juros	2024	2023	Δ
IPCA Últimos 12 Meses	4,83%	4,62%	0,2p.p.
CDI Final do Período	12,15%	11,65%	0,5p.p.
TJLP Média Últimos 12 meses	6,89%	7,05%	-0,2p.p.

https://www.ibge.gov.br/estatisticas/economicas/precos-e-custos/9256-indice-nacional-de-precos-ao-consumidor-amplo.html?=&t=series-historicas
http://estatisticas.cetip.com.br
https://www.bndes.gov.br/wps/portal/site/home/financiamento/guia/custos-financeiros/taxa-juros-longo-prazo-tjlp

RESULTADO DO EXERCÍCIO

Resultado do Exercício (R$ Mil)	2024	2023	Δ
Lucro do Exercício	41.460	83.041	-50%

Variação do Resultado do Período (R$ Mil)



DISPONIBILIDADES E ENDIVIDAMENTO

Disponibilidades e Endividamento (R$ Mil)[1]	2024	2023	Δ
Dívida Bruta	**2.241.481**	**2.107.895**	**6%**
Curto Prazo	**47.258**	**2.880**	**1541%**
Empréstimos e Financiamentos	34.515	2.158	1499%
Debêntures	12.743	722	1665%
Longo Prazo	**2.194.223**	**2.105.015**	**4%**
Empréstimos e Financiamentos	1.075.869	1.057.289	2%
Debêntures	1.118.354	1.047.726	7%
Disponibilidades	**459.147**	**605.559**	**-24%**
Caixa e Equivalente de Caixa	413.015	562.216	-27%
Aplicações Financeiras Vinculadas	46.132	43.343	6%
Dívida Líquida Ajustada	**1.782.334**	**1.502.336**	**19%**

[1] A dívida é definida por empréstimos/financiamentos e debêntures (excluindo o custo de captação).

O financiamento obtido junto ao BNDES (linhas FINEM e Debêntures) estão indexados pelo IPCA e as Aplicações Financeiras Vinculadas são destinadas exclusivamente para a amortização deste financiamento.

PRINCIPAIS INVESTIMENTOS

Investimentos (R$ Mil)	2024	2023	Δ
Investimento Total	**3.395.659**	**3.035.567**	**12%**
Imobilizado	79.145	77.195	3%
Intangível	**3.316.514**	**2.958.372**	**12%**
Direito de Concessão (Investimento)	3.301.926	2.948.158	12%
Direito de Uso	14.588	10.214	43%

Os investimentos realizados em 2024 estão representados principalmente pela implantação de duplicação de pistas e vias marginais, bem como melhorias que visam reestabelecer as condições estruturais da rodovia como sinalização, drenagem e terraplenos, além de edificação de SAU's, acostamentos, parada de carga excepcional, conservação de obra de arte especial e recapeamento, equipamentos de monitoração de tráfego, rede Wi-Fi, entre outros equipamentos de tecnologia, PGP's, parada de ônibus, entre outros.

ACOMPANHAMENTO CONTRATO DE FINANCIAMENTO - BNDES

Em 22 de dezembro de 2020, foi obtido junto ao BNDES um crédito no valor de R$3.000.000 composto pelas linhas de Fundo de Amparo ao Trabalhador - FAT e FAT - Depósitos Especiais, não conversíveis em ações, cuja taxa de juros é composta de:

- Subcréditos "A", "B", "C" e "D": IPCA + 1,83% a.a. + spread BNDES de 2,38% a.a.
- Subcrédito "E": IPCA + 1,83% a.a. + spread BNDES de 4,84% a.a.

O total dos créditos deverão ser utilizados pela Companhia nos prazos determinados a seguir, sem prejuízo do BNDES estender os referidos prazos:

- Subcréditos "A" e "B": até 22 de junho de 2023, cujo montante do crédito é de R$1.300.000.
- Subcrédito "C": até 22 de junho de 2027, cujo montante do crédito é de R$1.100.000.
- Subcréditos "D" e "E": até 22 de junho de 2029, cujo montante do crédito é de R$600.000.

O contrato de financiamento prevê que para a conclusão físico-financeira parcial do projeto financiado (completion do subcrédito) a EIXO SP deve, dentre outras obrigações ter apurado (i) EBITDA Ajustado em 31/12/2022 de no mínimo R$435.000 e (ii) soma dos EBITDAS Ajustados desde o início de sua operação até a data de apuração somado aos valores de capital social integralizado de no mínimo R$1.770.000, ambos valores na data-base de 31 de dezembro de 2020.

A Companhia atendeu as obrigações pactuadas com o BNDES para obtenção da conclusão físico-financeira parcial do projeto financiado (completion dos subcréditos A e B).

A Companhia demonstra abaixo a evolução dos indicadores do contrato de financiamento, cuja próxima mensuração se dará até dezembro de 2025:

Data Apuração / EBITDA E Margem EBITDA (R$ Mil)	31/12/2024 EBITDA 12 Meses	31/12/2024 EBITDA Acumulado	31/12/2023 EBITDA 12 Meses	31/12/2023 EBITDA Acumulado
Lucro Líquido	41.460	209.931	83.041	168.471
Resultado Financeiro Líquido	214.327	702.636	177.723	488.309
IRPJ & CSLL	20.287	108.549	43.811	88.262
Depreciação & Amortização	183.553	626.202	171.560	442.649
EBITDA ICVM 527	**459.627**	**1.647.318**	**476.135**	**1.187.691**
Receita de Construção (IFRS)	(422.487)	(2.430.208)	(466.433)	(2.007.721)
Custo de Construção (IFRS)	422.487	2.430.208	466.433	2.007.721
Apropriação Despesas Antecipadas	(290)	(4.347)	(974)	(4.057)
Demais Custos e Despesas sem Efeito Caixa[1]	(7.608)	23.836	14.576	31.444
Provisão de Manutenção (IFRS)	120.573	386.532	100.849	265.959
Provisão para Contingências	13.359	26.761	5.982	13.402
EBITDA Ajustado[2]	**585.661**	**2.080.100**	**596.568**	**1.494.439**
Ebitda ajustado (na data-base de 31/12/2020)	**468.117**	**1.784.336**	**497.593**	**1.316.219**
Capital Social Integralizado (na data-base de 31/12/2020)	-	**969.204**	-	**969.204**
Total	**468.117**	**2.753.540**	**497.593**	**2.285.423**

[1] Desconsidera os impactos da Folha de Pagamentos (provisão de férias, 13º salário, PLR, encargos) e provisão de fornecedores.

[2] Desconsidera os impactos do IFRS em relação à Receita e ao Custo de Construção, à Provisão para Manutenção, aos efeitos das despesas antecipadas e dos demais custos e despesas sem efeito caixa.

SOBRE A COMPANHIA

A Eixo



A EIXO SP Concessionária de Rodovias S.A., localizada na Rua Passeio das Castanheiras, 480 – Parque Faber - São Carlos/SP, empresa controlada pela Infraestrutura Brasil Holding IX S.A. – IBH IX, é uma sociedade de propósito específico, cujo objeto social único e exclusivo da exploração da concessão de serviço público, de ampliação, operação, manutenção e realização dos investimentos necessários para a exploração do sistema constituído pelos segmentos rodoviários e acessos que compõem o Lote 30 denominado Lote Piracicaba-Panorama, nos termos do Edital de Concorrência Internacional nº 01/2019, concedido pelo Governo do Estado de São Paulo, por intermédio da ARTESP, Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados de Transporte do Estado de São Paulo e de acordo com as decisões tomadas em função das orientações recebidas do acionista controlador.

A cobrança do pedágio iniciou-se em 4 de junho de 2020 no trecho que compreende a extensão de 263,42 quilômetros da SP-310 e da SP-225, entre as cidades de São Carlos e Rio Claro, e de Itirapina a Bauru, que já estavam sob concessão há 20 anos. As praças de pedágio novas estão localizadas no trecho de 958 quilômetros de rodovias que estavam sob a gestão do DER – Departamento de Estradas de Rodagem – formados por trechos das vias SP-284; SP-293; SP-294; SP-331; SP-425; SP-261; SP-304; SP-308; SP-197 e SP-191, ligando municípios das regiões de Bauru, Marília e Presidente Prudente.

O Lote da concessão compreende a extensão de 1.221,42 quilômetros de malha formada por 12 rodovias paulistas que passam por 62 municípios, desde Rio Claro, na região central do Estado de São Paulo, até Panorama, no extremo oeste, na divisa com o Estado do Mato Grosso do Sul.

O contrato de concessão firmado com o governo paulista prevê investimento de R$14,1 bilhões ao longo dos 30 anos (base junho/2020). Serão alocados R$8 bilhões para obras de ampliação e melhoramentos, R$4,6 bilhões na restauração de rodovias, R$500 milhões de investimentos socioambientais, e mais R$1,1 bilhões em equipamentos e sistemas para melhorar a segurança do trecho e implementar um atendimento de alta qualidade aos usuários, que prevê monitoramento por câmeras inteligentes em 100% malha viária, e disponibilização de rede de dados sem fio (Wi-Fi) que vai permitir aos usuários a conexão em todo o trecho concedido, com informações em tempo real.

Os planos em curso visam atender ao contido no contrato de concessão e seus anexos, de acordo com o plano de investimentos e EVTE publicados no processo licitatório de Concorrência Internacional 01/2019.

O Serviço de Atendimento ao Usuário (SAU) já funciona 24 horas por dia nas 32 bases de atendimentos ao longo de todo o trecho, dando suporte de emergências aos usuários com veículos operacionais.

Relacionamento com os Auditores Independentes

Em atendimento à instrução CVM nº 381/03, informamos que a Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes foi contratada para a prestação dos seguintes serviços em 2024: (i) auditoria das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS); e (ii) revisão das informações financeiras trimestrais de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executadas pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity, respectivamente). A Companhia não contratou os auditores independentes para outros trabalhos que não os serviços de auditoria das demonstrações financeiras e serviços de auditoria para abertura de capital.

A contratação de auditores independentes está fundamentada nos princípios que resguardam a independência do auditor, que consistem em: (a) o auditor não deve auditar seu próprio trabalho; (b) não exercer funções gerenciais; e (c) não prestar quaisquer serviços que possam ser considerados proibidos pelas normas vigentes. Além disso, a Administração obtém dos auditores independentes declaração de que os serviços especiais prestados não afetam a sua independência profissional.

As informações no relatório de desempenho operacional que não estão claramente identificadas como cópia das informações constantes das informações financeiras trimestrais, não foram objeto de auditoria ou revisão pelos auditores independentes.

Considerações Finais

A empresa e seus administradores têm como objetivo principal oferecer serviços de alto nível, com excelência na gestão e operação do trecho concedido, atendendo os anseios do usuário, dos acionistas, do poder público e dos diversos entes da sociedade interessados por sua operação.

Declaração da Diretoria (Instrução CVM 80)

Em atendimento ao disposto nos incisos V e VI, Artigo 27, da Instrução CVM nº 80/22, pelo presente instrumento, os diretores da EIXO SP Concessionária de Rodovias S.A. (Companhia) abaixo designados declaram que:

a) reviram, discutiram e concordam com as opiniões expressas no relatório dos auditores independentes sobre as Demonstrações Financeiras da Companhia referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024.

Sergio Ray Santillan – Diretor Presidente

Gilson de Oliveira Carvalho – Diretor Administrativo e Financeiro

continua...

EIXO SP Concessionária de Rodovias S.A.

CNPJ/ME Nº 36.146.575/0001-64 - NIRE 35.300.548.213

Demonstrações Financeiras 2024

www.eixosp.com.br

BALANÇO PATRIMONIAL

ATIVO	Nota explicativa	31/12/2024	31/12/2023
CIRCULANTE			
Caixa e equivalentes de caixa	3	413.015	562.216
Aplicações financeiras vinculadas	4	20.210	18.534
Contas a receber	5	64.186	61.983
Estoques	6	5.261	5.735
Adiantamento a Fornecedores		2.961	2.229
Despesas Antecipadas		4.347	4.057
Impostos a recuperar		4.997	6.361
Outros ativos		226	273
Partes relacionadas	18	1.006	541
Total do ativo circulante		516.209	661.929
NÃO CIRCULANTE			
Aplicações financeiras vinculadas	4	25.922	24.809
Impostos diferidos	7	62.014	65.363
Depósitos judiciais	8	24.706	19.106
Outras Contas a receber		-	2.504
Imobilizado	9	79.145	77.195
Intangível	10	3.301.926	2.948.158
Direito de uso	11	14.588	10.214
Total do ativo não circulante		3.508.301	3.147.349
TOTAL DO ATIVO		4.024.510	3.809.278

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Nota explicativa	31/12/2024	31/12/2023
CIRCULANTE			
Fornecedores	12	86.292	87.713
Empréstimos e financiamentos	13	33.705	2.158
Debêntures	14	12.372	722
Credor pela concessão	15	248.479	190.803
Salários a pagar, provisão trabalhista e encargos sociais	16	21.297	22.293
Impostos, taxas e contribuições	17	13.593	27.862
Adiantamento de clientes		2.418	2.312
Seguros e garantias		603	225
Passivo de arrendamento	19	5.856	5.436
Partes relacionadas	18	1.037	2.154
Provisão para manutenção	20	117.766	139.515
Outras contas a pagar		365	368
Total do passivo circulante		546.783	481.561
NÃO CIRCULANTE			
Empréstimos e financiamentos	13	1.060.134	1.039.936
Debêntures	14	413.863	405.075
Debêntures - Partes Relacionadas	14	700.408	637.825
Passivo de arrendamento	19	9.366	4.189
Provisão para riscos processuais	21	30.462	14.882
Provisão para manutenção	20	83.706	87.482
Dividendos	22.b	1.994	1.600
Total do passivo não circulante		2.299.933	2.190.989
PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
Capital Social	22	969.857	969.857
Reserva Legal	22.c	10.497	8.424
Reserva de lucros	22cd	197.440	158.447
Total do patrimônio líquido		1.177.794	1.136.728
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		4.024.510	3.809.278

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADO

	Nota explicativa	01/01/2024 até 31/12/2024	01/01/2023 até 31/12/2023
RECEITA LÍQUIDA	23	1.379.644	1.382.099
CUSTOS DOS SERVIÇOS PRESTADOS	24	(1.045.877)	(1.024.965)
LUCRO BRUTO		333.767	357.134
Despesa administrativas	24	(62.373)	(52.937)
Outras receitas operacionais, líquidas		4.680	378
LUCRO OPERACIONAL ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO		276.074	304.575
Receitas financeiras	25	57.281	75.428
Despesas financeiras	25	(271.608)	(253.151)
Resultado Financeiro		(214.327)	(177.723)
LUCRO DO EXERCÍCIO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		61.747	126.852
Imposto de renda e contribuição social correntes	7	(16.938)	(71.101)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	7	(3.349)	27.290
LUCRO DO EXERCÍCIO		41.460	83.041
Lucro por ação - básico	26	0,043	0,086
Lucro por ação - diluído	26	0,040	0,080

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADO ABRANGENTE

	01/01/2024 até 31/12/2024	01/01/2023 até 31/12/2023
LUCRO DO EXERCÍCIO	41.460	83.041
OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES	-	-
RESULTADO ABRANGENTE DO EXERCÍCIO	41.460	83.041

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

	Capital Social		Lucros	Reservas		
	Subscrito	A integralizar	acumulados	Legal	Lucros	Total
SALDO EM 31/12/2022	1.400.000	(430.143)	-	4.272	80.347	1.054.476
Lucro do exercício	-	-	83.041	-	-	83.041
Destinação do resultado do período	-	-	(82.252)	4.152	78.100	-
Dividendos obrigatório (R$ 0,001 por ação)	-	-	(789)	-	-	(789)
SALDO EM 31/12/2023	1.400.000	(430.143)	-	8.424	158.447	1.136.728
Lucro do exercício	-	-	41.460	-	-	41.460
Destinação do resultado do período	-	-	(41.066)	2.073	38.993	-
Dividendos obrigatório (R$ 0,001 por ação)	-	-	(394)	-	-	(394)
SALDO EM 31/12/2024	1.400.000	(430.143)	-	10.497	197.440	1.177.794

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA

	Nota explicativa	01/01/2024 até 31/12/2024	01/01/2023 até 31/12/2023
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS			
Lucro líquido do exercício		41.460	83.041
Ajustes:			
Depreciações e amortizações	24	183.553	171.560
Baixa do imobilizado e intangível		(3.380)	-
Juros incorridos sobre arrendamento	25	1.577	464
Impostos diferidos	7	3.349	(27.290)
Provisão para riscos	21	15.580	5.824
Provisão para manutenção	20	136.138	49.912
Juros e apropriação de custo sobre empréstimos e financiamentos	25	108.040	101.338
Juros e apropriação de custo sobre debêntures	25	104.199	98.073
		590.516	482.922
Variação nos ativos e passivos operacionais:			
Contas a receber	5	(2.203)	(3.942)
Estoques	6	474	(1.288)
Impostos a recuperar		1.364	(3.895)
Adiantamento a fornecedores		(732)	251
Despesas antecipadas		(290)	(674)
Outros ativos		(3.049)	(20.682)
Fornecedores		3.900	10.275
Salários a pagar, provisões trabalhistas e encargos sociais		(996)	8.811
Credor pela concessão		57.676	157.801
Impostos, taxas e contribuições		1.110	63.578
Contas com partes relacionadas		(1.582)	514
Outras contas a pagar		482	(94)
Consumo de provisão para manutenção		(161.663)	-
IRPJ e CSLL pagos no período		(15.379)	(48.240)
Amortização de juros empréstimos e financiamentos	13	(56.294)	(46.819)
Amortização de juros debêntures	14	(21.179)	(20.203)
Juros pagos sobre contrato de arrendamento	19	(1.577)	(464)
		(199.938)	94.629
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais		390.578	577.551
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO			
Aquisições de imobilizado	9 e 30	(13.724)	(26.882)
Aquisições de intangível	10 e 30	(519.603)	(483.013)
Aplicações financeiras vinculadas	4	(2.789)	(10.794)
Recursos provenientes da alienação de imobilizado e intangível	18	4.033	-
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento		(532.083)	(520.689)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO			
Captação de empréstimos e financiamentos	13	-	300.000
Pagamento (principal) dos contratos de arrendamento mercantil	19	(7.696)	(7.198)
Caixa líquido aplicado nas (gerado pelas) pelas atividades de financiamento		(7.696)	292.802
REDUÇÃO (AUMENTO) DO SALDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		(149.201)	349.664
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		562.216	212.552
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício		413.015	562.216
REDUÇÃO (AUMENTO) DO SALDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		(149.201)	349.664

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO

	Nota explicativa	31/12/2024	31/12/2023
RECEITAS			
Com arrecadação de pedágio e acessórias	23	1.048.901	1.001.819
Com construção	23	422.487	466.433
Outras receitas		4.680	378
		1.476.068	1.468.630
INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS			
Custo e Despesa operacionais	24	(617.391)	(621.262)
Serviços terceiros, seguros e outros	24	(95.475)	(87.472)
Poder concedente	24	(89.490)	(84.694)
Valor adicionado (consumido) bruto		673.712	675.202
RETENÇÕES			
Depreciações e amortizações	24	(183.553)	(171.560)
VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO PELA COMPANHIA		490.159	503.642
VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA			
Receitas financeiras	26	57.281	75.428
VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR		547.440	579.070
DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO			
Pessoal			
Proventos		73.862	63.628
Benefícios		18.861	22.184
Encargos sociais e trabalhistas		23.472	19.782
Outros encargos		4.117	3.289
	24	120.312	108.883
Remuneração de capitais a terceiros:			
Juros sobre empréstimo/debênture	25	211.057	180.174
Despesas financeiras	25	60.551	72.977
Aluguéis	24	2.029	4.031
		273.637	257.182
Governo:			
Imposto de renda e contribuição social correntes	7	16.938	71.101
Imposto de renda e contribuição social diferidos	7	3.349	(27.290)
Imposto Sobre Serviço de Qualquer Natureza (ISSQN)	23	53.192	49.584
Programa de Integração Social (PIS)	23	6.865	6.512
Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (COFINS)	23	31.687	30.057
		112.031	129.964
Atribuído aos acionistas:			
Lucro líquido do exercício		41.460	83.041
VALOR CONSUMIDO		547.440	579.070

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Eixo SP Concessionária de Rodovias S.A. ("Companhia"), constituída em 27 de janeiro de 2020, tem por objeto único e exclusivo a exploração da concessão de serviço público, de operação, manutenção e realização dos investimentos necessários para a exploração do sistema constituído pelos segmentos rodoviários e acessos que compõem o Lote 30 denominado Lote Piracicaba-Panorama, nos termos do Edital de Concorrência Internacional nº 01/2019, sendo a sede da Companhia localizada na Rua Passeio das Castanheiras, 480 - Parque Faber - São Carlos - SP. A Companhia tem como única acionista e controladora a Infraestrutura Brasil Holding IX S.A., que por sua vez tem como controladores em conjunto o fundo Pátria Infraestrutura IV - Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia e o NY Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia ("GIC Group"). O Contrato de Concessão possui prazo de 30 anos, com início em junho de 2020, para a exploração da concessão de serviço público, de ampliação, operação, manutenção e realização dos investimentos necessários para a exploração do sistema constituído pelos segmentos rodoviários e acessos que compõem o Lote 30 denominado Lote Piracicaba-Panorama. O Contrato de Concessão envolve o desenvolvimento de infraestrutura em transporte, especificamente por meio da prestação de serviços públicos de operação, manutenção e realização de investimentos necessários à exploração do sistema rodoviário que integra o trecho. Pela exploração do sistema rodoviário, a Companhia assumiu o compromisso de pagar: • A outorga fixa no valor de R$1.136.335, a qual foi paga em 1 parcela, sendo reconhecida como Direito de exploração, classificada no ativo intangível. • O contrato prevê pagamento de ônus de fiscalização (1,5% sobre a receita bruta) desde o início da cobrança do pedágio, e outorga variável (7% sobre a receita bruta), esta última iniciada a partir do 13º mês contado da assinatura do termo de transferência inicial. A receita bruta é composta pela receita tarifária bruta, adicionada à receita acessória bruta. • Compromissos futuros: o contrato de concessão da Companhia prevê investimento de aproximadamente R$11,4 bilhões para o período remanescente da concessão, devendo ser alocados para obras de ampliação e manutenção do trecho concedido. A data de início da operação ocorreu em 4 de junho de 2020, formalizada pela assinatura do termo de transferência, com prazo de 30 anos a contar desta data. Adicionalmente, o projeto abrange investimentos obrigatórios relacionados à duplicação de 535 quilômetros de faixas rodoviárias entre os Municípios de Marília e Panorama, Parapuã e Mariápolis, Mariápolis e Assis, e entre Piracicaba e Jahu. Além disso, haverá construção de vias marginais, construção de faixas adicionais, dispositivos de acesso retorno, ciclovias, áreas de descanso para caminhoneiros e os investimentos em 32 bases do Serviço de Atendimento aos Usuários - SAU. Ao término do período da concessão, retornam ao Poder Concedente todos os bens reversíveis, direitos e privilégios vinculados à exploração do sistema rodoviário. Os gastos para aquisição de bens reversíveis, decorrentes das obrigações assumidas no contrato de concessão, são classificados inicialmente como ativo intangível, pois refere-se ao direito da Companhia de cobrar dos usuários pelos serviços prestados. As praças de pedágio novas estão localizadas no trecho de 958 quilômetros de rodovias que estavam sob a gestão do DER - Departamento de Estradas de Rodagem - formados por trechos das vias SP-284; SP-293; SP-294; SP-331; SP-425; SP-261; SP-304; SP-308; SP-197 e SP-191, ligando municípios das regiões de Bauru, Marília e Presidente Prudente. O Lote da concessão compreende a extensão de 1.221,42 quilômetros de malha formada por 12 rodovias paulistas que passam por 62 municípios, desde Rio Claro, na região central do Estado de São Paulo, até Panorama, no extremo oeste, na divisa com o Estado do Mato Grosso do Sul. O contrato de concessão estabelece que as tarifas de cada praça de pedágio serão definidas tendo como referência uma tarifa quilométrica para cada trecho de pista simples ou dupla, cada uma com o seu valor já determinado e corrigido anualmente pelo IPCA.

2. RESUMO DAS PRÁTICAS CONTÁBEIS MATERIAIS

As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e pronunciamentos, orientações e interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e aprovados pela CVM. As práticas contábeis materiais aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras estão descritas a seguir: 2.1. Declaração de conformidade: As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro ("International Financial Reporting Standards - IFRS") emitidas pelo "International Accounting Standards Board - IASB" e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos, as orientações e as interpretações técnicas emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC e pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM. A Administração declara que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e que correspondem às utilizadas por ela na sua gestão das atividades da Companhia. 2.2. Bases de apresentação: As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, exceto se indicado de outra forma. O custo histórico geralmente é com base no valor justo das contraprestações pagas em troca de bens e serviços. As demonstrações financeiras foram elaboradas no curso normal dos negócios. A Administração efetua uma avaliação da capacidade de a Companhia dar continuidade às suas atividades durante a elaboração das demonstrações financeiras. Valor justo é o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação organizada entre participantes do mercado na data de mensuração, independentemente de esse preço ser diretamente observável ou estimado usando outra técnica de avaliação. Ao estimar o valor justo de um ativo ou passivo, a Administração leva em consideração as características do ativo ou passivo no caso de os participantes do mercado levarem essas características em consideração na precificação do ativo ou passivo na data de mensuração. O valor justo para fins de mensuração e/ou divulgação nestas demonstrações financeiras é determinado nessa base. Moeda funcional e moeda de apresentação: Essas demonstrações financeiras são apresentadas em real - R$, que é a moeda funcional da Companhia. 2.3. Caixa e equivalentes de caixa: A Companhia e suas controladas classificam nessa categoria os saldos de caixa, de contas bancárias de livre movimentação e os investimentos de curto prazo, de alta liquidez, que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa, sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor e cuja realização possa ocorrer em um prazo inferior a 90 dias. 2.4. Contas a receber: As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber de clientes pela prestação de serviços no decurso normal da atividade da Companhia. Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos, as contas a receber são classificadas no ativo circulante, caso contrário, são apresentadas no ativo não circulante. As contas a receber de clientes são inicialmente registradas a valor justo, e posteriormente ao custo amortizado, deduzidos de provisão para perda de crédito esperada para a vida inteira do instrumento, as quais resultam de todos os possíveis eventos de inadimplemento. A provisão para perda de créditos esperados é constituída para cobrir eventuais perdas na realização desses créditos. Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2024, não houve ajuste a valor presente nas transações dos serviços prestados, por não serem relevantes no contexto geral das demonstrações financeiras. 2.5. Estoque: Os estoques são avaliados ao custo ou valor líquido realizável, dos dois o menor. As provisões para estoques de baixa rotatividade ou obsoletos são constituídas quando consideradas necessárias pela Companhia. 2.6. Imposto de renda e contribuição social corrente e diferidos: A despesa com imposto de renda e contribuição social representa a soma dos impostos correntes e diferidos. Os impostos diferidos serão constituídos para diferenças temporárias e prejuízos fiscais e base negativa da contribuição social, se aplicável. 2.6.1. Impostos correntes: O imposto corrente se baseia no lucro real do exercício, tendo a sua apuração anual. O lucro real difere do lucro apresentado no resultado porque exclui receitas ou despesas tributáveis ou dedutíveis em outros períodos, além de excluir itens não tributáveis ou não dedutíveis de forma permanente. Os passivos fiscais correntes da Companhia são calculados com base em alíquotas fiscais promulgadas ou substancialmente promulgadas no final do período do relatório. Uma provisão é reconhecida para questões para as quais a apuração de impostos é incerta, mas há probabilidade de desembolso futuro de recursos para uma autoridade fiscal. 2.6.2. Impostos diferidos: O imposto diferido é o imposto devido ou a recuperar sobre as diferenças entre o valor contábil de ativos e passivos nas demonstrações financeiras e as correspondentes bases de cálculo usadas na apuração do lucro real. Os passivos fiscais diferidos são geralmente reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias tributáveis e os ativos fiscais diferidos são reconhecidos quando for provável que a Companhia apresentará lucro tributável em montante suficiente para que tais diferenças temporárias dedutíveis possam ser utilizadas. Esses ativos e passivos não são reconhecidos se a diferença temporária resultar do reconhecimento inicial de ágio ou do reconhecimento inicial (exceto combinação de negócios) de outros ativos e passivos em uma transação que não afete o lucro tributável nem o lucro contábil. Impostos diferidos são calculados com base nas alíquotas fiscais aplicáveis no período no qual se espera que o passivo seja liquidado ou o ativo seja realizado, com base nas leis e alíquotas fiscais promulgadas ou substancialmente promulgadas no fim de cada exercício. 2.7. Ativos financeiros: Todos os ativos financeiros reconhecidos são subsequentemente mensurados na sua totalidade ao custo amortizado ou ao valor justo, dependendo da classificação dos ativos financeiros. A classificação é feita com base tanto no modelo de negócios da Companhia, para o gerenciamento do ativo financeiro, quanto nas características dos fluxos de caixa contratuais do ativo financeiro. Classificação dos ativos financeiros: Os instrumentos da dívida que atendem às condições a seguir são subsequentemente mensurados ao custo amortizado: i) O ativo financeiro é mantido em um modelo de negócios cujo objetivo é manter ativos financeiros a fim de coletar fluxos de caixa contratuais. ii) Os termos contratuais do ativo financeiro geram, em datas específicas, fluxos de caixa que se referem exclusivamente a pagamentos do principal e dos juros incidentes sobre o valor do principal em aberto. A Companhia não apresenta instrumentos de dívida que são subsequentemente mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes. 2.8. Imobilizado: O imobilizado é mensurado pelo seu custo histórico menos depreciação acumulada e qualquer perda não recuperável acumulada de perda por valor recuperável ("impairment"), se aplicável. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos itens. Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados ao item e que o custo do item possa ser mensurado com segurança. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do exercício, quando incorridos. A depreciação é calculada usando o método linear para alocar seus custos aos seus valores residuais durante a vida útil estimada, conforme divulgado. A vida útil estimada, os valores residuais e o método de depreciação são revisados no fim de cada exercício, e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente. 2.9. "Impairment" (perda por valor recuperável): A Companhia revisa o valor contábil de seus ativos tangíveis e intangíveis sempre que há algum indício de que tais ativos

continua...



sofreram perda por impossibilidade de recuperação de seu valor. Em caso afirmativo, estima-se o valor recuperável do ativo e a perda é registrada no resultado. Não foram identificadas e registradas perdas relacionadas à não recuperação dos ativos tangíveis e intangíveis no exercício findo em 31 de dezembro de 2024. A vida útil estimada e o método de amortização são revisados no fim de cada exercício, e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente. 2.10. Aplicação de julgamentos e práticas contábeis críticas na elaboração das Demonstrações Financeiras: Práticas contábeis críticas são aquelas que: (a) são importantes para demonstrar a condição financeira e os resultados; e (b) requerem os julgamentos mais difíceis, subjetivos ou complexos por parte da Administração, frequentemente como resultado da necessidade de fazer estimativas que tenham impacto sobre questões que são inerentemente incertas. À medida que aumenta o número de variáveis e premissas que afetam a possível solução futura dessas incertezas, esses julgamentos se tornam ainda mais subjetivos e complexos. Contabilização de contratos de concessão: Na contabilização do Contrato de Concessão, a Companhia efetua análises que envolvem o julgamento da Administração, substancialmente no que diz respeito à interpretação do Contrato de Concessão, determinação e classificação dos gastos de melhoria e construção como ativo intangível e avaliação dos benefícios econômicos futuros, para fins de determinação do momento de reconhecimento dos ativos intangíveis gerado no Contrato de Concessão. Além disso, para os ativos qualificáveis, os custos de empréstimos são capitalizados. Receita de contratos com clientes: (a) Receita de Pedágio e Receitas Acessórias: É aplicado um modelo de cinco etapas para contabilização de receitas decorrentes de contratos com clientes, de tal forma que uma receita é reconhecida por um valor que reflete a contrapartida que a Companhia espera ter direito em troca de transferências de controle de bens ou serviços para um cliente. As cinco etapas mencionadas acima são: (1) identificação de contratos com clientes; (2) identificação das obrigações de desempenho do contrato; (3) determinação do preço de transação; (4) alocação do preço da transação para obrigações de performance e; (5) reconhecimento da receita. As receitas de pedágio são reconhecidas quando da utilização pelos usuários das rodovias. As receitas acessórias são reconhecidas quando da prestação dos serviços. (b) Receitas de Construção: A receita de construção é reconhecida pelo seu valor justo, assim como os respectivos custos transformados em despesas relativas ao serviço de construção prestado. De acordo com a Interpretação do Comitê de Pronunciamentos Contábeis - ICPC 01, sempre que uma concessionária de serviços públicos executa obras, mesmo que previstas contratualmente, ela realiza serviços de construção, sendo que estes podem possuir dois tipos de remuneração, ou por recebimento dos valores do Poder Concedente (ativo financeiro), ou pela remuneração da tarifa de pedágio (ativo intangível). Para essa última modalidade, a receita de construção deve ser reconhecida pelo seu valor justo, e os respectivos custos transformados em despesas relativas ao serviço de construção prestado. Na contabilização das margens de construção, a Administração da Companhia avalia questões relacionadas à responsabilidade primária pela prestação de serviços de construção, mesmo nos casos em que haja terceirização dos serviços, custos de gerenciamento e/ou acompanhamento da obra e empresa que efetua os serviços de construção. A Administração da Companhia entende que as contratações dos serviços de construção são realizadas a valor de mercado, e portanto, não reconhece margem de lucro nas atividades de construção. Momento de reconhecimento dos ativos intangíveis: A Administração da Companhia avalia o momento de reconhecimento dos ativos intangíveis com base nas características econômicas do Contrato de Concessão. A contabilização de adições subsequentes ao ativo intangível somente ocorrerá quando da prestação de serviço relacionado e que represente potencial de geração de receita adicional. Para esses casos, por exemplo, a obrigação da construção não é reconhecida na assinatura do contrato, mas o será no momento da construção, em contrapartida ao ativo intangível. Custo de empréstimos: Os custos de empréstimos atribuídos diretamente à aquisição, construção ou produção de ativos qualificados, os quais levam, necessariamente, um período substancial para ficarem prontos para uso, são incluídos no custo de tais ativos até a data em que estejam prontos para o uso pretendido. Os ganhos decorrentes da aplicação temporária dos recursos obtidos com empréstimos específicos e ainda não gastos com o ativo qualificável são deduzidos dos custos com empréstimos qualificados para capitalização. Todos os outros custos com empréstimos são reconhecidos em uma conta redutora e amortizadas pelo tempo dos contratos. 2.11. Contratos de concessão de serviços - Direito de exploração de infraestrutura - ICPC 01 (R1): A infraestrutura, dentro do alcance da interpretação técnica ICPC 01 - Contratos de Concessão, não é registrada como ativo imobilizado do concessionário porque o contrato de concessão prevê apenas a cessão de posse desses bens para a prestação de serviços públicos, sendo eles revertidos ao Poder Concedente após o encerramento do respectivo contrato. A Companhia tem acesso para construir e/ou operar a infraestrutura para a prestação dos serviços públicos em nome do poder concedente, nas condições previstas no contrato. Nos termos dos contratos de concessão dentro do alcance desta Interpretação, a Companhia atua como prestadora de serviço, construindo ou melhorando a infraestrutura (serviços de construção ou melhoria) usada para prestar um serviço público, além de operar e manter essa infraestrutura (serviços de operação) durante determinado prazo. O direito de exploração de infraestrutura é oriundo dos gastos realizados na construção de obras de melhoria em troca do direito de cobrar os usuários das rodovias pela utilização da infraestrutura. A amortização do direito de exploração da infraestrutura é reconhecida no resultado do exercício de acordo com o prazo de concessão da rodovia. De acordo com o pronunciamento técnico CPC 04 - Ativo Intangível. "O valor amortizável de ativo intangível com vida útil definida deve ser apropriado de forma sistemática ao longo da sua vida útil estimada" e ainda "O método de amortização utilizado reflete o padrão de consumo pela entidade dos benefícios econômicos futuros". 2.12. Fornecedores e outras contas a pagar: São obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios, sendo classificados como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante. Eles são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e subsequentemente mensurado pelo custo amortizado com o uso do método da taxa efetiva de juros. Na prática, são normalmente reconhecidas ao valor da fatura correspondente. 2.13. Ajuste a valor presente de ativos e passivos: Os ativos e passivos monetários de longo prazo são atualizados e, portanto, estão ajustados pelo seu valor presente. O ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários de curto prazo é calculado, e somente registrado, se considerado relevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Para fins de registro e determinação da relevância, o ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos. 2.14. Credor pela concessão: Representa os valores de ônus de fiscalização (1,5%) e ônus variável (7%), - ambos tendo como base de cálculo a receita bruta de pedágio mais receita acessória- a pagar ao Poder Concedente decorrentes das obrigações constantes no contrato de concessão. Os valores encontram-se contabilizados pelo valor presente, considerando os índices contratuais. 2.15. Provisões: Quando aplicável, as provisões são reconhecidas quando a Companhia possui uma obrigação presente (legal ou construtiva) resultante de um evento passado, é provável que terá de liquidar a obrigação e quando é possível mensurar de forma confiável o valor da obrigação. Uma obrigação construtiva, ou não formalizada, é aquela que decorre das ações da Companhia que, por meio de um padrão estabelecido de práticas passadas, de políticas publicadas ou de uma declaração atual suficientemente específica, indique a outras partes que a Companhia aceitará certas responsabilidades e, em consequência, cria uma expectativa válida nessas outras partes de que cumprirá com essas responsabilidades. 2.16. Provisão para manutenção: Provisão para manutenção decorrente dos gastos estimados para cumprir com as obrigações contratuais da concessão relacionadas à utilização e manutenção das rodovias para mantê-las nos níveis preestabelecidos de utilização, conforme determinado pelo poder concedente. 2.17. Passivos financeiros e patrimônio líquido: Todos os passivos financeiros são subsequentemente mensurados ao custo amortizado pelo método da taxa de juros efetiva ou ao valor justo por meio do resultado. Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado: Passivos financeiros são classificados ao valor justo por meio do resultado quando o passivo financeiro for (i) uma contraprestação contingente de um comprador em uma combinação de negócios, (ii) mantido para negociação, ou (iii) designado ao valor justo por meio do resultado. Instrumentos financeiros híbridos: O valor de opção de conversão de Debêntures em patrimônio líquido deve ser incluído no componente do passivo. A soma dos montantes atribuídos aos componentes do passivo e patrimônio líquido no reconhecimento inicial é sempre igual ao valor justo que seria atribuído ao instrumento como um todo. Nenhum ganho ou perda deve decorrer do reconhecimento inicial dos componentes do instrumento separadamente. O emissor de título conversível em ações ordinárias deve determinar primeiro o valor contábil do componente do passivo, mensurando o valor justo de passivo similar que não tenha um componente de patrimônio líquido associado. O valor contábil do instrumento patrimonial representado pela opção de conversão do instrumento em ações ordinárias deve ser, então, determinado pela dedução do valor justo do passivo financeiro do valor justo do instrumento financeiro composto como um todo. 2.18. Lucro básico e diluído por ação: O resultado por ação básico é calculado por meio do resultado do exercício atribuível aos acionistas controladores da Companhia e a média ponderada das ações ordinárias em circulação no respectivo exercício. 2.19. Reconhecimento de receita: Essas receitas são mensuradas pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber, deduzida de quaisquer estimativas de deduções. A receita é reconhecida no exercício de competência, ou seja, quando da utilização pelos usuários dos bens públicos objeto da concessão. A receita é calculada de acordo com os valores estipulados pelo Poder Concedente, sendo o valor da Tarifa de Pedágio cobrado do usuário das rodovias de cada uma das praças de pedágio, conforme estabelecido no Contrato de Concessão e as Receitas Acessórias de acordo com o serviço acessório que foi contratado. 2.20. Receitas e despesas financeiras: Substancialmente representadas por juros e variações monetárias decorrentes de aplicações financeiras, depósitos judiciais, empréstimos e financiamentos, debêntures e passivo com credores pela concessão e efeitos dos ajustes a valor presente. 2.21. Demonstração do valor adicionado - DVA: Essa demonstração tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pela Companhia e sua distribuição durante determinado exercício e é apresentada pela Companhia, conforme requerido pela legislação societária brasileira para empresas de capital aberto, como parte de suas demonstrações financeiras, pois não é uma demonstração prevista nem obrigatória conforme as normas internacionais "IFRS Accounting Standards". A DVA foi preparada com base em informações obtidas dos registros contábeis que servem de base de preparação das demonstrações financeiras. 2.22. Informação por segmento: Segmentos operacionais são definidos como componentes de um negócio para os quais demonstrações financeiras separadas estão disponíveis, não limitadas às receitas, e são avaliadas de forma regular pelo principal tomador de decisões operacionais na decisão sobre como alocar recursos para um segmento individual e na avaliação do desempenho do segmento. A Companhia organiza-se em um único segmento operacional, de concessão de rodovias. 2.23. Normas contábeis novas e alteradas: 2.23.1. Normas contábeis novas e alteradas em vigor no exercício corrente. No exercício corrente, a Companhia aplicou uma série de alterações às normas internacionais "IFRS Accounting Standards" emitidas pelo "International Accounting Standards Board - IASB" e pronunciamentos técnicos CPC aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade que são obrigatoriamente válidas para um período contábil que se inicie em ou após 1º de janeiro de 2024. A sua adoção não teve qualquer impacto material nas divulgações ou nos valores apresentados nessas demonstrações financeiras.

Norma Alterada ou nova norma	Assunto	Aplicável a períodos anuais com início em ou após:
CPC 26 (IAS 1)	Apresentação das Demonstrações Financeiras e IFRS	01/01/2024
CPC 6 (R2) / IFRS 16	Arrendamentos	01/01/2024
CPC 3 (R2) / IAS 7 e CPC 40 (R1) / IFRS 7	Demonstração dos Fluxos de Caixa	01/01/2024

2.23.2. Normas contábeis novas e/ou revisadas emitidas e ainda não efetivas. Os pronunciamentos contábeis abaixo listados foram publicados e/ou revisados e entraram em vigor para os exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2025. A adoção dessas Normas e Interpretações não teve impactos relevantes sobre as divulgações ou os valores divulgados nestas demonstrações financeiras.

Norma	Descrição da alteração	Vigência
IAS 21/CPC 02: Os Efeitos das Mudanças nas Taxas de Câmbio intitulada Falta de Conversibilidade	As alterações estabelecem critérios para avaliar a conversibilidade de uma moeda e determinar a taxa de câmbio quando esta não for conversível. Considera-se conversível a moeda obtida dentro de um prazo razoável por meio de mercado ou câmbio com direitos exequíveis; caso contrário, é tratada como não conversível. Nesses casos, a entidade deve estimar a taxa de câmbio à vista com base em valores de mercado, sem um método específico obrigatório. Além disso, exige-se a divulgação do impacto da não conversibilidade na posição financeira e nos fluxos de caixa. A IAS 21 recebeu um novo apêndice e exemplos ilustrativos, e a IFRS 1 foi ajustada para alinhamento com a norma revisada.	01/01/2025
Orientação Técnica OCPC 10 - Crédito de Carbono (tCO_2e), Permissões de Emissão ("Allowance") e Crédito de Descarbonização (CBIO)	A Orientação Técnica OCPC 10 estabelece diretrizes contábeis para o tratamento de créditos de carbono (tCO e), permissões de emissão (allowances) e créditos de descarbonização (CBIO) no mercado brasileiro. Seu objetivo é padronizar o reconhecimento, a mensuração e a divulgação dessas transações, garantindo maior transparência e comparabilidade das informações financeiras. O OCPC 10 abrange tanto a originação e aquisição desses instrumentos para cumprimento de metas de descarbonização (aposentadoria) quanto a sua utilização para negociação no mercado. Além disso, define requisitos para a contabilização de passivos associados, sejam eles decorrentes de obrigações legais ou de compromissos não formalizados, conforme estabelecido no CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes.	01/01/2025
IFRS 18 /CPC 3 (R2) - Apresentação e Divulgação das Demonstrações Financeiras	As O IFRS 18 - Apresentação e Divulgação nas Demonstrações Financeiras foi emitido pelo IASB em abril de 2024, substituindo o IAS 1 (equivalente ao CPC 26 R1 no Brasil). Ele introduz novos requisitos para a demonstração do resultado do exercício, incluindo totais e subtotais especificados. A norma exige que receitas e despesas sejam classificadas em cinco categorias: operacional, investimento, financiamento, tributos sobre o lucro e operações descontinuadas, sendo que as três primeiras categorias são novas. Além disso, o IFRS 18 demanda a divulgação de medidas de desempenho baseadas nas funções identificadas das demonstrações financeiras principais e exige maior detalhamento nas notas explicativas. As mudanças incluem alterações no IAS 7 (CPC 03 R2), como a remoção da possibilidade de classificar certos fluxos de caixa como operacionais e a nova metodologia de alocação de fluxos relacionados a lucros ou prejuízos.	01/01/2027
IFRS 9 / CPC 48 e IFRS 7 / CPC 40 (R1) - Classificação e Mensuração de Instrumentos Financeiros	Por meio da revisão pós-implementação do IFRS 9, o IASB identificou a necessidade de esclarecer requisitos relacionados à avaliação dos fluxos de caixa contratuais de ativos financeiros, especialmente os critérios de "pagamentos exclusivamente de principal e juros" (SPPI). O objetivo principal é garantir uma aplicação mais consistente, especialmente para ativos financeiros vinculados a metas ESG (ambientais, sociais e de governança). Em maio de 2024, o IASB emitiu novos requisitos no IFRS 9 e IFRS 7, voltados para uniformizar as práticas contábeis de classificação e mensuração de instrumentos financeiros. Essas alterações visam reduzir assimetrias na aplicação das normas e aumentar a transparência para investidores e demais usuários das demonstrações financeiras. As mudanças incluem diretrizes mais claras para a mensuração e classificação desses ativos, alinhando as práticas contábeis às necessidades de relatórios financeiros modernos e ao mercado crescente de ativos sustentáveis.	01/01/2026

A Companhia não espera que a adoção das normas listadas acima tenha um impacto relevante sobre as demonstrações financeiras em exercícios futuros, mas podem exigir divulgações adicionais, principalmente no que se refere ao OCPC 10 - crédito de carbono, a partir de 2026, e mudanças na classificação de itens na demonstração do resultado, em decorrência do CPC 3 em 2027.

3. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	31/12/2024	31/12/2023
Caixa	4.721	5.722
Bancos	2.028	7.488
Aplicações financeiras (a)	406.266	549.006
Total (a)	413.015	562.216

A Companhia considera como caixa e equivalentes de caixa, as aplicações financeiras de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor. O objetivo principal da administração de capital da Companhia é assegurar que seja mantida uma classificação de crédito adequada, a fim de apoiar os negócios e maximizar o valor do acionista. A Companhia administra a estrutura do capital considerando as mudanças nas condições econômicas. Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia apresentava estrutura de capital destinada a viabilizar os compromissos assumidos com as obrigações de investimentos em intangível assumidas no contrato da concessão. i) Aplicações financeiras realizadas em CDB com liquidez diária indexadas ao Certificado de Depósito Interbancário - CDI se manteve à taxa média de 100,5% em 31 de dezembro de 2024. (a) Na data da finalização destas demonstrações financeiras a Administração da Companhia tem a intenção de utilização dos saldos mantidos em caixa e equivalentes de caixa com compromissos de curto prazo, bem como, investimentos em intangível previstos para os próximos 12 meses.

4. APLICAÇÕES FINANCEIRAS VINCULADAS

	31/12/2024	31/12/2023
Aplicações vinculadas - Empréstimos BNDES	31.877	30.217
Aplicações vinculadas - Debêntures	14.255	13.126
Total	46.132	43.343
Circulante	20.210	18.534
Não circulante	25.922	24.809
	46.132	43.343

Conforme contrato, a Companhia deverá manter 2 contas para pagamentos do financiamento obtido junto ao BNDES e 2 contas para pagamento das debêntures, controladas diretamente pelo Banco Santander, e o saldo aplicado será de uso exclusivo para pagamento das operações de financiamento mencionadas abaixo: BNDES: (a) Pagamento BNDES: conta específica para constituição de 1 parcela a ser paga mensalmente, a partir de 15 de janeiro de 2025. (b) Reserva BNDES: conta específica para constituição de 3 parcelas adicionais que poderão ser utilizadas quando a conta pagamento BNDES não possuir saldo suficiente para pagamento. Debêntures: (a) Pagamento Debêntures: conta específica para constituição de 1 parcela a ser paga semestralmente. (b) Reserva Debêntures: conta específica para constituição de 1 parcela adicional que poderá ser utilizada quando a conta pagamento Debêntures não possuir saldo suficiente para pagamento. A Administração da Companhia não possui indícios quanto a possibilidade de não constituir saldo suficiente em conta para pagamento, mantendo, portanto, as contas de reserva como não circulante. Aplicações financeiras vinculadas (CDBs) estão sendo mantidas em instituição financeira de primeira linha com liquidez diária indexadas ao Certificado de Depósito Interbancário - CDI à taxa média de 95% em 31 de dezembro de 2024 e 100,5% em 31 de dezembro de 2023.

5. CONTAS A RECEBER

Estão representadas por:

	31/12/2024	31/12/2023
Pedágio eletrônico a receber (*)	63.783	61.905
Receitas acessórias a receber	403	78
Total	64.186	61.983

(*) Representados por serviços prestados aos usuários relativos às tarifas de pedágio, que serão recebidas das operadoras de serviço de arrecadação - "OSA". A Administração da Companhia não identificou a necessidade de reconhecimento de provisão para perdas com recebíveis em 31 de dezembro de 2024 e 31 de dezembro de 2023. O prazo médio de vencimento é de até 30 dias e estando todo seu montante como a vencer.

6. ESTOQUES

Os estoques estão representados por:

	31/12/2024	31/12/2023
Uniformes e EPIs	2.107	2.490
Manutenção civil e hidráulica	1.668	1.232
Outros	1.486	2.013
Total	5.261	5.735

Em 31 de dezembro de 2024, os estoques não tinham sido dados em garantia das operações da Companhia. Na data da finalização destas demonstrações financeiras a Administração da Companhia tem a intenção de utilização dos saldos mantidos em estoque em até 12 meses.

7. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

a) Imposto de renda e contribuição social diferidos: O imposto de renda e a contribuição social diferidos são calculados sobre as correspondentes diferenças temporárias entre as bases de cálculo do imposto sobre ativos e passivos e os valores contábeis das demonstrações financeiras. As alíquotas desses impostos, definidas atualmente para determinação desses créditos diferidos, são de 25% para o imposto de renda e de 9% para a contribuição social.

	31/12/2024	31/12/2023
Imposto de renda diferido	45.599	48.060
Contribuição social diferida	16.415	17.303
Total	62.014	65.363
2024	-	9.758
2025	44.025	50.845
Após 2026	17.989	4.760
Total	62.014	65.363

b) O imposto de renda e a contribuição social diferidas ativas tem as seguintes origens:

	31/12/2024	31/12/2023
Provisão para riscos cíveis, trabalhistas, tributários e previdenciários	34.535	13.404
Provisão de fornecedores	17.318	23.931
Provisão para manutenção	201.472	226.997
Capitalização de juros	(73.483)	(76.566)
Provisão PLR	(3.212)	(292)
Base Negativa	(644)	-
Outras	6.408	4.769
Base de cálculo total	182.394	192.243
Taxa combinada de impostos	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social diferidos ativos	62.014	65.363

c) Reconciliação do imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos do exercício: A conciliação do imposto de renda e da contribuição social registrada no resultado é demonstrada a seguir:

	31/12/2024	31/12/2023
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	61.747	129.086
Alíquota nominal	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social nominal	(20.994)	(43.889)
Ajuste para alíquota efetiva:		
Efeito tributário das adições e exclusões permanentes:		
Capitalização e amortização de juros	(1.048)	(644)
Outras diferenças permanentes	1.755	722
Despesa de imposto de renda e contribuição social	(20.287)	(43.811)
Impostos de renda e contribuição social corrente	(16.938)	(71.101)
Impostos de renda e contribuição social diferido	(3.349)	27.290
	(20.287)	(43.811)
Alíquota efetiva de impostos de renda e contribuição social %	32,86%	33,93%

8. DEPÓSITOS JUDICIAIS

Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia possui Depósitos Judiciais de naturezas cíveis, trabalhistas e ações de desapropriação, classificados como perdas prováveis, conforme tabela abaixo:

	31/12/2024	31/12/2023
Ações cíveis	74	51
Ações Trabalhistas	363	1.422
Ações de desapropriação (a)	24.269	17.633
Total	24.706	19.106

(a) As ações judiciais são provenientes de seus investimentos em ampliação (SP 294: duplicação rodovia, construção de vias marginais e de pontes), edificação de postos de Serviços de Atendimento aos Usuários - "SAUs", área de descanso para caminhoneiros e Posto Geral de Fiscalização - "PGFs", onde após a decisão das ações judiciais será reconhecido como ativo intangível.

9. IMOBILIZADO

	Móveis e utensílios	Máquinas e equipamentos	Equipamentos de informática	Equipamentos de telefonia comercial	Equipamentos para veículos	Caminhões (a)	Edifícios	Outros	Total
Custo do imobilizado									
Saldo em 31 de dezembro de 2023	1.907	35.985	5.345	336	468	65.168	2.669	1.113	112.991
Adições	504	5.119	1.118	18	163	1.367	5.283	620	14.192
Baixas	(25)	(60)	-	(254)	-	(2.945)	-	(1)	(3.285)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	2.386	41.044	6.463	100	631	63.590	7.952	1.732	123.898
Depreciação acumulada									
Saldo em 31 de dezembro de 2023	(264)	(4.753)	(3.121)	(229)	(88)	(27.036)	(15)	(290)	(35.796)
Adições	(285)	(3.314)	(931)	(32)	(54)	(6.314)	(201)	(680)	(11.811)
Baixas	25	58	-	255	-	2.515	-	1	2.854
Saldo em 31 de dezembro de 2024	(524)	(8.009)	(4.052)	(6)	(142)	(30.835)	(216)	(969)	(44.753)
Imobilizado líquido									
Saldo em 31 de dezembro de 2024	1.862	33.035	2.411	94	489	32.755	7.736	763	79.145
Taxas de depreciação - a.a.	10	20	20	20	25	10	25	10	
Custo do imobilizado									
Saldo em 31 de dezembro de 2022	767	14.397	5.117	331	468	64.747	-	970	86.797
Adições	1.140	21.588	228	5	-	421	2.669	143	26.194
Saldo em 31 de dezembro de 2023	1.907	35.985	5.345	336	468	65.168	2.669	1.113	112.991
Depreciação acumulada									
Saldo em 31 de dezembro de 2022	(157)	(2.421)	(2.093)	(163)	(41)	(11.863)	-	(175)	(16.913)
Adições	(107)	(2.332)	(1.028)	(66)	(47)	(15.173)	(15)	(115)	(18.883)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	(264)	(4.753)	(3.121)	(229)	(88)	(27.036)	(15)	(290)	(35.796)
Imobilizado líquido									
Saldo em 31 de dezembro de 2023	1.643	31.232	2.224	107	380	38.132	2.654	823	77.195
Taxas de depreciação - a.a.	10	20	20	20	25	25	25	10	

(a) Baixas realizadas em função da venda de caminhões (R$2.515) vide nota explicativa nº 18.

continua...



Em 31 de dezembro de 2024, não há bens do ativo imobilizado vinculados como garantia dos financiamentos, debêntures ou de processos de qualquer natureza. De acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as IFRS, os itens do ativo imobilizado que apresentam sinais de que seus custos registrados são superiores a seus valores recuperáveis são revisados detalhadamente anualmente para determinar a necessidade de provisão para redução do saldo contábil a seu valor de realização. A Companhia concluiu que não há nenhum indicativo adicional que levasse à necessidade de constituição de provisão para "impairment" dos ativos imobilizados em relação à análise de "impairment" realizada em 31 de dezembro de 2024. A Administração da Companhia efetua análise periódica do prazo de vida útil-econômica remanescente dos bens do ativo imobilizado e não foram identificadas diferenças significativas na vida útil-econômica dos bens que integram o ativo imobilizado da Companhia em 31 de dezembro de 2024.

10. INTANGÍVEL

	Intangível em rodovias - obras e serviços - em andamento (i)	Intangível em rodovias - obras, serviços e capitalização de custos de empréstimos (i)	Contrato de Concessão-Outorga (i e ii)	Software	Total
Custo do intangível					
Saldo em 31 de dezembro de 2023	402.103	1.787.075	1.136.335	5.334	3.330.847
Adições (b)	387.425	129.724	-	2.009	519.158
Baixas (c)	-	(241)	-	-	(241)
Transferências	(365.119)	365.119	-	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2024	424.409	2.281.677	1.136.335	7.343	3.849.764
Amortização acumulada					
Saldo em 31 de dezembro de 2023	-	(246.587)	(135.727)	(375)	(382.689)
Adições	-	(127.055)	(37.877)	(236)	(165.168)
Baixas	-	19	-	-	19
Saldo em 31 de dezembro de 2024	-	(373.623)	(173.604)	(611)	(547.838)
Intangível líquido					
Saldo em 31 de dezembro de 2024	424.409	1.908.054	962.731	6.732	3.301.926
Taxas médias anuais de amortização - % (a)	-	6,78	3,33	6,64	

	Intangível em rodovias - obras e serviços - em andamento (i)	Intangível em rodovias - obras, serviços e capitalização de custos de empréstimos (i)	Contrato de Concessão-Outorga (i e ii)	Software	Total
Custo do intangível					
Saldo em 31 de dezembro de 2022	158.304	1.519.095	1.136.335	3.104	2.816.838
Adições (b)	287.455	224.346	-	2.208	514.009
Transferências	(43.656)	43.634	-	22	-
Saldo em 31 de dezembro de 2023	402.103	1.787.075	1.136.335	5.334	3.330.847
Amortização acumulada					
Saldo em 31 de dezembro de 2022	-	(138.901)	(97.849)	(246)	(236.996)
Adições	-	(107.686)	(37.878)	(129)	(145.693)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	-	(246.587)	(135.727)	(375)	(382.689)
Intangível líquido					
Saldo em 31 de dezembro de 2023	402.103	1.540.488	1.000.608	4.959	2.948.158
Taxas médias anuais de amortização - % (a)	-	6,78	3,33	6,64	

(a) O intangível, o contrato de concessão e os softwares/direito de uso são amortizados ao resultado de forma linear, pelo prazo da vida útil ou prazo remanescente da concessão, dos dois o menor, (calculada a partir da entrada em operação por um período que não excede o prazo remanescente da concessão) esse método é o que melhor reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. (b) As principais adições do exercício estão representadas pela duplicação da SP 294, implantação de dispositivos de contenção viária, vias marginais, terceiras faixas, edificação de SAUs, área de descanso para caminhoneiro, PGFs, parada de ônibus, equipamentos de tecnologia, entre outros. (c) Em 2024 não houve capitalização de custos de empréstimos. (d) Baixa realizada em função da venda de um caminhão (R$236) vide nota explicativa nº 18 Adicionalmente foram baixados (R$5), referentes a equipamentos de conservação rotineira, considerados inservíveis. (i) Os itens referentes ao contrato de concessão compreendem basicamente a infraestrutura rodoviária e o direito de outorga. (ii) Vide nota explicativa nº 1. De acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais "IFRS Accounting Standards", os itens do ativo intangível que apresentam sinais de que seus custos registrados são superiores a seus valores recuperáveis são revisados detalhadamente anualmente para determinar a necessidade de provisão para redução do saldo contábil a seu valor de realização. A Companhia concluiu que não há nenhum indicativo adicional que levasse à necessidade de constituição de provisão para "impairment" dos ativos imobilizados em relação a análise de "impairment" realizada em 31 de dezembro de 2024.

11. DIREITO DE USO

	Saldo em 31/12/2023	Adições e atualizações contratuais	Baixas	Amortização	Saldo em 31/12/2024
Equipamentos operacionais	1.243	158	-	(490)	911
Instalações e edificações	2.511	1.397	-	(1.826)	2.082
Veículos	6.460	14.200	(2.462)	(6.603)	11.595
Total	10.214	15.755	(2.462)	(8.919)	14.588

	Saldo em 31/12/2022	Adições e atualizações contratuais	Baixas	Amortização	Saldo em 31/12/2023
Equipamentos operacionais	748	1.102	-	(607)	1.243
Instalações e edificações	1.864	3.249	(1.270)	(1.332)	2.511
Veículos	4.270	7.235	-	(5.045)	6.460
Total	6.882	11.586	(1.270)	(6.984)	10.214

Saldos relacionados as operações de arrendamento da Companhia, cujos pagamentos são mensais. Em geral, estes contratos possuem prazos que variam entre 3 e 19 anos. A Companhia avalia no início de cada arrendamento se é razoavelmente certo se as opções de extensão serão exercidas, e reavalia tal conclusão em caso da ocorrência de evento significativo ou uma mudança nas circunstâncias dentro de seu controle. Para cada contrato de arrendamento mercantil a Companhia reconhece um Ativo de direito de uso e passivo de arrendamento composto pelo valor presente das parcelas e custos associados ao contrato de arrendamento mercantil, descontados à taxa média real de 6,09% a.a., pois os contratos de arrendamento são corrigidos pela inflação. A taxa real é equivalente às de emissão de dívidas no mercado com prazos e vencimentos equivalentes. O valor do ativo de direito de uso é depreciado ao longo da vida útil estimada do contrato em vigência e cessado quando do ajuste por perda ao valor recuperável, ou mesmo quando ocorre o cancelamento dos termos contratuais de acordo com as condições comerciais e estratégia de negócios da Companhia. Pelo enquadramento tributário da Companhia não há direito à recuperação de créditos com PIS (Programa de Integração Social) e COFINS (Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social). (a) As adições referem-se à substituição parcial da frota de veículos operacionais e administrativos realizando, da qual a Companhia realizou a contemplação de novos contratos de arrendamentos.

12. FORNECEDORES

	31/12/2024	31/12/2023
Fornecedores - Obras (intangível)	62.765	65.555
Fornecedores - Imobilizado	537	68
Fornecedores - Serviços	25.990	22.090
Total	89.292	87.713

13. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

O saldo de empréstimos e financiamentos está composto pelo saldo devedor das notas promissórias e BNDES, ambos reduzido dos custos de captação a amortizar, conforme movimentação detalhada a seguir:

Descrição	Indexador	Acréscimos de juros a.a. %	Saldo em 31/12/2023	Captação	Juros e atualização monetária/ amortização de custo	Amortização (i)	Saldo em 31/12/2024
BNDES	IPCA	5,21%	1.042.094	-	108.039	(56.294)	1.093.839
Total			1.042.094	-	108.039	(56.294)	1.093.839

Descrição	Indexador	Acréscimos de juros a.a. %	Saldo em 31/12/2022	Captação	Juros e atualização monetária/ amortização de custo	Amortização (i)	Saldo em 31/12/2023
BNDES	IPCA	5,21%	687.575	300.000	101.338	(46.819)	1.042.094
Total			687.575	300.000	101.338	(46.819)	1.042.094

	31/12/2024	31/12/2023
Circulante	33.705	2.158
Não circulante	1.060.134	1.039.936

(i) O contrato de financiamento firmado com o BNDES encontra-se em período de carências, sendo realizada, portanto somente amortização das parcelas de juros. a) Financiamento BNDES: Em 22 de dezembro de 2020, foi obtido junto ao BNDES um crédito no valor de R$3.000.000 composto pelas linhas de Fundo de Amparo ao Trabalhador - FAT e FAT - Depósitos Especiais, não conversíveis em ações, cuja taxa de juros é composta de: • Subcréditos "A", "B", "C" e "D": IPCA + 1,83% a.a. + spread BNDES de 3,38% a.a. • Subcrédito "E": IPCA + 1,83% a.a. + spread BNDES de 4,84% a.a. O total dos créditos deverão ser utilizados pela Companhia nos prazos determinados a seguir, sem prejuízo do BNDES estender os referidos prazos: • Subcréditos "A" e "B": até 22 de junho de 2023, cujo montante do crédito é de R$1.300.000. A Companhia obteve liberações parciais dos subcréditos "A" e "B", no montante total de R$950.000 ocorridas nos dias 13 de julho de 2021, 29 de novembro de 2021 e 30 de maio de 2023. • Subcrédito "C": até 22 de junho de 2027, cujo montante do crédito é de R$1.100.000. • Subcréditos "D" e "E": até 22 de junho de 2029, cujo montante do crédito é de R$600.000. O prazo de carências para início da amortização do valor principal é de: • Subcréditos "A", "B" e "C": carências até 15/01/2025. Após a carências a amortização se dará em 245 prestações, iniciando em 15/01/2025 e terminando em 15/05/2045. • Subcrédito "D" e "E": carências até 15/01/2027. Após a carências a amortização se dará em 221 prestações, iniciando em 15/01/2027 e terminando em 15/05/2045. No período de carências o pagamento dos juros será realizado trimestralmente. Não há cláusulas restritivas ("covenants") financeiras sobre o financiamento. As principais cláusulas de vencimento antecipado estão relacionadas a não existências de: (i) Instauração de processo de caducidade, anulação, relicitação ou rescisão do contrato de concessão. (ii) Celebração de aditivo aos contratos da concessão, que possa prejudicar o cumprimento das obrigações, sem anuência prévia do BNDES. (iii) Descumprimento das seguintes obrigações contratuais: 1. Contratação e manutenção dos seguros exigidos no plano de seguros previsto no contrato de concessão, 2. Contratação e manutenção integral da garantia de execução contratual, 3. Pagamento de outorgas e taxas da ARTESP (iv) Extinção, liquidação, dissolução, requerimento de autofalências e o pedido de recuperação judicial ou extrajudicial a qualquer credor ou classe de credores. (v) Pedido de recuperação judicial, extrajudicial, autofalências, bem como a decretação de falências. (vi) Ocorrências de declaração de vencimento antecipado das debêntures autorizadas ou qualquer outra dívida tomada. (vii) Inadimplemento das dívidas celebradas com o BNDES. (viii) Não substituição das fianças bancárias. Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia encontra-se adimplente com os compromissos firmados. O contrato de financiamento prevê que para a conclusão físico-financeira parcial do projeto financiado "completion" dos subcréditos A e B) a EIXO SP deve, dentre outras obrigações ter apurado (i) EBITDA Ajustado em 31/12/2022 de no mínimo R$435.000 e (ii) soma dos EBITDAS Ajustados desde o início de sua operação até a data de apuração somado aos valores de capital social integralizado de no mínimo R$1.770.000, ambos valores na data-base de 31 de dezembro de 2020. A Companhia atendeu as obrigações pactuadas com o BNDES para obtenção da conclusão físico-financeira parcial do projeto financiado ("completion" dos subcréditos A e B).

14. DEBÊNTURES

A posição das debêntures (com partes relacionadas e BNDES) em 31 de dezembro de 2024 é:

Descrição	Indexador	Acréscimos de juros a.a. %	Saldo em 31/12/2023	Captação	Juros e atualização monetária/ amortização de custo	Amortização (i)	Saldo em 31/12/2024
Partes relacionadas (ii)			637.825	-	62.583	-	700.408
BNDES (ii)	IPCA	5,05%	405.797	-	41.617	(21.179)	426.235
Total			1.043.622	-	104.200	(21.179)	1.126.643

Descrição	Indexador	Acréscimos de juros a.a. %	Saldo em 31/12/2022	Captação	Juros e atualização monetária/ amortização de custo	Amortização (i)	Saldo em 31/12/2023
Partes relacionadas (ii)			581.694	-	56.131	-	637.825
BNDES (ii)	IPCA	5,05%	384.058	-	41.942	(20.203)	405.797
Total			965.752	-	98.073	(20.203)	1.043.622

	31/12/2024	31/12/2023
Circulante	12.372	722
Não circulante	1.114.271	1.042.900

(i) As debêntures com o BNDES encontram-se em período de carências, sendo realizada, portanto, somente amortização das parcelas de juros. (ii) As debêntures não possuem "covenants" financeiro. a) Debêntures com Partes Relacionadas: Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 22 de dezembro de 2020, foi aprovada a realização da 1ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie subordinada, em série única, no valor total de R$145.500 (145,5 debêntures com valor unitário de R$1) e de debêntures conversíveis em ações, da espécie subordinada, em série única, no valor total de R$339.500 (339,5 debêntures com valor unitário de R$1), em conformidade com a Instrução CVM nº 476. A conversão em ações pode ser realizada de forma obrigatória no caso de vencimento antecipado ou facultativa a critério do Debenturista a partir do 2º aniversário de integralização das Debêntures. A quantidade de ações a ser entregue ao debenturista no caso de conversão será variável e calculada pelo valor atualizado da debênture dividido pelo valor justo da ação da Companhia, multiplicado pelo número de debentures convertidas. As debêntures foram emitidas em janeiro e maio de 2021 e terão prazo de vencimento de 26 anos, com vencimento em 15 de janeiro de 2047 e com juros remuneratórios, prefixados correspondentes a 9,77% a.a. (na base 252 dias) e os juros serão pagos no vencimento das debêntures. A Companhia já recebeu o montante de R$490.702 (R$285.000 em janeiro e R$205.702 em maio de 2021), através de transferências bancárias. As debêntures emitidas não possuem cláusula de repactuação. As debêntures emitidas possuem, como hipóteses de vencimento antecipado, a ocorrência de declaração do vencimento antecipado de qualquer outra dívida e/ou financiamento de longo prazo tomados pela Emissora junto a instituições financeiras, públicas ou privadas e/ou emissão de valores mobiliários no mercado de capitais brasileiro ou internacional. b) Debêntures BNDES: Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 28 de maio de 2021, foi aprovada a realização da 2ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real, com garantia adicional fidejussória, em série única, no valor total de R$350.000 (350 debêntures com valor unitário de R$1), em conformidade com a Instrução CVM nº 476. As debêntures foram emitidas em julho de 2021 e terão prazo de vencimento de 174 meses, com vencimento em 15 de dezembro de 2035, atualizados por IPCA acrescidos de juros remuneratórios de 5,05% a.a. (na base 252 dias) e os juros serão pagos semestralmente, iniciando em 15 de dezembro de 2021. A amortização do principal dar-se-á em 22 parcelas semestrais e consecutivas, sendo a primeira em 15 de junho de 2025 e última em 15 de dezembro de 2035. A Companhia já recebeu o montante de R$350.000, através de transferências bancárias. As debêntures emitidas não possuem cláusula de repactuação. As debêntures emitidas possuem, como hipóteses de vencimento antecipado, a ocorrência de não pagamento do saldo do valor nominal atualizado, dos juros remuneratórios e/ou quaisquer outras obrigações pecuniárias devidas aos debenturistas, entre outras. Não há cláusulas restritivas ("covenants") financeiros sobre as debêntures.

15. CREDOR PELA CONCESSÃO

Corresponde ao pagamento de ônus de fiscalização de 1,50% e outorga variável I e II (4,00% e 3,00% respectivamente) totalizando 7,00%, constante do contrato de concessão, que somam um total de 8,50% das receitas de pedágio e receitas acessórias da Companhia auferidas mensalmente. A antecipação da compensação para o desconto de usuário frequente - "ACDUF" corresponde à devolução de 75% da outorga variável I do contrato de concessão.

	31/12/2024	31/12/2023
Ônus de fiscalização	1.750	1.528
Outorga variável	11.078	9.350
Antecipação da compensação para o desconto de usuário frequente (i)	65.990	42.381
Reequilíbrio cautelar COVID (iii)	164.533	-
Readequação do Pavimento do Sistema Remanescente (ii)	5.128	137.544
Total	248.479	190.803

(i) O contrato de concessão prevê desconto aos usuários frequentes, sendo que tais descontos são compensados com parte da outorga variável a título de reequilíbrio antecipado do Desconto do Usuário Frequente - "ACDUF". Considerando a apuração mensal é realizada com base em estimativa e não nos valores reais, assim que concluído o processo administrativo junto à ARTESP providenciaremos a devolução do montante reequilibrado a maior. (ii) Em 5 de maio de 2023 a Companhia recebeu do poder concedente a título de compensação financeira antecipada a importâncias de R$248.034 para recuperação do pavimento das rodovias SP225 e SP310 (sistema remanescente) e o saldo será realizado mediante desembolso de caixa, não há impactos no resultado decorrente desta operação. Até 31 de dezembro de 2024, a Companhia já havia consumido o montante de R$242.906 da importâncias recebida de forma antecipada, restando o saldo remanescente de R$5.128 (iii) A companhia recebeu, de forma cautelar, no dia 3 de junho de 2024, a importâncias de R$164.533 referente à 80% do reequilíbrio contratual referente às perdas de receita de pedágio pelos fatores da pandemia COVID e está aguardando os cálculos definitivos do desequilíbrio para correta alocação da importâncias recebida.

16. SALÁRIOS A PAGAR, PROVISÃO TRABALHISTA E ENCARGOS SOCIAIS

	31/12/2024	31/12/2023
Salários e honorários	747	888
Encargos sociais e previdenciários	3.159	3.250
Provisão de férias	10.403	10.370
Provisão para participação nos lucros ou resultados e gratificações	6.988	7.785
Total	21.297	22.293

17. IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES

	31/12/2024	31/12/2023
Programa Integração Social - PIS e Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS	3.441	4.164
Imposto de Renda Pessoa Jurídica - IRPJ e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL	1.570	15.204
Imposto Sobre Serviços - ISS	5.244	4.376
Impostos federais terceiros	748	1.082
Instituto Nacional do Seguro Social - INSS terceiros	1.155	1.249
Imposto Sobre Serviços - ISS terceiros	1.435	1.787
Total	13.593	27.862

18. PARTES RELACIONADAS

As operações entre quaisquer das partes relacionadas, sejam elas administradores e empregados, acionistas, controladas ou coligadas, são efetuadas com taxas e condições pactuadas entre as partes, aprovadas pelos órgãos da administração competentes e divulgadas nas demonstrações contábeis. Quando necessário, o procedimento de tomada de decisões para a realização de operações com partes relacionadas segue os termos do artigo 115 da Lei das Sociedades por Ações, que determina que o acionista ou o administrador, conforme o caso, nas assembleias gerais ou nas reuniões da administração, abstenha-se de votar nas deliberações relativas: (i) ao laudo de avaliação de bens com que concorrer para a formação do capital social; (ii) à aprovação de suas contas como administrador; (iii) a quaisquer matérias que possam beneficiá-lo de modo particular ou que seu interesse conflite com o da Companhia. Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024 a Companhia apresenta saldo em aberto com partes relacionadas, conforme abaixo:

Partes relacionadas (*)	Transação (**)	31/12/2024 Ativo circulante	31/12/2024 Passivo circulante
Entrevias Concessionária de Rodovias S.A.	Compartilhamento de despesas/Locação de fibra	48	1
Concessionária Auto Raposo Tavares S.A.	Compartilhamento de despesas/Locação de torres	757	-
Pátria Infraestrutura IV	Reembolso de despesas	71	-
Pátria Infraestrutura V Master	Reembolso de despesas	18	-
IBH I Serviços e Participações S.A.	Prestação de serviços (a)	47	820
Via Araucária Concessionária de Rodovias S.A. (***)	Reembolso de despesas	65	216
Saldo em 31/12/2024		1.006	1.037

Partes relacionadas (*)	Transação (**)	31/12/2023 Ativo circulante	31/12/2023 Passivo circulante
Entrevias Concessionária de Rodovias S.A.	Compartilhamento de despesas/Locação de fibra	13	45
Concessionária Auto Raposo Tavares S.A.	Compartilhamento de despesas/Locação de torres	153	11
Infraestrutura Brasil Holding IX S.A.	Compartilhamento de despesas	281	-
Infraestrutura Brasil Holding VII S.A.	Compartilhamento de despesas	1	-
Pátria Infraestrutura IV	Reembolso de despesas	71	-
IBH I Serviços e Participações S.A.	Prestação de serviços (a)	22	1.890
Via Araucária Concessionária de Rodovias S.A.	Reembolso de despesas	-	208
Saldo em 31/12/2023		541	2.154

Partes relacionadas (*)	Resultado 31/12/2024	Resultado 31/12/2023
Entrevias Concessionária de Rodovias S.A.	124	53
Concessionária Auto Raposo Tavares S.A.	234	8
Infraestrutura Brasil Holding IX S.A.	-	280
Wenty S.A.	-	(583)
Pátria Infraestrutura V Master	18	-
IBH I Serviços e Participações S.A. (a)	(12.330)	(13.335)
Via Araucária Concessionária de Rodovias S.A.	2.928	-
	(9.026)	(13.577)

(a) Prestação de serviços para atividades contábeis e fiscais, financeiras, "supply chain", administração de pessoal, seguros, entre outras. (*) Parte relacionada composto pelas investidas do Pátria Investimentos, sem qualquer ligação societária com a Companhia, exceto pelo Fundo Pátria investidor e IBH I Serviços e Participações S.A. (**) Compartilhamento de despesas referentes ao rateio dos gastos incorridos comuns às partes relacionadas, incluindo gastos com a estrutura administrativa do grupo, que estão sendo compartilhadas entre as empresas através de critérios de rateio que consideram, por exemplo, histórico do uso efetivo de determinado recurso compartilhado por cada uma das partes, quantidade de colaboradores de cada parte que terão acesso a determinado recurso compartilhado e aferição do uso efetivo de determinado recurso compartilhado. (***) A Companhia efetuou a venda de caminhões para a Via Araucária Concessionária de Rodovias S.A., com recebimento de R$4.033, via transferência bancária no dia 30 de abril de 2024.

Remuneração dos Administradores: Em 30 de abril de 2024, em Assembleia Geral Ordinária, foi aprovado o limite de remuneração global dos Administradores da Companhia para o exercício de 2024 em até R$10.000, incluídos nesse valor os benefícios e encargos para o exercício social. Os Administradores são as pessoas que têm autoridade e responsabilidade por planejamento, direção e controle das atividades da Companhia, incluindo qualquer administrador (executivo ou outro). Durante 2024, foram pagos R$8.299 (R$8.433 em 31 de dezembro de 2023) a título de benefícios de curto prazo, tais como salários, encargos e outros. Debêntures: As debêntures mencionadas na nota explicativa nº 14, alínea a), foram captadas com partes relacionadas: (i) Pátria Infraestrutura IV - Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia - 70% do montante total captado; e (ii) Warrington Investment Pte. Ltd. ("GIC Group") - 30% do montante total captado. Destacamos o resultado de juros em relação as debêntures emitidas com partes relacionadas, vide nota explicativa nº 14 com efeito no resultado no montante de R$62.583. Passivo de arrendamento: No passivo de arrendamento foi adicionado o contrato da EVM Evolution Mobility S.A., que tem por objeto locação de veículos elétricos, com 8 anos de duração. A contratada é parte relacionada e movimentou o montante de R$1.180, no ano de 2024.

19. PASSIVO DE ARRENDAMENTO

a) Política contábil: A norma determina que todos os arrendamentos mercantis e seus correspondentes direitos contratuais e obrigações deverão ser reconhecidos no Balanço patrimonial, com isenção de reconhecimento para arrendamentos com prazo contratual inferior a 12 meses, com prazo indeterminado ou contratos de baixo valor. Para os arrendamentos com isenção de reconhecimento, a Companhia registrou a despesa no resultado ao longo do prazo do arrendamento conforme incorrido. Para cada contrato de arrendamento mercantil a Companhia reconhece um Ativo de direito de uso e passivo de arrendamento composto pelo valor presente das parcelas e custos associados ao contrato de arrendamento mercantil, descontados à taxa média de 6,09% a.a. A taxa é equivalente às de emissão de dívidas no mercado com prazos e vencimentos equivalentes. O valor do ativo de direito de uso é amortizado ao longo da vida útil estimada do bem ou prazo de vigências do contrato, dos 2 o menor, e cessado quando do ajuste por perda ao valor recuperável, se aplicável, ou mesmo quando ocorre o cancelamento dos termos contratuais de acordo com as condições comerciais e estratégia de negócios da Companhia. Pelo enquadramento tributário da Companhia não há direito à recuperação de créditos com Programa de Integração Social - PIS e Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS.

b) Composição dos saldos e movimentação

Passivo de arrendamento

	31/12/2024	31/12/2023
Saldo inicial	9.625	6.507
Adições e atualizações contratuais (a)	15.755	11.586
Baixas de contrato	(2.462)	(1.270)
Juros provisionados	1.577	464
Pagamento de juros	(1.577)	(464)
Pagamento de principal	(7.696)	(7.198)
Total	15.222	9.625
Circulante	5.856	5.436
Não circulante	9.366	4.189

continua...

EIXO [SP]

EIXO SP Concessionária de Rodovias S.A.

CNPJ/ME Nº 36.146.575/0001-64 - NIRE 35.300.548.213

Demonstrações Financeiras 2024

www.eixosp.com.br

A realização da parcela não circulante do arrendamento dar-se-á da seguinte forma:

2025	-	2.074
2026	3.133	808
2027	2.133	489
2028 em diante	7.283	1.954
Total	12.549	5.325
Ajuste a valor presente	(3.183)	(1.136)
Passivo de arrendamento	9.366	4.189

(a) As adições referem-se à substituição parcial da frota de veículos operacionais e administrativos, da qual a Companhia realizou a contemplação de novos contratos de arrendamentos.

	Adoção inicial	Dez 2022	Dez 2023	Dez 2024	Dez 2025	Dez 2026 em diante
IPCA					4,96%	4,01%
Ativo de arrendamento (i)						
Balanço patrimonial	19.588	6.882	10.214	14.588	8.405	-
Fluxo com projeção	19.588	6.882	10.214	14.588	8.822	-
Passivo de arrendamento (ii)						
Balanço patrimonial	19.588	6.507	9.625	15.222	9.373	-
Fluxo com projeção	19.588	6.953	9.625	15.222	9.838	-
Despesas financeiras (ii)						
Balanço patrimonial		638	464	1.577	1.296	3.183
Fluxo com projeção		638	464	1.577	1.360	3.310
Despesas de amortização (i)						
Balanço patrimonial		7.148	6.984	8.919	6.184	8.405
Fluxo com projeção		7.148	6.984	8.919	6.490	8.742

(i) Apresentamos a evolução do ativo de arrendamento no qual podemos notar o impacto da realização esperada para ele através das despesas de amortização. (ii) Temos a evolução do passivo de arrendamento, que sofre impactos das despesas financeiras e sua realização ocorrerá através do recebimento das devidas faturas.

20. PROVISÃO PARA MANUTENÇÃO

Os valores registrados como provisão referem-se à manutenção do sistema rodoviário, a ser realizada durante o período da concessão, ajustados a valor presente com a taxa de 9,35% ao ano, correspondente a taxa de retorno do contrato de concessão. Os valores são provisionados por trecho e os ciclos de intervenções ocorrem, em média, a cada oito anos.

Mapa movimentação	Saldo em 31/12/2023	Adição	Consumo	Saldo em 31/12/2024
Provisão para manutenção	241.445	120.574	(161.663)	200.356
AVP	(14.448)	15.564	-	1.116
	226.997	136.138	(161.663)	201.472

Mapa movimentação	Saldo em 31/12/2022	Adição	Consumo	Saldo em 31/12/2023
Provisão para manutenção	198.989	100.848	(58.392)	241.445
AVP	(21.904)	7.456	-	(14.448)
	177.085	108.304	(58.392)	226.997

	31/12/2024	31/12/2023
Circulante	117.766	139.515
Não circulante	83.706	87.482

(a) A atualização pela inflação é realizada sobre o montante histórico e acumulado da provisão constituída.

21. PROVISÃO PARA RISCOS

a) Provável: Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia possui processos de natureza cível classificadas como perda provável pela Administração e pelos assessores jurídicos internos e externos e, portanto, constituiu a provisão necessária conforme tabela abaixo.

	31/12/2024	31/12/2023
Provisão para riscos trabalhistas	2.458	3.171
Provisão para riscos cíveis (ii)	28.004	11.711
Total	30.462	14.882
Mapa movimentação		
Saldo inicial	14.882	9.058
Adições (i)	12.045	5.865
Baixas	(4.225)	(2.161)
Atualização monetária	7.760	2.120
Saldo final	30.462	14.882

(i) As adições ocorridas no exercício de 2024 possuem natureza cível (R$10.946) tendo como principais motivos objetos e animais na pista, enquanto as adições de natureza trabalhista (R$1.099) em sua maioria, provenientes de reclamação trabalhista dos prestadores de serviços, nos quais a Companhia encontra-se em posição de corresponsável. (ii) Importante destacar que a Companhia possui cobertura de seguros para tais contingências, e o processo de regulação está em andamento. O montante do provável reembolso, referente à essas contingências, é de R$16.660. Caso haja uma eventual condenação, a Companhia poderá ser reembolsada, conforme o andamento e a resolução do processo de regulação dos seguros. O valor do reembolso dependerá da análise e aprovação das seguradoras, sendo este um fator relevante a ser considerado na gestão do risco e da provisão registrada. A Companhia continuará acompanhando de perto a evolução dos processos e as etapas da regulação dos seguros, garantindo que todas as ações necessárias sejam tomadas para o adequado cumprimento de suas obrigações, caso sejam necessárias.

b) Possível: Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia possui processos de natureza cível no montante de R$24.532 (R$11.836 em 31 de dezembro de 2023) e trabalhistas no montante de R$21.336 (R$10.300 em 31 de dezembro de 2023) classificadas como perda possível pela Administração e pelos assessores jurídicos internos e externos, para os quais não foram constituídas provisões. Ademais, a Companhia não possui causas de natureza regulatória, tributária, ambiental, e outros processos administrativos que tenham sido considerados como perda possível pela Administração, apoiada nas posições e nas estimativas de seus advogados e assessores jurídicos externos.

22. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital social: Em 31 de dezembro de 2024, o capital social subscrito é de R$1.400.000, sendo integralizado R$969.857 (R$969.857 em 31 de dezembro de 2023), representado por 969.857.000 ações, sendo todas ordinárias nominativas e sem valor nominal. O capital social subscrito é representado conforme segue:

Acionista	Ações	%
Infraestrutura Brasil Holding IX S.A.	969.857.000	100

b) Dividendos mínimos obrigatório aos acionistas: De acordo com o Estatuto Social da Companhia e com a Lei das Sociedades por Ações, é conferido aos titulares de ações o direito ao recebimento de dividendos ou outras distribuições realizadas relativamente às ações de emissão da Companhia, na proporção de suas participações no capital social. Aos acionistas é assegurado o direito ao recebimento de um dividendo mínimo obrigatório anual de 1% (um por cento) do lucro líquido do exercício, que poderá ser diminuído ou acrescido dos seguintes valores: (i) importâncias destinada à constituição de reserva legal; (ii) importâncias destinada à formação de reserva para contingências e reversão das mesmas reservas formadas em períodos anteriores, nos termos do Artigo 202, inciso I da Lei das Sociedades por Ações. Os requerimentos relativos aos dividendos mínimos obrigatórios relativos ao exercício de 2024, foram atendidos conforme o quadro a seguir:

	31/12/2024	31/12/2023
Lucro líquido do exercício	41.460	83.041
(-) Constituição de reserva legal	(2.073)	(4.152)
(=) Lucro líquido ajustado	39.387	78.889
Dividendos mínimos obrigatórios	394	789

c) Reserva Legal: A reserva legal é constituída à razão de 5% do lucro líquido do exercício social, nos termos do artigo 193 da Lei nº 6.404/76, conforme alterada ("Lei das Sociedades por Ações") até o limite de 20% do capital social. Eventuais excessos verificados terão sua destinação deliberada pelos acionistas controladores. Em 31 de dezembro de 2024 foi constituída reserva legal de R$2.073. Em 31 de dezembro de 2023 a constituição da reserva legal foi de R$4.152. d) Reserva de retenção de lucros: A reserva de lucros foi constituída nos termos do artigo 196 da Lei nº 6.404/76, com objetivo à formação de reserva para investimentos e capital de giro, que terá por fim custear investimentos previstos no contrato de concessão e financiar o capital de giro da Companhia. Eventuais excessos verificados terão sua destinação deliberada pelos acionistas controladores. Em 31 de dezembro de 2024 foi adicionada à reserva de retenção de lucros no montante de R$38.993. Em 31 de dezembro de 2023, a constituição realizada foi de R$78.100.

23. RECEITAS

Estão representadas por:

	31/12/2024	31/12/2023
Receita com arrecadação de pedágio (a)	1.044.239	997.181
Receitas com construção	422.487	466.433
Receita acessória (b)	4.662	4.638
Receita bruta	1.471.388	1.468.252
Deduções da receita	(91.744)	(86.153)
Receita líquida	1.379.644	1.382.099

(a) A partir de 4 de junho de 2024 houve reajuste das tarifas de pedágio de acordo com a inflação acumulada (IPCA) em 3,69%. (b) As receitas acessórias referem-se a outras receitas das concessionárias de rodovias, como arrendamento de área para fibra óptica, uso de faixa de domínio, venda de publicidade, implantação e concessão de acessos entre outros.

	31/12/2024	31/12/2023
Base de cálculo de impostos		
Receitas com serviços	1.048.901	1.001.819
Deduções		
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS (3%)	(31.687)	(30.057)
Programa de Integração Social - PIS (0,65%)	(6.865)	(6.512)
Imposto Sobre Serviços - ISS (4% e 5%)	(53.192)	(49.584)
	(91.744)	(86.153)

24. CUSTOS E DESPESAS POR NATUREZA

	31/12/2024	31/12/2023
Custo dos serviços prestados:		
Custo de obra	(422.487)	(466.433)
Provisão para manutenção (a)	(120.573)	(100.849)
Pessoal	(96.688)	(86.279)
Conservação e manutenção	(59.725)	(46.846)
Serviços de terceiros (b)	(47.803)	(47.425)
Seguros	(7.177)	(6.234)
Depreciações e amortizações	(181.337)	(169.001)
Poder concedente (c)	(89.490)	(84.894)
Locações de imóveis e máquinas	(1.893)	(4.007)
Outras despesas operacionais	(18.704)	(13.197)
Total	(1.045.877)	(1.024.565)

	31/12/2024	31/12/2023
Despesas administrativas:		
Provisão para riscos e despesas processuais	(13.359)	(5.882)
Pessoal	(23.624)	(22.604)
Conservação e manutenção	(1.247)	(1.152)
Serviços de terceiros	(18.509)	(17.845)
Depreciações e amortizações	(2.216)	(2.559)
Locações de imóveis e máquinas	(136)	(24)
Outras despesas operacionais	(3.282)	(2.771)
Total	(62.373)	(52.937)

(a) A Constituição de provisão para manutenção deu-se após a conclusão dos Trabalhos Iniciais (Programa Intensivo Inicial - PII). (b) Os serviços de terceiros são basicamente compostos por serviços de ambulâncias, resgates e remoções, serviços de assessoria e consultoria, serviços de limpeza e vigilâncias e outros. (c) A base de cálculo e taxas estão evidenciados na nota explicativa nº 15.

25. RESULTADO FINANCEIRO

	31/12/2024	31/12/2023
Receitas financeiras:		
Provisão para manutenção - AVP	310	3.253
Receita de aplicações financeiras	56.081	70.628
Outros	890	1.547
Total	57.281	75.428
Despesas financeiras:		
Juros e variação monetária sobre Empréstimos/Debêntures	(211.058)	(180.174)
Provisão para manutenção - AVP	(15.874)	(10.709)
Amortização de custos com emissão de Empréstimos/Debêntures	(1.181)	(19.237)
Juros de arrendamento	(1.577)	(464)
Despesas bancárias	(31.106)	(36.254)
Atualização processos judiciais	(7.760)	(2.120)
Outras despesas financeiras	(3.052)	(4.193)
Total	(271.608)	(253.151)
Resultado financeiro líquido	(214.307)	(177.723)

26. RESULTADO POR AÇÃO

Em atendimento ao pronunciamento técnico CPC 41 (norma internacional IAS 33) - Resultado por Ação, a Companhia apresenta a seguir as demonstrações sobre o resultado por ação para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024. O cálculo básico do resultado por ação é feito através da divisão do resultado do exercício, atribuído aos detentores de ações ordinárias da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias disponíveis durante o exercício. O quadro abaixo apresenta os dados de resultado e ações utilizados no cálculo dos resultados básico e diluído por ação:

	31/12/2024	31/12/2023
Lucro básico/diluído por ação		
Lucro líquido do período	41.460	83.041
Quantidade média ponderada de ações ordinárias (em milhares)	969.857	969.857
Lucro básico	0.043	0.086
Potencial incremento nas ações ordinárias em virtude da conversão de Debêntures	65.173	65.965
Lucro diluído	0.040	0.080

O efeito do potencial incremento nas ações ordinárias em virtude da conversão de Debêntures com partes relacionas emitidas em 2021, vide nota explicativa nº 14.

27. GERENCIAMENTO DE RISCOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS

A Companhia, administra seu capital, para assegurar que ela possa continuar com suas atividades normais, ao mesmo tempo em que maximizam o retorno a todas as partes interessadas ou envolvidas em suas operações, por meio da otimização do saldo das dívidas e do patrimônio. Risco de mercado: a) Exposição a riscos cambiais: A Companhia não apresentava saldo de ativo ou passivo denominado em moeda estrangeira. b) Exposição a riscos de taxas de juros: O risco de taxa de juros da Companhia decorre de empréstimos e financiamentos circulantes em que são remunerados por taxas de juros variáveis, que podem ser indexados à variação de índices de inflação, esse risco é administrado pela Companhia por meio da manutenção de empréstimos a taxas de juros prefixadas e pós-fixadas. De acordo com as suas políticas financeiras, a Companhia vem aplicando seus recursos em instituições de primeira linha, não tendo efetuado operações envolvendo instrumentos financeiros que tenham caráter especulativo. *Considerações gerais:* • Aplicações financeiras que representam investimentos, sujeitas à variação do Certificado de Depósito Interbancário - CDI. • Debêntures: classificados como custo amortizado, portanto, não mensurados ao valor justo e contabilizados pelos valores contratuais de cada operação. • BNDES FINEM: classificados como custo amortizado, portanto, não mensurados ao valor justo e contabilizados pelos valores contratuais de cada operação. • As operações com instrumentos financeiros da Companhia estão reconhecidas nas demonstrações financeiras findo em 31 de dezembro de 2024, conforme quadro a seguir. *Índice de endividamento:* Os índices de endividamento são os seguintes:

	31/12/2024	31/12/2023
Dívida (i)	2.241.481	2.107.895
Caixa e equivalentes de caixa	(413.015)	(562.216)
Aplicações financeiras vinculadas	(46.132)	(43.343)
Dívida líquida	1.782.334	1.502.336
Patrimônio líquido (ii)	1.177.794	1.136.728
Índice de endividamento líquido	1,51	1,32

(i) A dívida é definida por empréstimos e financiamentos e debêntures (excluindo o custo de captação de R$16.545 para empréstimos e financiamentos e de R$4.454 para debêntures em 31 de dezembro de 2024 e de R$17.353 para empréstimos e financiamentos e de R$4.826 para debêntures em 31 de dezembro de 2023), respectivamente, circulantes e não circulantes, conforme detalhado nas notas explicativas nº 13 e nº 14. (ii) O patrimônio líquido inclui todo o capital e as reservas da Companhia. • As operações com instrumentos financeiros da Companhia estão reconhecidas nas demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024, conforme quadro a seguir:

		31/12/2024	31/12/2023
Ativos:			
Equivalentes de caixa (i)	Custo amortizado	413.015	562.216
Aplicações financeiras vinculadas (i)	Custo amortizado	46.132	43.343
Contas a receber	Custo amortizado	64.186	61.983
Contas a receber - partes relacionadas	Custo amortizado	1.006	541
Passivos:			
Fornecedores (ii)	Custo amortizado	89.292	87.713
Empréstimos e financiamentos (iii e iv)	Custo amortizado	1.110.384	1.059.447
Debêntures (v)	Custo amortizado	430.640	410.571
Debêntures - partes relacionadas (vi)	Custo amortizado	700.457	637.877
Credor pela concessão	Custo amortizado	248.479	190.803
Partes relacionadas	Custo amortizado	1.037	2.154

O valor justo dos outros ativos e passivos financeiros (com exceção daqueles descritos acima) é determinado de acordo com modelos de precificação geralmente aceitos: (i) Os saldos de equivalentes de caixa e aplicações financeiras vinculadas são iguais ao valor justo na data do balanço patrimonial. (ii) Os saldos de fornecedores possuem prazo de vencimento substancialmente em até 30 dias, portanto, se aproxima do valor justo esperado pela Companhia. (iii) Os valores justos dos empréstimos e financiamentos aproximam-se aos valores do custo amortizado registrados nas demonstrações financeiras em virtude de serem indexados por taxas flutuantes (CDI), as quais acompanham as taxas de mercado. Considerando os vencimentos dos demais instrumentos financeiros, a Companhia estima que seus valores justos se aproximam aos valores contábeis. Os valores apresentados não consideram o saldo de custo de captação para cada uma das operações. (iv) O saldo referente ao custo de captação é de R$16.545 em 31 de dezembro de 2024 e de R$17.353 em 31 de dezembro de 2023. (v) O saldo referente ao custo de captação é de R$4.405 em 31 de dezembro de 2024 e de R$4.774 em 31 de dezembro de 2023. (vi) O saldo referente ao custo de captação é de R$49 em 31 de dezembro de 2024 e de R$52 em 31 de dezembro de 2023. c) Risco de crédito: Refere-se ao risco de uma contraparte não cumprir suas obrigações contratuais, levando a Companhia a incorrer em perdas financeiras. A Companhia adotou a política de apenas negociar com contrapartes que tenham capacidade de crédito e obter garantias suficientes, quando apropriado, somente como meio de mitigar o risco de perda financeira por motivo de inadimplências. O risco de crédito decorrente de caixa e equivalentes de caixa e contas a receber, corresponde aos saldos contábeis líquidos apresentados nas notas explicativas nº 3 e nº 5, respectivamente. Para bancos e instituições financeiras, a Companhia tem como política a diversificação das suas aplicações financeiras em instituições de primeira linha, que apresentam "ratings" AAA, baseado nas avaliações das principais agências de "rating". d) Risco de liquidez: O risco de liquidez é gerenciado pela Companhia por meio de um modelo de gestão de risco e liquidez para o gerenciamento das necessidades de captação e gestão de liquidez no curto, médio e longo prazos. A tabela abaixo demonstra o valor total dos fluxos de obrigações monetizáveis da Companhia, por faixa de vencimento, correspondente ao período remanescente contratual.

Modalidade	Taxa de Juros (média ponderada) efetiva % a.a.	Valor Contábil	Fluxo de caixa contratual total	2025	2026	2027	2028 em diante
1ª Emissão de debêntures - conversíveis em ações	9,77%	490.297	3.798.865	-	-	-	3.798.865
1ª Emissão de debêntures - não conversíveis em ações	9,77%	210.159	1.628.333	-	-	-	1.628.333
2ª Emissão de debêntures - não conversíveis em ações	IPCA + 5,05%	430.641	742.264	34.135	35.239	36.159	636.731
Financiamento BNDES	IPCA + 5,21%	1.110.384	2.992.866	89.675	93.500	98.232	2.711.459
		2.241.481	9.162.328	123.810	128.739	134.391	8.775.388

e) Análise de sensibilidade: Risco de variação nas taxas de juros: A análise de sensibilidade foi determinada com base na exposição às taxas de juros dos instrumentos financeiros não derivativos até o final do exercício findo em 31 de dezembro de 2024. Para os passivos com taxas pós-fixadas, a análise é preparada assumindo que o valor do passivo em aberto no final do período do relatório esteve em aberto durante todo o exercício. A análise de sensibilidade foi desenvolvida considerando a exposição à variação do IPCA e CDI, principais indicadores do financiamento BNDES - FINEM contratado pela Companhia e de rentabilidade dos recursos aplicados, respectivamente:

Operação	Risco	Saldo 31/12/2024	Cenário I - provável	Desvalorização (R$) Cenário II - 25%	Cenário III - 50%
Equivalentes de caixa	CDI	413.015	50.181	37.667	25.111
Aplicações financeiras vinculadas	CDI	46.132	5.605	4.207	2.805

Operação	Risco	Saldo 31/12/2024	Cenário I - provável	Valorização (R$) Cenário II - 25%	Cenário III - 50%
Correção monetária sobre Debêntures BNDES	Aumento do IPCA	430.640	20.800	26.000	31.200
Correção monetária sobre BNDES FINEM	Aumento do IPCA	1.110.384	53.632	67.039	80.447

A Companhia está apresentando o cenário provável definido com base na expectativa da Administração e mais dois cenários com deterioração de 25% e 50% da variável do risco considerado, apresentados, de acordo com a regulamentação, como cenário II e cenário III, respectivamente. A taxa considerada foi a seguinte:

Indicador	Cenário I - provável	Valorização Cenário II - 25%	Valorização Cenário III - 50%	Desvalorização Cenário II - 25%	Desvalorização Cenário III - 50%
CDI (a)	12,15%	-	-	9,12%	6,08%
IPCA (b)	4,83%	6,04%	7,25%	3,62%	2,42%

(a) Refere-se à expectativa de mercado para taxa CDI para o ano de 2024. Fonte de informação - "site" da B3: https://www.b3.com.br/pt_br/, acessado em 24 de janeiro de 2025. (b) Refere-se à expectativa de mercado para taxa IPCA para o ano de 2024. Fonte de informação - "site" do BACEN: www.bcb.gov.br - FOCUS - Relatório de Mercado de 27 de dezembro de 2024.

28. SEGUROS

A Companhia tem cobertura de seguros em virtude dos riscos existentes em suas operações. Os contratos de concessão obrigam as concessionárias a contratar e manter coberturas amplas de seguros, visando à manutenção e garantia das operações normais. Em 31 de dezembro de 2024, a especificação por modalidade de risco de vigência dos seguros da Companhia está demonstrada a seguir:

Modalidade	Cobertura - R$	Vigência
Responsabilidade civil	40.000	Até julho de 2025
Riscos nomeados e operacionais	219.000	Até julho de 2025
Equipamentos	49.650	Até julho de 2025
Veículos - frota	98.481	Até julho de 2025
D&O	50.000	Até agosto de 2025
Risco de engenharia	688.515	Até junho de 2026
Seguro garantia	1.808.217	Até junho de 2025
Fiança Locatícia	1.084	Até outubro de 2029
Seguro patrimonial	42.220	Até setembro de 2025
Garantia judicial	13.043	Até agosto de 2029

29. OBRIGAÇÕES ASSUMIDAS

No exercício de 2025, a Companhia deverá investir aproximadamente R$1 bilhão de reais, a fim de cumprir as obrigações contratuais da concessão. Os investimentos previstos para 2025 estão representados principalmente pela duplicação da SP 294, da recuperação de pavimento, implantação de dispositivos de contenção viária, vias marginais, edificação de SAUs, área de descanso para caminhoneiro, PGFs, parada de ônibus, equipamentos e tecnologia, entre outros. O contrato assinado com o governo paulista prevê investimentos de R$14,1 bilhões - ao longo dos 30 anos (base junho/2020) - em infraestrutura e tecnologia, sendo que até o momento, a Companhia realizou um investimento total de R$2,7 bilhões. Assumimos contratualmente o compromisso de neutralizar as emissões de Gases de Efeito Estufa (GEE), calculadas em carbono equivalente (CO_2e), provenientes das atividades de operação da concessionária, no sistema rodoviário. A Companhia contrata anualmente empresa especializada, denominada Organismo de Verificação, para realizar o inventário e quantificar as emissões de GEE, de acordo com as Especificações de Verificação do Programa Brasileiro GHG Protocol, norma ABNT NBR ISO 14064-3:2007 e Contrato de Concessão. O relatório emitido pelo Organismo de Verificação referente ao período de 2020 a 2023 totaliza 10,4 mil toneladas de CO_2e. No ano de 2024 a estimativa de emissões é de 1,9 mil toneladas de CO_2e, totalizando neste período 12,3 mil toneladas de CO_2e. Em função deste levantamento a Companhia provisionou contabilmente R$261 para realizar a compra de créditos no ano de 2025. A Companhia realiza anualmente o inventário com a finalidade quantificar as emissões relativas às atividades de operação a serem neutralizadas e as compensações deverão ser executadas quinquenalmente (junho de 2025), considerando as demandas indicadas nos inventários anuais para promover as medidas compensatórias.

30. TRANSAÇÕES NÃO CAIXA

As seguintes transações não impactaram o caixa da Companhia:

	Nota explicativa	31/12/2024	31/12/2023
Reconhecimento do Direito de uso, pronunciamento técnico CPC 6 (R2)	11	15.755	11.586
Receita de construção	23	422.487	466.433
Custo de construção	24	(422.487)	(466.433)
Fornecedores aquisição de intangível (a)	10/12	2.790	(30.996)
Depreciação usinas de asfalto (b)	10	(2.345)	-
Aquisição de imobilizado (a)	9	(468)	688

(a) Valores pagos/creditados no exercício referente aquisição de períodos anteriores e que conciliam com aquisição de imobilizado e intangível do período. (b) Depreciação de máquinas e equipamentos das usinas de asfalto que produziram CBUQ - Concreto Betuminoso Usinado a Quente para aplicação no intangível.

31. EVENTO SUBSEQUENTE

Em 3 de janeiro de 2025, em Reunião do Conselho de Administração, foi aprovado o aumento de capital de R$207.727, com o saldo da reserva de lucros acumulados até 30 de novembro de 2024, como capital social da Companhia. Desta forma, o capital social, parcialmente integralizado, no montante de R$969.857, passará a ser de R$1.177.584.

32. APROVAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Em 27 de fevereiro de 2025, a Administração autorizou a emissão das presentes demonstrações financeiras, estando aprovadas para divulgação.

A DIRETORIA

CONTADOR: Daniel Rodrigo Lavorini - Controller - CRC 1SP241985/O-5

continua...

EIXO [SP]

EIXO SP Concessionária de Rodovias S.A.

CNPJ/ME Nº 36.146.575/0001-64 - NIRE 35.300.548.213

Demonstrações Financeiras **2024**

www.eixosp.com.br

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Acionistas, Conselheiros e Administradores da
Eixo SP Concessionária de Rodovias S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Eixo SP Concessionária de Rodovias S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Eixo SP Concessionária de Rodovias S.A.
em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as IFRS Accounting Standards, emitidas pelo International Accounting Standards Board - IASB.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria ("PAA") são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras, e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Reconhecimento de receita de arrecadação de pedágio

Por que é um PAA

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2024, julgamos que a avaliação do reconhecimento de receita foi importante para avaliar os possíveis impactos na operação da Companhia.

A receita proveniente de arrecadação de pedágio é decorrente dos termos e das condições estabelecidos no contrato de concessão rodoviária, que determina que "a concessão é um serviço público precedida da execução de obra pública (ativo intangível) que será explorada em regime de cobrança de pedágio e de outros serviços prestados aos usuários". Anualmente, as tarifas são reajustadas de acordo com o contrato de concessão, o que impacta diretamente a receita da concessionária com base no tráfego das rodovias.

O sistema de arrecadação de pedágio é utilizado para a mensuração e cobrança das passagens de veículos, que pode ocorrer manualmente (cobrança em espécie nas cabines de pedágio) e por meios automáticos, através de sensores instalados por terceiros.

Considerando esse contexto, identificamos o reconhecimento de receitas provenientes de arrecadação de pedágio como um assunto significativo que exigiu consideração especial de auditoria, além da utilização de especialistas em auditoria de sistemas para suportar nossa avaliação e nosso entendimento sobre o funcionamento dos sistemas de arrecadação e para avaliar os controles existentes para o reconhecimento de receitas de arrecadação de pedágio.

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

Nossos procedimentos de auditoria, para confirmar o adequado registro da receita de arrecadação de pedágio, incluíram, entre outros: (i) o entendimento do desenho dos controles internos automáticos e manuais; (ii) a obtenção de confirmação das operadoras de arrecadação automática, para confirmação da receita anual; e (iii) a realização de uma expectativa independente, para avaliar a razoabilidade do montante de receita reconhecida no exercício. Adicionalmente, avaliamos as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras.

Com base nas evidências de auditoria obtidas por meio dos procedimentos aplicados, consideramos que a receita reconhecida proveniente de arrecadação de pedágio e as respectivas divulgações nas notas explicativas são aceitáveis, no contexto das demonstrações financeiras em conjunto.

Capitalização de gastos no ativo intangível das concessões

Por que é um PAA

Os contratos de concessões rodoviárias representam o direito de exploração da infraestrutura, pautado pela interpretação técnica ICPC 01 (R1) - Contratos de Concessão, o qual prevê a obrigação de construir e/ou operar a infraestrutura (ativo intangível da concessão) para a prestação dos serviços públicos em nome do poder concedente, nas condições previstas em contrato. Os critérios de reconhecimento desses valores e os montantes investidos na infraestrutura estão divulgados nas notas explicativas nº 10 e nº 2.10 às demonstrações financeiras.

Esse assunto foi considerado um dos principais assuntos de auditoria, uma vez que as capitalizações no ativo intangível da concessão envolvem a utilização de julgamentos e da manutenção de controles por parte das administrações das concessões de rodovias, a fim de concluir se os critérios de capitalização foram ou não atendidos. Tais julgamentos são relacionados à interpretação da Companhia na definição de gastos capitalizáveis.

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

Nossos procedimentos de auditoria, para confirmar o adequado registro e controle desses ativos, incluíram, entre outros: (i) a avaliação da adequação das políticas de capitalização de ativo intangível de concessões; (ii) o entendimento do desenho dos controles internos para capitalização de gastos; (iii) a realização de testes documentais sobre as adições ao ativo intangível de concessões, e confronto com os contratos de prestações de serviços, notas fiscais relacionadas, e/ou outras documentações aplicáveis; (iv) a avaliação da natureza dos gastos capitalizados como ativo intangível de concessões, considerando os critérios e requerimentos estabelecidos nas normas aplicáveis; e (v) avaliação da consistência das informações divulgadas nas demonstrações financeiras.

Como resultado da execução destes procedimentos, foram identificados ajustes, sobre a razoabilidade da capitalização de alguns gastos efetuados durante o exercício, decorrentes de deficiências de controles internos relacionadas à necessidade de aperfeiçoamento no processo de capitalização de gastos no ativo intangível de concessões, que nos levaram a ampliar a extensão de nossos procedimentos substantivos planejados para obtermos evidências de auditoria suficientes e apropriadas. Tais situações foram comunicadas à Administração, que, como parte de sua avaliação, decidiu não registrar esses ajustes por terem sido considerados imateriais.

Com base no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados sobre o teste de capitalização de gastos no ativo intangível de concessões, entendemos que os critérios adotados pela Administração para determinação da capitalização desses gastos e as respectivas divulgações são aceitáveis, no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Outros assuntos

Demonstração do valor adicionado

A demonstração do valor adicionado - DVA referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024, elaborada sob a responsabilidade da Administração da Companhia e apresentada como informação suplementar para fins de IFRS, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está reconciliada com as demais demonstrações financeiras e os registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e o seu conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse pronunciamento técnico e é consistente em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração, e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato.

Não temos nada a relatar a esse respeito.

Responsabilidades da Administração pelas demonstrações financeiras

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as IFRS Accounting Standards, emitidas pelo IASB, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela Administração da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com a Administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela Administração declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela Administração, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 27 de fevereiro de 2025

Deloitte.

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes Ltda.
CRC nº 2 SP 011609/O-8

Tarcísio Luiz dos Santos
Contador
CRC nº 1 SP 207626/O-0

ESTADÃO RI
A melhor multiplataforma de Relações com Investidores

Publique seus atos societários no jornal impresso!

AMBIENTE SEGURO PARA COMUNICAÇÃO DAS MARCAS
INFORMAÇÕES EM TEMPO REAL
BUSCADOR INTELIGENTE
PUBLICIDADE E CONTEÚDO INTEGRADOS
CONTEÚDOS DE E&N RELACIONADOS

PORTAL ESTADÃO RI
ATOS SOCIETÁRIOS, FATOS RELEVANTES E NOTÍCIAS QUE ENVOLVEM AS PRINCIPAIS EMPRESAS DO PAÍS

SAIBA MAIS EM: ESTADAORI.ESTADAO.COM.BR

ESTADÃO150 ESTADÃO RI ELDORADO FM 107,3 ESTADÃO BLUE STUDIO AGÊNCIA ESTADO broadcast

Por mais e mais empregos

ARTIGO

Raul Velloso
Consultor econômico

É chocante que o número de pessoas previsto para se aposentar até 2050 possa crescer ao redor de 679%, em relação a 1987, e que a parcela dos que contribuem para seu custeio nos tradicionais regimes de repartição, a PIA, se expanda em apenas 65% nesse mesmo período.

Esse quadro aponta para um forte e contínuo agravamento da difícil situação financeira que hoje caracteriza a previdência brasileira.

Com as pessoas vivendo bem mais, o que implica um período mais elevado de duração das aposentadorias até cessarem, uma novidade que resultou de discussão congressual recente, e que foi incorporada em proposta de mudança via PEC, mas terminou não sendo aprovada pelo Congresso, foi a de aumentar a idade média de aposentadoria em algo ao redor de três ou quatro meses, em contraposição à suposição de que a chamada "expectativa de vida" tivesse aumentado em torno de um ano. Dessa forma, as pessoas se aposentariam mais tarde automaticamente, algo que as faria contribuir mais e receber benefícios por menos tempo.

Só que o agravamento do problema demográfico está ligado não apenas ao aumento da expectativa de vida. Mais do que isso, liga-se à redução da taxa de fecundidade. Ou seja, tudo bem aumentar a idade de aposentadoria e reduzir o tempo de recebimento de benefícios, mas nem de longe se resolve o problema, pois se espera menos gente contribuindo, ou entrando na PIA, e, portanto, ter-se-á uma menor receita de contribuição.

> *Sem promover o chamado 'equacionamento previdenciário', novos e preciosos empregos jamais serão criados*

Já a natureza do segundo e último capítulo dessa dramática novela é mais econômica do que demográfica. Começa pelo elevado crescimento real do gasto previdenciário que tem ocorrido em todas as esferas de governo, e prossegue com a resultante desabada da taxa de crescimento real dos investimentos públicos em infraestrutura (de 11,1% para -2,4% ao ano, como ocorreu entre 2010 e 2022), por ser esse o item de maior peso entre os mais flexíveis do Orçamento, num país em que as inversões privadas nesse setor estão estagnadas ao redor da média de 1% do PIB há anos. E termina, finalmente, pela desabada da taxa de crescimento real do PIB, desta feita de 4% para 0,6% ao ano entre 2008 e 2023, tudo isso em termos de médias móveis de dez anos. E daí, para onde iremos?

Sem promover o chamado "equacionamento previdenciário" (ou zeragem dos passivos atuariais) via reformas, aportes de ativos à previdência, ou o que seja, os novos e preciosos empregos de que tanto necessitamos jamais serão criados. ●

IMPERDÍVEL
LEILÃO DE IMÓVEL
APARTAMENTO DUPLEX
MORUMBI
SÃO PAULO-SP
18/03 ÀS 11H
SOMENTE ONLINE
ÁREA TOTAL CONSTRUÍDA 277,17M²
LANCE INICIAL: R$902.500
DESOCUPADO
APARTAMENTO DUPLEX Nº 131, LOCALIZADO NOS 13º E 14º ANDARES DO EDIFÍCIO STUDIUM VOGUE, SITUADO NA AVENIDA PRESIDENTE GIOVANNI GRONCHI, Nº 3.993, ESQUINA COM A RUA DOUTOR LAERTE SETUBAL COM A ÁREA TOTAL CONSTRUÍDA DE 277,17M², MELHOR DESCRITO E CARACTERIZADO NA MATRÍCULA SOB O Nº 26.555 DO 18º CARTÓRIO DE REGISTRO DE IMÓVEIS DE SÃO PAULO/SP E NA INSCRIÇÃO MUNICIPAL SOB O Nº170.146.0092-1. É PERMITIDA A VISITAÇÃO, QUE DEVERÁ SER PREVIAMENTE AGENDADA COM SR. EMERSON PELO NÚMERO TEL.: (11)2464-6480, CELULAR (11)9.7777-0753 OU ATRAVÉS DO E-MAIL AF@SODRESANTORO.COM.BR
CONSULTE O EDITAL COMPLETO NO SITE WWW.SODRESANTORO.COM.BR. PARA AGENDAR VISITAS AOS IMÓVEIS DISPONÍVEIS PARA VISITAÇÃO OU ESCLARECER DÚVIDAS, ENTRE EM CONTATO PELO TELEFONE (11) 2464-6460.
SODRESANTORO
SODRESANTORO
LEILAOSODRESANTORO
(11) 2464-6464
(11) 97777-1244
WWW.SODRESANTORO.COM.BR
Aponte a câmera do seu celular para o código ao lado e acesse este leilão. Consulte edital completo no site.
SODRÉ SANTORO
LEILÕES PRESENCIAIS E ONLINE
Flávio Cunha Sodré Santoro, Leiloeiro Oficial JUCESP nº 581

Contas públicas **Orçamento**

Governo projeta corte de R$ 7,7 bi para Bolsa Família

O governo pediu ao Congresso alterações no Orçamento deste ano para acomodar novas despesas, como R$ 3 bilhões adicionais para o Auxílio-Gás e aumento de R$ 8 bilhões em gastos previdenciários. Diante desse cenário, o governo solicitou um corte de R$ 7,7 bilhões no Bolsa Família, ampliando a redução de despesa com o programa já prevista no pacote de contenção de gastos, segundo apurou a reportagem.

A decisão foi tomada no âmbito da Junta de Execução Orçamentária (JEO). O pedido de corte no programa social consta em ofício encaminhado pelo Ministério do Planejamento à Comissão Mista de Orçamento (CMO), ao qual o *Estadão/Broadcast* teve acesso.

No ofício, o Executivo não previu na conta as despesas com o Pé-de-Meia, mas pediu que os gastos com o programa de incentivo à permanência escolar possam ser suplementados depois da aprovação da Lei Orçamentária Anual (LOA) deste ano. ● GIORDANNA NEVES e GABRIEL HIRABAHASI/BRASÍLIA

EDITAL ABNT - O Presidente do Conselho Deliberativo da Associação Brasileira de Normas Técnicas, atendendo a deliberação do Conselho Deliberativo, convoca os Senhores Associados para se reunirem em Assembleia Geral Ordinária no dia 15 de abril de 2025, às 12h30, na ABNT, à Rua Conselheiro Nébias, 1131 – Campos Elíseos - São Paulo - SP. O Edital completo e demais informações podem ser obtidos somente no site www.abnt.org.br e pelo e-mail presidencia@abnt.org.br. São Paulo, 13 de março de 2025 Mario William Esper - Presidente do Conselho Deliberativo.

FUNDAÇÃO FACULDADE DE MEDICINA

ABERTURA DE PROCESSO DE COMPRA

Entidade filantrópica privada sem fins lucrativos, torna pública a abertura de processo de contratação, com base em seu **Regulamento de Compras**, cujos detalhes estão disponíveis no site (www.ffm.br).

CONCORRÊNCIA:

FFM 2082/2024-00 "LOCAÇÃO DOS SISTEMAS DE VÁCUO E AR COMPRIMIDO, C/ MANUTENÇÃO E FORNECIMENTO DE OXIGÊNIO".
FFM 2085/2024-00 "ÓLEO DIESEL S500, C/ COMODATO DE 2 RESERVATÓRIOS".
FFM 2090/2024-00 "DIGITAÇÃO CORPORATIVA POR MEIO DE OUTSOURCING".
FFM 2139/2024-00 "MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA DE MÁQUINA EMBLISTADEIRA".
FFM 0211/2025-00 "ULTRASSOM DIAGNÓSTICO S/ APLICAÇÃO TRANSESOFÁGICA".
FFM 0224/2025-00 "EQUIPAMENTO DE ULTRASSOM".
FFM 0233/2025-00 "CAMA HOSPITALAR TIPO FAWLER ELÉTRICA".



COMUNICADO
ALTERAÇÃO DO EDITAL

LEILÃO DE COMPRA DE ENERGIA ELÉTRICA Nº01/2025

FATO RELEVANTE

A CERPALO - Cooperativa de Eletricidade de Paulo Lopes, inscrita no CNPJ nº 85.318.640/0001-05, no uso das suas prerrogativas, informa que o início do suprimento de energia previsto no Leilão de Compra de Energia Elétrica nº 01/2025 foi alterado, com as seguintes implicações:

1. A nova data para o início do fornecimento de energia passa de 01 de abril de 2026 para 01 de outubro de 2026.

2. Envio de documentos para habilitação das empresas cadastradas está prorrogado até 14/03/2025.

3. Comunicado aos proponentes habilitados passa para o dia 17/03/2025.

Todos os demais termos e condições do edital permanecem inalteradas.

Os interessados podem obter mais informações através do e-mail: leilaoenergia2025@alphainfra.com.br ou através dos nossos contatos telefônicos (48) 32530141.

Atenciosamente.
CERPALO - Cooperativa de Eletricidade de Paulo Lopes

EDITAL DE CONVOCAÇÃO - ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA - SINDICATO DOS TRABALHADORES NAS INDÚSTRIAS DE ARTEFATOS DE BORRACHA PNEUMÁTICOS E AFINS DE COTIA E REGIÃO - Ficam convocados todos os trabalhadores filiados ou não ao Sindicato para participarem da **Assembleia Geral Extraordinária no dia, 21 de março de 2025, às 14 h00** em primeira convocação e **às 15h00** em segunda convocação na sede da entidade à Av. Prof. Manoel José pedroso nº 1525 Jardim Nomura Cotia - SP a fim de deliberarem sobre os seguintes temas: a) concessão ou não de poderes para a Federação Nacional dos Trabalhadores nas Indústrias de Artefatos de Borracha, Pneumáticos e Látex, em especial os que estão situados na base territorial da entidade conforme registros no Ministério do Trabalho e Emprego para negociar a renovação dos instrumentos normativos da categoria com o sindicato patronal e empresas do setor, referendando-se, quando for o caso, em assembleias locais a eventual concessão desse poder, b) elaboração e aprovação da pauta de reivindicações dos Acordos/Convenções Coletivas com data base em 1º de junho, c) determinação do alcance da representação nas negociações coletivas e abrangências ampla do instrumento normativo que delas resultar de modo a beneficiar todos, d) determinação da forma de defesa das reivindicações através da mediação, arbitragem, dissídio coletivo ou até mesmo a negociação coletiva empresa por empresa, e) decretação do estado de greve para defesa das reivindicações aprovadas, f) continuação da assembleia que se manterá permanente até o final da Campanha Salarial 2025, ficando autorizado o presidente da federação a convocar através de boletins as assembleias, inclusive nas sedes dos sindicatos filiados, locais de trabalho, em suas imediações e em locais de concentração de trabalhadores, g) referendo das decisões da assembleia dos filiados em cada entidade sindical por meio da realização de assembleias nas sedes e subsedes de cada entidade, bem como em locais de trabalho, em suas imediações e em locais de concentração de trabalhadores, e em especial nas portas de fábricas, h) autorização para, se for o caso de cada entidade, utilização de votação por sistema eletrônico, bem como, a produção de boletins e jornais também por meio eletrônico para comunicação e convocações dos eventos da campanha salarial, i) fixação da taxa negocial/assistencial a ser descontada de todos os trabalhadores em folha de salários e/ou pagamentos e revertido as entidades sindicais do grupo pela representação nas negociações coletivas e abrangência do instrumento normativo que delas resultar, bem como, direito de oposição quanto à cobrança da mesma; e j) concessão de poderes a federação para manter negociações coletivas, celebrar acordos e convenções coletivas de trabalho e ainda, requerer a instauração de Dissídio Coletivo de Trabalho. Cotia, 13 de Março de 2025. **José Fabio de Souza** - Presidente

EDITAL DE CONVOCAÇÃO - ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA - Categoria: Profissional CONFORME DEFINIDA NO ESTATUTO DE CADA ENTIDADE. Ficam convocados todos os trabalhadores filiados ou não ao Sindicato dos Trabalhadores na Indústria de Artefatos de Borracha e Pneumáticos de Franca e Região para participarem da **Assembleia Geral Extraordinária no dia, 18 de março de 2025, às 09h00m** em primeira convocação e **às 09h30m** em segunda convocação na sede da entidade à Rua Alberto de Azevedo, nº 600 - Vila Santos Dumont - Franca - SP, a fim de deliberarem sobre os seguintes temas: a) concessão ou não de poderes para a Federação Nacional dos Trabalhadores nas Indústrias de Artefatos de Borracha, Pneumáticos e Látex, em especial os que estão situados na base territorial da entidade conforme registros no Ministério do Trabalho e Emprego para negociar a renovação dos instrumentos normativos da categoria com o sindicato patronal e empresas do setor, referendando-se, quando for o caso, em assembleias locais a eventual concessão desse poder, b) elaboração e aprovação da pauta de reivindicações dos Acordos/Convenções Coletivas com data base em 1º de junho, c) determinação do alcance da representação nas negociações coletivas e abrangências ampla do instrumento normativo que delas resultar de modo a beneficiar todos, d) determinação da forma de defesa das reivindicações através da mediação, arbitragem, dissídio coletivo ou até mesmo a negociação coletiva empresa por empresa, e) decretação do estado de greve para defesa das reivindicações aprovadas, f) continuação da assembleia que se manterá permanente até o final da Campanha Salarial 2025, ficando autorizado o presidente da federação a convocar através de boletins as assembleias, inclusive nas sedes dos sindicatos filiados, locais de trabalho, em suas imediações e em locais de concentração de trabalhadores, g) referendo das decisões da assembleia dos filiados em cada entidade sindical por meio da realização de assembleias nas sedes e subsedes de cada entidade, bem como em locais de trabalho, em suas imediações e em locais de concentração de trabalhadores, e em especial nas portas de fábricas, h) autorização para, se for o caso de cada entidade, utilização de votação por sistema eletrônico, bem como, a produção de boletins e jornais também por meio eletrônico para comunicação e convocações dos eventos da campanha salarial, i) fixação da taxa negocial/assistencial a ser descontada de todos os trabalhadores em folha de salários e/ou pagamentos e revertido as entidades sindicais do grupo pela representação nas negociações coletivas e abrangência do instrumento normativo que delas resultar, bem como, direito de oposição quanto à cobrança da mesma; e j) concessão de poderes a federação para manter negociações coletivas, celebrar acordos e convenções coletivas de trabalho e ainda, requerer a instauração de Dissídio Coletivo de Trabalho. Franca-SP, 12 de março de 2025. Francisco Batista Neto - Presidente





GOVERNO FEDERAL
BRASIL
UNIÃO E RECONSTRUÇÃO

AVISO DE REABERTURA DE PRAZO

Pregão Eletrônico nº 0486/2024 - UASG 393003

Nº Processo: 50600005555202432. Comunicamos a reabertura de prazo da licitação supracitada, publicada no DOU de 30/12/2024. Objeto: Contratação de empresa ou consórcio de empresa para a execução dos serviços de implantação e manutenção de dispositivos de segurança e de sinalização rodoviária, no âmbito do programa BR-LEGAL 2, subdividido em 5 lotes nas rodovias sob jurisdição das Superintendências Regionais do DNIT nos estados do Acre, Bahia, Minas Gerais e Roraima, totalizando 2.296,40 km de extensão. Total de Itens Licitados: 5. Novo Edital: 13/03/2025 das 08h00 às 12h00 e das 14h00 às 17h59. Endereço: Saun Quadra 3 Bloco a, Asa Norte - BRASÍLIA/DF ou https://www.gov.br/compras/edital/393003-5-90486-2024. Entrega das Propostas: a partir de 13/03/2025 às 08h00 no site www.gov.br/compras. Abertura das Propostas: 09/04/2025 às 10h00 no site www.gov.br/compras. Informações Gerais: O edital poderá ser obtido nos sítios: www.dnit.gov.br ou www.gov.br/compras.

NATHALIA PRADO RADEL
Pregoeira

FUNDAÇÃO FACULDADE DE MEDICINA - ICESP

CNPJ nº 56.577.059/0006-06

COMPRA REGULAMENTO FFM 2828/2025 – CONCORRÊNCIA – PROCESSO DE COMPRA FFM RC Nº 8293/2025

A Fundação Faculdade de Medicina, entidade de direito privado sem fins lucrativos, por meio do Departamento de Contratos e Compras, situada na Avenida Dr. Arnaldo, 251 – Cerqueira César, São Paulo – SP, torna pública a abertura do processo de compra, do tipo **MENOR PREÇO GLOBAL**, para contratação de empresa especializada para o fornecimento de **LICENÇA AUTOCAD**, cujos detalhes estão disponíveis no site do ICESP (https://icesp.org.br/editais/), e que será regido pelo **Regulamento de Compras e Contratação da FFM**.

A presidente do INSTITUTO ESPERANÇA DO AMANHÃ, no uso de suas atribuições, conferidas pelo Estatuto Social, convoca a todos os membros desta associação para participarem da Assembleia Geral Extraordinária a ser realizada em 24/03/2025, segunda feira, às 11 horas, em primeira chamada, com a maioria absoluta de seus associados, e em segunda chamada, meia hora após a primeira, com qualquer número de associados no seguinte endereço: Avenida Paulista, 1636 - conjunto 4, 15 andar – Bela Vista, São Paulo SP - CEP 01310-200, para discutir sobre a seguinte ordem do dia:

Eleição para o mandato complementar da Diretoria Executiva e do Conselho Fiscal (24/03/2025 a 13/08/2027) nos termos do edital e suas regras disponíveis na sede do Instituto e no sítio eletrônico:

https://esperancadoamanha.com.br/transparencia/

Fundação Butantan

CNPJ 61.189.445/0001-56

COMUNICA: Abertura de Seleção de Fornecedores

EDITAL 017/2024. **MODALIDADE:** ATO CONVOCATÓRIO - USO DE PLATAFORMA ELETRÔNICA. **TIPO:** MENOR PREÇO. **OBJETO DA SELEÇÃO:** Contratação de empresa especializada para prestação de serviços contínuos de Transporte Rodoviário de Carga Nacional, atenda por Frete Viagem, no âmbito do Estado de São Paulo. **DATA: 14/04/2025, HORA: 10h30min. LOCAL:** Por intermédio do sistema eletrônico de contratações denominado SAP - Ariba Spend Management. O Edital está disponível no site: http://www.fundacaobutantan.org.br

FEMA - FUNDAÇÃO EDUCACIONAL DO MUNICÍPIO DE ASSIS

A FEMA – Fundação Educacional do Município de Assis, em atenção à Lei 12.232, de 29 de abril de 2010, em seu art. 10 e seus parágrafos, DIVULGA para SORTEIO, no prazo de 10 (dez) dias, sendo marcada para o dia 24.03.2025 às 09h30min, a Subcomissão técnica para procedimento licitatório de serviços de publicidade: Profissionais sem vínculo com a FEMA (externos): 1. Tatiane Sismeiro; 2. Ana Carolina Coelho Xavier; 3. Mara Rubia Ausech; 4. Raphael Marques Correia. Profissionais internos da FEMA: 1. Paula Carolina Ternoval da Silva Justo; 2. Gisele Maria Silveira Constantino; 3. João Carlos da Silva; 4. Luis Ricardo Begosso; 5. Leonice Martins Funari Simões; e, 6. Ana Luisa Antunes Dias.

Assis, 12 de março de 2025.
Nivaldo Aparecido de Melo - Presidente da Comissão de Licitações

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARUJÁ

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 013/2025 – REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL E FUTURAS AQUISIÇÃO DE OVOS DE PASCOA. Disputa: dia 27/03/2025 às 10:00 horas.
Edital(is) através do site www.novobbmnet.com.br e também através do site oficial do Município www.prefeituradearuja.sp.gov.br.
Maiores informações pelo telefone (11) 4652-7609 Departamento de Compras

Prefeitura Municipal de Arujá, 12 de março de 2.025.

FEDERAÇÃO PAULISTA DE VOLLEYBALL

ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA - EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Dando cumprimento ao disposto no artigo 27, letras "a" e "i" do Estatuto, fica convocada para o dia 26 de março de 2025, Assembleia Geral Ordinária, a ser realizada na Sala 9 de Julho do Hotel Quality Paulista São Paulo Jardins, situado na Alameda Lorena, 360, Jardim Paulista, São Paulo, SP às 10:30 horas em primeira convocação, ou uma hora após, com qualquer número de presentes, a fim de apreciar a seguinte "Ordem do Dia": a) Leitura e aprovação da Sessão anterior. b) Conhecer e julgar o Relatório referente a temporada de 2024. c) Conhecer e julgar o Relatório e Balancete Geral das atividades financeiras bem como, do Parecer do Conselho Fiscal e da auditoria sobre as contas do exercício de 2024. d) Discutir e aprovar o Orçamento Anual. e) Posse da Diretoria. f) Assuntos Gerais.

São Paulo, 10 de março de 2025
Dr. Renato Pera
Presidente da Federação Paulista de Volleyball



TRISUL S.A.

Companhia Aberta

CNPJ/MF nº 08.811.643/0001-27 - NIRE 35.300.341.627

ATA DE REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO
REALIZADA EM 25 DE FEVEREIRO DE 2025

1. **Data, Hora e Local:** No dia 25 de fevereiro de 2025, às 10 horas, na sede social da Trisul S.A., localizada na Alameda dos Jaúnas, nº 70, bairro Moema, CEP 04.522-020, cidade de São Paulo, estado de São Paulo ("**Companhia**"). 2. **Convocação e Presença:** Presentes os conselheiros: Michel Esper Saad Junior; Jorge Cury Neto; Ronaldo José Sayeg; José Roberto Cury; José Luiz de Almeida Nogueira Junior e Marcio Alvaro Moreira Caruso. 3. **Composição da Mesa:** Presidente: Michel Esper Saad Junior. Secretário: Jorge Cury Neto. 4. **Ordem do dia:** no âmbito da 71ª (septuagésima primeira) emissão da Companhia Província de Securitização, sociedade por ações com registro de companhia securitizadora perante a Comissão de Valores Mobiliários ("**CVM**") sob o código 132, categoria S1, e devidamente autorizada a funcionar como companhia securitizadora nos termos da Resolução CVM nº 60, de 23 de dezembro de 2021, conforme alterada, com sede na cidade de São Paulo, estado de São Paulo, na Avenida Engenheiro Luiz Carlos Berrini, nº 550, 4º andar, Cidade Monções, CEP 04.571-925, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda ("**CNPJ/MF**") sob o nº 04.200.649/0001-07 ("**Securitizadora**"), de certificados de recebíveis imobiliários da 1ª (primeira) série e da 2ª (segunda) série ("**Emissão**" e "**CRI**", respectivamente), a serem distribuídos publicamente, sob rito de registro automático perante a CVM nos termos da Resolução da CVM nº 160, de 13 de julho de 2022, conforme alterada ("**Oferta**"):

(i) aprovar a cessão de novos Créditos Imobiliários (conforme abaixo definido), pela Companhia à Securitizadora, por meio da celebração do *"Segundo Aditamento ao Instrumento Particular de Cessão de Créditos Imobiliários e Outras Avenças"* ("**Aditamento ao Contrato de Cessão**"), entre Companhia e a Securitizadora ("**Cessão dos Créditos Imobiliários**");

(ii) aprovar a celebração do *"Segundo Aditamento ao Contrato de Coordenação, Colocação e Distribuição Pública de Certificados de Recebíveis Imobiliários, Sob Rito de Registro Automático de Distribuição, sob o Regime de Melhores Esforços de Colocação, das 1ª (primeira) e 2ª (segunda) Séries da 71ª (septuagésima primeira) Emissão da Companhia Província de Securitização"* ("**Segundo Aditamento ao Contrato de Distribuição**"), a ser celebrado entre a Securitizadora, o Banco Votorantim S.A., instituição financeira, com sede na cidade de São Paulo, estado de São Paulo, na Avenida das Nações Unidas, nº 14.171, Torre A, 18º Andar, Vila Gertrudes, CEP 04.794-000, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 59.588.111/0001-03, na qualidade de coordenador líder ("**Coordenador Líder**") e a Companhia; e

(iii) ratificar todos e quaisquer atos já praticados pelos administradores da Companhia e/ou seus representantes legais para a formalização da Cessão dos Créditos Imobiliários, da Emissão e da Oferta. 5. **Deliberações:** Em conformidade com a ordem do dia, as seguintes deliberações foram tomadas e aprovadas, por unanimidade, nos termos do artigo 17 do estatuto social da Companhia:

(i) aprovar a cessão, pela Companhia à Securitizadora, dos novos créditos imobiliários oriundos dos *"Instrumentos Particulares de Empréstimo com Constituição de Alienação Fiduciária em Garantia, Emissão de Cédula de Crédito Imobiliário e Outras Avenças"* relacionados no Anexo I do Aditamento ao Contrato de Cessão, os quais foram, originalmente, celebrados entre determinados devedores fiduciantes ("**Devedores**"), de um lado, e a BMP Sociedade de Crédito ao Microempreendedor e a Empresa de Pequeno Porte Ltda., inscrita no CNPJ/MF sob o nº 11.581.339/0001-45, na qualidade de credora fiduciária ("**Credora Original**" e "**Contratos Imobiliários**", respectivamente), sendo que mencionados créditos imobiliários abrangem não só o valor do principal, como também a totalidade dos respectivos acessórios, tais como atualização monetária, juros remuneratórios, encargos moratórios, multas, penalidades, seguros (caso estejam previstos nos Contratos Imobiliários), indenizações, despesas, custas, honorários, garantias e demais encargos contratuais e legais previstos nos Contratos Imobiliários ("**Créditos Imobiliários**"), os quais foram cedidos à Companhia, nos termos de cada *"Termo de Cessão e Transferência de Cédulas de Crédito Imobiliário"*. Fica ora aprovada a nova cessão pela Companhia, em definitivo, dos Créditos Imobiliários com valor nominal total de até R$ 30.000.000,00 (trinta milhões de reais), na data base da Cessão dos Créditos Imobiliários, por meio da celebração do Aditamento ao Contrato de Cessão, os quais serão lastro da operação de securitização, por meio de emissão, pela Securitizadora, dos CRI;

(ii) aprovar a celebração do Segundo Aditamento ao Contrato de Distribuição entre a Securitizadora, o Coordenador Líder e a Companhia; e

(iii) ratificar todos e quaisquer atos já praticados pelos administradores da Companhia e/ou seus representantes legais para a formalização da cessão dos novos Créditos Imobiliários, da Emissão e da Oferta. 6. **Encerramento:** Nada mais havendo a tratar, foram encerrados os trabalhos, lavrando-se a presente ata que, lida e aprovada, foi assinada pela mesa e pelos presentes. **Membros do Conselho de Administração presentes:** Michel Esper Saad Junior; Jorge Cury Neto; Ronaldo José Sayeg; José Roberto Cury; José Luiz de Almeida Nogueira Junqueira e Marcio Alvaro Moreira Caruso. **Mesa:** Michel Esper Saad Junior e Jorge Cury Neto. *Declara-se, para os devidos fins, que há uma cópia fiel e autêntica arquivada e assinada pelos presentes no livro próprio.* São Paulo, 25 de fevereiro de 2025. Confere com o original: Michel Esper Saad Junior; Jorge Cury Neto. **JUCESP** nº 89.371/25-2 em 10/03/2025. Aloizio E. Soares Junior - Secretário Geral em Exercício.

agro.estadao.com.br

agro ESTADÃO

CONHEÇA O PORTAL AGRO ESTADÃO

A mais tradicional e completa cobertura do agro sob nova perspectiva

>>>



Guerra comercial **Reação brasileira**

Governo diz que sobretaxa dos EUA é 'injustificável' e não descarta OMC

Nota diz que País avalia 'todas as possibilidades' contra 'efeitos nocivos' sobre exportadores de aço e alumínio

BRASÍLIA

Em comunicado conjunto divulgado ontem pelo Ministério de Relações Exteriores (MRE) e pelo Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (Mdic), o governo disse que "avaliará todas as possibilidades de ação no campo do comércio exterior" para enfrentar os "efeitos nocivos" da sobretaxa adotada pelo governo americano sobre as importações de aço e alumínio, em vigor desde ontem, bem como defender os "legítimos interesses nacionais", inclusive na Organização Mundial do Comércio (OMC).

Essas análises serão feitas em reuniões já previstas para as próximas semanas, informou o governo, que lamentou a imposição tarifária, classificada como "injustificável e equivocada". Chamou atenção ainda para o impacto "significativo" que a medida terá sobre exportações de aço e alumínio para os EUA, que, em 2024, foram de US$ 3,2 bilhões.

"Em defesa das empresas e dos trabalhadores brasileiros e em linha com seu tradicional apoio ao sistema multilateral de comércio, o governo brasileiro considera injustificável e equivocada a imposição de barreiras unilaterais que afetam o comércio entre o Brasil e os Estados Unidos (...) Segundo os dados do governo estadunidense, os EUA mantêm um superávit comercial de longa data com o Brasil, que foi, em 2024, da ordem de US$ 7 bilhões, somente em bens", destacaram os ministérios, que comandam as conversas bilaterais com representantes dos Estados Unidos sobre o tema.

Mais cedo, o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, e o vice-presidente e ministro do Desenvolvimento, Geraldo Alckmin, também destacaram a opção de apostar num acordo com os EUA. A proposta é retomar o sistema de cotas de importação que vigorava até ontem.

SEM RETALIAÇÃO. Questionado sobre a hipótese de retaliação, Haddad disse que isso foi descartado neste momento por orientação do presidente Luiz Inácio Lula da Silva. "O presidente Lula falou: 'Muita calma nessa hora'. Nós já negociamos outras vezes em condições até muito mais desfavoráveis do que essa", disse, reforçando o argumento de que a tarifa de 25% sobre o aço importado será prejudicial também para a indústria dos EUA.

> ***"Nós defendemos multilateralismo, complementação econômica, e a OMC existe para isso, estabelecer regras gerais que devem ser para todos"***
> **Geraldo Alckmin**
> Vice-presidente

Já Alckmin disse que "a disposição, primeiro, é do diálogo". "Devemos, nas próximas semanas e dias, aprofundar esse trabalho com os EUA e lamentar profundamente, isso encarece produtos, dificulta o comércio." Sobre recorrer à OMC, respondeu que "essa é uma possibilidade". "Nós defendemos multilateralismo, complementação econômica, e a OMC existe para isso, estabelecer regras gerais que devem ser para todos."

O governo também lembrou que, no caso do aço, as indústrias do Brasil e dos EUA mantêm, há décadas, relação de complementaridade "mutuamente benéfica", já que o País é o terceiro maior importador de carvão siderúrgico dos EUA (US$ 1,2 bilhão) e o maior exportador de aço semiacabado para os americanos (US$ 2,2 bilhões, 60% do total das importações dos EUA). O insumo é essencial para a própria indústria siderúrgica americana, aponta a nota.

"À luz do impacto efetivo das medidas sobre as exportações brasileiras, o governo do Brasil buscará, em coordenação com o setor privado, defender os interesses dos produtores nacionais junto ao governo dos Estados Unidos", declararam o Mdic e o MRE.

Haddad falou com a imprensa após se reunir com representantes do setor siderúrgico, que levaram ao chefe da equipe econômica sugestões de medidas para proteger a indústria local, tanto do ponto de vista da exportação quanto da importação de aço que chega ao Brasil. O ministro classificou os argumentos da siderurgia brasileira como "muito consistentes" e rejeitou a acusação americana de que o País exporta aos EUA aço importado de outros países, numa espécie de revenda. ● AMANDA PUPO

CANADÁ E UNIÃO EUROPEIA IMPÕEM SOBRETAXA AOS ESTADOS UNIDOS. PÁG. B16

vittude summit | 25 e 26 de março

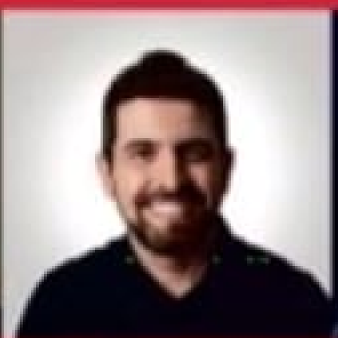
O MAIOR EVENTO DE
SAÚDE MENTAL CORPORATIVA DO BRASIL

A 6ª edição do Vittude Summit reunirá os maiores especialistas e lideranças para discutir as novas regulamentações e o futuro da saúde mental corporativa.

PALESTRAS | FEIRA DE NEGÓCIOS | NETWORKING

+1200 participantes
+50 palestrantes
+16H de conteúdo
+20 patrocinadores


TATIANA PIMENTA


MARCOS MENDANHA


LUCKAS REIS


MARYANA COM "Y"


MAFOANE ODARA



Use o cupom ESTADAO15% e ganhe 15% de desconto
summit.vittude.com

Patrocinadores:
GOOMIT. Contabilizei. gntech hogrefe IMMA Mapa Passo Ativo Ocupacional prepara.me salvia Salú Up viva! VETOR GIUNTI

Media Partner:
ESTADÃO

Eufrázio



Alvaro Gribel *E-mail: alvaro.gribel@estadao.com; X: @alvarogribel*

Trump comete erro econômico básico

O presidente Donald Trump continua contrariando as regras mais fundamentais da teoria econômica. O aumento de barreiras comerciais sobre o aço e o alumínio, que entrou em vigor nesta quarta-feira, 12, e atinge diretamente o Brasil, significa o encarecimento de insumos que hoje são cruciais para a indústria de produtos "finais" dos Estados Unidos.

Na prática, com as tarifas, Trump estimula a produção de aço e alumínio nos EUA, dois bens intermediários e que estão no meio da cadeia, enquanto desestimula a produção de produtos com maior valor agregado, como automóveis.

Trump, assim, vai na direção contrária do que tornou os americanos a maior potência econômica do mundo. O déficit comercial dos EUA, em parte, reflete exatamente isso. Os americanos são grandes importadores de bens intermediários porque faz mais sentido para uma economia desenvolvida se dedicar a itens finais, com alta tecnologia.

Por serem o maior consumidor do planeta, os americanos conseguem, assim, ter acesso a produtos "de ponta" fabricados internamente e que ajudam não só no bem-estar, mas também na produtividade econômica.

Outra visão ultrapassada de Trump é a aposta na indústria, que vem perdendo cada vez mais espaço para o setor de serviços, principalmente os de tecnologia. Basta olhar para as empresas com maior valor de mercado dos EUA, e que ganharam o apelido de "Big Five", ou cinco maiores: Amazon, Apple, Google (Alphabet), Meta (Facebook) e Microsoft.

Presidente dos EUA passa a estimular produção de bens intermediários em detrimento de finais

Se o grupo for expandido com a Nvidia e a Tesla – que, apesar de produzir carros, é considerada uma empresa de tecnologia –, o apelido passa a ser "Seven Magnificents" (sete magníficas).

Segundo levantamento da Elos Ayta, as empresas americanas perderam US$ 4,33 trilhões em valor de mercado desde a posse de Trump – o que comprova a destruição de riqueza provocada pelo novo presidente.

"Entre 20 de janeiro e 10 de março de 2025, o valor de mercado das empresas americanas encolheu US$ 4,33 trilhões. O movimento foi ainda mais acentuado entre as Seven Magnificents que, sozinhas, perderam US$ 2,54 trilhões desde janeiro", disse a Elos, no relatório.

Aqui no Brasil, apesar de o País ter sido atingido pelo aumento de barreiras, a reação do governo Lula foi na direção certa, de evitar retaliações automáticas, que só iriam estimular a disputa comercial.

Trump vem cometendo erros básicos na economia em seus primeiros dias de governo. ●

REPÓRTER ESPECIAL DE ECONOMIA EM BRASÍLIA

SEG. Luiz Carlos Trabuco Cappi e Henrique Meirelles **(revezam quinzenalmente)** e Antonio Penteado Mendonça ● **TER.** Demi Getschko **(quinzenalmente)** ● **QUA.** Fábio Alves ● **QUI.** Alvaro Gribel ● **SEX.** Elena Landau e Laura Karpuska **(revezam quinzenalmente)** ● **SAB.** Fábio Gallo ● **DOM.** José Roberto Mendonça de Barros e Alexandre Schwartsman **(revezam quinzenalmente)**; Roberto Rodrigues **(2.º domingo do mês)**, Albert Fishlow **(3.º domingo do mês)** e Gustavo Franco **(último domingo do mês)**

Guerra comercial **Retaliações**

Canadá e UE impõem sobretaxas aos EUA

Alíquota de 25% do país vizinho dos EUA sobre aço, alumínio e outros bens entra em vigor hoje; Europa inicia cobrança em 1.º de abril

NOVA YORK

O Ministério de Finanças do Canadá informou ontem que irá impor a partir de hoje tarifa adicional de 25% sobre 29,8 bilhões de dólares canadenses (R$ 120,5 bilhões) em produtos fabricados nos Estados Unidos, incluindo aço e alumínio, depois que o governo Trump avançou com taxas globais sobre as importações desses dois materiais.

A ministra de Assuntos Internacionais do Canadá, Mélanie Joly, afirmou que a única causa aparente para as tarifas impostas pelos EUA seria a meta do presidente Donald Trump de anexar o Canadá como 51.º Estado americano. Ela destacou que a soberania do Canadá não é negociável.

Direcionando-se aos americanos, ela disse que não é o Canadá que está elevando os preços nos EUA, colocando seus empregos em risco. E acrescentou que irá trabalhar com a União Europeia para se defender das tarifas dos EUA. Segundo ela, europeus, britânicos e o secretário de Estado dos EUA, Marco Rubio, conversarão em Quebec, durante a reunião do G7. O encontro entre ministros de Relações Exteriores das sete economias mais desenvolvidas começou ontem e vai até amanhã, no Canadá.

O Ministério da Indústria do Canadá sinalizou ainda que lutará pelo setor automotivo.

De acordo com a Bloomberg, as medidas retaliatórias do Canadá também se aplicarão a itens de consumo, como computadores e artigos esportivos. Os novos impostos correspondem às tarifas dos EUA "dólar por dólar", disse o ministro canadense das Finanças, Dominic LeBlanc.

Ao mesmo tempo, as autoridades canadenses afirmam que continuam em busca de uma saída para a guerra comercial. LeBlanc deve se reunir com o secretário de Comércio dos EUA, Howard Lutnick, hoje, e terá a companhia do primeiro-ministro de Ontário, Doug Ford, e do ministro da Indústria canadense, François-Philippe Champagne, de acordo com a Bloomberg.

UNIÃO EUROPEIA. Também ontem, a União Europeia anunciou que irá taxar uma série de produtos dos EUA a partir de 1.º de abril. "Enquanto os EUA aplicam tarifas no valor de US$ 28 bilhões (*R$ 163 bilhões*), estamos respondendo com contramedidas no valor de € 26 bilhões (*R$ 165 bilhões*)", disse a presidente da Comissão Europeia, Ursula von der Leyen, em comunicado. "Nós sempre permaneceremos abertos à negociação. Acreditamos firmemente que, em um mundo repleto de incertezas geopolíticas e econômicas, não é do nosso interesse comum sobrecarregar nossas economias com tarifas."

Anexação
Ministra do Canadá disse que a causa possível para as tarifas seria a meta de Trump de anexar o Canadá

A presidente da comissão também disse que, além de aço e alumínio, a medida abrange artigos têxteis, couro, eletrodomésticos, ferramentas, plásticos e madeira. Produtos agrícolas também serão impactados – incluindo aves, carne bovina, alguns frutos do mar, nozes, ovos, açúcar e vegetais. ● AP e DOW JONES NEWSWIRES

ÚLTIMOS DIAS DE INSCRIÇÃO - NÃO FIQUE DE FORA!



CONCORRA AO PRÊMIO MASTER IMOBILIÁRIO 2025
E TENHA O SEU TRABALHO CELEBRADO EM GRANDE ESTILO

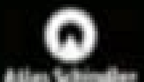
Informações: 11 5078-7778 | www.premiomasterimobiliario.com.br

REALIZAÇÃO





PATROCÍNIO DIAMANTE











EMBRAESP
AVALIAÇÃO DE MERCADO
www.embraesp.com.br
(11) 3665-1590

ESTADÃO
VEM PENSAR COM A GENTE

Eufrázio

Magda Chambriard

‘Não pensamos em mexer (nos preços) agora’

Presidente da Petrobras diz que tendência de preços internacionais é que baliza decisões da companhia

ENTREVISTA

Engenheira, presidiu a Agência Nacional de Petróleo (ANP) entre 2012 e 2016; está no comando da Petrobras desde maio de 2024

ALINE BRONZATI
ENVIADA ESPECIAL A HOUSTON (EUA)

A Petrobras pode baixar os preços caso os combustíveis no Brasil fiquem muito mais caros do que os patamares praticados no mercado internacional, de acordo com a presidente da estatal, Magda Chambriard. Pressões recentes, incluindo ações do chefe da Casa Branca, Donald Trump, têm empurrado as cotações do petróleo para baixo. Atualmente, o preço do tipo Brent está em cerca de US$ 70 por barril, abaixo dos US$ 83 previstos no plano da Petrobras, divulgado em novembro.

“Se o preço (*no Brasil*) ficar muito acima do mercado (*externo*) e enxergarmos que a tendência é essa, vamos mexer certamente. Da mesma forma, se ficar abaixo vamos mexer também”, disse Magda, em entrevista ao *Estadão/Broadcast*, durante evento da Câmara de Comércio Brasil-Texas (Bratecc), encontro que acontece em paralelo à CERAWeek, uma das maiores conferências de energia do mundo, realizada em Houston (EUA).

Sobre a aprovação do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) para o plano de limpeza da sonda que será utilizada na Margem Equatorial, Magda disse que é um sinal de que a estatal está no caminho certo para começar a explorar a área, considerada uma espécie de “novo pré-sal”, mas que divide ambientalistas e o setor de óleo e gás. A seguir, os principais trechos da entrevista.


PEDRO KIRILOS/ESTADÃO-27/5/2024

“O que não é interessante para nós é ficar com o preço muito alto porque perdemos mercado. Com preço muito baixo, perdemos dinheiro. Então, olhamos o tempo todo se essas coisas estão equilibradas”

O ministro de Minas e Energia disse em entrevista à Coluna do Estadão que, diante dos preços mais baixos do petróleo no mercado internacional e da queda do dólar, é o momento de analisar uma redução do preço dos combustíveis no Brasil. A sra. concorda?

Analisamos o preço no mínimo a cada 15 dias. Isso aí faz parte da nossa obrigação, olhar esses preços toda hora.

E já está na hora de baixar?

Se o preço ficar muito acima do mercado e enxergarmos que a tendência é essa, vamos mexer certamente. Da mesma forma, se ficar abaixo vamos mexer também. Monitoramos isso e também o market share. O que não é interessante para nós é ficar com o preço muito alto porque perdemos mercado. Com preço muito baixo, perdemos dinheiro. O que fazemos é olhar o tempo todo se essas coisas estão equilibradas dentro do que a Petrobras se propõe.

Há pressão sobre os preços?

Olha só, a pressão vem mais pelo jornal, pelos jornalistas e pelo mercado. Porque o governo mesmo está entendendo como correto o posicionamento da Petrobras. No ano passado, logo que assumi, eu disse: esse preço não está legal. E tivemos toda a liberdade, sem nenhuma pressão, nenhum constrangimento, para colocar o preço no patamar que entendemos como correto.

Qual é o momento agora?

No começo do governo Lula, a Petrobras fez um movimento de abrasileiramento dos preços. Construímos um cenário, no qual acompanhamos a tendência no mercado internacional, evitando trazer para o Brasil a volatilidade, seja a flutuação do preço do Brent ou do câmbio, e sem cobrar custos inexistentes. O conselho de administração, com representantes governamentais e privados, acompanha esse desempenho todo mês. Fechamos 2024, e ninguém reclamou. Acho que estamos no caminho certo. Preço não foi um problema, não oneramos o caixa da empresa com questões de preço, e no começo do ano aumentamos o preço do diesel de novo.

Hoje estão equilibrados?

Hoje, não estamos pensando em mexer (*nos preços*) a curto prazo.

Como a Petrobras recebeu a aprovação pelo Ibama do plano de limpeza da sonda que será utilizada na Margem Equatorial?

Com muita alegria, estávamos esperando por isso há muito tempo. Entregamos a última demanda do Ibama no fim de novembro, respondendo a todos os questionamentos. Estamos concluindo a obra do segundo Centro de Despetrolização da Fauna, no Oiapoque (*Amapá*), no fim de março; promovemos energia no local, que não tinha; conservamos o aeroporto; e atribuímos tudo isso à autorização do Ibama para mover a sonda e começar a limpeza.

Quanto tempo demora esse processo?

Essa sonda está furando na Bacia de Campos e vai levar dois meses para limpar o casco. Temos de garantir que não vá nenhuma espécie invasora. É uma sonda de primeira qualidade, compatível com todos os níveis de segurança para perfurar no Amapá, em águas profundas. Estamos promovendo um plano de emergência individual único no mundo. É o maior que eu já vi para águas profundas, inclusive contando com monitoramento de eventuais derrames com tecnologia em parceria com a Nasa.

A sra. está otimista com a obtenção da licença para a Margem Equatorial?

Com certeza. Apesar de o presidente do Ibama dizer que, olha, isso não é garantia de licença, eu acho que, no mínimo, é um excelente indicativo de que estamos no caminho certo.

É sua primeira vez como presidente da Petrobras na CERAWeek. Quais suas impressões?

A grande mensagem dos representantes dos EUA foi: ‘Olha, nós estamos querendo que vocês sejam bem-vindos, que produzam muita energia’. Essa é uma boa mensagem e que acolhemos de uma forma muito benéfica. No Brasil, é a mesma coisa. A gente também diz bem-vindos para quem quer investir, fazer geração de energia no Brasil.

Como a Petrobras se posiciona neste cenário?

Fornecemos 31% de toda a energia primária do País. Olhando para os próximos 25 anos, para mantermos a nossa relevância, precisamos crescer no passo do Brasil. Temos de crescer pelo menos 60% nos próximos 25 anos. E aí muitos vão dizer: ‘Ah, mas isso é muito desafiador, isso é difícil de acontecer’. E eu digo: ‘Não, não é tão difícil’. ●

Telecomunicações **Serviços digitais**

Oi Fibra passa a se chamar Nio e busca retomar o crescimento

A Oi Fibra está sob nova direção. A companhia foi vendida pela Oi, que está em recuperação judicial, para a V.tal, grupo de telecomunicações controlado pelo BTG Pactual, numa operação de R$ 5,75 bilhões concluída em 28 de fevereiro. A empresa agora se chama Nio e quer retomar a rota de crescimento no mercado de banda larga. “Queremos ser protagonistas no setor”, disse o presidente da Nio, Marcio Fabbris, ao *Estadão/Broadcast*.

A Nio é a terceira maior provedora de internet fixa do País, com 4 milhões de clientes, ou 8% do mercado. Só fica atrás da Vivo (7,4 milhões) e Claro (10,2 milhões), segundo ranking da Anatel. Sua rede de fibra óptica cobre 22 milhões de endereços, e a receita líquida anual é da ordem de R$ 4,5 bilhões.

Fabbris conta que a prioridade da nova gestão é estabilizar o negócio, que vinha perdendo clientes em meio aos solavancos da recuperação judicial do grupo. O nível de satisfação dos usuários é considerado bom, mas a perda se dava em função das investidas de outras operadoras e da pouca atividade da área comercial, que será reforçada agora. Além disso, havia saída de clientes empresariais preocupados com a situação da Oi.

CRESCIMENTO. Agora, a empresa vai buscar o crescimento orgânico no curto prazo. Segundo Fabbris, a proposta da Nio é dar mais transparência ao atendimento, evitando surpresas do usuário em relação a preços e conteúdos dos pacotes. Além disso, quer ampliar a oferta de serviços digitais, com parceiros na área de streaming de vídeo, por exemplo. Não haverá mudanças de preços nesta etapa. A receita média por usuário está em R$ 92 por mês, em linha com mercado.

“O grande mandato é estabilizar a companhia e a mover para o crescimento orgânico. Não recebemos mandato de buscar aquisições no setor. Mas também não é parte do mandato fechar os olhos”, diz Fabbris, que chegou ao grupo ainda em 2024, depois de duas décadas na Telefônica Brasil (dona da Vivo), onde ajudou a moldar o segmento de telefonia e internet móvel, saindo de lá como vice-presidente. ● CIRCE BONATELLI

Mercado
Com 4 milhões de clientes, a agora Nio é a terceira maior provedora de internet fixa do País

ALTAMIRO SILVA JUNIOR, CYNTHIA DECLOEDT, CRISTIANE BARBIERI, MATHEUS PIOVESANA E CIRCE BONATELLI / GABRIEL BALDOCCHI (edição)

X: @COLUNADOBROAD
COLUNABROADCAST@ESTADAO.COM



Coluna do Broadcast

Fundos soberanos e de participações em empresas avaliam ativos da CCR

Fundos soberanos e gestoras de *private equity*, especializadas em comprar empresas, já se movimentam para avaliar a aquisição de uma participação em ativos da CCR. A empresa de concessões quer vender parte de seus negócios de aeroportos e mobilidade urbana, que inclui trens e metrôs, com os quais pretende levantar até R$ 10 bilhões em alguns anos. "São ativos bons e grandes e esse é um processo que deve ser bem movimentado", disse uma fonte. Para um executivo que acompanha as conversas, a expectativa é de que todos os fundos soberanos e de *private equity* que trabalham com infraestrutura olhem o negócio, por causa do valor alto do cheque e da relevância dos ativos à venda.

Interessados vão de Cingapura à França

Entre os potenciais interessados estão o GIC, de Cingapura, o australiano Macquire, e os brasileiros Vinci e Pátria, além de operadores, como a suíça Zurich e a francesa Vinci Airport. A CCR tem como sócios Itaúsa, Votorantim, Mover (ex-Camargo Corrêa) e grupo Soares Penido. Procurada, a empresa não comentou.

Quatro bancos já foram contratados

Para dar início ao processo de venda, a CCR contratou quatro bancos, apurou a Coluna. Nas 20 operações de aeroportos, 17 no Brasil e três em outros países da América Latina, os escolhidos foram Lazard e Itaú BBA. Entre as concessões, estão os aeroportos de Curitiba, de Belo Horizonte e de Curaçao, no Caribe.

● **AMPLIAÇÃO.** Os bancos Goldman Sachs e BTG Pactual foram contratados para tocar a venda de participações minoritárias nos negócios de mobilidade urbana, em que a CCR tem concessões em linhas do metrô de São Paulo, Rio e Salvador. Essas linhas transportam 3 milhões de pessoas por dia.

● **INTERNACIONAL.** O presidente da CCR, Miguel Setas, falou da venda dos ativos em teleconferência de resultados no mês passado, ressaltando que o grupo está trabalhando com assessores e avaliando cenários, mas sem urgência para fechar negócio. Em mobilidade urbana, o executivo disse que o objetivo é ter um sócio internacional. Setas já havia dito também que o plano estratégico do grupo é uma reciclagem de capital entre R$ 5 bilhões e R$ 10 bilhões nos próximos anos.

RECICLAGEM DE CAPITAL

BH AIRPORT -25/6/2019



O Aeroporto Internacional de Belo Horizonte é um dos 20 no portfólio da CCR; empresa pretende levantar até R$ 10 bilhões em alguns anos

● **SEM AGÊNCIAS.** Os bancos tradicionais ainda são o domicílio financeiro da maioria dos brasileiros, mas a instituição mais popular do País é um dos digitais. Uma pesquisa da empresa de prevenção a fraudes ClearSale aponta que 55% dos brasileiros têm conta em bancos que têm agências físicas. Por outro lado, o Nubank foi a instituição mais citada (60%) quando se perguntou em qual instituição cada pessoa tem conta, e também no quesito banco mais utilizado (27%).

● **PELOTÃO DE FRENTE.** Na mesma pesquisa, 49% das pessoas citaram ter conta na Caixa Econômica Federal, 33% no Itaú Unibanco e 30% no Bradesco. No entanto, os índices de uso como banco principal não seguem a mesma ordem: atrás do Nubank, o segundo colocado foi o Itaú, com 15%, enquanto a Caixa, que busca tornar os clientes mais fiéis, foi citada por 12% das pessoas.

● **INCLUÍDOS.** A pesquisa aponta que 100% dos brasileiros adultos têm conta em banco, uma barreira que foi superada no País ao longo da última década com o surgimento dos bancos digitais e a digitalização dos serviços dos titãs do setor. O levantamento da ClearSale ouviu 600 pessoas com mais de 18 anos em todas as regiões do País, em dezembro de 2024.

● **RECURSOS.** A gestora de recursos Multiplike espera atingir R$ 1,5 bilhão em operações de crédito para o setor de construção este ano. Se confirmado, isso representará elevação de 50% na comparação com o realizado no ano passado. Fundada em 1999, a empresa atua na antecipação de recebíveis e oferta de capital de giro para construção civil, agronegócio e indústria. Em seu histórico há R$ 40 bilhões em financiamentos.

● **SOFISTICAÇÃO.** O crescimento projetado para o setor da construção este ano tem como pano de fundo o encolhimento do financiamento bancário para projetos imobiliários. Com juros mais altos e *funding* escasso, os bancos têm priorizado a liberação de empréstimos para aquisição da casa própria pelos consumidores finais.

● **DIFICULDADES.** Os recursos da Multiplike vêm de Fundos de Investimento em Direitos Creditórios (FIDCs) obtidos, principalmente, junto a investidores institucionais. Na outra ponta, o crédito é liberado para construtoras de médio porte, com faturamento entre R$ 50 milhões e R$ 150 milhões.

SOBE

Dívida global de governos e empresas bate recorde

ADOBE STOCK- 10/10/2022



A dívida global de governos e empresas avançou cerca de US$ 7 trilhões em 2024, para US$ 318 trilhões, o maior nível da história, apontou o relatório Global Debt Monitor produzido pelo Institute of International Finance (IIF), que reúne os 500 maiores bancos do mundo. No ano anterior, a dívida já havia subido US$ 16 trilhões. Segundo o IIF, 65% do aumento em 2024 ocorreu em mercados emergentes, como China, Índia, Arábia Saudita e Turquia.

DESCE

Poupança tem saque líquido de R$ 8 bilhões em fevereiro

JF DIORIO /ESTADÃO -1/6/2015



A caderneta de poupança teve saques líquidos de R$ 8,007 bilhões em fevereiro, segundo o Banco Central. É a maior retirada para o mês desde 2023, quando os saques superaram os depósitos em R$ 11,515 bilhões. Poupadores depositaram R$ 331,997 bilhões na caderneta no mês passado. Os saques somaram R$ 340,004 bilhões. O resultado líquido de 2025, até fevereiro, está negativo em R$ 34,233 bilhões.

BROADCAST MERCADOS

Ibovespa: 123.863,50 PTS. | Dia 0,29% | Mês 0,87% | Ano 2,98%

MAIORES ALTAS DO IBOVESPA

	R$	Var. %	Neg.
COGNA ON ON NM	1,74	5,45	72.873
RAIADROGASIL ON	18,57	4,97	19.782
MINERVA ON NM	4,90	4,26	7.217

MAIORES BAIXAS DO IBOVESPA

	R$	Var. %	Neg.
AZZAS 2154 ON NM	33,00	-12,90	31.569
BRASKEM PNA N1	10,26	-4,02	6.314
AUTOMOB ON NM	0,25	-3,85	4.269

TR/TBF/POUPANÇA/POUPANÇA SELIC (%)

9/3 a 9/4	0,1713	1,0574	0,6722	0,5000
10/3 a 10/4	0,1732	1,1074	0,6741	0,5000
11/3 a 11/4	0,1734	1,127	0,6743	0,5000

	Pontos	Dia%	Mês%	Ano%
NOVA YORK - DJIA	41.350,93	-0,20	-5,68	-2,80
FRANKFURT - DAX	22.676,41	1,56	0,56	13,90
LONDRES - FTSE	8.540,97	0,53	-3,05	4,50
TÓQUIO - NIKKEI	36.801,13	0,07	-0,99	-7,75

TESOURO DIRETO (*)

	Vcto.	Ano %	R$
IPCA	15/5/2029	7,62	3.399,72
	15/8/2040	7,40	1.481,3
JUROS SEMESTRAIS	15/5/2035	7,62	4.086,07
PREFIXADO	1/1/2028	14,41	686,54
	1/1/2032	14,76	393,97
SELIC	1/3/2029	0,05	16.166,16

(*) VALORES À VENDA

INFLAÇÃO (%)

Índice	Janeiro	Fevereiro	No ano	12 Meses
INPC (IBGE)	0,00	1,48	1,48	4,87
IGP-M (FGV)	0,27	1,06	1,33	8,44
IGP-DI (FGV)	0,11	1,00	1,11	8,78
IPC (FIPE)	0,24	0,51	0,75	4,52
IPCA (IBGE)	0,16	1,31	1,47	5,06
CUB (SindusCon)	2,04	0,10	2,14	6,16
FIPEZAP-SP (FIPE)	0,41	0,35	0,80	6,75

Índices de reajuste do aluguel (Fevereiro)

IGP-M (FGV)	1,0844	IPCA (IBGE)	1,0506
IGP-DI (FGV)	1,0878	INPC (IBGE)	1,0487
IPC-FIPE	1,0452	ICV-DIEESE	[illegible]

FATORES VÁLIDOS PARA CONTRATOS CUJO ÚLTIMO REAJUSTE OCORREU HÁ UM ANO. MULTIPLIQUE O VALOR PELO FATOR

INSS - COMPETÊNCIA (MARÇO)

Trabalhador assalariado e doméstico*

Salário de contribuição	Alíquota
ATÉ R$ 1.518,00	7,5%
DE R$ 1.518,01 ATÉ R$ 2.793,88	9%
DE R$ 2.793,89 ATÉ R$ 4.190,83	12%
DE R$ 4.190,84 ATÉ R$ 8.157,41	14%

Autônomo (BASE EM R$)	Alíquota	A pagar (R$)
DE 1.518,00 A 8.157,41	20%	DE 303,60 A 1.631,48

[illegible]

CDB - CDI

Data	Taxa ano	Taxa dia	Mês%	Ano%
CDB (22/01)	13,88	0,05	2,51	13,11
CDI	13,15	0,05	0,00	0,23

AGRÍCOLAS - MERCADO FUTURO

	Venc.	Aju.C.	Abe.	Mín.	Máx.	Var.%
AÇÚCAR NY*	MAI/25	18,81	348.803	18,61	19,12	1,02
CAFÉ NY*	MAI/25	384,15	91.887	382,15	396,40	-1,09
SOJA CBOT**	MAI/25	10,18	100	10,02	10,51	-1,03
MILHO CBOT**	MAI/25	4,61	723.485	4,56	4,75	-3,03

(*) EM CENTS POR LIBRA-PESO (**) EM US$ POR BUSHEL

AGRÍCOLAS - MERCADO FÍSICO

	R$	Var. (%)	Var. 1 ano(%)
SOJA			
Cepea/Esalq, R$/sc 60 kg	137,58	-1,06	6,53
BOI			
Cepea/Esalq, R$/@	322,10	0,15	33,86
MILHO			
Cepea/Esalq, R$/sc 60 kg	85,38	0,31	41,73
CAFÉ			
Cepea/Esalq, R$/sc 60 kg	2.532,48	-26,77	151,30

MOEDAS E COMMODITIES

	Venda	Dia %	Mês %	Ano %
DÓLAR COMERCIAL	5,8088	-0,05	-1,82	-6,07
DÓLAR TURISMO	6,0500	-0,12	-1,27	-6,18
EURO	6,3250	-0,33	3,11	-1,56
OURO US$/ONÇA-TROY	2.934,40	2,50	3,04	10,88
WTI US$/BARRIL	67,4500	1,66	-3,47	-5,89
BRENT US$/BARRIL	70,9500	1,26	-2,85	-5,12

	US$ UNY	1 Euro/ Europa	1 Libra/ Londres	R$ 1/ Brasil
DÓLAR AMERICANO	1,000	1,0888	1,2965	0,1724
EURO	0,919	1,0000	1,1907	0,1584
FRANCO SUÍÇO	0,882	0,9599	1,143	0,1520
LIBRA ESTERLINA	0,77	0,8399	1,0000	0,1330
IENE	148,22	161,3850	192,1400	25,5560

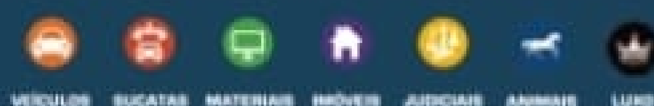
AS MOEDAS NA VERTICAL VALEM EM COMPRA SOBRE AS DEMAIS / FONTE: IDC

Eufrázio



SODRÉ SANTORO
LEILÕES PRESENCIAIS E ONLINE

LEILÕES



ATENÇÃO: PARA A COMPRA EM LEILÕES OS INTERESSADOS DEVERÃO, OBRIGATORIAMENTE, ESTAR EM REGULARIDADE FISCAL PERANTE A RECEITA FEDERAL.

LEILÕES DE VEÍCULOS

SOMENTE ONLINE - 17 A 21/03 - 09h30

VEÍCULOS DE PASSEIO, MOTOS E UTILITÁRIOS, INTEIROS E SINISTRADOS

***COM POSSIBILIDADES DE FINANCIAMENTO**

Edital completo no site www.sodresantoro.com.br. Inf.: 11 2464-6464.

Luiz Fernando de Abreu Sodré Santoro, Leiloeiro Oficial JUCESP nº 192.



LEILÕES EXCLUSIVOS DO GRUPO BRADESCO
SOMENTE ONLINE

VEÍCULOS DE SEGURO

QUARTAS (19 E 26/03) - 14H
SÁBADOS (15 E 22/03) - 09H30

*Visitação: Pátio Guarulhos I – Terça e Sexta-feira (no dia que antecede o leilão) das 15h às 17h mediante agendamento exclusivamente através do telefone 11-2464-6464. Demais Pátios – das 8h às 09h30 de segunda a sábado.

Edital completo no site www.sodresantoro.com.br. Inf.: 11 2464-6464.

Luiz Fernando de Abreu Sodré Santoro, Leiloeiro Oficial JUCESP nº 192.

LEILÃO DO BRADESCO DE 12/03 - 14H - ADIADO PARA SÁBADO, 15/03 ÀS 09H30.

LEILÃO EXLCUSIVO SOMENTE ONLINE - É AMANHÃ, 14/03 - 14h E 21/03 - 14h

VEÍCULOS EXCLUSIVOS DE FINANCEIRAS

Edital completo no site www.sodresantoro.com.br. Inf.: 11 2464-6464.

Luiz Fernando de Abreu Sodré Santoro, Leiloeiro Oficial JUCESP nº 192.

LEILÃO EXCLUSIVO SOMENTE ONLINE - HOJE, 13/03 - 14h

VEÍCULOS DO BANCO VOTORANTIM

Novidade: Possibilidade de Financiamento

Correspondente Bancário Independente / Sujeito à análise de crédito

*Visitação dia 12/03 das 15h às 17h mediante agendamento exclusivamente através do telefone 11-2464-6464.

Edital completo no site www.sodresantoro.com.br. Inf.: 11 2464-6464.

José Eduardo de Abreu Sodré Santoro, Leiloeiro Oficial JUCESP nº 195.

LEILÕES DE SUCATAS DE VEÍCULOS

SOMENTE ONLINE - HOJE, 13/03 - 08H30, 17/03 - 08h30 E 13h E 20/03 - 08h30

CARROS, MOTOS, PERUAS, UTILITÁRIOS LEVES E OUTROS

Edital completo no site www.sodresantoro.com.br. Inf.: 11 2464-6464.

Luiz Fernando de Abreu Sodré Santoro, Leiloeiro Oficial JUCESP nº 192.

LEILÕES DE MATERIAIS E EQUIPAMENTOS

SOMENTE ONLINE - 17 A 19/03 - 15h

MATERIAIS E EQUIPAMENTOS INDUSTRIAIS, MÁQUINAS AGRÍCOLAS E DE TERRAPLANAGEM, INFORMÁTICA, ELETROELETRÔNICOS, ELETRODOMÉSTICOS, TELEFONIA, SUCATAS DIVERSAS E OUTROS.

Edital completo no site www.sodresantoro.com.br. Inf.: 11 2464-6464.

Otavio Lauro Sodré Santoro, Leiloeiro Oficial – JUCESP nº 607.

Errata: no edital deste leilão publicado neste jornal no dia 09/03/25, onde se leu: "Mariana Lauro Sodré Santoro Batochio, Leiloeira Oficial – JUCESP nº 641", leia-se: "Otavio Lauro Sodré Santoro, Leiloeiro Oficial – JUCESP nº 607".



SOMENTE ONLINE - 20 E 21/03 - 15h

ELETROELETRÔNICOS, ELETRODOMÉSTICOS, ÁUDIO E VÍDEO, INFORMÁTICA, CELULARES E COMUNICAÇÃO, MÓVEIS E OUTROS.

Edital completo no site www.sodresantoro.com.br. Inf.: 11 2464-6464.

Otavio Lauro Sodré Santoro, Leiloeiro Oficial – JUCESP nº 607.

Errata: no edital deste leilão publicado neste jornal no dia 09/03/25, onde se leu: "Mariana Lauro Sodré Santoro Batochio, Leiloeira Oficial – JUCESP nº 641", leia-se: "Otavio Lauro Sodré Santoro, Leiloeiro Oficial – JUCESP nº 607".

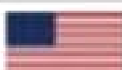


SOMENTE ONLINE - 20/03 - 14h30

TERRAPLENAGEM, TELEFONIA E COMUNICAÇÃO, TRATORES E OUTRO.

Edital completo no site www.sodresantoro.com.br. Inf.: 11 2464-6464.

Luiz Fernando de Abreu Sodré Santoro, Leiloeiro Oficial JUCESP nº 192.



SOMENTE ONLINE - 26/03 - 15h

ARTES E DECORAÇÃO, MÓVEIS P/ CASA E ESCRITÓRIO, INFORMÁTICA E OUTROS.

Edital completo no site www.sodresantoro.com.br. Inf.: 11 2464-6464.

Mariana Lauro Sodré Santoro, Leiloeira Oficial – JUCESP nº 641.

LEILÕES DE IMÓVEIS

LEILÃO SOMENTE ONLINE - HOJE, 13/03/25 - 11h

SALAS COMERCIAIS (DESOCUPADAS) - CENTRO - RIO DE JANEIRO - RJ

Rio de Janeiro/RJ. •LOTE 01: 6º Pavimento do Edifício Montreal, com 396,00 m² de área construída, composto de 5 salões, situado na Avenida Presidente Vargas nº 509, melhor descrito e caracterizado na Matrícula sob nº 20380 do 2º Ofício do Registro de Imóveis da Comarca do Rio de Janeiro/RJ. DESOCUPADO. **LANCE INICIAL: R$ 730.000,00. •LOTE 02:** Sala Comercial nº 401 do Edifício Inconfidentes, com 93,00 m² de área construída, situado na Avenida Graça Aranha nº 19, melhor descrito e caracterizado na Matrícula sob nº 12926-2-AD do 7º Ofício do Registro de Imóveis da Comarca do Rio de Janeiro/RJ. DESOCUPADO. **LANCE INICIAL: R$ 250.000,00. •LOTE 03:** Oito salas com 349,00 m² de área construída, assim compostas: Sala nº 312 - Matrícula sob nº 15362-2-Z. Sala nº 313 - Matrícula sob nº 15363-2-AA. Sala nº 314 - Matrícula sob nº 15364-2-AB. Sala nº 315 - Matrícula sob nº 15365-2-AC. Sala nº 316 - Matrícula sob nº 15366-2-AC. Sala nº 317 - Matrícula sob nº 15367-2-AE. Sala nº 318 - Matrícula sob nº 15368-2-AF. Sala nº 319 - Matrícula sob nº 15369-2-AG. Todas as matrículas do 7º Ofício do Registro de Imóveis da Comarca do Rio de Janeiro/RJ. Todas as salas no Edifício Guinle, situado na Avenida Rio Branco nº 135. **LANCE INICIAL: R$ 550.000,00.** Visitas deverão ser previamente agendadas no Setor de Imóveis com o Emerson, pelo telefone: (11) 2464- 6460 ou por meio do e-mail af@sodresantoro.com.br. Edital completo no site www.sodresantoro.com.br. Informações no Tel. 11 2464-6464. Flávio Cunha Sodré Santoro, Leiloeiro Oficial – JUCESP nº 581.

LEILÃO SOMENTE ONLINE - 17/03/25 - 11h

PRÉDIO COMERCIAL - CENTRO - FRUTAL - MG

Frutal/MG. Centro. Um terreno Urbano, localizado à Praça Dr. França nº 39, Lote 13 - QD 69, nesta cidade de Frutal, contendo a área construída de 200,00m², com a seguinte benfeitoria, um prédio comercial em dois pavimentos com área total construída de 239,00m², melhor descrito e caracterizado na Matrícula sob nº 16.263. do Cartório de Registo de Imóveis da Comarca de Frutal/MG. Inscrição Municipal - 01.001.00069.013.000. LOCADO. **LANCE INICIAL: R$ 400.000,00.** É permitida a visitação, que deverá ser previamente agendada com Sr. Emerson pelo número Tel.: 11 - 2464-6460 / Celular 11 - 97777-0753 ou através do e-mail af@sodresantoro.com.br. Edital completo no site www.sodresantoro.com.br. Informações no Tel. 11 2464-6464. Flávio Cunha Sodré Santoro, Leiloeiro Oficial – JUCESP nº 581.

LEILÃO SOMENTE ONLINE - 18/03/25 - 11h

APARTAMENTO DUPLEX (DESOCUPADO) MORUMBI - SÃO PAULO - SP

São Paulo/SP. Morumbi. Apartamento Duplex nº 131, localizado nos 13° e 14° andares do Edifício Studium Vogue, situado na Avenida Presidente Giovanni Gronchi, nº 3.993, esquina com a Rua Doutor Laerte Setubal,com a área total construída de 277,17m², melhor descrito e caracterizado na Matrícula sob o nº 25.555 do 18ºCartório de Registro de Imóveis de São Paulo/SP e na Inscrição Municipal sob o nº170.148.0092-1. **LANCE INICIAL: R$ 902.500,00.** É permitida a visitação, que deverá ser previamente agendada com Sr. Emerson pelo número Tel.: (11)2464-6460, Celular (11)9.7777-0753 ou através do e-mail af@sodresantoro.com.br. Edital completo no site www.sodresantoro.com.br. Informações no Tel. 11 2464-6464. Flávio Cunha Sodré Santoro, Leiloeiro Oficial – JUCESP nº 581.

LEILÃO SOMENTE ONLINE - 20/03/25 - 11h

CASA RESIDENCIAL - MACHADINHO - JARINU - SP

Jarinu/SP. Machadinho. Casa, localizada no lote 6-A, unificado dos lotes 06, 07 e 08 da QUADRA 24, do loteamento Residencial Lagos de Jarinu, no endereço Estrada Municipal Pedro Contesini, com área total construída de 983,12m², sob o nº 107 da Rua Leman e Inscrição Municipal sob o nº de 0650.024.0006.00-00, 0650.024.0007.00-0 e 0650.024.0008.00-0, melhor descrito e caracterizado na Matrícula sob nº 147.088 do Oficial de Registo de Imóveis e Anexos de Atibaia do Estado de São Paulo/SP. OCUPADO. **LANCE INICIAL: R$ 4.700.000,00.** Visitas deverão ser previamente agendadas com Emerson (setor de imóveis), no telefone: (11) 2464-6460 - Ramal: 6460 ou através do e-mail: af@sodresantoro.com.br. Edital completo no site www.sodresantoro.com.br. Informações no Tel. 11 2464-6464. Flávio Cunha Sodré Santoro, Leiloeiro Oficial – JUCESP nº 581.

LEILÃO DE ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA SOMENTE ONLINE
1º LEILÃO: 24/03/25 ÀS 13H. LANCE MÍNIMO: R$ 9.440.000,00
1º LEILÃO: 31/03/25 ÀS 13H. LANCE MÍNIMO: R$ 9.927.248,22

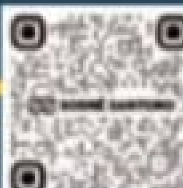
SALÃO COMERCIAL EM ALPHAVILLE - BARUERI/SP

Sr. Flávio Cunha Sodré Santoro, Leiloeiro Oficial inscrito na JUCESP sob nº 581, faz saber, através do presente Edital, que devidamente autorizado pelo Paraná Banco S/A, inscrita no CNPJ nº 14.388.344/0001-69, promoverá a venda em Leilão (1º ou 2º) do imóvel descritos, na forma da Lei 9.514/97. Localização dos imóveis: Salão 01, Tipo A/C/D, localizado no térreo e 1º Pavimento do Edifício Pravda, situado na Alameda Grajaú, nº 98, Alphaville Centro Industrial e Empresarial, na comarca de Barueri/SP, com área total de 923,289m², sendo deste total 892,570m² em áreas construídas cobertas e 30,719m² em áreas descobertas. Estacionamento Pravda Park, localizado nos 1º, 2º, 3º e 4º subsolos e no Térreo, do Edifício Pravda, situado na Alameda Grajaú, nº 98, Alphaville Centro Industrial e Empresarial, na comarca de Barueri/SP, com área total de 8.350,607m², sendo que do total acima de 7.050,299m² em áreas construídas cobertas e 1.300,308m² em áreas descobertas, melhores descritas e caracterizadas nas Matrículas sob nº 174.261 e 174.259 do Registro de Imóveis da Comarca de Barueri/SP . (Ocupado). Obs.1: O imóvel está sendo leiloado no estado em que se encontra, tanto em termos físicos quanto em termos documentais, cabendo exclusivamente ao comprador se informar antecipadamente sobre tais estados e efetuar seus lances considerando possíveis regularizações posteriores ao leilão; Obs.2: Eventuais averbações, regularizações e registros referente a construção e/ou demolição, deverão ser apurados e pagos pelo arrematante junto aos órgãos competentes. Obs.3: Consta ação Despesas Condominiais, processo nº 1010341-24.2024.8.26.0068, em trâmite na 5ª Vara Cível de Barueri/SP; Ação de Execução Fiscal, processos nº: 1503174-30.2023.8.26.0068, 1503679- 89.2021.8.26.0068, 1501892-88.2022.8.26.0068, 1010489-35.2024.8.26.0068 e 1010341- 24.2024.8.26.0068 do Foro de Barueri – Vara da Fazenda Pública/ SP. O vendedor responde pelo resultado da ação, de acordo com os critérios e limites estabelecidos nas "Condições de Venda dos Imóveis" constantes do edital. Condição de pagamento: à vista, mais comissão de 5% ao Leiloeiro.Da participação on-line: O interessado deverá efetuar o cadastramento prévio perante o Leiloeiro, com até 24 horas de antecedência ao evento. O Ex-Devedor Fiduciante será comunicado das datas, horários e local de realização dos leilões, para no caso de interesse, exercer o direito de preferência na aquisição do imóvel, pelo valor da dívida, acrescida dos encargos e despesas, na forma estabelecida no parágrafo 2º-B do artigo 27 da lei 9.514/97, incluído pela Lei nº 14.711, de 2023. Os interessados devem consultar as condições de pagamento e venda dos imóveis disponíveis nos sites: www.sodresantoro.com.br . Para mais informações - tel.: (11) 2464-6464 – E-mail: af@sodresantoro.com.br.

Visitação Veículos (aos lotes que estiverem disponíveis nos pátios): Pátio Guarulhos 1 - no dia que antecede o leilão, das 15h às 17h, mediante agendamento prévio através da nossa central de atendimento (11) 2464-6464. Demais pátios: No dia do leilão, das 08h às 09h30. Outros serviços e atendimentos presenciais, permanecem suspensos.

SODRESANTORO | SODRESANTORO | LEILAOSODRESANTORO | (11) 2464-6464 | (11) 97777-1244 | WWW.SODRESANTORO.COM.BR

Consulte Edital e Condições de Venda Completos no site www.sodresantoro.com.br
Aponte a câmera do seu celular para o código e acesse agora nosso site



OPORTUNIDADES

LEILÕES

LEILÃO DE IMÓVEIS CAIXA ECONÔMICA
LICITAÇÃO ABERTA - 491 imóveis COM ÓTIMOS PREÇOS ofertados de vários locais do Brasil. O leilão será online Site: www.realizaleiloes.com.br; DATA 18/03/25, 10hrs; INFORMAÇÕES: (79) 991408990 e no site acima; L. Ofic. José Ivan de Souza Rebelo (N 96/1530-2).

LEILÃO DE IMÓVEIS CAIXA ECONÔMICA
LICITAÇÃO ABERTA - 478 imóveis COM ÓTIMOS PREÇOS ofertados de vários locais do Brasil. O leilão será online no site: www.ogleiloes.com.br; DATA 24/03/25, 10h; INFORMAÇÕES: (79) 99156-4444 e no site acima; L.Ofic. Cristiane A. R. Góis -08/001291-4

SOBRADO EM SÃO PAULO/SP
Terreno 125m², R. Carlos Alberto Moretti, B. Freguesia. Inicial R$469.614,00 (Parcelável) www.giordanoleiloes.com.br ☎0800-707-9272 Leil. Of. Candaro Bruno JUCESP 1061/2018

COMUNICADOS

ABANDONO DE EMPREGO
Solicitamos o comparecimento do Sr. RICARDO PEREIRA DA SILVA ALVES, CTPS 403.340, SÉRIE 868-17, ao endereço abaixo no prazo de 3 dias. O não comparecimento poderá caracterizar o Abandono de Emprego conforme o artigo 482 Letra I da CLT. WECHSEL LTDA. R.Doutor Fonseca Brasil 207 - Vila Andrade-São Paulo/SP

COMUNICADO
PREZADO SR ADRIANO LUIZ DE FREITAS DA CTPS DIGITAL 0471084 série - 4474 -SP Serve o presente para notificá-lo da dispensa por justa causa, em razão das faltas injustificadas por 30 dias, caracterizando o abandono de emprego em "13/03/2025", nos termos do artigo 482, alínea "i" da CLT. V. Sas. deverá comparecer os mais breve possível ao local de trabalho - NA RUA: NA AV DR ARNALDO, 165 - PACAEMBU - SÃO PAULO - SP - CEP: 01246-900 para formalização da dispensa. São Paulo 13 de março de 2025 ATENCIOSAMENTE - CONSÓRCIO CDG/FRG

PENSOU EM ANUNCIAR, PENSOU ESTADÃO
ESTADÃO
LIGUE (11) 3855 2001

COMUNICADOS

PUBLICAÇÃO AO SEMASA
"W.S COMÉRCIO E REPARAÇÃO DE MÁQUINAS COMERCIAIS E INDUSTRIAIS LTDA torna público que requereu ao SEMASA a Renovação de sua LICENÇA AMBIENTAL DE OPERAÇÃO nº R 000046/2021 para fabricação de máquinas e equipamentos para uso industrial específico não especificados anteriormente, peças e acessórios na Rua Antônio Mônaco, 122, Jardim Milena, conforme Processo Ambiental nº 130897/2025. Está declarado aberto o prazo de 30 dias para manifestação escrita, endereçada ao SEMASA."

JAZIGO

JAZIGO MORUMBI
Venda. 987, quadra 23, setor 8. 500m entrada. Uso imediato (11)2901-4333 Sr. Roberto

RELAX / ACOMPANHANTES

AZUMA ORIENTAL
P/exec.Hotel/motel. 98518-5351

CASA DAS 7 MULHERES
C/acessórios. Em Moema. R$170 ☎(11)5051-3128/ 98340-6988

SÃO PAULO

Vendem-se

APARTAMENTOS

ZONA SUL

1 DORMITÓRIO

MOEMA
R$425.000 Sacada. 42útеis, 1cs. arms, gar., lazer. 11 99936-0304

2 DORMITÓRIOS

MOEMA
R$650.000 S.novo. 70útеis.sacada, 2dts. gar. Lazer. 99936-0304

VL MARIANA
Ed.Suntuoso. And. Alto. Apto 70m² a.u, 2Dts, St. Am.+Barh, Lav, Ucoz com Coz Amer, Terraço Incorporado, Escrit., Mobiliado. 2Grs. ☎99621-6622 Cr 19336F

VL N. CONCEIÇÃO
Reformada, A.Alto 130m² a.u., 2Dts sendo 1St Master, Amplo Liv 3 Amb, Varanda, ArCond, Coz Americana Planej, Cr, Lazer Total, Dep. R$ 2.990.000, ☎ 99621-6622 Cr 19336F

3 DORMITÓRIOS

MOEMA
R$980.000 Sacada. 100úteis, 3cts, 1ste, 2vgs,lazer 99936-0304

4 DORMITÓRIOS OU MAIS

JD PAULISTA
2.350.000, ste+2dts+escrit.+2vg. 206m²a.u. ☎ (11) 99556-3105

MOEMA
R$1.450.000 225úteis, varanda, liv.3ambs, 4dts(3suítes), 3gars. + depósito, lazer total 99936-0304

ZONA OESTE

3 DORMITÓRIOS

JD PAULISTA
3Dts, 1St, 2Gr, R$ 1.450.000, And. Alto, P.Norte, Reformado, Play, Fitness, Quadra, Próx Shopping ☎ 99621-6622 Cr 19336F

Alugam-se

CASAS

ZONA SUL

PLANALTO PAULISTA
Av. Piassanguaba, 90, casa 04, sobrado assobradado c/ 95m², composta de 02 suítes, 01 sala, 01 cozinha, 01 lavanderia, acabamento central, garagem para 2 veículos. Aluguel 4.100,00 IPTU mensal 720,74 Regina (11) 98516-5225.

Alugam-se

COMERCIAIS

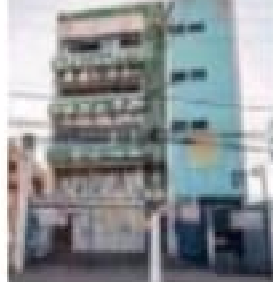
ZONA SUL

AV PAULISTA
Menor Preço m² Av. Paulista Cj. 225 a 675m² Área Priv. até 12 meses carência. Alug.de prop.(ou venda) ☎(11)3241-3855/94039-9863

BELA VISTA
Escritório 90m² reformado/mobiliado.2vgs.Av Brig Luis Ant° 300. 12°an. Edos OAB(11)3628-2566

CH STO ANTÔNIO
R.Verbo Divino esq.Nações Unidas Cjs. 540m²/ Loja 1080m² A pés. Até 12 meses de carência no Aluguel. Imperdível. Direto c/ propr ☎(11)3241-3855/94039-9863

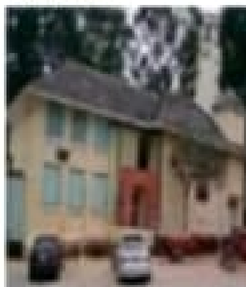
JABAQUARA



Prédio 1.483m², 50 passos do metrô na mesma avenida. Alugo por R$15mil c/1ano grátis ou 2anos grátis c/s instal. do elevador. C/ HABITE-SE e AVCB.excel.p/Academias.Escolas, Empresas, etc. Subsolo c/20vgs+ térreo vgs frontais +3 and.(lajes). Ocasião Única! Direto propriet. ☎(11)99979-4406 Raul

SUL | AL | COM

PANAMBY



3200m², frente 5ruas, últ.lugar. G.Gronchi 5340 (11)99765-4321

TERRENOS

ZONA NORTE

SANTANA
2.334m² Av. Júlio Buono,p/prédio com/res $1.4Mi (11)99976-0052

ZONA LESTE

PQ DO CARMO
R$750.000 Terreno plano, ótima localiz., 435m² (11)97341-7032

LITORAL

TERRENOS

GIÁ ACAPULCO II
525m², fte Av. - $950mil, ótima localização ☎(13)99712-5723

INTERIOR E OUTRAS LOCALIDADES

TERRENOS

SOROCABA - SP
3.806m²+3.950m². Qts inteiros. Av. Comend.Pereira Inácio, p/ edifício com./resid. ☎ (11) 99976-0052

PROPRIEDADES RURAIS

TERRAS E FAZENDAS

BAHIA - REGIÃO OESTE
29.000 hec plana. Tenho Outras (27)99973-1508

CHÁCARAS E SÍTIOS

CHÁCARA C/ CASA GRANDE
Castelo branco km 63 ltu cond. fechado c/ portaria, escritura, casa 4 dorms faltando acabam. c/ pomar formado 1.380m2 preço e prazo 500mil 50% de entrada e o saldo 36x a vista 20% desconto ac. auto F:(11) 93471-0094 Marcelo

PENSOU EM ANUNCIAR, PENSOU ESTADÃO
ESTADÃO
LIGUE (11) 3855 2001

PINHEIROS
OCASIÃO !!!
Vendo sobrado, na Rua: Hermes Fontes nº 164, com excelentes acomodações e belo jardim.
Garagem para 5 carros.
Vale a pena ser visto!
Tratar Palaia Adm. Imobiliária.
(11) 3032-6555



ÁREAS INDUSTRIAIS
Próximo ao aeroporto de Tatuí/SP.
Lotes a partir de 2.850(m²) até 50.000 (m²). Isenções Fiscais e toda Infraestrutura.



Contato Tel (11) 99240-5151



VENDO
ÁREAS PARA INCORPORAÇÃO
BARUERI/CENTRO
2.834m² | 3.530m²
3.712m² | 4.296m²
11.300m²
POTENCIAL CONSTRUTIVO: 5X
Áreas planas no centro de Barueri, com toda infraestrutura, em frente ao shopping e estação de trem. Somente venda.
Tratar com Humberto
(11) 98169.6000
CRECI: 35.290

negócios & **oportunidades**
Serviço ao leitor de empréstimos e investimentos
Dicas para fazer um bom negócio

- ✓ Antes de solicitar um empréstimo, verificar a idoneidade de quem está oferecendo, solicitando documentos pessoais do fornecedor
- ✓ Documentar a transação através de contrato com firma reconhecida
- ✓ O contrato deve conter a taxa de juros e a forma de devolução do empréstimo
- ✓ Forneça seus dados apenas pessoalmente
- ✓ Faça a transação apenas pessoalmente
- ✓ Evite documentos encaminhados via fax, eles podem ser frios
- ✓ Não adiante nenhum valor



CONSULTE NOSSA AGENDA DE LEILÕES:
www.FREITASLEILOEIRO.com.br
CENTRAL DE INFORMAÇÕES: (11) 3117.1000

VEÍCULOS | IMÓVEIS | MATERIAIS

YOUTUBE.COM/FREITASLEILOEIRO INSTAGRAM.COM/FREITASLEILOEIRO FACEBOOK.COM/FREITASLEILOEIRO

ATENÇÃO: PARA A COMPRA EM LEILÃO O ARREMATANTE PRECISA ESTAR EM REGULARIDADE FISCAL PERANTE A RECEITA FEDERAL

LEILÃO DE VEÍCULOS • PRESENCIAL E ON-LINE

370 VEÍCULOS

DIA: 14.03.2025 - 6ª FEIRA - 10h00 | AV. DOS ESTADOS, 584 - PORTÃO 2 - UTINGA - SANTO ANDRÉ/SP
VISITAÇÃO: 14.03.2025, a partir das 08h00 | verificar informações no site

DIVERSOS MODELOS • CAMINHÕES • MOTOS • SEMI-NOVOS • SINISTRADOS • SUCATAS



Condições de venda e pagamento: Cheque no valor total da arrematação, que deverá ser trocado por TED à favor do Leiloeiro, em até 24 horas após o leilão + Cheque de 5% de comissão do Leiloeiro, acrescido das despesas administrativas constantes no catálogo do leilão. Os veículos serão vendidos no estado, sem garantias. Multas, inclusive de averbação; débitos; IPVA's, pré-existentes ou decorrentes da regularização, por conta do arrematante. A procedência e evicção de direitos dos veículos deste leilão são de inteira e exclusiva responsabilidade dos Comitentes Vendedores. Demais condições constam no catálogo distribuído no leilão.

SERGIO VILLA NOVA DE FREITAS - LEILOEIRO OFICIAL - JUCESP 316 | CENTRAL DE INFORMAÇÕES: 11 3117.1000 | www.FREITASLEILOEIRO.com.br



LEILÕES DE BENS DIVERSOS

Dia 20/03/2025 - 5ª feira | 14h00 | ONLINE E PRESENCIAL
VISITAÇÃO SOMENTE AGENDADA. VERIFICAR INFORMAÇÕES NO SITE.



LEILÃO DE PEDRA PRECIOSA | CANGA DE BERILO • VARIEDADE ESMERALDA COM 27,2 KG

Dia 24/03/2025 - 2ª feira | 17h00 | SOMENTE ONLINE
VISITAÇÃO: VERIFICAR INFORMAÇÕES NO SITE



TÊNIS " OSKLEN - RESERVA - COLCCI "

Dia 27/03/2025 - 5ª feira | 17h00 | SOMENTE ONLINE
VISITAÇÃO: VERIFICAR INFORMAÇÕES NO SITE



CADEIRAS " GAMER - EXECUTIVAS " - MESA TRAVEL MAX - LIXEIRAS INOX

LANCES, CONDIÇÕES DE VENDA E PAGAMENTO, FOTOS E OUTRAS INFORMAÇÕES, CONSULTE NOSSO SITE: www.FREITASLEILOEIRO.com.br

C6 E C7 A fundo



Café está caro e os produtores, aflitos com possível renda menor

CULTURA & COMPORTAMENTO
QUINTA-FEIRA, 13 DE MARÇO DE 2025 O ESTADO DE S. PAULO
C2



ENDA BOWE



O ator em cena do longa 'Pequenas Coisas Como Estas'

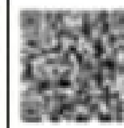
C3 Cinema

Segredos perturbadores

Após 'Oppenheimer', Cillian Murphy volta às telas com filme independente sobre mulheres aprisionadas por freiras



Alice Ferraz
colunaaliceferraz@estadao.com



NA WEB
Acompanhe atualizações diárias da coluna no Portal Estadão
www.estadao.com.br/

Fernanda Montenegro em família e com emoção



Fernanda Montenegro com Andrucha Waddington, Alan Rocha e Vinícius de Oliveira, na pré-estreia de 'Vitória'

FOTOS DE MATHEUS JOSÉ MARIA







Grande dama da dramaturgia nacional, Fernanda Montenegro foi ovacionada na pré-estreia do filme *Vitória* no Teatro Municipal de São Paulo, na segunda, 10. "Na idade em que estou, posso continuar fazendo minhas leituras em palcos como estou fazendo há bastante tempo, mas o cinema pede físico e fôlego. É um momento muito especial estar nesse palco aqui agora, muito obrigada!", afirmou.

No longa de Andrucha Waddington, genro da atriz, que chega aos cinemas nesta quinta, 13, ela interpreta a personagem-título. O filme se baseia na história real de Joana da Paz, uma senhora aposentada que mora na zona sul do Rio de Janeiro e decide comprar uma câmera para flagrar uma quadrilha de traficantes que ela vê da janela de seu apartamento, chamando a atenção de um jornalista (interpretado por Alan Rocha), que começa a ajudá-la.

"Na idade em que estou, posso continuar fazendo minhas leituras em palcos, mas o cinema pede físico e fôlego"
Fernanda Montenegro
Atriz

"É uma história sobre uma situação social brasileira muito presente. E a condução da Fernanda e do Alan é espetacular"
Andrucha Waddington
Diretor de cinema

DIREITO DE ENVELHECER. Um dos hospitais mais tradicionais de SP, o Sírio-Libanês colocou energia e recursos em uma ação beneficente para idosos de baixa renda que moram nos arredores da unidade da Bela Vista. "Acreditamos que o envelhecimento saudável é um direito de todos. Idosos precisam de muito cuidado", diz Denise Jafet, presidente do hospital.

O projeto integra a iniciativa Abrace Seu Bairro, que nasceu em 2001 e já atendeu cerca de 27 mil pessoas. Na primeira etapa, 140 idosos foram selecionados – a ideia é expandir para 250 no segundo semestre. Eles passaram por uma avaliação ampla de saúde (física, mental e nutricional) em um mutirão com profissionais voluntários do hospital.

LUIS BENEDITO



LENA PERES



GRAZIE MILLE. O Prêmio Ciccillo Matarazzo per Italiani nel Mondo, que celebra a contribuição dos imigrantes italianos no Brasil, contará com a entrega de uma escultura criada por Maria Bonomi. Para homenagear a imigração italiana no País, que completa 150 anos, a artista escolheu o bronze – para representar o "velho mundo" – e o aço, que remete ao "novo mundo". O prêmio foi criado por Andrea Matarazzo, com o apoio da Associação Promo Brasile Italia.

MERGULHO ARTÍSTICO. O Masp começa o ano com novidades para seus patronos: o museu vai promover viagens de imersão artística.

Em junho, os patronos visitam a Cidade do México, focando em espaços culturais emergentes, como galerias e centros de arte.

Já em outubro, a imersão será em Belém, com foco na efervescência artística da região amazônica e ênfase na Bienal das Amazônias, que discute arte e sustentabilidade. Segundo Paulo Vicelli, diretor de Experiência e Comunicação do Masp, "essas viagens são verdadeiras jornadas de conhecimento". "Vão propiciar aos patronos vivências de diferentes culturas, ampliando a visão sobre a produção artística contemporânea."

Eufrázio

Cinema *Estreia*

'Não há plano de carreira. Como ator, é preciso seguir seus instintos'

Continuação da página C1

Cillian Murphy, que levou em 2024 o Oscar por 'Oppenheimer', conta como foi fazer 'Pequenas Coisas Como Estas'

GABRIEL ZORZETTO

Para os atores de Hollywood, há em geral duas formas de seguir com a carreira logo após ganhar um Oscar: surfar a onda de popularidade e embarcar em grandes projetos midiáticos, ou fazer o oposto disso e trabalhar em filmes independentes de baixo orçamento.

Cillian Murphy escolheu a segunda opção. Assim como Joaquin Phoenix estrelou o modesto *Sempre em Frente* (2021) após ser premiado por *Coringa* (2019), o irlandês deu sequência ao monumental *Oppenheimer* (2023) com *Pequenas Coisas Como Estas*, dirigido por Tim Mielants e produzido por Matt Damon, que chega aos cinemas brasileiros nesta quinta-feira, 13.

Ambientado na década de 1980, mais precisamente em 1985, o longa é uma adaptação do livro de mesmo nome de Claire Keegan, publicado em 2022. Finalista do Booker Prize, o singelo romance de apenas 128 páginas foi lançado no Brasil pela editora Relicário.

Igualmente sutil ao adotar um curto tempo de duração – menos de cem minutos –, o projeto retrata a história do comerciante de carvão Bill Furlong (Murphy), pai de família que descobre segredos perturbadores da Igreja Católica em uma pequena cidade irlandesa permeada por conventos em que jovens mulheres eram aprisionadas e submetidas a rigorosos trabalhos por freiras autoritárias.

"É uma história aparentemente simples, mas está lidando com temas muito grandes, que eu considero universais. Senti que se fizéssemos um filme que fosse muito específico e fiel às suas origens e locais, talvez ele agradasse a todos", afirma Murphy, em entrevista ao **Estadão**, por telefone, ressaltando que carregou o livro consigo o tempo todo durante as filmagens, para obter detalhes extras e entregar uma interpretação fidedigna.

O artista, conhecido por seu trabalho na série *Peaky Blinders* e pelos papéis nos filmes de Christopher Nolan, como a trilogia dedicada a Batman e a já citada cinebiografia do físico Robert Oppenheimer (1904-1967), falou sobre a decisão de participar de uma empreitada fora do cinema mainstream.

"Eu nunca conheci um ator que tivesse um plano de carreira. Isto é totalmente impossível em Hollywood. Você só pode seguir seus instintos. E foi o que eu tentei fazer. Além disso, com *Pequenas Coisas Como Estas* estávamos no processo de produção antes que *Oppenheimer* aparecesse. Então, *Oppenheimer* surgiu e conheci Matt Damon, que ajudou a viabilizar *Pequenas Coisas*. Foi tudo meio por acaso. A única verdade é o tipo de trabalho que você quer fazer", explica o astro de 48 anos.

COLISÃO. Ao falar da obra a respeito do criador da bomba atômica, sucesso de bilheteria (arrecadou quase US$ 1 bilhão), Murphy acha que o filme não teria tido o mesmo impacto cultural se tivesse sido lançado diretamente no streaming.

"Chris (Nolan) não faz filmes para streaming, mas para serem vistos nos cinemas e nas salas Imax. Ele grava seus filmes em Imax. São grandes eventos. E, àquela altura, tivemos um momento em que as pessoas queriam ver *Oppenheimer* e *Barbie* (2023) ao mesmo tempo. Foi uma bela colisão de culturas. As pessoas queriam sair de casa depois da pandemia. Foi um momento ótimo para o cinema", relembra.

Como vencedor do Oscar de melhor ator no ano anterior por *Oppenheimer*, Murphy subiu ao palco do Dolby Theater em 2 de março para entregar o troféu a Adrien Brody, atual vencedor da categoria por *O Brutalista*. Sobre o trabalho do colega, ele vê um paralelo entre os dois filmes, que retratam histórias tortuosas de homens complexos e obcecados por seus objetivos. "Consigo ver e entender as comparações entre eles. Acho que Adrien fez um trabalho extraordinário. Ambos os filmes levam a plateia a uma longa jornada por 3 horas ou algo assim. E não parecem 3 horas quando você assiste a *O Brutalista*. Você fica tão envolvido que não parece longo."

Apesar de não revelar se votou em *Anora* na categoria principal da premiação, Murphy admite ter gostado do filme vencedor de cinco Oscars (entre eles, melhor direção e roteiro para Sean Baker e melhor atriz para Mikey Madison) e do discurso do diretor. "Gostei do discurso que ele fez sobre cinema independente. Foi uma ótima noite para eles", diz.

Murphy também foi questionado sobre um tema debatido pela comunidade cinematográfica nos últimos meses, principalmente após Ethan Hawke criticar escalações de atores feitas a partir de seguidores nas redes sociais, coisa que ele e sua filha Maya Hawke teriam testemunhado.

"Não sou a pessoa adequada a responder, estou cronicamente offline. Mas parece ridículo e bastante insano que esse seja um critério. Um ator deveria ser escolhido sempre com base no seu talento."

BÚSSOLA MORAL. Ele falou ainda da complexidade de Thomas Shelby, seu celebrado personagem em *Peaky Blinders*. Produzido e exibido entre 2013 e 2022, o seriado conta a história de uma família criminosa em Birmingham, na Inglaterra, logo após a 1.ª Guerra Mundial. Um novo filme, que proporcionará um desfecho à franquia, já foi gravado e sairá pela Netflix ainda em 2025.

"Thomas segue uma bússola moral diferente da nossa. Mas, ainda assim, tem valores semelhantes", analisa. "É por isso que todos os grandes tipos de anti-heróis, as grandes sagas de gângsteres, nos atraem. Eles vivem fora de nossas compreensões morais. Mas, no final das contas, é porque se trata de uma excelente escrita", complementa, sobre os esforços do britânico Steven Knight, criador do programa. ●

O2PLAY



Cillian Murphy e Claire Dunne em cena do filme; produção mantém sutilezas do livro que a inspirou

Romance entrou para lista dos 100 maiores do século 21

Traduzido para o português pela escritora Adriana Lisboa, o livro *Pequenas Coisas Como Estas* foi lançado em 2021 e logo chegou à lista de mais vendidos do *New York Times* e entrou para as seleções dos cem maiores livros do século 21: uma delas foi feita pelos críticos e a outra, pelos leitores da publicação.

"Nenhuma palavra é desperdiçada na pequena e polida joia de romance de Keegan, uma espécie de miniatura dickensiana centrada no filho de uma mãe solteira que cresceu e se tornou um respeitável comerciante de carvão e madeira com uma família própria na Irlanda de 1985. Moralmente, porém, poderia muito bem ser a Idade Média enquanto ele se depara com as tragédias cotidianas causadas pela repressão, medo e hipocrisia grosseira", anotou o jornal.



Pequenas Coisas Como Estas
De Claire Keegan
Ed. Relicário
128 págs., R$ 59
R$ 41,90 (e-book)

"É uma história aparentemente simples, mas está lidando com temas muito grandes, que eu considero universais. Senti que se fizéssemos um filme que fosse muito específico e fiel às suas origens e locais, talvez ele agradasse a todos"

"Os anti-heróis das grandes sagas de gângsteres nos atraem, pois eles vivem fora de nossas compreensões morais"
Cillian Murphy
Ator

Eufrázio



Horóscopo Quiroga

oscar@quiroga.net

Os antigos astrólogos
Data estelar: Lua quase Cheia em Virgem

A Lua Cheia é o alinhamento mensal do Sol, nossa nave Terra e a Lua, e no caso desta em particular, o alinhamento é perfeito, por isso acontece o eclipse, a sombra de nosso planeta é projetada sobre a Lua.

Os eclipses têm má fama porque a seita dos que se denominavam astrólogos, na antiga Babilônia, sabiam calcular as datas desses fenômenos, e com péssimas intenções de dominar o Imperador e o povo, encenavam rituais com fanfarra, fingindo que tinham o poder de fazer com que a Lua ou o Sol se ocultassem, e as pessoas, de pouco conhecimento na época, mas excitadas pelo entretenimento, se submetiam aos astrólogos.

É dessa época que vem a ojeriza com que o Antigo Testamento trata a Astrologia, que foi escrito pelo povo judeu, que naquela época era escravizado na Babilônia. ●

ÁRIES 21-3 a 20-4
Aquilo que parece impossível é aquilo pelo qual sua alma há de continuar ansiando e tentando praticar todo dia, porque é de impossibilidades que o Universo cria as melhores situações. Faça a sua parte.

TOURO 21-4 a 20-5
O mundo produz comoções que afetam a todas as pessoas, mesmo que poucas delas percebam a relação de causa e efeito no ânimo em que se encontram. Procure você manter a lucidez para reconhecer bem a realidade em que anda.

GÊMEOS 21-5 a 20-6
É sobre a marcha dos acontecimentos que você encontrará real chance de aprimorar seus planos e estratégias. Portanto, evite ficar tempo demais ruminando sobre o que vai ou não fazer, coloque tudo em prática.

CÂNCER 21-6 a 21-7
Os dogmas decaem ao longo do tempo, porque nossa humanidade amplia seu entendimento e encontra limitações nesses dogmas para continuar a infinita aventura de perceber o funcionamento da experiência da vida.

LEÃO 22-7 a 22-8
Quando as emoções ficam agitadas e as oscilações de humor se acentuam, logo a consciência se precipita a julgar que algo muito errado deve estar para acontecer. Nem sempre é assim, procure levar tudo na esportiva.

VIRGEM 23-8 a 22-9
Não seria o caso de você compactuar com tudo que é proposto, mas tampouco seria o de aceitar incondicionalmente as propostas. Há de haver um lugar de equilíbrio, para que todas as pessoas envolvidas se sintam confortáveis.

LIBRA 23-9 a 22-10
A sensação de injustiça não pesa apenas sobre seus ombros e consciência, é algo que se difunde pela alma do mundo e acaba brotando com mais força em determinadas pessoas, como você. Administre tudo com sabedoria.

ESCORPIÃO 23-10 a 21-11
Dar o pontapé inicial no que você quiser ver realizado é propício neste momento, mas sempre lembrando que o início é apenas isso, o início, e que mais importante do que iniciar é dar continuidade ao jogo.

SAGITÁRIO 22-11 a 21-12
Ainda que pareça impossível se livrar de certos aspectos do seu passado, feito pessoas inclusive, agora é um momento em que você se aproxima bastante dessa chance, e se vai aproveitar ou não, isso fica por sua conta.

CAPRICÓRNIO 22-12 a 20-1
Tantas coisas andam se dizendo por aí que é melhor você manter o foco em princípios estáveis e universais, porque de outra maneira acabará se dispersando tanto que não saberá mais o que é certo ou errado.

AQUÁRIO 21-1 a 19-2
Entre o que você pode e o que está fora do seu alcance, há sua consciência tentando determinar se está tudo bem ou se deve começar a se preocupar com o futuro. Não há resposta simples para esse dilema. Desfrute.

PEIXES 20-2 a 20-3
A tensão que você suporta não é necessariamente um sinal de que tudo está indo por água abaixo, ao contrário, essa tensão significa que o futuro a que você se projetou conversa com sua alma e se aproxima. Ação.

Cinema

Disney redimensiona lançamento de 'Branca de Neve' após polêmicas

Filme, que estreia em 20 de março nos cinemas brasileiros, terá tapete vermelho nos EUA sem a presença da imprensa


DISNEY
Rachel Zegler interpreta o papel-título na nova versão

A Disney decidiu redimensionar a estreia do live-action de *Branca de Neve* em Hollywood devido a polêmicas envolvendo as atrizes Gal Gadot e Rachel Zegler.

A informação é da revista *Variety*, que detalhou como será a première do filme. Uma pré-festa e uma exibição do longa estão marcadas para sábado, 15, em Los Angeles. A esperança é que as duas atrizes marquem presença no evento. Mas, segundo a revista, a cobertura do tapete vermelho será limitada a um grupo de fotógrafos e a uma equipe interna de comunicação.

COMENTÁRIOS. O primeiro teaser do live-action deixou muitos fãs descontentes. Uma das críticas levantadas é o fato de a Rainha Má, interpretada por Gal Gadot, "ser mais bonita", do que Branca de Neve, interpretada por Rachel Zegler. Outra leva de comentários negativos começou após Rachel afirmar que iria interpretar uma princesa que não precisasse ser salva por um homem. A atitude da atriz fez com que usuários das redes sociais afirmassem que ela não deveria estar no papel. ●

QUADRINHOS

Minduim Charles M. Schulz



Recruta Zero Mort Walker



Turma da Mônica Mauricio de Sousa



O melhor de Calvin Bill Watterson



Frank & Ernest Bob Thaves



BEM PENSADO *"Ama-se mais o que se conquista com esforço"* **Benjamin Disraeli**



Por aí

Patrícia Ferraz • patriciacferraz@gmail.com

Ponha o Omakase Nihon no seu radar

Você pode não gostar do ambiente, com grafites de gueixas e samurais nas paredes de tijolinho branco, flores estampadas perto da escada, luz baixa e, especialmente, da música ao vivo do restaurante ao lado, interligado. Mas há pouquíssimas possibilidades de não gostar da comida do Omakase Nihon. A cozinha do novo restaurante do Campo Belo é surpreendente.

A casa está sob o comando de dois sushimen experientes. Fábio Sato passou pelo Watanabe, pelo Maguro e pelo Kazuo; e Fábio Seidy trabalhou no Hotel Prince Karuizawa, no Japão, e, por aqui, atuou no Kinoshita, Aizomê, Murakami e Kazuo.

A dupla caprichou no cardápio tanto do omakase, a degustação servida no balcão, como no à la carte. Não faltam produtos sofisticados: da água-viva importada do Japão ao atum bluefin, incluindo ouriços frescos, centolla, ovas, enguia, wagyu...

A degustação tem grandes momentos: os camarões picantes vêm levemente cozidos e empanados num tempurá notável, delicado, sequinho. O ouriço, fresquíssimo, chega sobre uma porção de gohan com salmão e ovas de mujol, acompanhado de algas crocantes e uma colher de madeira: você pega a alga com as mãos, usa a colher para colocar o recheio, dobra delicadamente..., que delícia! Tem baterá de centolla, com arroz crispy e ovas; hossomaki ume shisô, o rolinho recheado com umeboshi e shisô; e uma seleção de sushis sofisticados que varia conforme o dia – torça para ter toro de bluefin.

MILENA DUZZI

Produtos sofisticados no menu

Entre os quentes, guioza de wagyu e yakissoba de frutos do mar. O black cod é uma grande pedida, grelhado, com a superfície tostada e o interior úmido e brilhante, servido com cogumelos variados.

Longe de ser barato, o omakase de 14 etapas (menu-degustação) tem ótima relação entre o preço e a qualidade dos produtos, R$ 349 por pessoa. As opções à la carte também não assustam – como por exemplo o hotate ebi misso, que traz vieiras e camarões grelhados na frigideira com molho de missô (R$ 79); ou o carpaccio de haddock com molho ponzu, layu e cebolinha (R$ 59). Quer saber? Ponha o Omakase Nihon no radar. ●

Omakase Nihon
R. Antonio de Macedo Soares, 1.377. 3ª/6ª, 18h/23h30; sáb., 12h/23h30; dom., 12h/22h. @omakasenihon

JORNALISTA COM PÓS-GRADUAÇÃO EM GASTRONOMIA. COZINHA E COME A TRABALHO HÁ 24 ANOS.

TER. Patrícia Ferraz, Sergio Martins **(quinzenal)** ● **QUA.** Roberto DaMatta ● **QUI.** Luciano Gorbin **(quinzenal)**, Patrícia Ferraz ● **SEX.** Luiz Silvestre **(quinzenal)** e Maria Fernanda Rodrigues **(quinzenal)** ● **SAB.** Alice Ferraz, Suzana Borelli ● **DOM.** Leandro Karnal, Ignácio de Loyola Brandão **(quinzenal)**

CRUZADAS

NA WEB | Jogue as cruzadas https://bit.ly/3F1724H

Elemento básico de plano de marketing
Inspiração musical de Dorival Caymmi
(?) Ramos, ator brasileiro
Coagido; assediado
Japão e Coreia do Sul, em relação à Copa de 2002 (fut.)
Estado natal de Fagner (sigla)
Instituição típica do capitalismo
A cirurgia com fins estéticos
(?) grátis: é distribuída aos médicos
Pasta de arquivos infectados por vírus
A letra magênica
Vitória por grande vantagem (esporte)
Na companhia de Deus, em italiano
Submetidos à tortura (p. ext.)
Campo de cultivo de cereais
Formato do rodo
Orgulhoso, em inglês
Bom para a saúde
Velho, em francês
Criador da Rê Bordosa (HQ)
Vazios por dentro
Rachadura em vidro
Margem
Antigo altar hebreu
Árvore européia
(?) de incapaz, crime de quem deixa criança sozinha
A imagem de Nossa Senhora (Catol.)
A empresa que participa de comércio
Custar
(?) públicas: ruas e avenidas
Um tanto
A da Argentina é o peso
C O R
Lesão por Esforço Repetitivo (sigla)
(?) Jung, psiquiatra
Poema medieval
Francisco de Paula (?), poeta cearense
Elemento da cromoterapia
Assento
Básico (Quím.)
Amapá (sigla)
Mise-(?)-scène: fingimento (p. ext.)
(?) agitante: mal de Parkinson

BANCO 2/en. 3/élo — lai — vin. 4/carl. 5/proud — sócia. 7/safado. 10/flagelados. 11/público-alvo.

CRIPTOGRAMA E CAÇA-PALAVRAS *Nesta seção, todos os dias, um jogo diferente para você*

Procure e marque, no diagrama de letras, as palavras em destaque no texto.

Olhos biônicos

Popularmente conhecidos como ~~OLHOS~~ biônicos, os sistemas eletrônicos implantados na **RETINA** permitem que **CEGOS** tenham a percepção de **FORMAS** e contrastes luminosos e de **OBJETOS** de grande porte, incluindo a leitura de **PALAVRAS** em tamanho ampliado. Equipado por **ÓCULOS** de sol, uma microcâmera e um **APARELHO** eletrônico que trata **DADOS** visuais, esse **SISTEMA** de "óculos **BIÔNICOS**" está ajudando deficientes **VISUAIS** de todo o **MUNDO** a recuperarem parcialmente a **VISÃO**. Segundo especialistas, uma **CENTENA** de pessoas está usando essas retinas artificiais, produzidas por **EMPRESAS** de Alemanha, França e Estados Unidos, em **BUSCA** de uma percepção visual **ÚTIL**. O que antes era considerado impossível é hoje uma realidade.

F	S	H	H	W	S	L	U	F	Ã
C	A	N	E	T	N	E	C	K	Y
N	G	T	M	W	N	V	I	H	V
O	L	H	O	S	H	I	T	Q	D
T	V	G	K	D	H	S	Ã	Ã	Ã
Q	Y	I	M	Â	Ç	U	V	L	K
C	K	R	S	O	W	A	E	E	O
C	S	P	D	Â	Ç	I	X	G	H
A	S	A	K	Ô	O	S	S	Ã	L
N	E	M	P	R	E	S	A	S	E
I	R	G	O	G	D	X	K	R	R
T	M	C	Ç	M	K	Ô	Ç	U	A
E	Y	A	U	X	Y	E	B	G	P
R	Y	N	J	H	W	K	N	S	A
Ç	D	S	O	C	I	N	O	I	B
O	P	H	U	K	A	P	L	S	H
A	M	E	T	S	I	S	X	A	C
U	Ã	V	U	K	P	O	D	R	B
T	E	T	M	O	I	H	O	V	U
J	I	V	A	C	S	U	B	A	P
L	W	S	U	S	H	Ç	D	L	U
L	X	A	K	B	O	Y	Q	A	A
Q	A	M	W	R	P	G	E	P	X
I	R	R	R	B	Ô	M	E	A	T
V	C	O	I	U	D	F	I	C	Ç
D	P	F	O	B	J	E	T	O	S
G	Y	Q	I	C	F	H	N	Y	Ç
O	C	U	L	O	S	Ô	W	I	Ô
Â	Ô	Z	Ç	R	D	A	D	O	S

ILUSTRAÇÃO FERNANDO

© Revistas COQUETEL

SUDOKU

NA WEB | Jogue o sudoku https://bit.ly/4i5WDU5

Nível Médio

3							5	6
4								
			8	9	7			
		2		8		4		
		6	1		3	8		
		5		7		3		
			4	6	2			
								8
5	1							7

SOLUÇÕES

SEUS PASSATEMPOS PREFERIDOS SEM SAIR DE CASA
#FaçaCoquetel /editoracoquetel @coquetel
ASSINE AGORA!

Apesar da disparada de preços, custos de produção subiram e renda pode ser menor que a de 2024

Café está caro, mas produtores estão aflitos



Agricultora colhe grãos de café maduros em sua pequena plantação em Honduras

PETER S. GOODMAN
THE NEW YORK TIMES

Esses deveriam ser tempos maravilhosos na Finca El Puente, uma plantação de café esculpida nas montanhas do sudoeste de Honduras. Nos mercados mundiais, o preço do café comum mais que dobrou no último ano. As variedades especiais de café colhidas na fazenda há muito tempo garantem um resultado considerável, refletindo seu status como fonte de bebidas aromáticas apreciadas como vinho fino, de Seattle, nos EUA, a Seul, na Coreia do Sul. Em uma tarde recente, um comprador da Malásia visitava a propriedade para provar as últimas safras.

No entanto, os proprietários da operação – Marysabel Caballero, uma produtora de café de quarta geração, e seu marido, Moisés Herrera – estão cada vez mais apreensivos. Os custos de produção aumentaram. Eles precisam pagar salários mais altos para atrair trabalhadores escassos; os fertilizantes ficaram mais caros. A safra foi devastada por chuvas fora de época e temperaturas voláteis. Mesmo com a disparada dos preços, é provável que eles ganhem menos este ano do que em 2024.

Eles temem que os preços altos possam levar alguns consumidores a reduzir o consumo de café, substituindo-o por produtos mais baratos, como refrigerantes e bebidas energéticas, para satisfazer o desejo por cafeína.

Quanto mais olham para o futuro, maior é a preocupação. Acima de tudo, eles se preocupam com o que está impulsionando a alta dos preços: as mudanças climáticas, que reduziram a oferta de café em todo o mundo devido ao aumento das temperaturas, secas e chuvas excessivas – mais recentemente no Brasil e no Vietnã, os dois maiores produtores globais de café.

É isso que gera ansiedade nas plantações de café ao redor do mundo. Quem se beneficia dos preços altos hoje pode ser destruído pela próxima calamidade amanhã.



Mudanças climáticas

Quem se beneficia dos preços altos hoje, devido à redução de oferta, pode ser destruído pela próxima calamidade amanhã

"Para nós, produzir café é a nossa vida. (Mas) Muitos produtores estão começando a perder a esperança"
Moisés Herrera
Produtor

"O preço alto é como uma lanterna no escuro. Olhem, pessoal, temos um problema. Como usamos isso para garantir que os agricultores tenham produção estável e sustentável?"
Vern Long
CEO do World Coffee

'PRODUTORES ESTÃO COMEÇANDO A PERDER A ESPERANÇA'. A safra da Finca El Puente foi prejudicada por uma onda de frio em dezembro e janeiro, seguida por chuvas tardias que desmotivaram os trabalhadores a ir às plantações colher os frutos maduros. Diante disso, os proprietários veem os preços recordes menos como um ganho inesperado e mais como um sinal dos problemas em andamento.

"Para nós, produzir café é a nossa vida", disse Herrera, 58 anos, enquanto trabalhadores carregavam sacos de 45 quilos de grãos de café recém-colhidos, empilhando-os no moinho para processamento. "Muitos produtores estão começando a perder a esperança."

Alguns enxergam o café mais caro como uma correção a um sistema internacional que há muito tempo subestima os produtores, tendo o potencial de reparar gerações de injustiça e destruição ambiental.

"Métodos antigos de produção degradaram a saúde e a fertilidade do solo, e não permitem resiliência contra as mudanças climáticas", disse Amanda Archila, diretora executiva da Fairtrade America, uma organização sem fins lucrativos com sede em Washington que estabelece padrões ambientais e sociais para os produtores de café, certificando aqueles que os seguem e conectando-os a mercados globais com preços mínimos garantidos. "Preços mais altos são para onde precisamos ir, preços que permitam que esses agricultores invistam no futuro do café."

No mundo, 60% do café é produzido por cerca de 12,5 milhões de pessoas trabalhando em fazendas com menos de 20 hectares, de acordo com o World Coffee Research, uma organização sem fins lucrativos que promove práticas agrícolas sustentáveis. Cerca de 44% desses pequenos produtores vivem abaixo da linha de pobreza do Banco Mundial.

A lógica é que, se os agricultores ganharem mais, poderão investir em variedades de café mais resistentes às temperaturas elevadas e às variações nas chuvas. Poderão plantar árvores para fornecer sombra e

FOTOS: ALEJANDRO CEGARRA/THE NEW YORK TIMES - 22/2/2025



→ proteger seus solos. Assim, estarão em melhor posição para enfrentar as oscilações selvagens nos preços que, há séculos, regem os mercados internacionais de commodities, gerenciando suas plantações a longo prazo.

'UM PROBLEMA ENORME PARA A MAIORIA DOS EXPORTADORES'. Da mesma forma que a pandemia interrompeu o comércio global, provocando um exame mais atento das cadeias de suprimentos de itens cruciais como medicamentos e chips de computador, os preços elevados do café aumentaram o foco sobre as condições que moldam a produção do grão. A questão é se essa nova atenção se traduzirá em mudanças.



Trabalhador da Finca El Puente, de Honduras, que beneficia um produto de qualidade reconhecida

Historicamente, a maior parte dos lucros foi capturada pelas grandes torrefadoras de café. Seus lucros cresceram com o preço dos grãos de café, mesmo enquanto muitos agricultores falharam em obter uma parte desse aumento.

Os eventos dos últimos anos revelaram as vulnerabilidades do sistema, ao mesmo tempo que introduziram novas. As secas no Brasil e no Vietnã, combinadas com interrupções no transporte marítimo internacional, tornaram os grãos de café mais escassos. Mudanças regulatórias também aumentaram a incerteza.

Em todo o mundo, os comerciantes que compram café dos agricultores e o exportam para torrefadoras geralmente garantem seu suprimento com meses ou até anos de antecedência por meio de contratos futuros. Se o preço global cair, eles podem receber menos de seus clientes do que o valor que são obrigados a pagar aos produtores. Para se proteger contra isso, eles compram posições vendidas nos mercados de futuros – essencialmente, apostas de que os preços cairão. Se os preços caírem, os ganhos dessas posições vendidas compensam algumas das perdas nas vendas.

Mas, nos últimos meses, o preço do café tem subido tão rapidamente que essas apostas se tornaram grandes prejuízos. Os corretores financeiros que lidam com essas negociações exigiram que os exportadores depositassem mais dinheiro para cobrir suas perdas – um "chamado de margem", no jargão financeiro. Os chamados de margem levaram alguns exportadores à falência.

"Esse é um problema enorme para a maioria dos exportadores ao redor do mundo", disse Luiz Paulo Pereira, fundador e CEO da CarmoCoffees, uma exportadora no Brasil.

Os exportadores, temendo exigências adicionais de capital, estão hesitantes em comprar café. Em vez dos contratos de longo prazo habituais, estão fechando negócios apenas quando um agricultor tem grãos prontos para venda e um comprador imediato. Isso evita que seu dinheiro fique preso enquanto esperam o pagamento. Mas está tornando o café ainda mais escasso, elevando os preços ainda mais.

'O PREÇO ALTO É UMA LANTERNA NO ESCURO'. Enquanto isso, muitos agricultores estão segurando suas colheitas, esperando que os preços subam ainda mais – uma profecia autorrealizável. "O preço alto é como uma lanterna no escuro", disse Vern Long, CEO do World Coffee Research. "Olhem, pessoal, temos um problema. Como usamos isso para garantir que os agricultores tenham produção estável e sustentável?"

Sergio Romero, 45 anos, encontrou uma resposta para essa questão. Produtor de café de quarta geração na cidade de Corquín, Honduras, ele viu de perto os estragos causados pelas mudanças climáticas nas plantações vizinhas.

Contraste
Cerca de 44% dos pequenos produtores vivem abaixo da linha de pobreza, de acordo com o World Coffee

Engenheiro agrônomo de formação, Romero começou a estudar como proteger sua própria lavoura das intempéries. Ele propôs a adição de uma cobertura de árvores mais altas, como pinheiros e mogno, para fornecer sombra ao café, preservando a umidade do solo e protegendo as raízes. Ele também introduziu árvores frutíferas para diversificar a colheita e estabilizar o solo.

Em 2009, convenceu sua família a juntar suas terras, criando uma plantação coletiva sustentável de 56 hectares. Romero ajudou a organizar uma cooperativa chamada Cafico, permitindo que agricultores compartilhassem técnicas, produzissem mudas e financiassem um moinho próprio.

Hoje, Cafico prospera com sua abordagem sustentável, mesmo diante das incertezas do mercado. Mas, para produtores como Marysabel Caballero e Moisés Herrera, o futuro continua incerto. Eles amam o café. Mas já não têm certeza se esse amor poderá durar para sempre. ●

ESTE CONTEÚDO FOI TRADUZIDO COM O AUXÍLIO DE FERRAMENTAS DE INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL E REVISADO POR NOSSA EQUIPE EDITORIAL

No café, almoço e jantar

Requeijão ideal deve ser cremoso na medida

Aroma, sabor e cor também foram considerados pelo júri, que avaliou às cegas 26 marcas vendidas em mercados

PALADAR Testou

CHRIS CAMPOS

Quem não gosta de requeijão, brasileiro não é... Muita gente escolhe o produto pelo preço. Outros se recusam a mudar de marca com o fervor com que defendem o time do coração. Há defensores do copo de vidro e quem nem se importa com embalagens plásticas.

A primeira versão de requeijão cremoso surgiu nas prateleiras dos mercados em 1911. Era um produto mais sólido, vendido em barras, como a manteiga. O requeijão no copo de vidro foi lançado só em 1955. Por muito tempo, poucas marcas reinaram absolutas no mercado. De uns tempos para cá, porém, houve uma explosão na oferta do produto. Para se ter uma ideia, no *Paladar Testou* com o mesmo tema, realizado em 2023, foram avaliadas 12 marcas. Este ano, o número saltou para 26.

As marcas, testadas às cegas, pertencem à mesma categoria: requeijão tradicional. Algumas aditivadas com queijo, com aviso na embalagem; produtos que entraram para a nossa seleção por serem a única versão de requeijão da marca e não uma opção alternativa de sabor.

O teste foi realizado no restaurante Due Cuochi, em Pinheiros, com um time de jurados composto por Ida Maria Frank, sócia-proprietária do Due Cuochi; Beatriz Balthasar, chef-proprietária do Hey Daysy; Helena Mil Homens, chef da padaria St. Chico; Vania de Sousa, chef do Rendez Vous Bistro, e Daniel de Souza Cunha, sous chef do Grotta.

"Requeijão cai bem no pãozinho do café, no almoço, no jantar, para fazer uma salada, é uma base de textura muito boa na cozinha", diz com entusiasmo Souza Cunha. "O requeijão é feito de gordura da base láctea, você dessora o queijo, pega o líquido e bate até virar uma pasta", explica ele.

Segundo os especialistas, requeijão tem de ser cremoso na medida: nem muito firme, nem muito molenga. Não pode ser salgado demais, nem ter sabor adocicado. Tampouco ter textura granulada. A coloração considerada ideal é entre o branco e o amarelo. O sabor deve ser delicado e lembrar queijo. Requeijão opaco denuncia o excesso, nada desejado, de amido. ●

FELIPE RAU/ESTADÃO



É a segunda prova de requeijão; a primeira, em 2023, teve 12 produtos

Como é feito o teste

Júri não sabe que marcas fazem parte da seleção

● Antes dos testes, a reportagem faz um levantamento das marcas disponíveis no mercado. E, nos dias anteriores, as amostras são adquiridas em grandes redes de supermercado e empórios. No caso de produtos artesanais, elas são compradas nas lojas online das marcas, de forma anônima.

● As empresas não sabem que seus produtos serão submetidos a uma degustação. O júri também não tem conhecimento prévio de quais marcas fazem parte da seleção. O *Paladar Testou* é uma iniciativa 100% editorial.

As marcas vencedoras



1º Itambé

Um produto bastante cremoso, suave e bem equilibrado. Não apresenta sabor residual ou textura de um produto com excesso de amido na receita. No rótulo, há um aviso de adição de queijo muçarela à fórmula. (R$ 9,99, no Carrefour)



2º Tirolez

O time de jurados avaliou o produto como de sabor equilibrado, aroma neutro e "textura perfeita". A coloração bem branquinha do requeijão também contou pontos positivos na hora da avaliação. (R$ 9,40, na Casa Santa Luzia)



3º D'Or

O requeijão que levou o Selo Bronze neste *Paladar Testou* apresentou textura agradável, bom visual, sabor presente e delicado. "Tem um sabor agradável e bem equilibrado de queijo", avaliou um dos jurados. (R$ 7,89, no St. Marche)

As outras 23 avaliadas

● **Atilatte**
Os jurados acharam o requeijão da marca muito firme e com sabor levemente amargo no final; o excesso de sal também não agradou. (R$ 11,99, no Super Ville)

● **Aviação**
A textura agradou bastante, porém o sabor ácido e salgado deixou a desejar. (R$ 14,90, na Casa Santa Luzia)

● **Batavo**
O requeijão cremoso com queijos ganhou pontos pela cremosidade e pela boa aparência; já o sabor levemente adocicado incomodou. (R$ 17,99, no Carrefour)

● **Carrefour**
Pouco aromático, de textura aveludada, sabor neutro e levemente artificial. (R$ 8,29, no Carrefour)

● **Catupiry**
Um produto de textura líquida, aparência opaca e sabor pouco equilibrado no sal. (R$ 10, na Casa Santa Luzia)

● **Crioulo**
Boa cremosidade, sabor levemente salgado e pouco aroma. Sabor similar ao do gorgonzola no final. (R$ 14,80, na Casa Santa Luzia)

● **Cruzília**
O visual bonito do requeijão e o aroma de leite agradaram mais do que a textura densa. (R$ 9,29, no St. Marche)

● **Danone**
A textura farinhenta e líquida não agradou, assim como o sabor e o aroma artificiais. (R$ 10,90, na Casa Santa Luzia)

● **Danubio**
Sabor de leite, leve acidez e aparência atraente. O dulçor tirou pontos na avaliação. (R$ 13,99, no Super Ville)

● **Fazenda Bela Vista**
O requeijão apresentou aroma levemente artificial de queijo, apesar da textura macia e do aspecto visual brilhante. (R$ 11,50, na Casa Santa Luzia)

● **Ipanema**
Um produto de sabor artificial, adocicado e com e textura pouco convidativa na boca. (R$ 8,49, no Super Ville)

● **Lac Lelo**
O requeijão da marca apresentou textura muito consistente e pegajosa na boca. O sabor neutro não ajudou na pontuação do produto. Alguns jurados, porém, apontaram o requeijão como uma boa opção para ir à chapa com pão francês. (R$ 8,46, no Sonda)

● **Nestlé**
Sabor mais amargo do que o esperado e a textura estava líquida demais. A aparência clarinha e homogênea agradou. (R$ 11,30, na Casa Santa Luzia)

● **Paulista**
Sabor bastante artificial, com presença evidente de amido e salgado além do esperado. (R$ 9,23, no Sonda)

● **Poços de Caldas**
Com queijo adicionado à receita. O sabor foi avaliado como adocicado e pouco equilibrado. A textura pesada não contribuiu. (R$ 16,19, no Carrefour)

● **Polenghi**
Textura muito líquida, pouco aroma e sabor adocicado. (R$ 10,99, no Super Ville)

● **President**
A presença marcante de amido não passou despercebida. A aparência foi considerada boa e a textura, cremosa na medida. (R$ 13, na Casa Santa Luzia)

● **Qualitá**
Boa aparência, cremoso, com sabor acentuado de queijo e um leve amargor no final. (R$ 8,59, no Pão de Açúcar)

● **Redenção**
Levemente picante e salgado. Agradou pela maciez, apesar de dar indícios de amido. (R$ 28, na Casa Santa Luzia)

● **Santiago**
Sabor artificial, salgado, aparência amarelada e aroma forte. (R$ 13,99, no Super Ville)

● **Serramar**
"Um requeijão de sabor aceitável e textura agradável", avaliou um dos jurados. Poderia ser mais cremoso. (R$ 6,99, no Carrefour)

● **Tirol**
Sabor e textura de um produto com adição de amido acima da média. O visual agradou; aroma deixou a desejar. (R$ 8,99, no Carrefour)

● **Vigor**
Textura macia, aroma levemente presente, visual bonito e sabor adocicado. (R$ 10,60, na Casa Santa Luzia)



RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2024

Em 2024, a RNI concentrou seus esforços no fortalecimento de suas bases operacionais, com foco na revisão e aprimoramento de processos internos. Essa reestruturação foi fundamental para garantir a sustentabilidade da operação a longo prazo, criando uma plataforma mais eficiente e preparada para o crescimento contínuo da Companhia.

O ano foi marcado por uma atuação cautelosa, priorizando a geração de caixa e a redução da dívida líquida. Alinhados a essa estratégia, optamos por focar na venda de estoques e retomar os lançamentos de novos empreendimentos apenas no último trimestre de 2024. Essa decisão refletiu nossa prudência diante das incertezas do cenário macroeconômico, que se mostrou mais desafiador ao longo do ano.

No segundo semestre de 2024, observamos um aumento significativo da taxa SELIC, projetada acima de 15%, combinado com a elevação das taxas de juros, restrições de crédito e um recuo na confiança do consumidor, que retornou aos níveis de 2023. Esses fatores resultaram em uma desaceleração do consumo e em maior incerteza no mercado, exigindo uma adaptação ágil e focada de nossa estratégia.

Diante desse cenário, adotamos uma postura conservadora, adiando os lançamentos planejados e priorizando a preservação de caixa, a monetização de nossa carteira de recebíveis e a redução de despesas operacionais. Essas medidas foram essenciais para fortalecer nossa base financeira e garantir que a RNI estivesse preparada para enfrentar as incertezas econômicas de forma robusta e sustentável.

Acreditamos que as decisões tomadas em 2024 foram fundamentais para posicionar a Companhia em um patamar mais sólido, preparando-nos para capturar oportunidades futuras em um ambiente macroeconômico mais favorável. Seguimos comprometidos com a geração de valor para nossos acionistas, clientes e demais stakeholders, mantendo o foco na eficiência operacional e na execução disciplinada de nossa estratégia.

Desempenho Operacional

No 4T24, as vendas brutas somaram R$132 milhões, representando uma queda de 33% em relação ao mesmo período de 2023. No acumulado de 2024, as vendas brutas totalizaram R$727 milhões, uma queda de 23% em comparação com o ano anterior. Mesmo sem novos lançamentos, a companhia manteve a velocidade de vendas, com uma VSO bruta que apresentou crescimento de 9,0 p.p. em relação ao 4T23. O ganho de preço também foi significativo, com o preço médio do MCMV alcançando R$236 mil no 4T24, um aumento de 6,3% sobre o mesmo período do ano passado. Em 2024, o preço médio foi de R$231 mil, crescendo 8,9% em relação a 2023.

Especificamente neste trimestre, houve um aumento nos distratos, particularmente em três empreendimentos SBPE. Essa alta foi temporária e concentrada em obras concluídas ou com repasse liberado. Esses distratos geraram um ganho de preço de 10,1%, resultando em R$20 milhões provenientes da revenda das unidades. No acumulado de 2024, os distratos também geraram um ganho de preço de 9,4%, totalizando R$145 milhões.

O Valor Geral de Vendas (VGV) das obras em andamento no 4T24 totalizou R$1,2 bilhão, sendo 76% provenientes de produtos MCMV e 24% de SBPE. Este montante abrange 13 empreendimentos e 5.891 unidades. A companhia concluiu dois empreendimentos no trimestre: o RNI Nações Unidas (MCMV - Vertical) em Bauru/SP e o Bosque dos Ipês (SBPE - Horizontal) em Campo Grande/MS, com um VGV de R$161 milhões e a entrega de 574 unidades. Em 2024, o VGV totalizou R$673 milhões e a entrega de 2.838 unidades, representando um crescimento de 113% em relação a 2023.

Os repasses no 4T24 totalizaram R$95 milhões, com um crescimento de 13% em comparação ao 4T23. No acumulado de 2024, os repasses somaram R$383 milhões, apresentando um recuo de 6% em relação ao ano anterior. Contudo, houve um aumento significativo de 108% nos repasses de SBPE no 4T24, com um crescimento de 90% no acumulado de 2024, refletindo tanto a conclusão de empreendimentos quanto a revitalização das carteiras.

Desempenho Financeiro

No âmbito financeiro, a receita líquida atingiu R$93 milhões, representando uma recuperação significativa em relação à receita líquida negativa registrada no 4T23. No acumulado do ano de 2024, a receita líquida totalizou R$541 milhões, o que representa um crescimento de 35% em comparação ao mesmo período de 2023. Destaca-se o bom desempenho da receita líquida dos produtos MCMV e SBPE, que apresentaram um crescimento de 34% em relação ao ano anterior.

O Lucro Bruto de 2024 apresentou um crescimento de 101% em relação a 2023, e a margem bruta aumentou 5,1 pontos percentuais (p.p.) no mesmo período. Além disso, o Lucro Bruto Ajustado também registrou um crescimento de 57% em comparação a 2023, com um aumento de 3,3 p.p. na margem bruta ajustada em relação ao ano passado.

O lucro líquido do 4T24 foi de -R$52 milhões, representando uma recuperação de 62% em relação ao 4T23, período em que iniciamos nossas revisões estratégicas. No acumulado de 2024, a recuperação foi de 30% em comparação ao ano de 2023. Os principais fatores que ainda impactaram o resultado negativo em 2024 foram os juros provenientes das dívidas da companhia, embora em uma proporção significativamente menor em relação ao ano anterior. A companhia manteve sua estratégia de reduzir a alavancagem e substituir dívidas com custos financeiros mais elevados por outras com custos menores. Além disso, houve a revisão da política jurídica de apropriação de provisões, a manutenção da atualização do orçamento de obras e os distratos concentrados em três empreendimentos SBPE, cujas obras foram concluídas ou tiveram o repasse liberado devido ao avanço das obras, resultando em repasses imediatos.

Perspectivas para 2025

Acreditamos que o ano de 2025 trará desafios adicionais, mas estamos confiantes de que a Companhia está bem posicionada para enfrentá-los com resiliência e solidez. Contamos com um pipeline de projetos robusto, destacando-se empreendimentos voltados para o programa Minha Casa Minha Vida (faixas 2 e 3), no formato horizontal, que consideramos uma excelente oportunidade diante do cenário atual.

Nossa estratégia, no entanto, continuará pautada pela cautela e pela avaliação cuidadosa das condições de mercado antes de avançarmos com novos lançamentos. A disciplina financeira e a gestão eficiente de recursos seguirão sendo pilares fundamentais para garantir a sustentabilidade da Companhia e a geração de valor no longo prazo.

Agradecemos a confiança de nossos acionistas, parceiros e colaboradores ao longo de 2024. Reafirmamos nosso compromisso com a entrega de resultados sustentáveis, pautados pela transparência, responsabilidade e excelência operacional que sempre nortearam nossa trajetória.

Administração da RNI Negócios Imobiliários S.A.

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023 (Em milhares de reais)

Ativo	Nota	Controladora 2024	Controladora 2023	Consolidado 2024	Consolidado 2023
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	5	18.443	47.048	41.626	87.294
Créditos perante clientes	6	-	-	330.102	350.983
Contas a receber por alienação cotas	8/12	10.344	19.063	10.344	19.063
Contas a receber por venda de terrenos		1.173	1.034	1.812	1.303
Imóveis a comercializar	7	10.759	28.221	233.292	327.140
Créditos com terceiros		2.793	3.622	13.087	17.872
Despesas comerciais a apropriar		-	-	15.651	19.700
Despesas antecipadas		1.279	1.421	2.156	2.011
Outros créditos		1.474	2.813	6.245	12.181
Total do ativo circulante		46.265	103.222	654.315	837.547
Não circulante					
Realizável a longo prazo					
Aplicações financeiras	5	93	51	7.955	7.291
Créditos perante clientes	6	-	-	327.936	434.044
Contas a receber por alienação cotas	8/12	105.722	171.084	105.722	171.084
Contas a receber por venda de terrenos		1.672	5.948	3.115	13.137
Imóveis a comercializar	7	244.280	228.832	451.645	400.308
Depósitos judiciais		763	1.463	1.467	2.490
Créditos com terceiros		1.675	12.312	688	305
Créditos com partes relacionadas	12	97.178	80.535	9.590	4.944
		451.383	500.225	908.118	1.033.603
Investimentos	8	423.924	461.941	34.129	31.021
Imobilizado	9	8.774	8.365	12.883	16.604
Intangível		4.442	5.904	4.442	5.904
Total do ativo não circulante		888.523	976.435	959.572	1.087.132
Total do ativo		934.788	1.079.657	1.613.887	1.924.679

Passivo	Nota	Controladora 2024	Controladora 2023	Consolidado 2024	Consolidado 2023
Circulante					
Fornecedores		2.197	3.087	32.582	51.582
Empréstimos e financiamentos	10	37.256	79.425	156.305	185.186
Cessão de recebíveis	6.1	-	-	27.311	28.709
Obrigações sociais e trabalhistas		3.808	4.037	8.840	9.079
Obrigações tributárias		937	7.346	5.488	12.316
Contas a pagar por aquisição de imóveis	11	640	968	71.759	65.566
Impostos diferidos	13	263	646	9.802	9.641
Provisões para garantias		-	-	10.067	8.807
Adiantamentos de clientes		8	8	44.521	58.340
Débitos com partes relacionadas	12	47.873	77.706	2.629	1.938
Provisões para perdas em investidas	8	4.519	6.744	-	-
Outras contas a pagar		7.599	9.601	34.026	25.339
Total do passivo circulante		105.100	189.568	403.330	456.503
Não circulante					
Impostos diferidos	13	-	-	20.472	24.321
Empréstimos e financiamentos	10	304.593	200.275	425.598	457.843
Cessão de recebíveis	6.1	-	-	34.082	54.333
Provisões para riscos fiscais, trabalhistas e cíveis	14	12.181	455	15.928	621
Contas a pagar por aquisição de imóveis	11	244.461	244.133	423.007	469.905
Total do passivo não circulante		561.235	444.863	919.087	1.007.023
Total do passivo		666.335	634.431	1.322.417	1.463.526
Patrimônio líquido	15				
Atribuível aos acionistas da Controladora					
Capital social		512.438	512.438	512.438	512.438
Ajustes de avaliação patrimonial		(34.909)	-	(34.909)	-
Ações em tesouraria		(15.876)	(15.876)	(15.876)	(15.876)
Prejuízos acumulados		(193.200)	(51.336)	(193.200)	(51.336)
		268.453	445.226	268.453	445.226
Participação dos não controladores em investidas		-	-	23.017	15.927
Total do patrimônio líquido		268.453	445.226	291.470	461.153
Total do passivo e patrimônio líquido		934.788	1.079.657	1.613.887	1.924.679

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023 (Em milhares de reais)

	Nota	Capital social	Ajustes de avaliação patrimonial	Reservas de lucros: Reserva legal	Reservas de lucros: Retenção de lucros	Ações em tesouraria	Prejuízos acumulados	Total	Participação de acionistas não controladores em investidas	Total do patrimônio líquido
		Atribuível aos acionistas controladores								
Saldos em 31 de dezembro de 2022		512.438	-	28.785	114.641	(15.876)	-	639.988	21.210	661.198
Prejuízo líquido do exercício		-	-	-	-	-	(193.748)	(193.748)	(1.244)	(194.992)
Proposta de destinação do lucro do exercício anterior:										
Dividendos adicionais aprovados	15 f)	-	-	-	(1.014)	-	-	(1.014)	-	(1.014)
Proposta para destinação do prejuízo:										
Absorção do prejuízo do exercício		-	-	(28.785)	(113.627)	-	142.412	-	-	-
Mutações de patrimônio líquido na participação de não controladores em investidas:										
Aumento de participação de não controladores	15 g)	-	-	-	-	-	-	-	262	262
Redução de participação de não controladores	15 g)	-	-	-	-	-	-	-	(4.301)	(4.301)
Saldos em 31 de dezembro de 2023		512.438	-	-	-	(15.876)	(51.336)	445.226	15.927	461.153
Prejuízo líquido do exercício		-	-	-	-	-	(141.864)	(141.864)	5.203	(136.661)
Transações entre sócios	1.1	-	(34.909)	-	-	-	-	(34.909)	-	(34.909)
Mutações de patrimônio líquido na participação de não controladores em investidas:										
Aumento de participação de não controladores	15 g)	-	-	-	-	-	-	-	5.128	5.128
Redução de participação de não controladores	15 g)	-	-	-	-	-	-	-	(3.241)	(3.241)
Saldos em 31 de dezembro de 2024		512.438	(34.909)	-	-	(15.876)	(193.200)	268.453	23.017	291.470

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023 (Em milhares de reais)

	Nota	Controladora 2024	Controladora 2023	Consolidado 2024	Consolidado 2023
Fluxo de caixa das atividades operacionais					
Prejuízo antes dos impostos		(141.864)	(193.748)	(120.416)	(179.005)
Ajustes para reconciliar o lucro/prejuízo ao caixa líquido decorrente das atividades operacionais:					
Depreciação/amortização	9	2.087	1.937	6.692	4.765
Resultado de equivalência patrimonial	8	43.638	94.481	(6.299)	3.656
Provisão para perdas esperadas	6	-	(2.897)	9.869	3.883
Baixa de custo de investimento	8	579	40.558	-	7.469
Perda/ganho na venda de investimento	8	-	(11.533)	-	(11.044)
Ajuste a valor presente		-	1.326	(1.896)	(1.284)
Valor residual pela baixa de imobilizado	9	277	967	277	1.310
Provisões para riscos fiscais, trabalhistas e cíveis	14	11.726	158	15.403	(925)
Juros e variações monetárias sobre empréstimos e financiamentos	21	34.323	62.873	77.253	115.352
Provisões para garantias		-	-	3.417	2.627
Variação nos ativos operacionais					
Créditos perante clientes	6	-	(160)	19.417	(2.589)
Contas a receber por venda de terrenos		4.137	(9.255)	9.513	(9.348)
Contas a receber por alienação cotas	8/12	10.100	(40.850)	10.100	(40.787)
Imóveis a comercializar	7	2.014	76.529	41.557	43.809
Créditos com terceiros		11.466	4.635	4.267	19.785
Despesas comerciais a apropriar		-	-	4.049	(2.586)
Despesas antecipadas		142	154	(145)	258
Outros créditos		1.339	(4.017)	(568)	(4.947)
Aplicações de partes relacionadas	12	(115.966)	(111.118)	(5.156)	(3.312)
Resgate de partes relacionadas	12	99.323	94.909	510	4.315
Depósitos judiciais		700	(100)	677	3.739
Variação nos passivos operacionais					
Fornecedores		(890)	438	(18.233)	8.778
Obrigações tributárias e sociais		(7.021)	(7.316)	(6.678)	(10.695)
Contas a pagar por aquisição de imóveis	11	-	(64.015)	(40.705)	(55.654)
Adiantamento de clientes		-	-	(13.819)	17.976
Provisões para garantias		-	-	(2.157)	(2.278)
Captações de partes relacionadas	12	49.403	148.136	1.202	2.751
Pagamento de partes relacionadas	12	(79.236)	(145.829)	(511)	(3.015)
Outras contas a pagar		(2.002)	6.407	9.121	972
Caixa aplicado nas atividades operacionais		(75.725)	(57.330)	(3.259)	(86.424)
Pagamento de juros sobre empréstimos e financiamentos	21	(54.277)	(53.987)	(98.507)	(105.410)
Pagamento de imposto de renda e contribuição social		-	-	(14.844)	(13.316)
Caixa líquido aplicado nas atividades operacionais		(130.002)	(111.317)	(116.610)	(205.150)
Fluxo de caixa das atividades de investimentos					
Caixa e equivalentes de caixa de controladas		-	-	(146)	(1.067)
Aquisição de imobilizado e intangível	9	(1.311)	(528)	(1.786)	(3.828)
Aumento de investimentos	8	(145.948)	(137.597)	1	(3.801)
Recebimento de redução de capital e lucros de investimentos	8	102.614	92.553	3.190	5.874
Recebimento na venda de investimento	8	63.581	104.615	129.981	104.615
Aplicações financeiras e rendimentos	5	(20.227)	(70)	(21.005)	(4.799)
Resgate de aplicações financeiras	5	20.185	1.305	20.341	1.710
Caixa líquido gerado pelas atividades de investimentos		19.294	60.278	130.576	98.704
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos					
Pagamento de empréstimos e financiamentos	21	(167.897)	(29.763)	(511.248)	(229.958)
Captação de empréstimos e financiamentos	21	250.000	129.175	471.376	363.864
Cessão de recebíveis - Liberação de contrato	6.1	-	68	-	68
Cessão de recebíveis - Juros provisionados	6.1	-	352	11.180	228
Cessão de recebíveis - Valores repassados	6.1	-	(1.188)	(32.829)	(875)
Lucros distribuídos		-	(6.104)	-	(6.104)
Aumento de capital social de não controladores	15 g)	-	-	5.128	262
Redução de capital social de não controladores	15 g)	-	-	(3.241)	(4.301)
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades de financiamentos		82.103	92.540	(59.634)	123.184
Redução (aumento) de caixa e equivalentes de caixa, líquidos		(28.605)	41.501	(45.668)	16.738
Caixa e equivalentes de caixa em 1º de janeiro	5	47.048	5.547	87.294	70.556
Caixa e equivalentes de caixa em 31 de dezembro	5	18.443	47.048	41.626	87.294
Redução (aumento) de caixa e equivalentes de caixa, líquidos		(28.605)	41.501	(45.668)	16.738

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023
(Em milhares de reais, exceto lucro líquido por ação - Básico e diluído)

	Nota	Controladora 2024	Controladora 2023	Consolidado 2024	Consolidado 2023
Receita líquida dos empreendimentos vendidos	18	(86)	5.331	541.312	400.798
Custo dos empreendimentos vendidos	19	-	(6.008)	(457.453)	(359.015)
(Prejuízo) lucro bruto		(86)	(677)	83.859	41.783
Despesas operacionais					
Comerciais e vendas	19	(4.937)	(9.047)	(58.865)	(78.622)
Gerais e administrativas	19	(49.135)	(35.671)	(59.971)	(81.846)
Provisão para perdas esperadas	19	-	6.456	(9.869)	28.637
Outras receitas e despesas operacionais, líquidas		633	(2.381)	(11.557)	(19.659)
		(53.439)	(40.643)	(140.262)	(151.490)
Resultado de equivalência patrimonial	8	(43.638)	(94.481)	6.299	(3.656)
Resultado antes das receitas (despesas) financeiras líquidas e impostos		(97.163)	(135.801)	(50.104)	(113.363)
Receita (despesas) financeiras					
Receitas financeiras	20	10.371	7.703	18.391	15.687
Despesas financeiras	20	(56.047)	(65.455)	(75.440)	(101.081)
Variações monetárias, líquidas	20	975	(195)	(13.263)	19.752
		(44.701)	(57.947)	(70.312)	(65.642)
Prejuízo antes dos impostos		(141.864)	(193.748)	(120.416)	(179.005)
Imposto de renda e contribuição social					
Correntes	13	-	-	(15.216)	(15.938)
Diferidos	13	-	-	(1.029)	(49)
	13	-	-	(16.245)	(15.987)
Prejuízo líquido do exercício		(141.864)	(193.748)	(136.661)	(194.992)
Resultado atribuído para:					
Participação de controladores		(141.864)	(193.748)	(141.864)	(193.748)
Participação dos não controladores em investidas		-	-	5.203	(1.244)
Resultado por ação					
Básico e diluído (R$ por ação)	16	(3,36147)	(4,59086)	(3,36147)	(4,59086)

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023
(Em milhares de reais)

	Controladora 2024	Controladora 2023	Consolidado 2024	Consolidado 2023
Prejuízo líquido do exercício	(141.864)	(193.748)	(136.661)	(194.992)
Outros resultados abrangentes	-	-	-	-
Resultado abrangente do exercício	(141.864)	(193.748)	(136.661)	(194.992)
Resultado abrangente atribuído para:				
Participação de controladores	(141.864)	(193.748)	(141.864)	(193.748)
Participação de não controladores em investidas	-	-	5.203	(1.244)
	(141.864)	(193.748)	(136.661)	(194.992)

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

DEMONSTRAÇÕES DOS VALORES ADICIONADOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023
(Em milhares de reais)

	Controladora 2024	Controladora 2023	Consolidado 2024	Consolidado 2023
Receitas	4.927	34.119	561.038	493.705
Receita de empreendimentos vendidos	(69)	8.362	553.288	412.911
Provisão (reversão) para créditos de liquidação duvidosa	-	2.897	(9.869)	(3.883)
Outras receitas	4.996	22.860	17.619	84.677
Insumos adquiridos de terceiros	(56.206)	(64.900)	(543.794)	(532.788)
Custos dos empreendimentos vendidos	-	(6.008)	(357.942)	(359.015)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(29.329)	(21.933)	(90.564)	(102.569)
Outras despesas	(26.877)	(36.959)	(55.288)	(71.204)
Valor distribuído bruto	(49.279)	(30.781)	17.244	(39.083)
Retenções				
Depreciação, amortização e exaustão	(2.087)	(1.937)	(6.692)	(4.765)
Valor adicionado (distribuído) líquido	(51.366)	(32.718)	10.552	(43.848)
Valor adicionado (distribuído) recebido em transferência				
Resultado de equivalência patrimonial	(43.638)	(94.481)	6.299	(3.656)
Receita financeira	19.088	18.381	45.128	53.150
Valor adicionado a distribuir	(75.916)	(108.818)	61.979	5.646
Distribuição do valor adicionado				
Pessoal	19.544	15.115	20.760	16.628
Remuneração direta	14.703	10.554	15.698	11.877
Benefícios	3.514	3.490	3.728	3.679
F.G.T.S.	1.327	1.071	1.334	1.072
Impostos, Taxas e Contribuições	3.644	6.009	32.147	32.828
Federais	3.634	6.004	31.985	31.896
Estaduais	-	-	-	-
Municipais	10	5	162	932
Remuneração de capitais de terceiros	42.760	63.806	145.733	151.182
Juros	42.760	63.806	145.733	151.182
Remuneração de capitais próprios	(141.864)	(193.748)	(136.661)	(194.992)
(Prejuízos) lucros retidos	(141.864)	(193.748)	(141.864)	(193.748)
Participação não controladores nos resultados	-	-	5.203	(1.244)
Valor distribuído	(75.916)	(108.818)	61.979	5.646

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

➜ continuação

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS DA RNI NEGÓCIOS IMOBILIÁRIOS S.A. EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023 *(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)*

1. Contexto operacional: A RNI Negócios Imobiliários S.A. ("Companhia") com sede na cidade de São José do Rio Preto, Estado de São Paulo, na Avenida Francisco das Chagas de Oliveira, nº 2.500, Higienópolis, CEP 15085-485, tem como objeto social a compra e a venda de imóveis, o desmembramento ou o loteamento de terrenos, a incorporação imobiliária e a construção de imóveis destinados à venda, a prestação de serviços a terceiros e a administração de carteira de recebíveis de financiamentos imobiliários de empreendimentos próprios ou de terceiros. Com capital aberto desde janeiro de 2007, registrada sob o código CVM 20451 com ações no novo mercado com código de negociação RDNI3, a Companhia faz parte das Empresas Rodobens e seus empreendimentos imobiliários são constituídos na forma de SPEs - Sociedades de Propósito Específico e podem contar com a parceria de sócios locais mediante participações diretas nas SPEs. A Companhia atua no segmento de Incorporação desenvolvendo um sólido portfólio de imóveis no padrão médio e imóveis enquadrados no programa Minha Casa Minha Vida (MCMV) que seguem o formato de condomínio fechado e oferecem soluções integradas de qualidade, lazer, segurança e serviços, e Urbanismo, que tem como foco administrar carteira remanescente dos empreendimentos lançados pela Companhia e suas controladas. As controladas e controladas em conjunto da Companhia estão sumarizadas na nota explicativa nº 8. **1.1 Transação de alienação de cotas sociais:** Em 28 de março de 2024 a Companhia através de sua controlada Rodobens Urbanismo Ltda., firmou contrato de compra e venda de cotas, onde alienou a totalidade das cotas sociais da participação societária da RNI Incorporadora Imobiliária 363 Ltda. à GVinc Participações e Gestão de Ativos Imobiliários Ltda. empresa do mesmo grupo controlador. O valor total da operação foi de R$ 66.000[1]. O recebimento ocorreu em 29 de abril de 2024 em parcela única. A precificação do ativo, tomou como base o relatório de valoração do "Loteamento Jardim dos Buritis", emitido pela CBRE Consultoria do Brasil Ltda., empresa terceira, sem ligação com a RNI. Para definição dos valor, foram utilizados diversos critérios como volume de unidades em estoque, carteira de clientes ativa, análises de vencimentos das parcelas, projeção de juros e correção monetária (prefixadas nos contratos vendidos), histórico de vendas e de distrato, entre outros. O motivo da operação refere-se à geração de um aporte de capital imediato, que monetiza ativos não estratégicos ao negócio. A administração destaca que o negócio faz parte de uma reestruturação organizacional, através da simplificação de suas operações. O acervo líquido contábil vendido em 31 de março de 2024, está apresentado como segue:

Ativo		Passivo	
Circulante		**Circulante**	
Caixa e equivalentes de caixa	146	Fornecedores	767
Créditos perante clientes	15.241	Obrigações tributárias	23
Imóveis a comercializar	954	Impostos diferidos	320
Créditos com terceiros	135	Outras contas a pagar	434
Outros créditos	6.504		
		Total do passivo circulante	1.544
Total do ativo circulante	22.980		
		Não circulante	
		Impostos diferidos	5.135
		Provisões para riscos fiscais, trabalhistas e cíveis	96
Não circulante		**Total do passivo não circulante**	5.231
Créditos perante clientes	84.358	**Total do passivo**	6.775
Depósitos judiciais	346		
Total do ativo não circulante	84.704	**Patrimônio líquido**	
		Capital social	41.428
		Lucros acumulados	59.481
		Total do patrimônio líquido[1]	100.909
Total do ativo	107.684	**Total do passivo e patrimônio líquido**	107.684

[1] Total da transação de ajuste de avaliação patrimonial (1) - (2), conforme apresentado na nota explicativa nº 8.

2. Base de preparação: 2.1 Declaração de conformidade (com relação às normas IFRS e às normas do CPC): As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (*IFRS Accounting Standards*), emitidas pelo *International Accounting Standard Board* - IASB, aplicáveis às entidades de incorporação imobiliária no Brasil, registradas na Comissão de Valores Mobiliários (CVM). Os aspectos relacionados à transferência de controle na venda de unidades imobiliárias seguem o entendimento da administração da Companhia, alinhado àquele manifestado pela CVM no Ofício circular CVM/SNC/SEP nº 02/2018 sobre a aplicação do Pronunciamento técnico CPC 47 (IFRS 15). As demonstrações financeiras individuais e consolidadas evidenciam todas as informações relevantes próprias das informações contábeis, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração em sua gestão. A emissão dessas demonstrações financeiras individuais e consolidadas foi autorizada pelo Conselho de Administração, em 12 de março de 2025. Detalhes sobre as políticas contábeis materiais da Companhia e suas controladas, incluindo as mudanças, estão apresentadas nas notas explicativas nº 2.7 e nº 3. Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão. Em 31 de dezembro de 2024, o passivo circulante da Controladora excedeu o ativo circulante em R$ 58.835 (R$ 86.346 em 31 de dezembro de 2023), foi apresentado prejuízo no exercício findo em 31 de dezembro de 2024 de R$ 141.864 na Controladora e R$ 136.661 no Consolidado (prejuízo de R$ 193.748 na Controladora e R$ 194.992 no Consolidado em 31 de dezembro de 2023) e o fluxo de caixa operacional no exercício findo em 31 de dezembro de 2024, ficou negativo em R$ 130.002 na Controladora e R$ 116.610 no Consolidado (negativo em R$ 111.317 na Controladora e R$ 205.150 no Consolidado em 31 de dezembro de 2023). Isso se deve ao fato, principalmente ao atraso de vencimentos dos empréstimos e financiamentos e plano estratégico para lançamentos dos novos empreendimentos. Para fazer frente a esse cenário, está previsto novas liberações de recursos na linha de plano empresário, no qual as liberações ocorrem pela comprovação da evolução de obras de acordo com os termos do contrato. Dando continuidade à melhoria da estrutura de capital e liquidez no futuro, em 22 de novembro de 2024 a Companhia renovou antecipadamente uma linha de CCB no montante de R$ 50.000, permitindo a redução da taxa de juros da operação e prorrogando vencimento no longo prazo. A Administração pode também reprogramar os pagamentos de mútuo no montante de R$ 47.873 com suas controladas para o longo prazo mantendo parte da liquidez da Companhia. A Administração avaliou a capacidade da Companhia e suas controladas para cumprir com as suas necessidades de financiamento ou para refinanciar ou pagar seus empréstimos bancários à medida que vencem. Com base nessa análise, há uma expectativa razoável de que a Companhia e suas controladas terão recursos suficientes para manter suas operações no futuro previsível. Caso contrário, poderão ocorrer impactos na realização de ativos geradores de caixa e no cumprimento de certas obrigações, conforme os valores registrados nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas. **2.2 Demonstração do valor adicionado:** A apresentação da Demonstração do Valor Adicionado (DVA), individual e consolidada, é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a companhias abertas. A DVA foi preparada de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - "Demonstração do Valor Adicionado". As IFRS não requerem a apresentação dessa demonstração. Como consequência, pelas IFRS, essa demonstração está apresentada como informação suplementar, sem prejuízo do conjunto das demonstrações financeiras. **2.3 Moeda funcional e moeda de apresentação:** Essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras apresentadas em Real foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma. **2.4 Apresentação de informação por segmentos:** As informações por segmentos operacionais são apresentadas de modo consistente com o relatório interno fornecido para os principais tomadores de decisões operacionais, representados pela Diretoria Executiva e Conselho de Administração, os quais são responsáveis pela alocação de recursos, avaliação de desempenho dos segmentos operacionais e pela tomada das decisões estratégicas. Vide detalhes na nota explicativa nº 22. **2.5 Uso de estimativas e julgamentos:** Na preparação destas demonstrações financeiras, a Administração utilizou julgamentos e estimativas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Companhia e suas controladas e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente. ***(i) Julgamentos:*** As informações sobre julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis que têm efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras estão incluídas nas seguintes notas explicativas: **• Nota explicativa nº 3 a.** - Consolidação: determinação se a Companhia detém de fato controle sobre uma investida; e **• Nota explicativa nº 3 b.** - Reconhecimento de receita de acordo com os aspectos relacionados à transferência de controle na venda de unidades imobiliárias seguem o entendimento da diretoria da Companhia, alinhado àquele manifestado pela CVM no Ofício circular/CVM/SNC/SEP nº 02/2018 sobre a aplicação da NBC TG 47 (IFRS 15). ***(ii) Incertezas sobre premissas e estimativas:*** As informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas na data de emissão do relatório que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material nos saldos contábeis de ativos e passivos no próximo ano fiscal estão incluídas nas seguintes notas explicativas: **• Notas explicativas nº 3 b.** - Custo orçado de empreendimentos utilizado para reconhecimento de receita pelo método de percentual de conclusão da obra: julgamento para estimar os insumos necessários para o cumprimento da obrigação de *performance*, tais como materiais, mão de obra e margens de lucros esperadas em cada obrigação de performance identificada; **• Notas explicativas nº 6** - mensuração de perda estimada de crédito do contas a receber e ativos contratuais: principais premissas na determinação dos percentuais de perda; e **• Nota explicativa nº 14** - Provisões para riscos fiscais, trabalhistas e cíveis: principais premissas e sobre a probabilidade e magnitude das saídas de recursos. ***(iii) Mensuração a valor justo:*** Uma série de políticas e divulgações contábeis da Companhia e suas controladas requerem a mensuração dos valores justos, para os ativos e passivos financeiros e não financeiros. Na mensuração do valor justo de um ativo ou um passivo, a Companhia e suas controladas usam dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (*inputs*) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma: **• Nível 1:** preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos e idênticos. **• Nível 2:** *inputs*, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços). **• Nível 3:** *inputs*, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (*inputs* não observáveis). Se os dados usados para mensurar o valor justo de um ativo ou passivo caem em diferentes níveis da hierarquia do valor justo, então a mensuração do valor justo é categorizada em sua totalidade no mesmo nível da hierarquia do valor justo que o dado de nível mais baixo que é significativo para toda a medição. A Companhia e suas controladas reconhecem as transferências entre níveis da hierarquia do valor justo no final do período de relatório durante o qual a mudança ocorreu. Quando o valor justo de ativos e passivos financeiros apresentados no balanço patrimonial não puder ser obtido de mercados ativos, é determinado utilizando técnicas de avaliação, incluindo o método de fluxo de caixa descontado. Os dados para esses métodos se baseiam naqueles praticados no mercado, quando possível, contudo, quando isso não for viável, um determinado nível de julgamento é requerido para estabelecer o valor justo. O julgamento inclui considerações sobre os dados utilizados como, por exemplo, risco de liquidez, risco de crédito e volatilidade. Mudanças nas premissas sobre esses fatores poderiam afetar o valor justo apresentado dos instrumentos financeiros. As técnicas de avaliação específicas utilizadas para avaliar os instrumentos financeiros classificados como Nível 2 incluem: considerações sobre risco de liquidez, risco de crédito e volatilidade. Mudanças nas premissas sobre esses fatores poderiam afetar o valor justo apresentado dos instrumentos financeiros. Informações adicionais sobre as premissas utilizadas na mensuração dos valores justos estão incluídas na nota explicativa nº 17 - Instrumentos financeiros. **2.6 Base de mensuração:** As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas com base no custo histórico com exceção dos instrumentos financeiros não-derivativos designados pelo valor justo por meio do resultado mensurados pelo valor justo. **2.7 Mudanças nas políticas contábeis materiais:** ***(i) Classificação dos passivos como circulante ou não circulante e passivos não circulantes com Covenants (alterações ao CPC 26/IAS 1):*** A Companhia e suas controladas adotaram a classificação de passivos como circulantes ou não circulantes (alterações ao CPC 26/IAS 1) e passivos não circulantes com covenants (alterações ao CPC 26/IAS 1) a partir de 1º de janeiro de 2024. As alterações se aplicam retrospectivamente. Elas esclarecem certos requisitos para determinar se um passivo deve ser classificado como circulante ou não circulante e exigem novas divulgações para passivos de empréstimos não circulantes que estão sujeitos a covenants dentro de 12 meses após o período de relatório. Isso resultou em uma mudança na política contábil para a classificação de passivos que podem ser liquidados em ações próprias de uma entidade do Grupo. Anteriormente, a Companhia e suas controladas ignoravam todas as opções de conversão de contraparte ao classificar os passivos relacionados como circulantes ou não circulantes. De acordo com a nova política, quando um passivo inclui uma opção de conversão de contraparte pela qual o passivo pode ser liquidado por uma transferência das próprias ações de uma entidade do Grupo. A Companhia e suas controladas levam em consideração a opção de conversão ao classificar o passivo principal como circulante ou não circulante, a menos que a opção seja classificada como patrimônio líquido de acordo com o CPC 39/IAS 32. Os outros passivos da Companhia e suas controladas não foram impactados pelas alterações. Apesar da mudança na política, não há impacto atual e retrospectivo nas demonstrações comparativas, pois a Companhia e suas controladas não tinham notas conversíveis em aberto em 31 de dezembro de 2024 e 2023. Veja nota explicativa nº 10.

3. Políticas contábeis materiais: A Companhia e suas controladas aplicaram as políticas contábeis descritas abaixo de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nessas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, salvo indicação ao contrário. **a. Base de consolidação: a. Controladas:** A Companhia controla uma entidade quando está exposta a, ou tem direito sobre, os retornos variáveis advindos de seu envolvimento com a entidade e tem a habilidade de afetar esses retornos exercendo seu poder sobre a entidade. As demonstrações financeiras de Controlada são incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas a partir da data em que a Companhia obtiver o controle até a data em que o controle deixa de existir. Nas demonstrações financeiras individuais da Controladora as informações financeiras das controladas são reconhecidas por meio de método de equivalência patrimonial. ***b. Participações de acionistas não controladores:*** A Companhia elegeu mensurar qualquer participação de não-controladores inicialmente pela participação proporcional nos ativos líquidos identificáveis da adquirida na data de aquisição. Mudanças na participação da Companhia em uma subsidiária que não resultem em perda de controle são contabilizadas como transações de patrimônio líquido. ***c. Perda de controle:*** Quando da perda de controle, a Companhia desreconhece os ativos e passivos da controlada, qualquer participação de não controladores e outros componentes registrados no patrimônio líquido referente a essa controlada. Qualquer ganho ou perda originado pela perda de controle é reconhecido no resultado. Se a Companhia e suas controladas retêm qualquer participação na antiga controlada, então essa participação é mensurada pelo seu valor justo na data em que há a perda de controle. ***d. Investimentos em entidades contabilizadas pelo método da equivalência patrimonial:*** Os investimentos da Companhia em entidades contabilizadas pelo método da equivalência patrimonial compreendem suas participações em coligadas e empreendimentos controlados em conjunto (*joint ventures*). As coligadas são aquelas entidades nas quais a Companhia, direta ou indiretamente, tenha influência significativa, mas não controle ou controle conjunto, sobre as políticas financeiras e operacionais. Uma entidade controlada em conjunto consiste em um acordo contratual através do qual a Companhia possui controle compartilhado, onde a Companhia tem direito aos ativos líquidos do acordo contratual, e não direito aos ativos e passivos específicos resultantes do acordo. Os investimentos em coligadas e entidades controladas em conjunto são contabilizados por meio do método de equivalência patrimonial. Tais investimentos são reconhecidos inicialmente pelo custo, o qual inclui os gastos com a transação. Após o reconhecimento inicial, as demonstrações financeiras consolidadas incluem a participação da Companhia no lucro ou prejuízo do exercício e outros resultados abrangentes da investida até a data em que a influência significativa ou controle conjunto deixa de existir. ***e. Transações eliminadas na consolidação:*** Saldos e transações intergrupo, e quaisquer receitas ou despesas derivadas de transações intergrupo, são eliminados na preparação das demonstrações financeiras consolidadas. Ganhos não realizados, se houver, oriundos de transações com controlada, registrados por equivalência patrimonial são eliminados contra o investimento na proporção da participação da Companhia na controlada. Prejuízos não realizados, se houver, são eliminados da mesma maneira como são eliminados os ganhos não realizados, mas somente até o ponto em que não haja evidência de perda por redução ao valor recuperável. ***f. Transações com controladores:*** As transações com controladores são reconhecidas no resultado quando estão de acordo com as condições de mercado (ou seja, valor justo), quando essas condições não são realizadas pelo seu valor justo, o efeito dos ganhos e perdas são reconhecidas como uma contribuição de capital no patrimônio líquido, uma vez que são consideradas transações não recíprocas. **b. Reconhecimento de receita:** A Companhia e suas controladas reconhecem suas receitas conforme o entendimento manifestado pela CVM no Ofício circular/CVM/SNC/SEP nº 02/2018 sobre a aplicação da NBC TG 47 (IFRS 15). • Nas vendas de unidades não concluídas, o resultado é apropriado com base nos seguintes critérios: • As receitas de vendas, os custos de terrenos e de construção inerentes às respectivas incorporações são apropriados ao resultado à medida que a construção avança, ao longo do tempo, conforme o cumprimento da obrigação de performance. Desta forma, é adotado o método chamado de "POC", "percentual de execução ou percentual de conclusão" de cada empreendimento, ou seja, o reconhecimento das receitas e dos custos ocorre à medida que a construção avança. O percentual de avanço físico do empreendimento é obtido utilizando a proporção do custo incorrido em relação ao custo total orçado dos respectivos empreendimentos sobre as vendas contratadas. • As receitas de vendas apuradas, conforme o item (i), incluindo a atualização monetária, líquidas das parcelas já recebidas, são contabilizadas como "créditos perante clientes", ou como "adiantamentos de clientes", em função da relação entre as receitas contabilizadas e os valores recebidos. • Nas vendas a prazo de unidades concluídas, o resultado é apropriado no momento em que a venda é efetivada, independentemente do prazo de recebimento do valor contratual. • As atualizações e os ajustes a valor presente são apropriados ao resultado, na rubrica de receita de empreendimentos vendidos, no período pré-chaves, e atualizações na rubrica de receitas financeiras, no período pós-chaves, observando o regime de competência, independentemente de seu recebimento. As receitas e as despesas são apropriadas ao resultado de acordo com o regime de competência. Para os casos em que os clientes não obtêm sucesso na contratação de crédito com instituição financeira ou perda da capacidade financeira, a Companhia analisa a viabilidade do crédito direto com o cliente e para os casos em que não há viabilidade de crédito direto com o cliente, ocorre o distrato da venda e o tratamento contábil adotado pela Companhia é o estorno do saldo devedor do cliente deduzindo as receitas registradas na demonstração do resultado do período na rubrica "Receita líquida dos empreendimentos vendidos" e em contrapartida é estornado também o custo desta unidade na rubrica "Custo dos empreendimentos vendidos" contra o estoque da Companhia. A Companhia constitui a provisão para distrato com base em seu histórico e expectativas de realizações dos seus recebíveis de acordo com o previsto no Ofício Circular CVM/SNC/SEP nº 02/2018. Nos contratos de venda com financiamento bancário, os clientes são submetidos a análise de crédito da instituição financeira, antes da efetivação da venda, para determinar sua capacidade de financiamento. Após aprovação dos valores, a Companhia e suas controladas realizam análise interna para verificar o comprometimento da renda do cliente em relação aos valores que serão pagos diretamente à Companhia e suas controladas. Se os parâmetros estabelecidos não forem atingidos, podem ser exigidas garantias adicionais como, por exemplo, inclusão de fiadores. A posse dos empreendimentos permanece com a Companhia e suas controladas em sua totalidade, sendo concedida ao cliente, apenas mediante análise de liberação de posse. Nesta análise, a emissão da posse é concedida observando a liquidação total do contrato com a incorporadora ou adimplência do cliente com as instituições financeiras, para os casos de repasses dos clientes. Para este último, em caso de inadimplência, a posse não é liberada, permanecendo condicionada à regularização da reativação do crédito para liberação. Os contratos celebrados na modalidade "financiamento na planta", contendo partes envolvidas, garantias e riscos existentes, encontram-se resumidamente abaixo:

Tio de contrato	Partes envolvidas	Garantia real	Risco de crédito	Risco de mercado	Risco de distrato
Compra e venda	Comprador e Incorporadora (vendedora)	Incorporadora	100% da Incorporadora	Comprador, Incorporadora (em caso de distrato)	Incorporadora
Financiamento bancário	Comprador, Incorporadora (vendedora), Instituição financeira (credora fiduciária)	Instituição financeira (IF)	17% a 21% da Incorporadora e 79% a 83% da Instituição financeira	Comprador e Instituição financeira	Não aplicável. Em caso de inadimplemento, a Instituição Financeira pode consolidar a propriedade no seu nome para posterior alienação do imóvel a terceiros, conforme art. 27 da Lei 9.514/97. O valor arrecadado é destinado à quitação do saldo devedor.

A Companhia também celebra contratos de compra e venda de imóveis com financiamento bancário no final da obra, que representa aproximadamente 7% do total das vendas. **c. Receitas financeiras e despesas financeiras:** As receitas e despesas financeiras da Companhia e suas controladas compreendem: • Juros ativos e passivos; • Descontos obtidos e concedidos; • Variações monetárias ativas e passivas; e • Outras receitas e despesas financeiras. A receita e a despesa de juros são reconhecidas no resultado pelo método dos juros efetivos. A receita de dividendos é reconhecida no resultado na data em que o direito da Companhia de receber o pagamento é estabelecido. A Companhia classifica juros recebidos e dividendos e juros sobre capital próprio recebidos como fluxos de caixa das atividades de investimento; e os dividendos e juros sobre capital próprio pagos como fluxos de caixa das atividades de financiamento. A taxa de juros efetiva é a taxa que desconta exatamente os pagamentos ou recebimentos em caixa futuros estimados ao longo da vida esperada do instrumento financeiro ao: • valor contábil bruto do ativo financeiro; ou • ao custo amortizado do passivo financeiro. No cálculo da receita ou da despesa de juros, a taxa de juros efetiva incide sobre o valor contábil bruto do ativo (quando o ativo não estiver com problemas de recuperação) ou ao custo amortizado do passivo. No entanto, a receita de juros é calculada por meio da aplicação da taxa de juros efetiva ao custo amortizado do ativo financeiro que apresenta problemas de recuperação depois do reconhecimento inicial. Caso o ativo não esteja mais com problemas de recuperação, o cálculo da receita de juros volta a ser feito com base no valor bruto. **d. Tributação:** A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda e contribuição social correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à combinação de negócios ou a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes. A Companhia e suas controladas determinaram que os juros e multas relacionados ao imposto de renda e à contribuição social, incluindo tratamentos fiscais incertos, não atendem à definição de imposto de renda e portanto foram contabilizados de acordo com o CPC 25/IAS 37 Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes. A Companhia e suas controladas determinaram que o imposto mínimo complementar global - que é obrigado a pagar de acordo com a legislação do Pilar Dois - é um imposto de renda no escopo do CPC 32/IAS 12. A Companhia e suas controladas aplicaram a isenção obrigatória temporária da contabilização do imposto diferido para os impactos do imposto complementar e o contabiliza como um imposto corrente quando incorrido. ***(i) Impostos correntes:*** Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido ou no resultado abrangente. Nesse caso, o imposto também é reconhecido no patrimônio líquido ou no resultado abrangente. As provisões de imposto de renda e contribuição social sobre lucro fiscal são calculadas pelo regime de tributação Lucro Real Anual, à alíquota de 15% mais adicional de 10% sobre a parcela excedente a R$ 240 ao ano para o Imposto de Renda e 9% para a Contribuição Social. Determinadas sociedades efetuam apuração com base no regime de lucro real e outras com base no regime do lucro presumido. Qualificam-se para o regime de lucro presumido as sociedades cuja receita bruta total, no ano-calendário anterior, tenha sido igual ou inferior a R$ 78.000. No regime do lucro real, as alíquotas do imposto de renda e da contribuição social são aplicadas sobre o resultado do período ajustado pelas adições e exclusões previstas na legislação fiscal. No regime de lucro presumido, a base de cálculo do imposto de renda é calculada à razão de 8% e da contribuição social à razão de 12% sobre as receitas brutas de vendas de imóveis e de 32% sobre as receitas de prestação de serviços para ambos os tributos. Quanto ao regime especial de tributação (RET) em 19 de julho de 2013 foi publicada a Lei nº 12.844, que deu nova redação aos artigos 4º e 8º da Lei nº 10.931/04, instituindo que, para cada incorporação imobiliária submetida ao Regime Especial de Tributação - RET, a incorporadora ficará sujeita ao pagamento equivalente a 4% da receita mensal recebida, o qual corresponderá ao pagamento mensal unificado do Imposto de Renda Pessoa Jurídica - IRPJ, da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL, do Programa de Integração Social/Programa de Formação ao Patrimônio do Servidor Público - PIS/PASEP e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS. O Imposto de Renda e a Contribuição Social corrente são apresentados líquidos, por entidade contribuinte, no passivo quando houver montantes a pagar, ou no ativo quando os montantes antecipadamente pagos excedem o total devido na data do relatório. ***(ii) Impostos com recolhimento diferido:*** O Imposto de Renda e a Contribuição Social diferidos são reconhecidos sobre as diferenças temporárias decorrentes de diferenças entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis nas demonstrações financeiras. Entretanto, o Imposto de Renda e a Contribuição Social diferidos não são contabilizados se resultar do reconhecimento inicial de um ativo ou passivo em uma operação que não seja uma combinação de negócios, a qual, na época da transação, não afeta o resultado contábil, nem o lucro tributável (prejuízo fiscal). O Imposto de Renda e a Contribuição Social diferidos ativo são reconhecidos somente na proporção da probabilidade de que lucro tributável futuro esteja disponível e contra o qual as diferenças temporárias possam ser usadas. Os impostos de renda diferidos ativos e passivos são apresentados pelo líquido no balanço quando há o direito legal e a intenção de compensá-los quando da apuração dos tributos correntes, em geral relacionado com a mesma entidade legal e mesma autoridade fiscal. O Imposto de Renda e a Contribuição Social diferidos passivos são registrados no passivo não circulante e o PIS e a COFINS diferidos passivos são reconhecidos no circulante e não circulante conforme projeção de realização da receita, os quais são decorrentes da diferença entre o reconhecimento pelo critério societário, descrito no item c.1 anterior, e o critério fiscal em que a receita é tributada no momento do recebimento. **e. Imóveis a comercializar:** Representados por unidades construídas ou em construção ainda não comercializadas, bem como por terrenos para futuras incorporações. Esses estoques estão demonstrados ao custo, adicionados pelos custos incorridos com a evolução da obra e despesas estimadas para efetuar a venda. O valor líquido de realização, que é representado pelo preço de venda estimado no curso normal dos negócios, menos os custos estimados necessários para efetuar a venda, é superior ao seu valor contábil. A Companhia periodicamente avalia a recuperabilidade de seus estoques, incluindo aqueles que são retornados após distrato com clientes, e não tem identificado mudanças relevantes no seu valor realizável que pudessem apresentar impactos significativos em suas demonstrações financeiras. A classificação entre curto e longo prazo é feita tendo como base a expectativa de lançamento do empreendimento. Os estoques de materiais estão avaliados pelo menor valor entre o custo médio de compras e os valores líquidos de realização. **f. Despesas comerciais a apropriar:** Incluem os gastos com comissões diretamente relacionados aos empreendimentos imobiliários, sendo apropriados ao resultado observando-se o critério de apropriação da receita, descrito no item "b" desta nota explicativa, exceto as comissões sobre vendas canceladas, que são lançadas ao resultado no caso de cancelamento ou quando for provável que não haverá pagamento dos valores contratados. **g. Imobilizado:** ***(i) Reconhecimento e mensuração:*** Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, que inclui os custos de empréstimos capitalizados, deduzido de depreciação acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável (*impairment*). Quando partes significativas de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens separados (componentes principais) de imobilizado. Quaisquer ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são reconhecidos no resultado. ***(ii) Custos subsequentes:*** Custos subsequentes são capitalizados na medida em que seja provável que benefícios futuros associados com os custos serão auferidos pela Companhia e suas controladas. Custos de manutenção e reparos recorrentes são registrados no resultado. ***(iii) Depreciação:*** A depreciação é calculada para amortizar o custo de itens do ativo imobilizado, líquido de seus valores residuais estimados, utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens. A depreciação é reconhecida no resultado. Ativos arrendados são depreciados pelo menor período entre a vida útil estimada do bem e o prazo do contrato, a não ser que seja razoavelmente certo que a Companhia e suas controladas obterão a propriedade do bem ao final do prazo de arrendamento. Terrenos não são depreciados. Itens do ativo imobilizado são depreciados a partir da data em que são instalados e estão disponíveis para uso, ou em caso de ativos construídos internamente, do dia em que a construção é finalizada e o ativo está disponível para utilização. As vidas úteis estimadas do ativo imobilizado são as seguintes:

	Taxa anual de depreciação - %
Stand de vendas	30
Máquinas e ferramentas	10
Computadores e periféricos	20
Móveis e utensílios	10
Prédios	4
Instalações	10
Benfeitorias em imóvel de terceiros	20

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada data de balanço e ajustados caso seja apropriado. **h. Ativos intangíveis:** ***(i) Reconhecimento e mensuração:*** Ativos intangíveis com vida útil definida, adquiridos separadamente e substancialmente formados por direitos de uso de software e marcas e patentes, são registrados ao custo, deduzido da amortização. ***(ii) Gastos subsequentes:*** Os gastos subsequentes são capitalizados somente quando eles aumentam os benefícios econômicos futuros incorporados ao ativo específico aos quais se relacionam. ***(iii) Amortização:*** A amortização é calculada utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens, líquido de seus valores residuais estimados. A amortização é reconhecida no resultado. As vidas úteis estimadas são as seguintes:

Software	5 anos
Marcas e patentes	10 anos

Os métodos de amortização, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada data de balanço e ajustados caso seja apropriado. **i. Custos de empréstimos:** Os custos de empréstimos gerais e específicos que são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável, que é um ativo que, necessariamente, demanda um período substancial para ficar pronto para seu uso ou venda pretendidos, são capitalizados como parte do custo do ativo quando for provável que eles irão resultar em benefícios econômicos futuros para a entidade e que tais custos possam ser mensurados com confiança. Demais custos de empréstimos são reconhecidos como despesa no período em que são incorridos. **j. Benefícios a empregados:** ***Benefícios de curto prazo a empregados*** Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são mensuradas em uma base não descontada e são incorridas como despesas conforme o serviço relacionado seja prestado. O passivo é reconhecido pelo valor esperado a ser pago sob os planos de bonificação em dinheiro ou participação nos lucros de curto prazo se a Companhia tem uma obrigação legal ou construtiva de pagar esse valor em função de serviço passado prestado pelo empregado, e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável. **k. Instrumentos financeiros:** ***(i) Reconhecimento e mensuração inicial:*** As contas a receber de clientes e os títulos de dívida emitidos são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Companhia e suas controladas se tornarem parte das disposições contratuais do instrumento. Um ativo financeiro ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, mais ou menos, para um item não mensurado ao VJR, os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação. ***(ii) Classificação e mensuração subsequente:*** *Ativos financeiros - classificação:* No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado; ao VJORA - instrumento de dívida; ao VJORA - instrumento patrimonial; ou ao VJR. Os ativos financeiros não são reclassificados após o reconhecimento inicial, a menos que a Companhia e suas controladas mudem o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, caso em que todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de relatório subsequente à mudança no modelo de negócios. Um ativo financeiro é medido pelo custo amortizado se atender às duas condições abaixo e não é designado como medido pelo VJR: • é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é manter os ativos financeiros para receber os fluxos de caixa contratuais; e • seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa relacionados apenas ao pagamento do principal e juros sobre o valor do principal em aberto. Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado são classificados como valor justo por meio do resultado. Inclui todos os ativos financeiros derivativos. No reconhecimento inicial, a Companhia e suas controladas podem designar irrevogavelmente um ativo financeiro que, de outra forma, atende aos requisitos de mensuração ao custo amortizado, bem como ao valor justo por meio do resultado, se eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil que de outra forma surgiria. *Ativos financeiros - Avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e de juros:* Para fins dessa avaliação, o "principal" é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os "juros" são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um

Eufrázio

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS DA RNI NEGÓCIOS IMOBILIÁRIOS S.A.
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023 ***(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)***

→ continuação

determinado período de tempo e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos, assim como uma margem de lucro. A Companhia e suas controladas consideram os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia essa condição. Ao fazer essa avaliação, a Companhia e suas controladas consideram: • eventos contingentes que modifiquem o valor ou o a época dos fluxos de caixa; • termos que possam ajustar a taxa contratual, incluindo taxas variáveis; • o pré-pagamento e a prorrogação do prazo; e • os termos que limitam o acesso da Companhia e suas controladas a fluxos de caixa de ativos específicos. O pagamento antecipado é consistente com o critério de pagamentos do principal e juros caso o valor do pré-pagamento represente, em sua maior parte, valores não pagos do principal e de juros sobre o valor do principal pendente - o que pode incluir uma compensação razoável pela rescisão antecipada do contrato. Além disso, com relação a um ativo financeiro adquirido por um valor menor ou maior do que o valor nominal do contrato, a permissão ou a exigência de pré-pagamento por um valor que represente o valor nominal do contrato mais os juros contratuais (que também pode incluir compensação razoável pela rescisão antecipada do contrato) acumulados (mas não pagos) são tratadas como consistentes com esse critério se o valor justo do pré-pagamento for insignificante no reconhecimento inicial. *Ativos financeiros - Mensuração subsequente e ganhos e perdas:* **Ativos financeiros a VJR:** Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado. **Ativos financeiros a custo amortizado:** Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por *impairment*. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o *impairment* são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado. *Passivos financeiros - Classificação, mensuração subsequente e ganhos e perdas:* Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJR. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso for classificado como mantido para negociação, for um derivativo ou for designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao VJR são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado. ***(iii) Desreconhecimento:*** *Ativos financeiros:* A Companhia e suas controladas desreconhecem um ativo financeiro quando: • os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram; ou • transferem os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação em que: • substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos; ou • a Companhia e suas controladas nem transferem nem mantêm substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retêm o controle sobre o ativo financeiro. A Companhia e suas controladas realizam transações em que transferem ativos reconhecidos no balanço patrimonial, mas mantêm todos ou substancialmente todos os riscos e benefícios dos ativos transferidos. Nesses casos, os ativos financeiros não são desreconhecidos. *Passivos financeiros:* A Companhia e suas controladas desreconhecem um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. A Companhia e suas controladas também desreconhecem um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo. No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado. ***(iv) Compensação:*** Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia e suas controladas detêm um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. **l. Capital social:** ***Ações ordinárias:*** As ações ordinárias são classificadas como patrimônio líquido. Custos adicionais diretamente atribuíveis à emissão de ações e opções de ações são reconhecidos como redutores do patrimônio líquido. Efeitos de impostos relacionados aos custos dessas transações estão contabilizadas conforme o CPC 32/IAS 12 (veja nota explicativa nº 15). **m. Redução a valor recuperável (*impairment*):** ***(i) Ativos financeiros não derivativos:*** *Instrumentos financeiros:* A Companhia e suas controladas reconhecem provisões para perdas esperadas de crédito sobre: • Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado: A Companhia e suas controladas mensuram a provisão para perda em um montante igual à perda de crédito esperada para a vida inteira, exceto para os itens descritos abaixo, que são mensurados como perda de crédito esperada para 12 meses: • Títulos de dívida com baixo risco de crédito na data do balanço: As provisões para perdas com contas a receber de clientes e ativos de contrato são mensuradas a um valor igual à perda de crédito esperada para a vida inteira do instrumento. Ao determinar se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar as perdas de crédito esperadas, a Companhia e suas controladas consideram informações razoáveis e passíveis de suporte que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo. Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica da Companhia e suas controladas. A Companhia e suas controladas consideram um ativo financeiro como inadimplente quando: • Com base em informações prospectivas razoáveis e sustentáveis, a Companhia e suas controladas concluem que é muito improvável que o devedor pague integralmente suas obrigações de crédito para com a Companhia e suas controladas, sem ter que recorrer a ações judiciais, ou • Informações sobre pagamentos em atraso quando não for possível confiar em informações prospectivas razoáveis e sustentáveis disponíveis sem custo ou esforço indevido. *Ativos financeiros com problemas de recuperação:* Em cada data de balanço, a Companhia e suas controladas avaliam se os ativos financeiros contabilizados pelo custo amortizado e os títulos de dívida mensurados ao VJORA estão com problemas de recuperação. Um ativo financeiro possui "problemas de recuperação" quando ocorrem um ou mais eventos com impacto prejudicial nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro. Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram problemas de recuperação inclui os seguintes dados observáveis: • Dificuldades financeiras significativas do emissor ou do mutuário; • Quebra de cláusulas contratuais, tais como inadimplência ou atraso de mais de 60 dias; • Reestruturação de um valor devido à Companhia e suas controladas em condições que não seriam aceitas em condições normais; • A probabilidade que o devedor entrará em falência ou passará por outro tipo de reorganização financeira; ou • O desaparecimento de mercado ativo para o título por causa de dificuldades financeiras. *Modelo de impairment de recebíveis para perdas esperadas:* Com base em dados históricos, a Companhia monitora a provisão para perda esperada de crédito para todos os contratos de venda de unidades imobiliárias e constituiu provisão com base no índice esperado de perdas em suas vendas. Esta abordagem simplificada está em linha com o expediente prático previsto pelo CPC 48 - Instrumentos Financeiros. Quando os referidos contratos que não apresentam a garantia real dos imóveis vendidos e os clientes com posse se tornam inadimplentes em linha com a metodologia da classificação de risco e análise individual por contrato, a Companhia constitui a provisão da totalidade dos saldos em aberto. No entanto, as atividades de cobrança para recuperação destes valores continuam sendo realizadas continuamente com ativos de cobrança e inclusão do cliente e avalista, conforme o caso, em órgãos de proteção ao crédito. A Companhia revisou periodicamente suas premissas para constituição da provisão para risco de crédito, face à revisão dos históricos de suas operações correntes e melhoria de suas estimativas. *Baixa:* O valor contábil bruto de um ativo financeiro é baixado quando a Companhia e suas controladas não tem expectativa razoável de recuperar o ativo financeiro em sua totalidade ou em parte. Com relação a clientes individuais, a Companhia e suas controladas fazem uma avaliação individual sobre a época e o valor da baixa com base na existência ou não de expectativa razoável de recuperação. A Companhia e suas controladas não esperam nenhuma recuperação significativa do valor baixado. No entanto, os ativos financeiros baixados podem ainda estar sujeitos à execução de crédito para o cumprimento dos procedimentos para a recuperação dos valores devidos. ***(ii) Ativos não financeiros:*** Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia e suas controladas, são revistos a cada data de balanço para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é estimado. Para testes de redução ao valor recuperável, os ativos são agrupados em Unidades Geradoras de Caixa (UGC), ou seja, no menor grupo possível de ativos que gera entradas de caixa pelo seu uso contínuo, entradas essas que são em grande parte independentes das entradas de caixa de outros ativos ou UGCs. O valor recuperável de um ativo ou UGC é o maior entre o seu valor em uso e o seu valor justo menos custos para vender. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados a valor presente usando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo ou da UGC. Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou UGC exceder o seu valor recuperável. As perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas no resultado e revertidas apenas com a condição de que o valor contábil do ativo não exceda o novo valor contábil que teria sido calculado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda por redução ao valor recuperável não tivesse sido reconhecida. Uma perda por redução ao valor recuperável relacionada aos demais ativos, são revertidas somente na extensão em que o novo valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida. **n. Provisões:** As provisões são determinadas por meio do desconto dos fluxos de caixa futuros estimados a uma taxa antes de impostos que reflita as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e riscos específicos para o passivo relacionado. Os efeitos do desreconhecimento do desconto pela passagem do tempo são reconhecidos no resultado como despesa financeira. A Companhia possui processos judiciais e administrativos em andamento de natureza trabalhista, fiscal e cível. A política para constituição de provisão adotada pela Companhia tem relação com a fase processual das ações judiciais efetivamente ajuizadas pelos autores, de forma que a partir do conhecimento da sentença judicial, altera-se a probabilidade de perda de "possível" para "provável", ocasião em que o valor atribuído à condenação é provisionado. A Companhia constituiu provisão em montante suficiente para fazer face aos processos e às disputas que, no entender da diretoria e dos seus assessores legais, podem ter desfechos desfavoráveis. A provisão para garantia constituída aplicando-se o percentual entre 1% e 2% sobre o custo incorrido das unidades vendidas. Esse percentual foi determinado pela diretoria com base nas perdas históricas que a Companhia possui no reparo dos imóveis vendidos. A provisão para garantia é constituída com o objetivo de viabilizar correções de defeitos estruturais (até cinco anos) e de materiais e defeitos aparentes (até dois anos). **o. Resultado por ação básico e diluído:** O resultado básico e diluído por ação é calculado mediante a divisão do lucro atribuível aos acionistas da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias em circulação durante o exercício, excluindo as ações ordinárias compradas pela Companhia e mantidas como ações em tesouraria. A Companhia não possui instrumentos que poderiam potencialmente diluir o resultado por ação. **p. Mensuração do valor justo:** Valor justo é o preço que seria recebido na venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação não forçada entre participantes do mercado na data de mensuração, no mercado principal ou, na sua ausência, no mercado mais vantajoso ao qual a Companhia e suas controladas tem acesso nessa data. O valor justo de um passivo reflete o seu risco de descumprimento (*non-performance*). Uma série de políticas contábeis e divulgações da Companhia e suas controladas requerem a mensuração de valores justos, tanto para ativos e passivos financeiros como não financeiros. Quando disponível, a Companhia e suas controladas mensuram o valor justo de um instrumento utilizando o preço cotado num mercado ativo para esse instrumento. Um mercado é considerado como "ativo" se as transações para o ativo ou passivo ocorrem com frequência e volume suficientes para fornecer informações de precificação de forma contínua. Se não houver um preço cotado em um mercado ativo, a Companhia e suas controladas utilizam técnicas de avaliação que maximizam o uso de dados observáveis relevantes e minimizam o uso de dados não observáveis. A técnica de avaliação escolhida incorpora todos os fatores que os participantes do mercado levariam em conta na precificação de uma transação. Se um ativo ou um passivo mensurado ao valor justo tiver um preço de compra e um preço de venda, a Companhia e suas controladas mensuram ativos com base em preços de compra e passivos com base em preços de venda. A melhor evidência do valor justo de um instrumento financeiro no reconhecimento inicial é normalmente o preço da transação - ou seja, o valor justo da contrapartida dada ou recebida. Se a Companhia e suas controladas determinarem que o valor justo no reconhecimento inicial difere do preço da transação e o valor justo não é evidenciado nem por um preço cotado num mercado ativo para um ativo ou passivo idêntico nem baseado numa técnica de avaliação para a qual quaisquer dados não observáveis são julgados como insignificantes em relação à mensuração, então o instrumento financeiro é mensurado inicialmente pelo valor justo ajustado para diferir a diferença entre o valor justo no reconhecimento inicial e o preço da transação. Posteriormente, essa diferença é reconhecida no resultado numa base adequada ao longo da vida do instrumento, ou até o momento em que a avaliação é totalmente suportada por dados de mercado observáveis ou a transação é encerrada, o que ocorrer primeiro.

4. Novas normas contábeis e interpretações ainda não efetivas: Uma série de novas normas contábeis serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2024. A Companhia e suas controladas não adotaram as seguintes normas contábeis na preparação destas demonstrações financeiras individuais e consolidadas **a. IFRS 18 - Apresentação e divulgação das demonstrações contábeis:** O IFRS 18 substituirá o CPC 26/IAS 1 Apresentação das Demonstrações Contábeis e se aplica a períodos de relatórios anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027. O novo padrão introduz os seguintes novos requisitos principais. • As entidades são obrigadas a classificar todas as receitas e despesas em cinco categorias na demonstração de lucros e perdas, a saber, as categorias operacional, de investimento, de financiamento, de operações descontinuadas e de imposto de renda. As entidades também são obrigadas a apresentar um subtotal de lucro operacional recém-definido. O lucro líquido das entidades não mudará. • As medidas de desempenho definidas pela administração (MPMs) são divulgadas em uma única nota nas demonstrações financeiras. • Orientações aprimoradas são fornecidas sobre como agrupar informações nas demonstrações financeiras. Além disso, todas as entidades são obrigadas a usar o subtotal do lucro operacional como ponto de partida para a demonstração dos fluxos de caixa ao apresentar fluxos de caixa operacionais pelo método indireto. A Companhia e suas controladas ainda estão no processo de avaliação do impacto do novo padrão, particularmente com relação à estrutura da demonstração de lucros e perdas do Grupo, a demonstração dos fluxos de caixa e as divulgações adicionais exigidas para MPMs. A Companhia e suas controladas também está avaliando o impacto sobre como as informações são agrupadas nas demonstrações financeiras, incluindo itens atualmente rotulados como "outros". **b. Outras normas contábeis:** Não se espera que as seguintes normas novas e alteradas tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia e suas controladas: • Ausência de conversibilidade (alterações ao CPC 02/IAS 21); • Classificação e mensuração de instrumentos financeiros (alterações IFRS 9 e IFRS 7).

5. Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras:

	Controladora 2024	Controladora 2023	Consolidado 2024	Consolidado 2023
Caixa e bancos (a)	944	1.010	9.532	16.604
Aplicações financeiras (b)	17.499	46.038	32.094	70.690
Total caixa e equivalentes de caixa	18.443	47.048	41.626	87.294
Aplicações financeiras compromissadas como garantias de ações judiciais	93	51	7.955	7.291
Total aplicações financeiras	93	51	7.955	7.291
Ativo circulante	18.443	47.048	41.626	87.294
Ativo não circulante	93	51	7.955	7.291

(a) O saldo mantido em bancos é remunerado pelos índices da poupança. (b) Essas aplicações financeiras são equivalentes de caixa por serem prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estarem sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor. Essas aplicações financeiras são representadas por títulos de renda fixa, com uma rentabilidade média de 98,78% (99,26% em 31 de dezembro de 2023) do rendimento do Certificado de Depósito Interbancário (CDI), e estão disponíveis para serem utilizadas nas operações da Companhia e de suas controladas.

6. Créditos perante clientes:

	Consolidado 2024	Consolidado 2023
Créditos para contratação de financiamento (SFH) (a)	245.540	251.756
Créditos diretos com clientes (b)	134.417	275.456
Outros créditos pro-soluto (c)	296.344	266.209
(–) Provisão para perdas esperadas	(18.263)	(8.394)
Total	658.038	785.027
Ativo circulante	330.102	350.983
Ativo não circulante	327.936	434.44

(a) Os créditos para contratação de financiamento com o Sistema Financeiro da Habitação (SFH) referem-se ao valor de amortização que se encontra em processo de análise perante o agente do Sistema Brasileiro de Poupança e Empréstimo (SBPE) ou perante a incorporadora. (b) Créditos direto com cliente são créditos dos clientes que a Companhia mantém em carteira até o fim do fluxo de caixa contratado, tendo como garantia real o próprio imóvel comercializado. (c) Outros créditos pró-soluto são valores a receber residual de clientes onde tiveram as unidades imobiliárias alienadas junto à instituição financeira. **a. Processo de repasse:** Quando a Companhia entrega seus empreendimentos, a maior parte dos clientes passa pelo processo de financiamento bancário (conhecido também como repasse), processo este requerido para a entrega das chaves e a tomada de posse da unidade. Clientes eventualmente não aprovados para financiamento bancário serão analisados individualmente e poderão ser distratados, não recebendo, assim, as chaves e não tomando posse do imóvel. Clientes sem condições de financiamento não recebendo as unidades e a Companhia devolverá, conforme contrato, parte do saldo recebido e colocará as unidades à venda novamente. Os vencimentos dos valores em processo de repasse são referentes à data original que consta no contrato de compra e venda, sendo que a Companhia somente altera a data de vencimento no momento da efetiva renegociação com os clientes.

b. Provisão para perdas esperadas:

	Controladora	Consolidado
Saldo em 31 de dezembro 2022	(6.456)	(37.031)
Provisão no exercício	(309)	(13.125)
Reversão no exercício	3.206	9.242
Cessão	3.559	32.520
Saldo em 31 de dezembro 2023	-	(8.394)
Provisão no exercício	-	(11.853)
Reversão no exercício	-	1.984
Saldo em 31 de dezembro de 2024	-	(18.263)

A provisão para perdas esperadas é realizada de acordo com o CPC 48 e IFRS 9, abordagem simplificada, quando existe uma evidência de que a Companhia não será capaz de realizar o fluxo de caixa esperado de acordo com os prazos de realização acordados. A Companhia efetuou revisão de seu "Procedimento de classificação de risco e provisão para perda" que resultou em mudanças no cálculo da perda estimada de crédito de contas a receber, onde passou a ser mais conservadora nas premissas. Conforme demonstrado nos quadros abaixo, os saldos dos clientes já estão líquidos da provisão para perdas esperadas em 31 de dezembro de 2024 e 2023. Os saldos no ativo circulante estão compostos pelos seguintes vencimentos:

	Consolidado 2024	Consolidado 2023
Vencidos:		
Acima de 180 dias	8.640	16.204
121 a 180 dias	5.803	2.953
91 a 120 dias	16.059	2.138
61 a 90 dias	3.161	17.087
31 a 60 dias	33.687	7.519
Até 30 dias	18.821	13.100
	86.171	59.001
A vencer:		
Até 30 dias	50.321	45.022
31 a 60 dias	11.363	11.173
61 a 90 dias	10.749	8.527
91 a 120 dias	14.846	14.378
121 a 360 dias	156.652	212.882
	243.931	291.982
Total	330.102	350.983

Os saldos do ativo não circulante em 31 de dezembro de 2024 e de 2023, estão compostos pelos seguintes vencimentos:

Ano de vencimento	Consolidado 2024	Consolidado 2023
Vencidos (a)	-	24.850
2025	-	117.785
2026	154.253	94.145
2027	64.509	57.627
2028	42.319	40.267
Acima de 2029	66.855	99.370
Total	327.936	434.044

(a) Os valores vencidos registrados no não circulante referem-se a clientes em discussão judicial com garantia real do imóvel visando o recebimento integral ou a reintegração do imóvel. Os saldos de créditos perante clientes são atualizados conforme cláusulas contratuais, pelos seguintes índices: • Até a entrega das chaves dos imóveis comercializados, pela variação do Índice Nacional de Construção Civil - INCC; • Após a entrega das chaves dos imóveis comercializados, pela variação do Índice Geral de Preços de Mercado - IGP-M ou pela Taxa Referencial - TR; e Para Urbanismo, pela variação do Índice Geral de Preços de Mercado - IGP-M desde o início do contrato. **c. Ajuste a valor presente:** Os elementos integrantes do ativo e passivo, quando decorrentes de operações de curto prazo (se relevantes) e longo prazo, sem a previsão de remuneração ou sujeitos a: (i) juros prefixados; (ii) juros notoriamente abaixo do mercado para transações semelhantes; e (iii) reajustes somente por inflação, sem juros, ajustados a seu valor presente com base na taxa média de captação da Companhia deduzida do IPCA, sendo suas reversões reconhecidas no resultado do exercício na rubrica "receita de incorporação imobiliária" no período pré-chaves. Em 31 de dezembro de 2024, a taxa utilizada pela Companhia para ajustar esses ativos e passivos a valor presente é de 8,09 % a.a. (6,94% a.a. em 31 de dezembro de 2023) que correspondem a sua taxa média de captação. Em 31 de dezembro de 2024 a Companhia e suas controladas possuíam registradas em créditos perante clientes R$ 5.156 de ajuste a valor presente (R$ 7.052 em 31 de dezembro de 2023). **6.1 Cessão de recebíveis:** A Companhia celebrou junto a instituição financeira um convênio, para contratação de operações de cessão de créditos pró-soluto. A Companhia mantém a administração sobre os recebíveis sendo assim foi constituído um passivo financeiro na rubrica "Cessão de recebíveis". Abaixo demonstramos a movimentação da cessão de recebíveis:

	Consolidado 2024	Consolidado 2023
Saldo inicial do exercício	83.042	88.514
Liberação de contrato - adições	-	20.494
Cessão GVinc	-	(2.695)
Juros provisionados	11.180	11.842
Valores repassados	(32.829)	(35.113)
Saldo no final do exercício	61.393	83.042
Passivo circulante	27.311	28.709
Passivo não circulante	34.082	54.333

Os saldos apresentados acima se encontram indexados à taxa média de 1,1042 % a.m. Essas operações representam vencimento máximo até setembro de 2029 e estão compostos pelos seguintes vencimentos:

31 de dezembro de 2024	2025	2026	2027	2028	após 2028	Consolidado Total
Cessão de recebíveis	27.311	15.826	11.275	5.857	1.124	61.393
Passivo circulante	27.311	-	-	-	-	27.311
Passivo não circulante	-	15.826	11.275	5.857	1.124	34.082

31 de dezembro de 2023	2024	2025	2026	2027	após 2027	Consolidado Total
Cessão de recebíveis	28.709	19.521	16.240	11.545	7.027	83.042
Passivo circulante	28.709	-	-	-	-	28.709
Passivo não circulante	-	19.521	16.240	11.545	7.027	54.333

7. Imóveis a comercializar: Representados por imóveis a serem vendidos e terrenos para futuras incorporações, assim distribuídos:

	Controladora 2024	Controladora 2023	Consolidado 2024	Consolidado 2023
Imóveis concluídos	-	-	1.038	291
Imóveis em construção	-	-	202.535	244.451
Terrenos para futuras incorporações	10.759	16.269	29.719	70.446
Despesas a repassar a SPEs	-	11.952	-	11.952
Total ativo circulante	10.759	28.221	233.292	327.140
Terrenos para futuras incorporações (*)	234.342	228.832	441.707	400.308
Despesas a repassar a SPEs	9.938	-	9.938	-
Total ativo não circulante	244.280	228.832	451.645	400.308

(*) Refere-se a terrenos com lançamentos previstos a partir de janeiro de 2026. O valor contábil do terreno de um empreendimento é transferido para a rubrica "Imóveis em construção" quando o empreendimento é lançado. **Juros capitalizados:** No exercício findo em 31 de dezembro de 2024, o valor de juros capitalizados é de R$ 43.201 (R$ 51.057 em 31 de dezembro de 2023) no consolidado.

8. Investimentos: Nos termos do CPC 45/IFRS 12, a Companhia optou por agregar as informações das controladas e controladas em conjunto com saldo de investimentos inferior a R$ 5.000.

2024

	Participação %	Participação Investimento	Ativo Circulante	Ativo Não circulante	Passivo Circulante	Passivo Não circulante	Capital social	Patrimônio líquido	Receita líquida	Lucro/ prejuízo líquido
Controladas em conjunto e coligadas:										
Sistema Fácil, Incorporadora Imobiliária - Goiânia I - SPE Ltda.	25%	34.111	18.138	129.390	1.412	9.670	12.962	136.445	33.886	23.810
Sistema Fácil Ribeirão Preto IX SPE Ltda.	50%	18	35	-	-	-	138	35	-	(1)
Total das controladas em conjunto e coligadas		34.129	18.173	129.390	1.412	9.670	13.100	136.480	33.886	23.809
Controladas:										
RNI Incorporadora Imobiliária 449 Ltda.	100%	12.546	4	12.602	61	-	12.037	12.546	-	200
RNI Incorporadora Imobiliária 450 Ltda.	55%	5.209	8.792	11.251	5.681	4.891	1	9.472	11.081	668
RNI Incorporadora Imobiliária 453 Ltda.	100%	6.059	77	23.086	4	17.100	6.226	6.059	-	(25)
RNI Incorporadora Imobiliária 455 Ltda.	100%	8.706	6.520	11.135	3.850	5.099	891	8.706	2.837	(2.399)
RNI Incorporadora Imobiliária 456 Ltda.	100%	12.863	48	16.220	3.405	-	11.878	12.863	-	(324)
RNI Incorporadora Imobiliária 457 Ltda.	100%	15.503	67.767	11.702	22.267	41.700	3.364	15.503	50.853	10.806
RNI Incorporadora Imobiliária 460 Ltda.	100%	8.698	11.083	9.543	5.813	6.115	2.334	8.698	16.201	(5.667)
RNI Incorporadora Imobiliária 461 Ltda.	100%	7.348	10.082	10.151	9.469	3.416	1.811	7.348	13.206	(2.363)
RNI Incorporadora Imobiliária 462 Ltda.	100%	12.667	-	12.667	-	-	13.060	12.667	-	(17)
RNI Incorporadora Imobiliária 464 Ltda.	100%	6.393	27.403	21.290	35.691	6.609	1.371	6.393	43.054	4.096
RNI Incorporadora Imobiliária 471 Ltda.	100%	19.584	20.950	48.558	14.531	35.392	1.649	19.584	47.855	12.720
RNI Incorporadora Imobiliária 474 Ltda.	100%	75.628	133.502	8.878	64.221	2.530	5.777	75.628	53.060	(5.496)
RNI Incorporadora Imobiliária 483 Ltda.	55%	7.475	19.716	18.216	19.787	4.555	1	13.590	70.191	14.362
RNI-VEGA Incorporadora Imobiliária 479 Ltda.	70%	7.660	10.339	15.735	13.285	1.846	5.035	10.943	34.458	508
Rodobens Incorporadora Imobiliária 361 - SPE Ltda.	60%	8.644	41.663	250	26.855	652	10	14.406	14.714	(4.116)
Rodobens Incorporadora Imobiliária 392 - SPE Ltda.	100%	12.104	15.490	24.278	24.775	2.889	11.658	12.104	20.572	2.148
Rodobens Incorporadora Imobiliária 393 - SPE Ltda.	100%	10.618	9.187	18.619	10.330	6.859	13.611	10.618	5.487	(9.746)
Rodobens Urbanismo Ltda.	100%	74.393	14.652	71.377	4.344	7.292	97.241	74.393	2.226	(21.870)
Terra Nova Rodobens Incorporadora Imobiliária Ourinhos I SPE Ltda.	100%	8.822	4.879	10.126	2.682	3.500	8.906	8.822	2.558	(1.040)
SPEs (92)		64.356	207.494	246.510	178.646	207.408	110.654	67.951	153.044	(37.179)
Total das controladas		385.276	609.648	602.194	445.697	357.853	307.515	408.294	541.397	(44.734)
Total das controladas, controladas em conjunto e coligadas		419.405	627.821	731.584	447.109	367.523	320.615	544.774	575.283	(20.925)
Investimentos - Individual		423.924								
Provisão para perdas em investidas - Individual		(4.519)								
Total das controladas, controladas em conjunto e coligadas		419.405								

2023

	Participação %	Participação Investimento	Ativo Circulante	Ativo Não circulante	Passivo Circulante	Passivo Não circulante	Capital social	Patrimônio líquido	Receita líquida	Lucro/ prejuízo líquido
Controladas em conjunto e coligadas:										
Sistema Fácil, Incorporadora Imobiliária - Goiânia I - SPE Ltda.	25%	31.001	20.838	114.085	706	25.574	12.962	124.094	13.462	17.017
SPEs (28)		20	3.363	1.863	4.902	239	9.889	85	(15)	(16.060)
Total das controladas em conjunto e coligadas		31.021	24.201	115.948	5.608	25.813	22.851	124.179	13.447	957
Controladas:										
Rodobens Incorporadora Imobiliária 361 - SPE Ltda.	60%	5.958	50.576	2.838	11.515	31.970	10	9.930	20.141	2.384
Rodobens Incorporadora Imobiliária 392 - SPE Ltda.	100%	9.956	14.829	27.615	10.581	21.908	11.658	9.956	8.248	(1.672)
Rodobens Incorporadora Imobiliária 393 - SPE Ltda.	100%	20.364	13.747	27.139	10.947	9.575	13.611	20.364	26.772	(1.027)
Rodobens Incorporadora Imobiliária 405 - SPE Ltda.	100%	10.511	13.531	8.295	6.665	4.649	5.924	10.511	(418)	(8.299)
Rodobens Incorporadora Imobiliária 440 - SPE Ltda.	100%	5.291	5.005	8.762	3.910	4.566	4.799	5.291	2.494	(1.190)
RNI Incorporadora Imobiliária 449 Ltda.	100%	12.004	4.217	8.189	402	-	9.888	12.004	-	61
RNI Incorporadora Imobiliária 450 Ltda.	55%	6.767	8.280	27.804	16.651	7.130	1	12.303	31.568	2.744
RNI Incorporadora Imobiliária 453 Ltda.	100%	5.051	7.680	15.049	921	16.758	2.084	5.051	-	(169)
RNI Incorporadora Imobiliária 456 Ltda.	100%	11.848	4.930	9.742	2.824	-	11.367	11.848	-	(118)
RNI Incorporadora Imobiliária 458 Ltda.	100%	6.285	12.837	12.827	11.039	8.339	1.747	6.285	12.910	(4.152)
RNI Incorporadora Imobiliária 462 Ltda.	100%	12.075	4.140	8.211	276	-	2.121	12.075	-	(292)
RNI Incorporadora Imobiliária 471 Ltda.	100%	6.826	9.874	22.959	14.917	11.090	1.610	6.826	23.318	4.126
RNI Incorporadora Imobiliária 474 Ltda.	100%	30.834	214.675	12.091	66.772	129.160	5.777	30.834	66.129	2.288
RNI-VEGA Incorporadora Imobiliária 479 Ltda.	70%	7.305	23.782	19.684	20.346	12.684	5.035	10.435	42.138	6.048
RNI Incorporadora Imobiliária 480 Ltda.	100%	5.135	14	5.488	199	168	2.688	5.135	5.263	100
Rodobens Urbanismo Ltda.	100%	204.548	46.382	183.757	12.033	13.559	136.020	204.548	(7.023)	(11.885)
Terra Nova Rodobens Incorporadora Imobiliária Ourinhos I SPE Ltda.	100%	10.516	6.368	12.317	3.032	5.136	6.935	10.516	6.151	382
SPEs (200)		52.323	297.596	297.510	254.025	285.468	72.190	55.613	157.775	(81.304)
Ágio na aquisição de controladas		579	-	-	-	-	-	-	-	-
Total das controladas		424.176	738.463	710.277	447.055	562.160	293.465	439.525	395.466	(91.975)
Total das controladas, controladas em conjunto e coligadas		455.197	762.664	826.225	452.663	587.973	316.316	563.704	408.913	(91.018)
Investimentos - Individual		461.941	-	-	-	-	-	-	-	-
Provisões para perdas em investidas - Individual		(6.744)	-	-	-	-	-	-	-	-
Total das controladas, controladas em conjunto e coligadas		455.197	-	-	-	-	-	-	-	-

continua →

→ continuação

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS DA RNI NEGÓCIOS IMOBILIÁRIOS S.A.
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023 *(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)*

	2024			2023		
	Participação	Resultado do exercício	Resultado de equivalência patrimonial	Participação	Resultado do exercício	Resultado de equivalência patrimonial
Controladas em conjunto e coligadas:						
Sistema Fácil, Incorporadora Imobiliária - Goiânia I - SPE Ltda.	25%	23.810	5.952	25%	17.017	4.246
SPEs (1/28)		(1)	347		(16.060)	(7.902)
Total das controladas em conjunto e coligadas		23.809	6.299		957	(3.656)
Eliminação de participações indiretas		-	-		-	-
Total das controladas em conjunto e coligadas		23.809	6.299		957	(3.656)
Controladas:						
RNI Incorporadora Imobiliária 449 Ltda.	100%	200	200	100%	61	61
RNI Incorporadora Imobiliária 450 Ltda.	55%	668	368	55%	2.744	1.509
RNI Incorporadora Imobiliária 453 Ltda.	100%	(25)	(25)	100%	(169)	(169)
RNI Incorporadora Imobiliária 455 Ltda.	100%	(2.399)	(2.399)	100%	(4.998)	(4.998)
RNI Incorporadora Imobiliária 456 Ltda.	100%	(324)	(324)	100%	(118)	(118)
RNI Incorporadora Imobiliária 457 Ltda.	100%	10.806	10.806	100%	1.082	1.082
RNI Incorporadora Imobiliária 460 Ltda.	100%	(5.667)	(5.667)	100%	(4.034)	(4.034)
RNI Incorporadora Imobiliária 461 Ltda.	100%	(2.363)	(2.363)	100%	(2.089)	(2.089)
RNI Incorporadora Imobiliária 462 Ltda.	100%	(17)	(17)	100%	(292)	(292)
RNI Incorporadora Imobiliária 464 Ltda.	100%	4.096	4.096	100%	713	713
RNI Incorporadora Imobiliária 471 Ltda.	100%	12.720	12.720	100%	4.126	4.126
RNI Incorporadora Imobiliária 474 Ltda.	100%	(5.496)	(5.496)	100%	2.288	2.288
RNI Incorporadora Imobiliária 483 Ltda.	55%	14.362	7.899	55%	(682)	(375)
RNI-VEGA Incorporadora Imobiliária 479 Ltda.	70%	508	355	70%	6.048	4.233
Rodobens Incorporadora Imobiliária 361 - SPE Ltda.	60%	(4.116)	(2.470)	60%	2.384	1.430
Rodobens Incorporadora Imobiliária 392 - SPE Ltda.	100%	2.148	2.148	100%	(1.672)	(1.672)
Rodobens Incorporadora Imobiliária 393 - SPE Ltda.	100%	(9.746)	(9.746)	100%	(1.027)	(1.027)
Rodobens Urbanismo Ltda.	100%	(21.870)	(21.870)	100%	(11.885)	(11.885)
Terra Nova Rodobens Incorporadora Imobiliária Ourinhos I SPE Ltda.	100%	(1.040)	(1.040)	100%	382	382
SPEs (92/200)		(37.179)	(37.112)		(84.833)	(79.990)
Total das controladas		(44.734)	(49.937)		(91.971)	(90.825)
Total das controladas, controladas em conjunto e coligadas		**(20.925)**	**(43.638)**		**(91.014)**	**(94.481)**

	2023						2024
	Saldo inicial	Subscrição de capital	AFAC	Redução e distribuição de lucros	Resultado de equivalência patrimonial	Transações com sócios - Ajuste de avaliação	Saldo final
Controladas:							
RNI Incorporadora Imobiliária 455 Ltda.	3.264	-	9.192	(1.350)	(2.399)	-	8.707
RNI Incorporadora Imobiliária 449 Ltda.	12.004	-	643	(301)	200	-	12.546
RNI Incorporadora Imobiliária 450 Ltda.	6.767	-	275	(2.200)	368	-	5.210
RNI Incorporadora Imobiliária 453 Ltda.	5.051	-	1.034	-	(25)	-	6.060
RNI Incorporadora Imobiliária 456 Ltda.	11.848	-	1.339	-	(324)	-	12.863
RNI Incorporadora Imobiliária 457 Ltda.	4.697	-	-	-	10.806	-	15.503
RNI Incorporadora Imobiliária 460 Ltda.	1.653	-	12.710	-	(5.667)	-	8.696
RNI Incorporadora Imobiliária 461 Ltda.	3.939	-	6.185	(42)	(2.363)	-	7.719
RNI Incorporadora Imobiliária 462 Ltda.	12.075	-	610	-	(17)	-	12.668
RNI Incorporadora Imobiliária 464 Ltda.	2.296	-	-	-	4.096	-	6.392
RNI Incorporadora Imobiliária 471 Ltda.	6.826	-	39	-	12.720	-	19.585
RNI Incorporadora Imobiliária 474 Ltda.	30.834	-	50.291	-	(5.496)	-	75.629
RNI Incorporadora Imobiliária 483 Ltda.	(425)	-	-	-	7.899	-	7.474
RNI-VEGA Incorporadora Imobiliária 479 Ltda.	7.305	-	-	-	355	-	7.660
Rodobens Incorporadora Imobiliária 361 - SPE Ltda.	5.958	-	5.156	-	(2.470)	-	8.644
Rodobens Incorporadora Imobiliária 392 - SPE Ltda.	9.956	-	-	-	2.148	-	12.104
Rodobens Incorporadora Imobiliária 393 - SPE Ltda.	20.364	-	-	-	(9.746)	-	10.618
Rodobens Urbanismo Ltda.	204.548	-	5.533	(78.909)	(21.870)	(34.909)	74.393
Terra Nova Rodobens Incorporadora Imobiliária Ourinhos I SPE Ltda.	10.516	-	757	(1.410)	(1.040)	-	8.823
SPEs (92)	64.121	20	52.165	(15.212)	(37.112)	-	63.982
Ágio na aquisição de controladas	579	-	-	-	-	(579)	-
Total das controladas	**424.176**	**20**	**145.929**	**(95.424)**	**(49.937)**	**(35.488)**	**385.276**
Controladas em conjunto e coligadas:							
Sistema Fácil, Incorporadora Imobiliária - Goiânia I - SPE Ltda.	31.001	-	-	(3.190)	5.952	-	33.763
SPEs (1)	20	-	(1)	-	347	-	366
Total das controladas em conjunto e coligadas	**31.021**	**-**	**(1)**	**(3.190)**	**6.299**	**-**	**34.129**
Total das controladas em conjunto e coligadas - Consolidado	31.021	-	(1)	(3.190)	6.299	-	34.129
Passivo a descoberto - Investimentos - Consolidado	-	-	-	-	-	-	-
Total das controladas em conjunto e coligadas	**31.021**	**-**	**(1)**	**(3.190)**	**6.299**	**-**	**34.129**
Total das controladas, controladas em conjunto e coligadas	**455.197**	**20**	**145.928**	**(102.614)**	**(43.638)**	**(35.488)**	**419.405**
Total das controladas, controladas em conjunto e coligadas - Individual	461.941	1	104.293	(100.578)	(6.245)	(35.488)	423.924
Passivo a descoberto - Investimentos - Individual	(6.744)	19	41.635	(2.036)	(37.393)	-	(4.519)
Total das controladas, controladas em conjunto e coligadas	455.197	20	145.928	(102.614)	(43.638)	(35.488)	419.405

	2022						2023
	Saldo inicial	Subscrição de capital	AFAC	Redução e distribuição de lucros	Resultado de equivalência patrimonial	Baixa de custo de investimento	Saldo final
Controladas:							
Rodobens Incorporadora Imobiliária 361 - SPE Ltda.	4.527	-	-	-	1.430	-	5.957
Rodobens Incorporadora Imobiliária 392 - SPE Ltda.	11.628	-	-	-	(1.672)	-	9.956
Rodobens Incorporadora Imobiliária 393 - SPE Ltda.	21.391	-	-	-	(1.027)	-	20.364
Rodobens Incorporadora Imobiliária 405 - SPE Ltda.	35.186	-	6.141	(26.517)	(8.299)	-	10.511
Rodobens Incorporadora Imobiliária 440 - SPE Ltda.	1.404	-	5.306	(229)	(1.190)	-	5.291
RNI Incorporadora Imobiliária 449 Ltda.	10.122	-	1.821	-	61	-	12.004
RNI Incorporadora Imobiliária 450 Ltda.	5.258	-	-	-	1.509	-	6.767
RNI Incorporadora Imobiliária 453 Ltda.	1.656	-	3.564	-	(169)	-	5.051
RNI Incorporadora Imobiliária 456 Ltda.	11.397	-	568	-	(118)	-	11.847
RNI Incorporadora Imobiliária 458 Ltda.	10.438	-	-	-	(4.152)	-	6.286
RNI Incorporadora Imobiliária 462 Ltda.	9.699	-	2.668	-	(292)	-	12.075
RNI Incorporadora Imobiliária 471 Ltda.	2.699	-	-	-	4.126	-	6.825
RNI Incorporadora Imobiliária 474 Ltda.	28.546	-	-	-	2.288	-	30.834
RNI-VEGA Incorporadora Imobiliária 479 Ltda.	3.071	-	-	-	4.233	-	7.304
RNI Incorporadora Imobiliária 480 Ltda.	2.688	-	2.347	-	100	-	5.135
Rodobens Urbanismo Ltda.	234.598	-	40.707	(15.510)	(11.885)	(43.362)	204.548
Terra Nova Rodobens Incorporadora Imobiliária Ourinhos I SPE Ltda.	12.738	-	2.981	(5.585)	382	-	10.516
SPEs (200)	283.605	(1.210)	68.903	(38.838)	(76.150)	(183.984)	52.326
Ágio na aquisição de controladas	579	-	-	-	-	-	579
Total das controladas	**695.230**	**(1.210)**	**135.006**	**(86.679)**	**(90.825)**	**(227.346)**	**424.176**
Controladas em conjunto e coligadas:							
Sistema Fácil, Incorporadora Imobiliária - Goiânia I - SPE Ltda.	29.428	-	-	(2.673)	4.246	-	31.001
SPEs (28)	37.145	1.217	2.584	(3.201)	(7.902)	(29.823)	20
Ágio na aquisição de controlada em conjunto	7.469	-	-	-	-	(7.469)	-
Total das controladas em conjunto e coligadas	**74.042**	**1.217**	**2.584**	**(5.874)**	**(3.656)**	**(37.292)**	**31.021**
Total das controladas em conjunto e coligadas - Consolidado	76.113	1.217	2.561	(5.874)	(3.532)	(39.464)	31.021
Passivo a descoberto - Investimentos - Consolidado	(2.071)	-	23	-	(124)	2.172	-
Total das controladas em conjunto e coligadas	**74.042**	**1.217**	**2.584**	**(5.874)**	**(3.656)**	**(37.292)**	**31.021**
Total das controladas, controladas em conjunto e coligadas	**769.272**	**7**	**137.590**	**(92.553)**	**(94.481)**	**(264.638)**	**455.197**
Total das controladas, controladas em conjunto e coligadas - Individual	774.792	7	114.222	(91.279)	(71.163)	(264.638)	461.941
Passivo a descoberto - Investimentos - Individual	(5.520)	-	23.368	(1.274)	(23.318)	-	(6.744)
Total das controladas, controladas em conjunto e coligadas	**769.272**	**7**	**137.590**	**(92.553)**	**(94.481)**	**(264.638)**	**455.197**

Em 31 de março de 2023 a Companhia alienou 100% das cotas sociais da participação societária na Terra Nova Rodobens Incorporadora Imobiliária Residence IV Ltda. e Terra Nova Rodobens Incorporadora Imobiliária Palhoça IV pelo montante de R$ 50.612, que estavam registrado a custo pelo valor de R$ 26.363, tanto a receita quanto a baixa do custo foram registrados na rubrica de "outras receitas e despesas operacionais, líquidas" na demonstração do resultado do exercício. A Terra Nova Rodobens Incorporadora Imobiliária Residence IV Ltda. e Terra Nova Rodobens Incorporadora Imobiliária Palhoça IV, tinham como principal ativo um imóvel na cidade de Palhoça-SC no valor de R$ 23.882 e R$ 2.784 respectivamente. Em 31 de dezembro de 2023, havia valores a receber registrados na rubrica de "Contas a receber por alienação cotas", no montante de R$ 51.863 referente apenas a Terra Nova Rodobens Incorporadora Imobiliária Residence IV Ltda., que não afetaram a demonstração do fluxo de caixa. Em 31 de dezembro de 2023 a Companhia fez cessão dos direitos de crédito do contas a receber por alienação de cotas referente a Terra Nova Rodobens Incorporadora Imobiliária Palhoça IV no valor de R$ 5.156. Em 21 de junho de 2023 a Companhia alienou 100% das cotas sociais da participação societária na RNI Incorporadora Imobiliária 451 Ltda. pelo montante de R$ 7.575, que estava registrado a custo pelo valor de R$ 6.725, tanto a receita quanto a baixa do custo foram registrados na rubrica de "outras receitas e despesas operacionais, líquidas" na demonstração do resultado do exercício, a empresa tinha como principal ativo um imóvel na cidade de Ourinhos-SP. Em 31 de dezembro de 2023 a Companhia alienou a totalidade de sua participação societária de 166 subsidiárias que estava registrado a custo pelo montante de R$ 224.080, a baixa dos custos foi registrada na rubrica de "outras receitas e despesas operacionais, líquidas" na demonstração do resultado do exercício. A operação foi realizada em conjunto com o contrato de compra e vendas de quotas, cessão de ativos e outras avenças. Em 28 de março de 2024 a Companhia através de sua controlada Rodobens Urbanismo Ltda., alienou a totalidade da participação societária da RNI Incorporadora Imobiliária 363 Ltda., que estava registrada a custo pelo montante de R$ 100.909, a diferença entre a baixa do custo e o montante a receber de R$ 66.000 foi reconhecida no Patrimônio Líquido na rubrica "Ajustes de avaliação patrimonial", pois foi uma transação realizada entre sócios conforme nota explicativa nº 1.1.

9. Imobilizado:

Controladora	2022	Adições	Baixas	Depreciação	2023	Adições	Baixas	Depreciação	2024
Máquinas e ferramentas	7.687	-	(967)	(344)	6.376	1.220	(277)	(384)	6.935
Computadores e periféricos	40	-	-	(9)	31	76	-	(20)	87
Móveis e utensílios	245	-	-	(115)	130	-	-	(39)	91
Prédios	1.867	-	-	(148)	1.719	-	-	(150)	1.569
Instalações	127	-	-	(18)	109	-	-	(17)	92
Total	9.966	-	(967)	(634)	8.365	1.296	(277)	(610)	8.774

Consolidado	2022	Adições	Baixas	Depreciação	2023	Adições	Baixas	Depreciação	2024
Stand de Vendas	8.105	2.957	-	(2.823)	8.239	475	-	(4.605)	4.109
Máquinas e ferramentas	7.688	343	(1.310)	(345)	6.376	1.220	(277)	(384)	6.935
Computadores e periféricos	41	-	-	(10)	31	76	-	(20)	87
Móveis e utensílios	246	-	-	(116)	130	-	-	(39)	91
Prédios	1.867	-	-	(148)	1.719	-	-	(150)	1.569
Instalações	129	-	-	(20)	109	-	-	(17)	92
Total	**18.076**	**3.300**	**(1.310)**	**(3.462)**	**16.604**	**1.771**	**(277)**	**(5.215)**	**12.883**

10. Empréstimos e financiamentos: a. Composição dos empréstimos:

	Controladora 2024	Controladora 2023	Consolidado 2024	Consolidado 2023
Passivo circulante:				
Dívida corporativa	31.518	73.971	31.518	73.971
Dívida de produção	5.738	5.454	124.787	111.215
	37.256	79.425	156.305	185.186
Passivo não circulante:				
Dívida corporativa	197.655	78.024	197.655	78.024
Dívida de produção	106.938	122.251	227.943	379.819
	304.593	200.275	425.598	457.843
Total				
Dívida corporativa	229.173	151.995	229.173	151.995
Dívida de produção	112.676	127.705	352.730	491.034
	341.849	279.700	581.903	643.029

Dívida corporativa - Controladora e Consolidado:

			Controladora e Consolidado - Saldo devedor	
Dívida corporativa	Taxa de juros	Vencimento final	2024	2023
Cédula de Crédito Bancário	CDI+ 3,38%	mai/25	-	50.352
Nota Promissória	CDI+ 3,10%	mai/24	-	71.140
Nota Promissória	CDI+ 2,90%	jun/25	32.023	30.503
Nota Comercial (v)	CDI+ 2,00%	dez/27	80.044	-
Certificado de Recebíveis Imobiliários (iv)	CDI+ 1,60%	nov/27	117.107	-
			229.173	151.995

Dívida de produção - Controladora:

			Saldo devedor	
Dívida produção	Taxa de juros	Vencimento final	2024	2023
Certificado de Recebíveis Imobiliários	CDI+ 2,00%	abr/28	20.961	25.980
Certificado de Recebíveis Imobiliários	CDI+ 1,70%	fev/29	48.175	58.521
Certificado de Recebíveis Imobiliários	CDI+ 3,00%	jul/26	43.539	43.204
			112.676	127.705

Dívida de produção - Consolidado:

			Saldo devedor	
Dívida produção	Taxa de juros	Vencimento final	2024	2023
Plano Empresário	6,00%+ TR	ago/26	-	1.349
Plano Empresário	6,00%+ rendimento da poupança	mar/27	2.259	-
Plano Empresário	8,30%+ TR	jan/29	43.379	26.672
Plano Empresário	9,00%+ TR	dez/27	-	8.319
Plano Empresário	9,30%+ TR	fev/28	10.241	15.014
Plano Empresário	10,94%+ TR	jul/26	39.294	8.557
Plano Empresário	3,50%+ 100% do CDI	out/25	49.999	167.164
Plano Empresário	2,75%+ rendimento poupança	nov/26	14.619	3.880
Plano Empresário	3,20%+ rendimento poupança	nov/26	13.356	-
Plano Empresário	4,52%+ rendimento poupança	ago/28	5.138	11.761
Certificado de Recebíveis Imobiliários	CDI+ 2,00%	abr/28	20.961	25.980
Certificado de Recebíveis Imobiliários	CDI+ 1,70%	fev/29	48.175	58.521
Certificado de Recebíveis Imobiliários (ii)	CDI+ 3,00%	jul/26	43.539	43.204
Cédula de Crédito Bancário	CDI+ 2,20%	mai/24	-	11.158
Cédula de Crédito Bancário	CDI+ 2,55%	nov/24	-	14.060
Cédula de Crédito Bancário	CDI+ 2,40%	mai/24	-	5.082
Cédula de Crédito Bancário	CDI+ 2,48%	jul/24	-	7.582
Cédula de Crédito Bancário	CDI+ 2,70%	abr/24	-	3.537
Cédula de Crédito Bancário	CDI+ 2,75%	dez/24	-	13.508
Cédula de Crédito Bancário	CDI+ 2,80%	mai/24	-	7.302
Cédula de Crédito Bancário	CDI+ 2,82%	ago/24	-	4.002
Cédula de Crédito Bancário	CDI+ 2,88%	jan/25	4.021	4.018
Cédula de Crédito Bancário	CDI+ 2,81%	jul/24	-	2.006
Cédula de Crédito Bancário	CDI+ 2,99%	jul/24	-	5.017
Cédula de Crédito Bancário (i)	CDI+ 3,00%	jun/25	7.522	15.035
Cédula de Crédito Bancário	CDI+ 3,24%	fev/25	4.026	5.026
Cédula de Crédito Bancário	CDI+ 3,15%	ago/24	-	6.006
Cédula de Crédito Bancário	CDI+ 3,32%	mai/24	-	7.271
Cédula de Crédito Bancário	CDI+ 3,40%	ago/25	10.005	10.003
Nota Comercial (iii)	CDI+ 1,94%	set/25	36.195	-
			352.730	491.034

(i) Em 23 de junho de 2023, a Companhia contratou Cédula de Crédito Bancário ("CCB") no montante de R$ 15.000 com vencimento em 20 de junho de 2025, sendo a remuneração de 100% do CDI acrescidos de 3,00% ao ano. (ii) Em 1º de agosto de 2023, a Companhia contratou um Certificado de Recebíveis Imobiliários ("CRI") no montante de R$ 43.000 com vencimento em 16 de julho de 2026, sendo a remuneração de 100% do CDI acrescidos de 3,00% ao ano. (iii) Em 14 de maio de 2024, a Companhia através de suas controladas contratou notas comerciais escriturais no montante de R$ 36.000 com vencimento em setembro de 2025, sendo a remuneração de 100% do CDI acrescidos de 1,94% ao ano. (iv) Em 18 de novembro de 2024, a Companhia contratou um Certificado de Recebíveis Imobiliários ("CRI") no montante de R$ 120.000 com vencimento em 26 de novembro de 2027, sendo a remuneração de 100% do CDI acrescidos de 1,60% ao ano. (v) Em 06 de dezembro de 2024, a Companhia contratou notas comerciais escriturais no montante de R$ 80.000 com vencimento em setembro de 2027, sendo a remuneração de 100% do CDI acrescidos de 2,00% ao ano. Em 20 de junho de 2022 a Companhia contratou um Certificado de Recebíveis Imobiliários ("CRI") no montante de R$ 72.090 com vencimento em 25 de junho de 2027, sendo que a remuneração é de 100% do CDI acrescidos de 2,00% ao ano. Em 31 de dezembro de 2023 a Companhia cedeu direito de crédito e deveres do saldo residual dessa dívida para Rodobens Participações S.A. no montante de R$ 69.986. Em 16 de março de 2023, a Companhia firmou contrato de Certificado de Recebíveis Imobiliários ("CRI") no montante total de R$ 86.135 com vencimento em 24 de março de 2028, sendo a remuneração de 100% do CDI acrescidos de 1,80% ao ano. Em 31 de dezembro de 2023 a Companhia cedeu direito de crédito e deveres do saldo residual dessa dívida para Rodobens Participações S.A. no montante de R$ 81.092. Os empréstimos têm garantias dependendo do tipo de operação:

Tipo de operação	Garantia prestada
Dívida corporativa:	
Cédula de Crédito Bancário	Aval dos sócios controladores
Nota Promissória	Aval dos sócios controladores
Dívida de produção:	
Plano Empresário	Fração ideal dos terrenos e unidades concluídas, carteira de recebíveis e aval dos sócios.
Certificado de Recebíveis Imobiliários	Garantia dos recebíveis e aval dos sócios
Cédula de Crédito Bancário	Aval dos sócios
Nota Comercial	Aval dos sócios

Obrigações contratuais - não financeiros: A Companhia e suas controladas, possuem certas obrigações contratuais para os contratos de empréstimos e financiamentos a serem cumpridas enquanto perdurarem as dívidas, tais como: • Cumprir os pagamentos previstos em contrato; itens relacionados à continuidade das atividades, falência, insolvência; recuperação judicial ou extrajudicial, itens relacionados a qualquer medida judicial que possa afetar as garantias dadas em contratos, não realizar cessão ou transferência de direitos e obrigações dos contratos assim como fusão, cisão ou incorporação (neste caso, salvo se incorporada pela RNI) sem anuência do agente financeiro; garantir a contratação dos devidos seguros obrigatórios dos projetos ou bens; garantir a integridade dos dados e veracidade das declarações fornecidas aos agentes financeiros; não ter alterações significativas na composição societária, sem a observância das respectivas leis, e no controle acionário; não redução de capital social da Emissora e/ou da Avalista, exceto se decorrente de operação de redução de capital social por absorção de prejuízos acumulados ou se previamente aprovado pelos titulares, comprovar a destinação imobiliária dos recursos captados nos projetos descritos em contrato; obedecer ao projeto, às especificações e restrições aprovadas pelos agentes financeiros ressalvado o disposto em cláusulas pré-estabelecidas para alterações; prestar informações nos prazos solicitados nos contratos; não ocorrer qualquer uma das hipóteses previstas nos artigos 333 e 1.425 do Código Civil; pagamento de dividendos, juros sobre o capital próprio ou qualquer outra participação no lucro prevista no Estatuto Social da Emitente, caso a Emitente esteja inadimplente com as obrigações pecuniárias ressalvado, entretanto, o pagamento do dividendo mínimo obrigatório previsto no artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações; não realizar operações estranhas ao seu objeto social, observar as disposições estatutárias, legais e regulamentares em vigor; garantir o cumprimento de todas as leis, regras e regulamentos em qualquer jurisdição na qual realize negócios ou possua ativos, bem como não seja movida qualquer medida judicial, extrajudicial ou administrativa que possa afetar os direitos do agente financeiro desde que não sejam reparadas ou justificadas pela Companhia; não ultrapassar valor máximo estipulado em contrato de títulos protestados; garantir a manutenção da capacidade de honrar com as garantias apresentadas nos contratos; manter válidas as licenças pertinentes ao funcionamento do negócio; expropriação, nacionalização, desapropriação ou afins de ativos ou ações, por qualquer autoridade governamental; não conclusão da obra dentro do prazo contratual, retardamento, paralisação da mesma, ou delegar a execução das obras e serviços contratados sem a devida justificativa aceita pelo agente financeiro; vender, hipotecar, obras de demolição, alteração ou acréscimo de modo a comprometer a manutenção ou realização da garantia dada, ou deixar de manter em perfeito estado de conservação o imóvel oferecido em garantia, sem prévio e expresso consentimento do agente financeiro; dentre outros. • A falta de cumprimento dos itens citados poderá ocasionar o acionamento dos agentes financeiros que poderá resultar em vencimento antecipado dos contratos.

Cronograma de vencimento da dívida:

Controladora - Exercício findo em:	2024	2025	2026	2027	2028	após 2028	Total
31 de dezembro de 2024	-	37.256	97.673	177.322	18.626	10.972	341.849
31 de dezembro de 2023	79.425	90.987	61.246	18.444	18.626	10.972	279.700

Consolidado - Exercício findo em:	2024	2025	2026	2027	2028	após 2028	Total
31 de dezembro de 2024	-	156.305	183.014	198.832	32.555	11.197	581.903
31 de dezembro de 2023	185.186	290.845	92.932	39.720	23.374	10.972	643.029

11. Contas a pagar por aquisição de imóveis: São compromissos assumidos na compra de terrenos registrado na conta de imóveis a comercializar para a incorporação de empreendimentos imobiliários, os montantes totais e a forma de liquidação estão demonstrados como segue:

	Controladora 2024	Controladora 2023	Consolidado 2024	Consolidado 2023
Passivo circulante	640	968	71.759	65.566
Passivo não circulante	244.461	244.133	423.007	469.905
Total	245.101	245.101	494.766	535.471
Pagamentos por moeda corrente	1.200	1.200	1.200	1.200
Pagamentos por dação de unidades	30.836	30.836	30.836	30.836
Pagamentos por VGV	213.065	213.065	462.730	503.435
	245.101	245.101	494.766	535.471

Na modalidade de pagamento por VGV a atualização do saldo a pagar é efetuada com base nas mesmas condições dos contratos de compra e venda das unidades ou pelo valor mínimo atualizado.

12. Partes relacionadas: A Companhia, os acionistas controladores, as controladas e controladas em conjunto realizam operações comerciais e financeiras entre si. Essas operações incluem a disponibilização de recursos para os empreendimentos, contratos de prestação de serviços, garantias dos acionistas controladores em contratos de financiamento e venda de carteira de crédito e de unidades residenciais a prazo.

Eufrázio

★ continuação

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS DA RNI NEGÓCIOS IMOBILIÁRIOS S.A.
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023 *(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)*

		Controladora 2024			2023		
		Ativo	Passivo	Demonstração do resultado	Ativo	Passivo	Demonstração do resultado
Caixa e equivalentes de caixa		-	-	6	-	-	6
Aplicações financeiras		56	-	-	53	-	-
Créditos (débitos) com partes relacionadas	(a)	97.178	47.873	1.659	80.535	77.706	(3.807)
Contas receber por alienação cotas	(c)	53.123	-	6.382	111.225	-	1.630
Investimentos		423.924	4.519	(43.638)	461.941	6.744	(94.481)
Fornecedores		-	84	(3.272)	-	341	(4.263)
Remuneração dos Administradores	12.1	-	-	(4.946)	-	-	(5.682)
Total		574.281	52.476	(43.809)	653.754	84.791	(106.597)

		Consolidado 2024			2023		
		Ativo	Passivo	Demonstração do resultado	Ativo	Passivo	Demonstração do resultado
Caixa e equivalentes de caixa		267	-	78	5.055	-	247
Aplicações financeiras		56	-	-	72	-	-
Créditos (débitos) com partes relacionadas	(a)	9.590	2.629	443	4.944	1.938	308
Contas a receber por venda de terrenos		-	-	-	-	-	113
Contas receber por alienação cotas	(c)	53.123	-	6.382	111.225	-	1.630
Investimentos		34.129	-	6.299	31.021	-	(3.656)
Fornecedores		-	86	(3.451)	-	462	(6.775)
Empréstimos e financiamentos	(b)	-	8.047	(3.115)	-	38.102	(6.571)
Contas a pagar por aquisição de imóveis		-	50	(4)	-	363	(15)
Remuneração dos Administradores	12.1	-	-	(4.946)	-	-	(5.682)
Total		97.165	10.812	1.686	152.317	40.865	(20.401)

(a) Os saldos registrados de créditos (débitos) com partes relacionadas referem, basicamente, as operações de contratos de mútuo da Controladora com as suas controladas e controladas em conjunto, que são remunerados a 100% CDI - Certificado de Depósito Interbancário. Em 31 de dezembro de 2024 e de 2023, os mútuos ativos e passivos mais representativos são conforme segue:

	Controladora 2024	2023	Consolidado 2024	2023
Mútuos ativos				
RNI Incorporadora Imobiliária 482 Ltda.	17.393	6.549	-	-
RNI Incorporadora Imobiliária 464 Ltda.	16.186	9.348	-	-
RNI Incorporadora Imobiliária 459 Ltda.	11.658	9.520	-	-
RNI Incorporadora Imobiliária 469 Ltda.	10.326	20.899	-	-
RNI Incorporadora Imobiliária 471 Ltda.	7.822	-	-	-
RNI-VEGA Incorporadora Imobiliária Ltda.	6.255	4.454	-	-
RNI Incorporadora Imobiliária 470 Ltda.	4.824	3.420	-	-
Vega Construtora e Incorporadora	4.781	3.858	-	-
RNI Incorporadora Imobiliária 461 Ltda.	3.323	2.754	-	-
RNI Incorporadora Imobiliária 456 Ltda.	2.951	1.875	-	-
RNI Incorporadora Imobiliária 481 Ltda.	2.189	-	-	-
RNI Incorporadora Imobiliária 474 Ltda.	1.940	10.174	-	-
SM Desenvolvimento e Incorporações Ltda.	1.835	-	-	-
Imobiliária e Agropecuária Jereissati S.A.	1.770	-	-	-
RNI Incorporadora Imobiliária 511 Ltda.	1.536	-	-	-
Outras	2.389	7.684	9.590	4.944
	97.178	80.535	9.590	4.944

	Controladora 2024	2023	Consolidado 2024	2023
Mútuos Passivos				
Rodobens Incorporadora Imobiliária 392	(15.440)	(21.191)	-	-
Rodobens Incorporadora Imobiliária 393	(13.051)	(19.416)	-	-
RNI Incorporadora Imobiliária 457 Ltda.	(5.798)	(5.930)	-	-
RNI Incorporadora Imobiliária 491 Ltda.	(8.006)	(3.842)	-	-
RNI Incorporadora Imobiliária 483 Ltda.	(3.671)	(4.310)	-	-
RNI Incorporadora Imobiliária 458 Ltda.	(945)	(8.285)	-	-
Rodobens Incorporadora Imobiliária 412	(963)	-	-	-
RNI-SM Incorporadora Imobiliária 450	-	(12.001)	-	-
Outras	-	(2.731)	2.629	1.938
	(47.874)	(77.706)	2.629	1.938

(b) São contratações de CCB (Cédula de Crédito Bancário) da Companhia através de suas controladas junto ao Banco Rodobens S.A. com taxas a partir de CDI + 2,88 a.a. até CDI + 3,24 a.a., com vencimento entre janeiro até fevereiro de 2025. (c) A Companhia alienou 25% das cotas sociais da participação societária no Sistema Fácil Incorporadora Imobiliária Goiânia I SPE Ltda. à Rodobens Participações S.A. (antiga Rodobens Corporativa), empresa do mesmo grupo controlador, pelo montante de R$ 56.530. O recebimento será em parcelas anuais iniciando em 31 de dezembro de 2021 e limitado a quitação até 31 de dezembro de 2039, corrigidas por 25% do CDI ao ano. A Companhia alienou as cotas sociais da participação societária de 166 subsidiárias à GVInc Participações e Gestão de Ativos Imobiliários Ltda., empresa do mesmo grupo controlador, pelo montante de R$ 175.400. O recebimento de R$ 100.000 ocorreu entre os dias 11 a 20 de dezembro de 2023 e o restante será em 5 parcelas anuais a partir de dezembro de 2024 no valor de R$ 15.080, corrigidas pelo INCC. Em 18 de março de 2024 a Companhia concluiu uma operação de cessão de crédito sem coobrigação junto a instituição financeira no montante de R$ 75.400 sem a incidência da correção monetária que será devida à Companhia, a taxa efetiva de desconto desse recebível foi de 0,9961% ao mês, o montante realizado foi de R$ 56.160. Em 28 de março de 2024 a Companhia alienou as cotas sociais da participação societária da Rodobens Incorporadora Imobiliária 363 - SPE Ltda. através da Rodobens Urbanismo Ltda. à GVInc Participações e Gestão de Ativos Imobiliários Ltda., empresa do mesmo grupo controlador, pelo montante de R$ 66.000. O recebimento ocorreu em 29 de abril de 2024 em parcela única. **12.1 Remuneração dos Administradores:** A política de remuneração para diretores estatutários e membros do Conselho de Administração tem o objetivo de atração e retenção dos melhores talentos para atuação como administradores. Os membros da Diretoria fazem jus a uma remuneração fixa e a uma remuneração variável. A remuneração fixa e variável adotada é aprovada pelo Conselho de Administração e ratificada na Assembleia Geral Ordinária. A Companhia oferece aos seus diretores um plano de participação nos resultados atrelados ao cumprimento de metas orçamentárias e metas operacionais. Os membros independentes do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal fazem jus apenas à remuneração fixa mensal, independentemente do número de convocações. Os membros do Conselho de Administração indicados pelos acionistas controladores não fazem jus a remuneração. A Companhia registrou benefícios de curto prazo a administradores, tais como despesa com remuneração de seus administradores:

Benefícios de curto prazo:

	2024	2023
Número de participantes		
Diretores Estatutários	2	2
Conselho Administração	8	7
Conselho Fiscal	4	3
Comitê Auditoria	4	3
Total	18	15
Remuneração		
Salários, bônus e outras gratificações	3.287	3.802
Rescisão de contrato de trabalho	765	-
Participação nos lucros	-	619
Benefícios	235	274
Encargos trabalhistas	659	987
Total	4.946	5.682

A Companhia não possui benefícios de rescisão de contrato de trabalho, outros benefícios de longo prazo e remuneração com base em ações.

13. Impostos correntes e diferidos: a. Impostos passivos com recolhimento diferido: O imposto de renda, a contribuição social sobre o lucro, o PIS e a COFINS diferidos são calculados tomando por base as receitas apropriadas ao resultado dos exercícios que não foram realizadas financeiramente (recebidas). O recolhimento será efetuado à medida dos respectivos recebimentos, em conformidade com o estabelecido pelo critério fiscal adotado pela Companhia. A base de apuração para os exercícios, de acordo com a legislação fiscal vigente, é como segue:

	Consolidado 2024	2023
Passivo		
Receitas reconhecidas pela evolução e não realizadas financeiramente	662.965	799.467
PIS com recolhimento diferido	1.744	1.715
COFINS com recolhimento diferido	8.058	7.926
Passivo circulante	9.802	9.641
Imposto de renda com recolhimento diferido	11.437	12.923
Contribuição social com recolhimento diferido	5.501	6.476
PIS com recolhimento diferido	629	876
COFINS com recolhimento diferido	2.905	4.046
Passivo não circulante	20.472	24.321
Resultado:		
Imposto de renda com recolhimento diferido	(830)	(160)
Contribuição social com recolhimento diferido	(199)	111
	(1.029)	(49)

b. Reconciliação do imposto de renda e da contribuição social: O imposto de renda e a contribuição social estão conciliados com a alíquota de imposto, conforme demonstrado a seguir:

	Controladora 2024	2023	Consolidado 2024	2023
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social	(141.864)	(193.748)	(120.416)	(179.005)
Imposto de renda calculado à alíquota nominal - 34%	48.234	65.874	40.941	60.862
Exclusão do resultado de equivalência patrimonial	(14.837)	(32.124)	2.142	(1.243)
Provisões ou perdas estimadas não dedutíveis	(2.391)	(1.241)	(2.391)	(1.241)
Ajuste a valor presente	248	(322)	248	(322)
Despesas indedutíveis	(1.787)	(4.845)	(1.787)	(4.845)
Outras adições e exclusões permanentes (a)	(10.240)	(14.713)	(10.240)	(14.713)
Efeito líquido das empresas tributadas pelo lucro presumido e RET	-	-	(25.931)	(41.856)
Efeito da não constituição de imposto de renda e contribuição social diferidos sobre diferenças temporárias e prejuízos fiscais	(19.227)	(12.629)	(19.227)	(12.629)
Imposto de renda e contribuição social no período	-	-	(16.245)	(15.987)
Parcela corrente	-	-	(15.216)	(15.938)
Parcela diferida	-	-	(1.029)	(49)
	-	-	(16.245)	(15.987)
Alíquota efetiva	-	-	(13%)	(9%)

(a) Outras adições são compostos por despesas operacionais e despesas financeiras e outras exclusões é composto por receita financeira. As diferenças temporárias dedutíveis, os prejuízos fiscais do imposto de renda e base negativa de contribuição social acumulados não prescrevem de acordo com a legislação tributária vigente. Ativos fiscais diferidos não foram reconhecidos com relação a estes itens, pois não é provável que lucros tributáveis futuros estejam disponíveis para que a Companhia possa utilizar os benefícios destes. O total dos prejuízos fiscais não reconhecidos do imposto de renda e base negativa de contribuição social acumulados em 31 de dezembro de 2024 na controladora e consolidado é de R$ 343.482 e R$ 343.846, respectivamente (R$ 286.935 e R$ 287.300 em 31 de dezembro de 2023, respectivamente).

14. Provisões para riscos fiscais, trabalhistas e cíveis: A Companhia e suas controladas são partes envolvidas em processos fiscais, trabalhistas e cíveis, em andamento, e está discutindo essas questões tanto na esfera administrativa como na judicial, as quais, quando aplicáveis, são amparadas por depósitos judiciais ou garantia equivalente. As provisões para as eventuais perdas decorrentes desses processos são estimadas pelo departamento jurídico da Companhia e de suas controladas, que conduz substancialmente as ações, e, eventualmente, amparada por seus assessores legais externos quando necessário.
A seguir, a movimentação dos períodos:

	Controladora 2024	2023	Consolidado 2024	2023
Cível	11.611	373	12.741	533
Trabalhista	570	82	3.187	88
	12.181	455	15.928	621

• Contingências trabalhistas tem relação principalmente à disputas por montantes em reclamação de empregados relativos a horas extras e encargos. • Contingências cíveis, os pedidos são substancialmente relacionados a danos materiais e morais (rescisão contratual, atraso na entrega das unidades e vícios construtivos).

	Controladora Cível	Trabalhista	Total	Consolidado Cível	Trabalhista	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2022	297	-	297	4.867	1.918	6.785
Provisionado no exercício	437	185	622	2.719	273	2.992
Revertido no exercício	(361)	(103)	(464)	(3.568)	(349)	(3.917)
Baixa por vendas de controladas (a)	-	-	-	(3.485)	(1.754)	(5.239)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	373	82	455	533	88	621
Provisionado no exercício (b)	11.663	582	12.245	13.634	3.471	17.105
Revertido no exercício	(425)	(94)	(519)	(1.426)	(372)	(1.798)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	11.611	570	12.181	12.741	3.187	15.928

(a) Em 31 de dezembro de 2023 a Companhia alienou as cotas sociais da participação societária de subsidiárias que detinham o montante de contingências descriminados acima. (b) Em 01 de dezembro de 2024, a Companhia revisou a política de provisões para riscos fiscais, trabalhistas e cíveis, onde a principal alteração é o valor de provisão a ser considerado em cada caso, que passou a considerar a correção monetária e juros moratórios, ou seja, será provisionado o valor total da condenação, mediante elaboração de cálculos de acordo com o índice de correção monetária, percentual de juros moratórios e período de incidência, estabelecidos em cada decisão judicial condenatória, o que ocasionou aumento do valor. Adicionalmente, de acordo com a opinião dos assessores jurídicos da Companhia e de suas controladas, existem outros processos de natureza cível, trabalhista e com grau de risco possível:

	Controladora 2024	2023	Consolidado 2024	2023
Cível	1.739	2.593	10.172	23.345
Tributário	18	-	18	-
Trabalhista	23	66	4.040	3.796
	1.780	2.659	14.230	27.141

A diretoria da Companhia e suas controladas entendem não haver riscos significativos futuros que não estejam cobertos por provisões suficientes em suas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

15. Patrimônio líquido: a. Capital social: Em 31 de dezembro de 2024 e 31 de dezembro de 2023, o capital social, totalmente subscrito e integralizado, é de R$ 512.438, dividido em 43.769.808 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal. **b. Ajustes de avaliação patrimonial:** Constituída em 28 de março de 2024 no montante de R$ 34.909 através de alienação de participação societária da RNI Incorporadora Imobiliária 363 Ltda. Essa transação realizada entre sócios conforme nota explicativa nº 1.1. **c. Reserva legal:** Constituída mediante a apropriação de 5% do lucro líquido ajustado apurado no fim de cada exercício, que não excederá 20% do capital social. **d. Reservas de retenção de lucros:** A parcela remanescente do lucro líquido, poderá ser total ou parcialmente destinada à constituição da reserva para efetivação de novos investimentos, que tem por finalidade preservar a integridade do patrimônio social, reforçando o capital social e de giro da Companhia. O limite máximo dessa reserva será de 100% do capital social. Esse saldo fica registrado na rubrica reserva de retenção de lucros. **e. Ações em tesouraria:** A Companhia possui em 31 de dezembro de 2024, em tesouraria, 1.566.757 ações ordinárias de sua própria emissão, adquiridas no mercado pelo montante de R$ 15.876 para futura alienação ou cancelamento. O valor de mercado nesta data corresponde a R$ 3.212 (R$ 2,05 por unidade de ação). **f. Distribuição de dividendos:** A parcela correspondente a, no mínimo 25% do lucro líquido, calculado sobre o saldo obtido com as deduções e acréscimos previstos no artigo 202 II e III da Lei das sociedades por ações, será distribuída aos acionistas como dividendos mínimos obrigatórios. Os lucros apurados no exercício, após a compensação de prejuízos acumulados e das destinações do resultado previstas no estatuto social e na legislação societária vigente, são colocados à disposição da Administração para reinvestimento ou destinação aos acionistas, como dividendos, na proporção de participação no capital social. Aos acionistas é assegurado um dividendo mínimo de 25% sobre o lucro líquido ao final do exercício social, depois de deduzidos os prejuízos acumulados e a constituição de reserva legal e ajustado na forma do artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações. Em 25 de abril de 2023, foi aprovado em Assembleia geral ordinária a distribuição adicional de 5% sobre o lucro líquido ajustado referente ao exercício de 2022 no valor de R$ 1.014.

	Controladora 2024	2023
Saldo inicial do ano	-	5.090
Provisão de dividendos mínimos obrigatórios	-	-
Dividendos adicionais aprovados	-	1.014
Dividendos pagos	-	(6.104)
Saldo final do ano	-	-

g. Participações não controladores: A tabela a seguir resume as informações relativas a cada uma das controladas do Grupo que tem participação material de acionistas não controladores, antes de quaisquer eliminações intra-grupo.

	Rodobens Incorporadora Imobiliária 412 - SPE Ltda.	RNI-SM Incorporadora Imobiliária 450 Ltda.	Rodobens Incorporadora Imobiliária 361 - SPE Ltda.	RNI-VEGA Incorporadora Imobiliária 479 - Vitta Vega Jardim - Ltda.	RNI Incorporadora Imobiliária 483 - SPE Ltda.	Outras controladas imateriais	Total
Percentual dos não controladores	40%	45%	40%	30%	45%		
Ativo circulante	5.835	8.792	41.663	10.339	19.716	5.467	91.812
Ativo não circulante	1.591	11.251	250	15.735	18.216	3.723	50.766
Passivo circulante	2.033	5.681	26.855	13.285	19.787	4.598	72.239
Passivo não circulante	127	4.891	652	1.846	4.555	1.287	13.358
Patrimônio Líquido	5.266	9.472	14.406	10.943	13.590	3.305	56.982
Patrimônio líquido atribuíveis aos não controladores	2.106	4.262	5.762	3.283	6.116	1.487	23.017
Receita	12.037	11.081	14.714	34.458	70.191	415	142.896
Resultado	670	668	(4.116)	508	14.362	(1.572)	10.520
Total resultado abrangente	670	668	(4.116)	508	14.362	(1.572)	10.520
Resultado alocado para os não controladores	268	301	(1.647)	152	6.463	(334)	5.203
Fluxo de caixa das atividades operacionais	(1.097)	(1.274)	1.790	152	6.463	164	6.198
Fluxo de caixa das atividades de investimento	(1.365)	(1.575)	3.437	-	-	1.390	1.887
Fluxo de caixa das atividades de financiamento	148	1.982	(7.693)	(8.742)	(7.576)	(1.123)	(23.004)
Aumento/(diminuição) líquidos de caixa e equivalentes de caixa	(2.314)	(867)	(2.466)	(8.590)	(1.113)	431	(14.919)

No exercício findo em 31 de dezembro de 2024, as alterações de participações societárias da Companhia em controladas geraram um aumento de acionistas não controladores de R$ 5.128 (R$ 262 em 31 de dezembro de 2023) e redução de acionistas não controladores de R$ 3.241 (R$ 4.301 em 31 de dezembro de 2023).

16. Prejuízo por ação: A tabela a seguir reconcilia o prejuízo/lucro e a média ponderada do valor por ação, utilizados para o cálculo do lucro líquido básico e diluído:

	Controladora 2024	2023
Prejuízo do exercício - operações continuadas	(141.864)	(193.748)
Número de ações durante o ano (mil)	42.203	42.203
Prejuízo por ação em reais - básico e diluído	(3,36147)	(4,59086)

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023, a Companhia não tinha potencial para a diluição de ações ordinárias, conforme demonstrado anteriormente. Assim o prejuízo por ação básico e diluído é equivalente.

17. Instrumentos financeiros: Gestão de capital: A Companhia administra seu capital para assegurar a continuidade de suas atividades normais, ao mesmo tempo em que maximizam o retorno a todas as partes interessadas ou envolvidas em suas operações, por meio da otimização do saldo das dívidas e do patrimônio. A estrutura de capital da Companhia é formada pelo endividamento líquido, deduzidos pelo caixa e saldos de bancos, dividido pelo seu capital social mais reservas. A Companhia não está sujeita a nenhum requerimento externo sobre o capital. A dívida líquida financeira tal como definido e utilizado pela Companhia corresponde ao endividamento bancário, menos caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras.
Índice de endividamento:

	Consolidado 2024	2023
Endividamento bancário (a)	581.903	643.029
(-) Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras	(49.581)	(94.585)
(=) Dívida líquida (A)	532.322	548.444
Patrimônio líquido (B)	291.470	461.153
Índice de endividamento líquido (A)/(B)	1,826	1,189

(a) O valor de endividamento é composto por empréstimos e financiamentos.

Demonstração dos instrumentos financeiros em suas respectivas classificações por categorias: Os principais instrumentos financeiros usualmente utilizados pela Companhia e suas controladas e operações em conjunto estão apresentados e classificados conforme a seguir:

	Nível de mensuração valor justo	Controladora 2024 Valor contábil	Valor justo	2023 Valor contábil	Valor justo
Ativo					
Aplicações financeiras	2	93	93	51	51
Ativos financeiros ao valor justo		93	93	51	51
Caixa e equivalentes de caixa		18.443	18.443	47.048	47.048
Contas receber por alienação cotas		116.066	116.066	190.147	190.147
Contas a receber por venda de terrenos		2.845	2.845	6.982	6.982
Créditos com terceiros		4.468	4.468	15.934	15.934
Outros créditos		1.474	1.474	2.813	2.813
Créditos com partes relacionadas		97.178	97.178	80.535	80.535
Ativos financeiros ao custo amortizado		240.474	240.474	343.459	343.459
Total ativo		240.567	240.567	343.510	343.510
Passivo					
Fornecedores		2.197	2.197	3.087	3.087
Empréstimos e financiamentos		341.849	360.554	279.700	295.142
Contas a pagar por aquisição de imóveis		245.101	245.101	245.101	245.101
Débitos com partes relacionadas		47.873	47.873	77.706	77.706
Outras contas a pagar		7.599	7.599	9.601	9.601
Passivos financeiros ao custo amortizado		644.619	663.324	615.195	630.637
Total passivo		644.619	663.324	615.195	630.637

	Nível de mensuração valor justo	Consolidado 2024 Valor contábil	Valor justo	2023 Valor contábil	Valor justo
Ativo					
Aplicações financeiras	2	7.955	7.955	7.291	7.291
Ativos financeiros ao valor justo		7.955	7.955	7.291	7.291
Caixa e equivalentes de caixa		41.626	41.626	87.294	87.294
Créditos perante clientes		658.038	658.038	785.027	785.027
Contas receber por alienação cotas		116.066	116.066	190.147	190.147
Contas a receber por venda de terrenos		4.927	4.927	14.440	14.440
Créditos com terceiros		13.775	13.775	18.177	18.177
Outros créditos		6.245	6.245	12.181	12.181
Créditos com partes relacionadas		9.590	9.590	4.944	4.944
Ativos financeiros ao custo amortizado		850.267	850.267	1.112.210	1.112.210
Total ativo		858.222	858.222	1.119.501	1.119.501
Passivo					
Fornecedores		32.582	32.582	51.582	51.582
Empréstimos e financiamentos		581.903	594.514	643.029	660.337
Cessão de recebíveis		61.393	61.393	83.042	83.042
Contas a pagar por aquisição de imóveis		494.766	494.766	535.471	535.471
Débitos com partes relacionadas		2.629	2.629	1.938	1.938
Outras contas a pagar		34.026	34.026	25.339	25.339
Passivos financeiros ao custo amortizado		1.207.299	1.219.910	1.340.401	1.357.709
Total passivo		1.207.299	1.219.910	1.340.401	1.357.709

Não ocorreu mensuração a valor justo de um ativo ou um passivo financeiro não baseados em dados observáveis de mercado - nível 3.

Técnicas de avaliação e dados não observáveis significativos:

Tipo	Técnica de avaliação	Entradas não observáveis significativas
Outros passivos financeiros (*)	Fluxos de caixa descontados: O modelo de avaliação considera o valor presente do pagamento esperado, descontado usando uma taxa de desconto ajustada ao risco.	Não aplicável

(*) Outros passivos financeiros incluem empréstimos e financiamentos.
Não ocorreram transferências entre níveis a serem consideradas em 31 de dezembro de 2024 e de 2023.

continua ★

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS DA RNI NEGÓCIOS IMOBILIÁRIOS S.A.
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023 ***(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)***

→ continuação

a. Mensuração do valor justo: O valor justo das contas a receber de clientes e demais contas a receber é estimado como sendo o valor presente dos fluxos de caixa futuros descontados pela taxa de mercado dos juros apurados nas datas das informações contábeis intermediárias que correspondem aos valores contábeis. Os valores contábeis referentes aos instrumentos financeiros constantes no balanço patrimonial, quando comparados com os valores que poderiam ser obtidos na sua negociação em um mercado ativo ou, na ausência destes, com o valor presente líquido ajustado com base na taxa vigente de juros no mercado, se aproximam, substancialmente, de seus correspondentes valores de mercado. Não ocorreram transferências entre níveis a serem consideradas em 31 de dezembro de 2024 e de 2023. **b. Gerenciamento dos riscos financeiros:** ***(i) Estrutura de gerenciamento de risco:*** A diretoria da Companhia e suas controladas adotam uma política de gerenciamento dos seus riscos, que considera a adoção de procedimentos que envolvem todas as suas áreas críticas, garantindo que as condições do negócio estejam livres de risco real. A Companhia, suas controladas e controladas em conjunto participam de operações envolvendo instrumentos financeiros com o objetivo de financiar suas atividades ou de aplicar seus recursos financeiros disponíveis. A administração desses riscos é realizada por meio de definição de estratégias conservadoras, visando à liquidez, rentabilidade e segurança. A política de controle consiste no acompanhamento ativo das taxas contratadas versus as vigentes no mercado. ***(ii) Risco de crédito:*** A Companhia e suas controladas restringem sua exposição a riscos de crédito associados a bancos e a aplicações financeiras, efetuando seus investimentos em instituições financeiras de grande porte. Com relação às contas a receber, a Companhia e suas controladas restringem sua exposição a riscos de crédito por meio de vendas com uma análise e avaliação dos clientes sobre a capacidade de sua capacidade de cumprir seu compromisso mitigando os riscos de crédito. Em 31 de dezembro de 2024 e de 2023, não havia nenhuma concentração de risco de crédito relevante associado a clientes. Instrumentos financeiros que potencialmente sujeitam a Companhia e suas controladas à concentração de risco de crédito consistem, principalmente, em saldo em bancos, aplicações financeiras e créditos perante clientes. O saldo de contas a receber está distribuído em diversos clientes e existe a garantia real dos imóveis correspondentes. ***(iii) Exposição a riscos de crédito:*** O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito. A exposição máxima do risco do crédito na data das informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas foram:

	Nota	Controladora 2024	Controladora 2023	Consolidado 2024	Consolidado 2023
Caixa e equivalentes de caixa	5	18.443	47.048	41.626	87.294
Aplicações financeiras	5	93	51	7.955	7.291
Créditos perante clientes	6	-	-	658.038	785.027
Contas a receber por alienação cotas	8/12	116.066	190.147	116.066	190.147
Contas a receber por venda de terrenos		2.845	6.982	4.527	14.440
Créditos com terceiros		4.468	15.934	13.775	18.177
Outros créditos		1.474	2.813	6.245	12.181
Créditos com partes relacionadas	12	97.178	80.535	9.590	4.944
		240.567	343.510	858.222	1.119.501
Circulante		34.227	73.580	403.216	488.696
Não circulante		206.340	269.930	455.006	630.805

Caixa e equivalentes de caixa: O caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras da Companhia são mantidos em instituições financeiras que possuem ratings avaliados, pelas principais agências de risco de crédito e com maior credibilidade do mercado. As notas atribuídas as estas instituições financeiras, em escala nacional, estão entre AA+ até AAA para as avaliadas pela agência Fitch Ratings, entre A+ br e AAA.br pela agência *Moody's* e entre brAA+ à AAA br pela agência S&P (*Standard & Poor's*). A Companhia considera que o seu caixa e equivalentes de caixa têm baixo risco de crédito com base nos ratings de crédito externos das contrapartes. Em 31 de dezembro de 2024, não existiu provisão para redução ao valor recuperável, devido ao alto nível de segurança destes créditos, segundo avaliação da Companhia. *Créditos perante clientes:* Com relação às contas a receber, a Companhia e suas controladas restringem sua exposição a risco de crédito por meio de vendas, considerando principalmente as características individuais de cada cliente, analisando a capacidade deste de cumprir seu compromisso mitigando os riscos. Esta análise inclui principalmente informações disponibilizadas por instituições de análise de crédito, que se baseiam em uma série de informações sobre o cliente, considerando inclusive a situação do mercado atual. O saldo de contas a receber está distribuído em diversos clientes e a garantia real dos imóveis encontra-se detalhada na nota explicativa nº 6. *Contas a receber por alienação cotas:* Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia e suas controladas avaliaram que o risco de crédito perante alienação de cotas é quase inexistente sobre o montante de R$ 90.896, pois refere-se a créditos com partes relacionadas e cotas de sociedades que a Companhia detém a posse de seus bens enquanto perdurar as negociações. Sobre o montante de R$ 25.170 que se refere a venda de duas controladas em exercícios anteriores a outras entidades, a Companhia avaliou que existe baixo risco de crédito. Embora os *ratings* externos das contrapartes estejam indisponíveis, a avaliação ocorreu perante a adimplência da contraparte, suas demonstrações financeiras e ausência de perda histórica. *Garantias:* A Companhia e suas controladas fornecem garantias financeiras apenas para obrigações próprias e de suas controladas. Até 31 de dezembro de 2024 a Companhia havia emitido garantias para determinadas instituições financeiras perante dívidas corporativas e dívidas de produção (nota explicativa nº 10), cujo valor máximo do risco de crédito se limita ao valor de cada instrumento. ***(iv) Risco de liquidez:*** Risco de liquidez é o risco em que a Companhia e suas controladas não encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Companhia na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Companhia. Nas controladas, esse risco é eliminado pela compatibilidade de prazos e fluxos de amortização entre títulos emitidos e lastros adquiridos. A Companhia e suas controladas gerenciam o risco de liquidez efetuando uma administração baseada em fluxo de caixa, mantendo a estrutura de capital sustentada por ativos financeiros, recebíveis imobiliários e estoque de unidades, o que permite um elevado grau de alavancagem. Adicionalmente, a Companhia e suas controladas monitoram os ativos e passivos para mitigar os riscos de eventuais descasamentos. Não é esperado que fluxos de caixa, incluídos nas análises de maturidade da Companhia e suas controladas possam ocorrer significantemente mais cedo ou em montantes significantemente diferentes. Os vencimentos dos instrumentos financeiros de empréstimos, financiamentos e fornecedores são conforme segue:

Controladora

31 de dezembro de 2024	2025	2026	2027	2028	após 2028	Total
Empréstimos e financiamentos	85.297	146.657	207.398	21.147	11.245	471.744
Débitos com partes relacionadas	47.873	-	-	-	-	47.873
Contas a pagar por aquisição de imóveis	640	44.003	112.452	44.003	44.003	245.101
Outras contas a pagar	7.599	-	-	-	-	7.599
Fornecedores	2.197	-	-	-	-	2.197
	143.606	190.660	319.850	65.150	55.248	774.514

Consolidado

31 de dezembro de 2024	2025	2026	2027	2028	após 2028	Total
Empréstimos e financiamentos	227.147	241.753	230.671	35.664	11.470	746.705
Cessão de recebíveis	27.311	15.826	11.275	5.857	1.124	61.393
Débitos com partes relacionadas	2.629	-	-	-	-	2.629
Contas a pagar por aquisição de imóveis	71.759	76.141	194.583	76.141	76.142	494.766
Outras contas a pagar	34.026	-	-	-	-	34.026
Fornecedores	32.582	-	-	-	-	32.582
	395.454	333.720	436.529	117.662	88.736	1.372.101

Controladora

31 de dezembro de 2023	2024	2025	2026	2027	após 2027	Total
Empréstimos e financiamentos	9.048	127.350	129.316	87.704	70.616	424.034
Débitos com partes relacionadas	77.706	-	-	-	-	77.706
Contas a pagar por aquisição de imóveis	968	43.944	112.301	43.944	43.944	245.101
Outras contas a pagar	9.601	-	-	-	-	9.601
Fornecedores	3.087	-	-	-	-	3.087
	100.410	171.294	241.617	131.648	114.560	759.529

Consolidado

31 de dezembro de 2023	2024	2025	2026	2027	após 2027	Total
Empréstimos e financiamentos	33.951	260.060	343.706	119.942	96.683	854.342
Cessão de recebíveis	28.709	19.521	16.240	11.545	7.027	83.042
Débitos com partes relacionadas	1.938	-	-	-	-	1.938
Contas a pagar por aquisição de imóveis	65.566	84.583	216.156	84.583	84.583	535.471
Outras contas a pagar	25.339	-	-	-	-	25.339
Fornecedores	51.582	-	-	-	-	51.582
	207.085	364.164	576.102	216.070	188.293	1.551.714

(v) Risco de mercado: Risco de mercado é o risco que alterações nos preços de mercado tais como taxas de juros, têm nos ganhos da Companhia e suas controladas ou no valor de suas participações em instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercados, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno. ***Risco cambial:*** Em 31 de dezembro de 2024 de 2023, a Companhia e suas controladas não possuem nenhuma exposição cambial. ***Risco de taxas de juros:*** A Companhia e suas controladas estão expostas a taxas de juros flutuantes, sendo substancialmente • Variações da taxa CDI que remunera suas aplicações financeiras. • Carteira de clientes e custos a incorrer, atualizados pelo INCC. • Carteira de clientes atualizada pelo IGPM ou pela TR, após a entrega das chaves. • A remuneração sobre os mútuos a receber contratados à taxa de 100% CDI a.a. Empréstimos contratados pela Companhia e suas controladas estão expostos as taxas conforme escrito na nota explicativa nº 10. De acordo com os riscos de taxas de juros acima, os saldos expostos estão demonstrados da seguinte forma:

Ativos financeiros	Nota	Controladora 2024	Controladora 2023	Consolidado 2024	Consolidado 2023
Caixa e equivalentes de caixa (a)	5	17.499	46.038	32.094	70.690
Aplicações financeiras	5	93	51	7.955	7.291
Créditos perante clientes	6	-	-	658.038	785.027
Contas receber por alienação cotas	8/12	116.066	190.147	116.066	190.147
Contas a receber por venda de terrenos		2.845	6.982	4.527	14.440
Créditos com partes relacionadas	12	97.178	80.535	9.590	4.944
Total		233.681	323.753	828.670	1.072.539

(a) Considerando somente as aplicações financeiras que estão classificadas como "Caixa e equivalentes de caixa", conforme Nota explicativa nº 5.

Passivos financeiros	Controladora 2024	Controladora 2023	Consolidado 2024	Consolidado 2023
Empréstimos e financiamentos	341.849	279.700	581.903	643.029
Débitos com partes relacionadas	47.873	77.706	2.629	1.938
Total	389.722	357.406	584.532	644.967

Análise de sensibilidade para exposição a taxas de juros: As tabelas a seguir demonstram a análise de sensibilidade preparada pela diretoria da Companhia e o efeito das operações:

	Cenário de perda: Queda 50%	Cenário de perda: Queda 25%	Cenário provável	Cenário de ganho: Aumento 25%	Cenário de ganho: Aumento 50%
IGP-M	2,52%	3,77%	5,03%	6,29%	7,55%
INCC	3,17%	4,75%	6,33%	7,92%	9,50%
IPCA	2,76%	4,13%	5,51%	6,89%	8,27%
CDI	6,08%	9,11%	12,15%	15,19%	18,23%
TR	0,04%	0,06%	0,08%	0,10%	0,12%

Ativos (passivos) líquidos	Efeito: Perda 50%	Efeito: Perda 25%	Resultado esperado com índice provável	Efeito: Aumento 25%	Efeito: Aumento 50%
CDI	(24.545)	(36.818)	(49.090)	(61.363)	(73.636)
INCC	2.003	3.005	4.006	5.008	6.009
IPCA	4.894	7.341	9.787	12.234	14.681
IGPM	846	1.269	1.692	2.115	2.538
TR	(38)	(57)	(76)	(95)	(115)
	(16.841)	(25.261)	(33.681)	(42.102)	(50.522)
Impacto no resultado e patrimônio líquido	16.841	8.420		(16.841)	(8.420)

(vi) Riscos operacionais: Risco operacional é o risco de prejuízos diretos ou indiretos decorrentes de uma variedade de causas associadas a processos, pessoal, tecnologia e infraestrutura da Companhia e suas controladas e de fatores externos, exceto riscos de crédito, mercado e liquidez, como aqueles decorrentes de exigências legais e regulatórias e de padrões geralmente aceitos de comportamento empresarial. O gerenciamento de riscos operacionais visa ao acompanhamento: (i) do contrato de construção, em relação ao custo máximo de obra orçado; (ii) de obras, sendo que contamos com engenheiros alocados em todos os projetos para fiscalizar os serviços prestados por mão de obra terceirizada contratada (qualidade e cronograma físico-financeiro da obra); (iii) das auditorias financeira e contábil, realizadas pelas principais empresas independentes de auditoria; (iv) de documentação e riscos jurídicos; e (v) do risco de crédito dos adquirentes de unidades mediante a gestão ativa dos recebíveis dos empreendimentos. ***Sistema de controle de riscos:*** Para conseguir administrar de forma eficiente o sistema de controle de risco, a Companhia e suas controladas exercem o controle operacional de todos os empreendimentos do seu portfólio, o que possibilita, por exemplo, diminuir o ciclo construtivo dos projetos, a fim de reduzir sua exposição de risco em relação a determinados empreendimentos. Tal redução ocorre geralmente mediante o desenvolvimento de novas tecnologias construtivas, aprimoramento e treinamento das equipes produtivas, utilização de insumos e materiais pré-processados etc. O controle de risco abrange a análise individual do risco de cada empreendimento e a análise do risco de nosso portfólio de investimentos. No modelo, são calculadas as perdas potenciais em um cenário de stress para cada empreendimento individual e para o portfólio como um todo, bem como a exposição máxima de caixa exigida pelo portfólio. ***Controle do risco de perdas:*** O risco de um novo empreendimento é calculado considerando o quanto poderá perder caso, em condições limite, decida liquidar este investimento. Para tanto, é estabelecido um preço de liquidação, o qual é possível de ser estimado somente em mercados cuja formação de preço é consistente, sendo tal consistência definida como a sensibilidade da demanda a variações de preço. A perda máxima esperada em cada projeto é calculada e é destacada uma parcela de capital próprio para suportar este risco. O risco total da Companhia e suas controladas é representado pelo somatório dos riscos individuais de cada projeto. Após o lançamento, o risco do empreendimento é reduzido na proporção da alienação das unidades. A Companhia e suas controladas buscam o máximo de eficiência para seu capital e acredita que tal eficiência é alcançada quando o somatório do risco dos projetos individuais é próximo ao total do seu capital disponível. ***Controle da exposição máxima de caixa:*** O sistema de controle de risco monitora a necessidade futura de caixa para executar os empreendimentos programados em nosso portfólio, baseando-se em estudo de viabilidade econômica de cada empreendimento, bem como na necessidade de fluxos de caixa individuais em relação ao fluxo de caixa projetado do portfólio como um todo. Esta projeção auxilia na definição de sua estratégia de financiamento e na tomada de decisões em relação a quais empreendimentos devem ser incluídos no seu portfólio. ***Atuação em mercado com liquidez:*** Por meio do conhecimento de mercado e com a ajuda de seus parceiros, a Companhia e suas controladas conseguem determinar a necessidade de novos empreendimentos em diferentes regiões, bem como a faixa de renda dos potenciais compradores a serem atendidos. Concentra os projetos de acordo com a liquidez de cada localidade geográfica, ou seja, o potencial que cada região apresenta de absorver determinada quantidade de imóveis e de responder às variações de preço. A Companhia e suas controladas não pretendem atuar em mercados em que não existam dados disponíveis nem onde não existam parceiros que detenham conhecimentos específicos sobre esses mercados. Deste modo, acredita-se reduzir o risco de seus investimentos, por atuar em regiões líquidas, com dados de mercado conhecidos, e por se associar a parceiros locais.

18. Receita líquida dos empreendimentos vendidos:

	Controladora 2024	Controladora 2023	Consolidado 2024	Consolidado 2023
Receita da incorporação imobiliária	-	8.444	734.979	714.246
Devoluções da receita bruta	(69)	(82)	(181.691)	(301.335)
Impostos incidentes sobre vendas	(17)	(3.031)	(11.976)	(12.113)
Receita operacional líquida	(86)	5.331	541.312	400.798

18.1 Informações sobre obras em andamento: O resultado das vendas imobiliárias, que engloba as receitas de vendas, os custos de terreno e de construção e os gastos inerentes à respectiva incorporação imobiliária é apropriado ao resultado utilizando o método do percentual de conclusão de cada empreendimento, sendo esse percentual mensurado em razão do custo incorrido em relação ao custo total orçado contratado para o empreendimento, em conformidade com os critérios estabelecidos no CPC 47. Os valores a receber de clientes, decorrentes das vendas de unidades em construção, são apresentados em razão do mesmo percentual de conclusão, sendo os recebimentos superiores a esses créditos a receber registrados no passivo circulante como "Adiantamento de clientes". Em decorrência do reconhecimento contábil descrito anteriormente, os saldos de receita bruta não contabilizada de transações de vendas de imóveis já contratadas, incluindo a respectiva receita financeira, e os respectivos custos a incorrer (ou compromissos de construção) não refletidos nas informações contábeis intermediárias pelas condições descritas acima, conforme aplicável, referentes a imóveis não concluídos, são como segue:

	Consolidado 2024	Consolidado 2023
Empreendimentos em construção		
(i) Receita de vendas a apropriar de unidades vendidas		
Empreendimentos em construção:		
(a) Receita de vendas contratadas	2.084.340	2.144.435
Receita de vendas apropriadas:		
Receita de vendas apropriadas	(2.100.415)	(2.093.616)
Distratos - receitas estornadas	456.564	505.840
(b) Receita de vendas apropriadas líquidas	(1.643.851)	(1.587.776)
Receita de vendas a apropriar (a+b)	440.489	556.659
(ii) Receita de indenização por distratos	480	2.534
(iii) Custo orçado a apropriar das unidades vendidas (*)		
Empreendimentos em construção:		
(a) Custo orçado	1.523.589	1.522.598
Custo incorrido:		
Custos de construção	(1.510.981)	(1.446.650)
Distratos - Custos de construção	303.803	317.893
(b) Custo incorrido líquido	(1.207.178)	(1.128.757)
Custo a incorrer das unidades vendidas (a+b)	316.411	393.841
(iv) Custo orçado a apropriar das unidades em estoque (*)		
Empreendimentos em construção:		
(a) Custo orçado	233.503	483.613
(b) Custo incorrido	(141.132)	(197.691)
Custo a incorrer das unidades em estoque (a+b)	92.371	285.922
Resultado na venda de imóveis a apropriar (i - iii)	124.078	162.818
Margem bruta estimada das vendas a apropriar	28,2%	29,2%

(*) Não considera encargos financeiros.

19. Informações sobre a natureza das despesas reconhecidas na demonstração do resultado: A Companhia e suas controladas apresentaram a demonstração do resultado utilizando uma classificação das despesas operacionais baseada na sua função. As informações sobre a natureza dessas despesas reconhecidas na demonstração do resultado são apresentadas a seguir:

	Controladora 2024	Controladora 2023	Consolidado 2024	Consolidado 2023
Custo dos empreendimentos vendidos				
Mão-de-obra	-	-	(182.981)	(143.606)
Insumos	-	(2.403)	(230.415)	(175.698)
Custo financeiro	-	(3.605)	(44.057)	(39.711)
Total	-	(6.008)	(457.453)	(359.015)
Despesas por natureza:				
Comissões	-	(80)	(33.069)	(45.718)
Marketing e propaganda	(4.937)	(8.967)	(21.192)	(30.081)
Depreciação stand de vendas	-	-	(4.604)	(2.823)
Despesas com pessoal (a)	(23.010)	(17.878)	(24.253)	(19.401)
Outros impostos e taxas	(173)	(170)	(358)	(1.293)
Serviços profissionais contratados	(3.657)	(4.253)	(4.833)	(5.946)
Viagens	(902)	(314)	(909)	(315)
Uso e consumo	(19.776)	(12.082)	(28.001)	(53.913)
Provisão para perdas esperadas	-	6.456	(9.869)	28.637
Depreciação/amortização	(1.617)	(974)	(1.617)	(978)
Total	(54.072)	(38.262)	(128.705)	(131.831)
Classificadas como:				
Comerciais e vendas	(4.937)	(9.047)	(58.865)	(78.622)
Gerais e administrativas	(49.135)	(35.671)	(59.971)	(81.846)
Provisão para perdas esperadas	-	6.456	(9.869)	28.637
Total	(54.072)	(38.262)	(128.705)	(131.831)

a. Despesas com pessoal - Benefícios a empregados:

	Controladora 2024	Controladora 2023	Consolidado 2024	Consolidado 2023
Salários, bônus e outras gratificações	(14.676)	(10.513)	(15.671)	(11.835)
Vale restaurante e alimentação	(2.181)	(2.297)	(2.181)	(2.297)
Assistência médica	(988)	(818)	(1.103)	(914)
Outros benefícios	(395)	(519)	(494)	(613)
Encargos trabalhistas	(4.770)	(3.731)	(4.804)	(3.742)
Total	(23.010)	(17.878)	(24.253)	(19.401)

Benefícios de longo prazo: A Companhia não possui benefícios de rescisão de contrato de trabalho, outros benefícios de longo prazo e remuneração com base em ações.

20. Resultado financeiro:

	Controladora 2024	Controladora 2023	Consolidado 2024	Consolidado 2023
Juros recebidos de clientes	174	1.682	13.587	12.174
Receita financeira sobre contrato de mútuo	9.028	6.368	696	738
Rendimentos de aplicações financeiras	2.074	507	5.228	4.126
Impostos	(915)	(858)	(1.543)	(1.391)
Outras receitas financeiras	10	4	23	40
Receitas financeiras	10.371	7.703	18.191	15.687
Juros/encargos	(36.768)	(64.669)	(39.663)	(81.819)
Descontos concedidos	(19.210)	(31)	(22.381)	(5.155)
Outras despesas financeiras	(69)	(755)	(13.396)	(14.107)
Despesas financeiras	(56.047)	(65.455)	(75.440)	(101.081)
Variações monetárias ativas	8.716	10.678	26.737	37.463
Variações monetárias passivas	(7.741)	(10.873)	(40.000)	(17.711)
Variações monetárias, líquidas	975	(195)	(13.263)	19.752

21. Reconciliação da dívida líquida:

Controladora

	Dívida Corporativa	Dívida Produção	Total da dívida	Caixa e equivalentes e Aplicações financeiras	Dívida líquida
Em 31 de dezembro de 2022	151.753	170.727	322.480	(6.833)	315.647
Movimentações que afetaram o fluxo de caixa				(39.759)	(39.759)
Captação de empréstimos	-	129.175	129.175	-	129.175
Pagamento de empréstimos	(13.142)	(16.621)	(29.763)	-	(29.763)
Pagamento de juros e encargos	(10.469)	(43.518)	(53.987)	-	(53.987)
Movimentações que não afetaram o fluxo de caixa					
Variações monetárias/cambiais/juros	23.853	39.020	62.873	(507)	62.366
Cessão	-	(151.078)	(151.078)	-	(151.078)
Em 31 de dezembro de 2023	151.995	127.705	279.700	(47.099)	232.601
Movimentações que afetaram o fluxo de caixa				30.637	30.637
Captação de empréstimos	200.000	50.000	250.000	-	250.000
Pagamento de empréstimos	(102.000)	(65.897)	(167.897)	-	(167.897)
Pagamento de juros e encargos	(37.926)	(16.351)	(54.277)	-	(54.277)
Movimentações que não afetaram o fluxo de caixa					
Variações monetárias/cambiais/juros	17.104	17.219	34.323	(2.074)	32.249
Em 31 de dezembro de 2024	229.173	112.676	341.849	(18.536)	323.313

Consolidado

	Dívida Corporativa	Dívida Produção	Total da dívida	Caixa e equivalentes e Aplicações financeiras	Dívida líquida
Em 31 de dezembro de 2022	183.152	467.107	650.259	(74.758)	575.501
Movimentações que afetaram o fluxo de caixa				(15.701)	(15.701)
Captação de empréstimos	-	363.864	363.864	-	363.864
Pagamento de empréstimos	(44.422)	(185.536)	(229.958)	-	(229.958)
Pagamento de juros e encargos	(12.105)	(93.305)	(105.410)	-	(105.410)
Movimentações que não afetaram o fluxo de caixa					
Variações monetárias/cambiais/juros	25.370	89.982	115.352	(4.126)	111.226
Cessão	-	(151.078)	(151.078)	-	(151.078)
Em 31 de dezembro de 2023	151.995	491.034	643.029	(94.585)	548.444
Movimentações que afetaram o fluxo de caixa				50.232	50.232
Captação de empréstimos	200.000	271.376	471.376	-	471.376
Pagamento de empréstimos	(102.000)	(409.248)	(511.248)	-	(511.248)
Pagamento de juros e encargos	(37.926)	(60.581)	(98.507)	-	(98.507)
Movimentações que não afetaram o fluxo de caixa					
Variações monetárias/cambiais/juros	17.104	60.149	77.253	(5.228)	72.025
Em 31 de dezembro de 2024	229.173	352.730	581.903	(49.581)	532.322

UMA EMPRESA RODOBENS

continua →

Eufrázio

➜ continuação

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS DA RNI NEGÓCIOS IMOBILIÁRIOS S.A.
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023 ***(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)***

22. Informações por segmento: A Companhia entende que suas atividades são separadas atualmente em incorporação (Incorporação) e loteamento (Urbanismo), dessa forma, segue informações por segmentos operacionais:

	2024			2023		
	Urbanismo	Incorporação	Total	Urbanismo	Incorporação	Total
Receita líquida dos empreendimentos vendidos	2.226	539.086	541.312	(7.023)	407.821	400.798
Custo dos empreendimentos vendidos	(4.144)	(453.309)	(457.453)	2.425	(361.440)	(359.015)
Lucro bruto	(1.918)	85.777	83.859	(4.598)	46.381	41.783
(Despesas) Receitas operacionais	(1.593)	(132.370)	(133.963)	(3.020)	(152.126)	(155.146)
Lucro/(Prejuízo) bruto antes do resultado financeiro	(3.511)	(46.593)	(50.104)	(7.618)	(105.745)	(113.363)
Receita (despesas) financeiras líquidas	(18.731)	(51.581)	(70.312)	(3.860)	(61.782)	(65.642)
Resultado antes dos impostos	(22.242)	(98.174)	(120.416)	(11.478)	(167.527)	(179.005)
Imposto de renda e contribuição social	372	(16.617)	(16.245)	(406)	(15.581)	(15.987)
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	(21.870)	(114.791)	(136.661)	(11.884)	(183.108)	(194.992)
Ativo total	86.030	1.527.857	1.613.887	244.556	1.680.123	1.924.679
Passivo total	11.637	1.310.780	1.322.417	25.592	1.437.934	1.463.526
Patrimônio líquido	74.393	217.077	291.470	218.964	242.189	461.153

a. Informações sobre os principais clientes: Em função da atividade imobiliária residencial e loteamento, a Companhia não possui, individualmente, clientes que representam mais de 10% da receita total consolidada.

23. Cobertura de seguros:

Itens	Tipo de Cobertura	Cobertura
Seguro de Construção (risco engenharia)	Garante durante o período de construção da obra, indenização decorrente de danos causados à obra, tais como: incêndio, queda de raio, roubo, dentre outras coberturas específicas de instalações e montagens no local do risco.	931.561
Seguro Garantia do Construtor	Garante ao agente financiador do empreendimento a conclusão da construção em caso de indisponibilidade técnica e financeira da Companhia.	126.290
Seguro garantia pós entrega	Garante a manutenção e resolução de problemas em obras entregue por até 5 anos, sobre os danos previstos no Código do Consumidor.	25.222
Seguro Habitacional - DFI - Danos Físicos ao Imóvel	Garante após conclusão do empreendimento, indenização decorrente de danos causados como incêndio, queda de raio, vendaval, explosão de qualquer causa, eventos de causa externa e quebra de vidros.	68.466
Seguro garantia para obras de infraestrutura	Garante a execução das obras de infraestrutura que são exigidas para os processos de licenciamento dos empreendimentos em construção.	18.276
Seguro Garantia Judicial	Garante ao beneficiário da apólice o pagamento do valor total do débito em discussão, referente a ação distribuída ou a ser distribuída perante uma das Varas Judiciais. Garantia contratada em substituição ao depósito judicial.	44.465
SEGURO RESIDENCIAL	Garante indenização à Companhia referente aos eventos cobertos ocorridos nos imóveis residenciais locados, eventos tais como danos elétricos, incêndio, queda de raio, vendaval etc.	13.030
Responsabilidade civil (Administradores)	Garante a cobertura de danos morais aos administradores da Companhia (D&O).	30.000
Seguro de automóvel	Garante indenizar à Companhia quantias decorrentes de danos aos veículos cobertos, tais como roubo, colisão, danos materiais e corporais aos passageiros.	1.091
Total		1.258.401

24. Eventos subsequentes: Em 10 de fevereiro de 2025 a Companhia alienou 100% das cotas sociais da participação societária da sua controlada RNI Incorporadora Imobiliária 449 Ltda. à GVinc Participações e Gestão de Ativos Imobiliários Ltda., empresa do mesmo grupo controlador, pelo montante de R$ 12.546, a empresa tinha como principal ativo um imóvel na cidade de São José do Rio Preto - SP. O recebimento pela alienação ocorreu integralmente em 12 de fevereiro de 2025. O motivo da operação refere-se a geração de um aporte de capital imediato, que monetiza ativos não estratégicos ao negócio, para simplificação de suas operações.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Roberto de Oliveira Lima · Waldemar Verdi Júnior · Anthonny Dias dos Santos · Milton Jorge de Miranda Hage · Alcides Lopes Tápias · Mailson Ferreira da Nóbrega · Giuliano Finimundi Verdi · Antônio Fernando Guedes

DIRETORIA EXECUTIVA

Gustavo Felix de Moraes · Rodrigo Donizete da Fonseca · Geivane da Costa Bernardino Diniz - Contadora - CRC - 1SP265715-O/5

CONSELHO FISCAL

Marco Antônio Bacchi da Silva · Roberto Lopes de Souza Junior · Guilherme Henrique Traub · Érico Sganzeria

COMITÊ DE AUDITORIA

Flávio Leme Ferreira Filho · Ricardo Pardo · Raymundo de Souza Neto · Alcides Lopes Tápias

CONSELHO FISCAL

"O Conselho Fiscal, no uso de suas atribuições legais, em reunião realizada nesta data, examinou: (i) o relatório anual da administração e as demonstrações financeiras da RNI Negócios Imobiliários S.A. relativos ao exercício social encerrado em 31/12/2024; e (ii) a proposta de destinação do prejuízo do exercício findo em 31 de dezembro de 2024. Com base nos exames efetuados, considerando ainda o parecer dos auditores independentes KPMG Auditores Independentes, os Srs. Conselheiros opinaram favoravelmente a respeito dos itens supracitados, informando, ainda, que os mesmos se encontram em condições de serem votados e aprovados pelos Srs. Acionistas na próxima Assembleia Geral Ordinária."

PARECER DO COMITÊ DE AUDITORIA

Ao Conselho de Administração da RNI Negócios Imobiliários S.A. - Os membros do Comitê de Auditoria da RNI Negócios Imobiliários S.A. ("Companhia"), abaixo assinados, dentro de suas atribuições e responsabilidades legais, procederam ao exame: (i) das Demonstrações Financeiras da Companhia; (ii) do relatório da Administração; (iii) da proposta da Administração de destinação do prejuízo do exercício findo em 31 de dezembro de 2024. Com base nos exames efetuados, nos esclarecimentos prestados pela Administração da Companhia, e considerando, ainda, o Parecer dos Auditores Independentes, concluíram que os documentos/itens mencionados acima, em todos os seus aspectos relevantes, representam adequadamente a situação econômico-financeira da Companhia. Dessa forma, os membros do Comitê de Auditoria, abaixo assinados, opinam favoravelmente ao seu encaminhamento para deliberação na Assembleia Geral Ordinária da Companhia a ser realizada em 24 de abril de 2025."

DECLARAÇÃO PARA FINS DO ARTIGO 27 DA RESOLUÇÃO nº 80/2022

Declaro, na qualidade de Diretor Presidente da RNI Negócios Imobiliários S.A., sociedade por ações com sede na Cidade de São José do Rio Preto, na Avenida Francisco das Chagas de Oliveira, nº 2500, CEP 15085-485, inscrita no CNPJ/MF nº 67.010.660/0001-24 ("Companhia"), nos termos dos incisos V e VI do parágrafo 1º do artigo 27 da Resolução nº 80, de 29 de março de 2022, conforme alterada, que juntamente com os demais diretores da Companhia: (i) revimos, discutimos e concordamos com as opiniões expressas no PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES da Companhia; e (ii) revimos, discutimos e concordamos com as DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS da Companhia referentes ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2024.

Gustavo Felix de Moraes - Diretor Presidente - Dir. Financeiro e Relação com Investidores

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Aos Administradores e acionistas da
RNI Negócios Imobiliários S.A.
São José do Rio Preto - São Paulo

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da RNI Negócios Imobiliários S.A. ("Companhia"), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da RNI Negócios Imobiliários S.A. em 31 de dezembro de 2024, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas contábeis internacionais (*IFRS Accounting Standards* - (IASB)) aplicáveis às entidades de incorporação imobiliária no Brasil, registradas na Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase - Receita de incorporação imobiliária

Conforme descrito na nota explicativa nº 2.1, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (*IFRS Accounting Standards* - (IASB)) aplicáveis às entidades de incorporação imobiliária no Brasil, registradas na CVM. Dessa forma, a determinação da política contábil adotada pela entidade, para o reconhecimento de receita nos contratos de compra e venda de unidade imobiliária não concluída, sobre os aspectos relacionados à transferência de controle, seguem o entendimento da administração da Companhia quanto a aplicação do CPC 47 - Receita de contrato com cliente (IFRS 15), alinhado com aquele manifestado pela CVM no Ofício circular CVM/SNC/SEP nº 02/2018. Nossa opinião não está ressalvada em relação a esse assunto.

Principal assunto de auditoria

Principal assunto de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foi o mais significativo em nossa auditoria do exercício corrente. Esse assunto foi tratado no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esse assunto.

Reconhecimento de receita ("POC")

Veja notas explicativas nº 2.5 (a e b), nº 3 (b) e nº 18 das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Principal assunto de auditoria	Como auditoria endereçou esse assunto
De acordo com CPC 47 - Receita de contrato com cliente (IFRS15 - *Revenue from contract with customer*) e com o entendimento manifestado pela CVM no Ofício circular /CVM/SNC/SEP/nº 02/2018 sobre a aplicação da NBC TG 47 (IFRS 15), o reconhecimento de receita da Companhia e suas controladas requer a mensuração do progresso da Companhia em relação ao cumprimento da obrigação de performance satisfeita ao longo do tempo. Tal mensuração requer o exercício de julgamento significativo pela Administração para estimar os insumos necessários para o cumprimento da obrigação de performance, tais como materiais, mão de obra e margens de lucros esperadas em cada obrigação de performance identificada. Devido à relevância, complexidade e julgamento envolvidos na determinação dos insumos necessários para o cumprimento da obrigação de performance e ao impacto que eventuais mudanças nessa estimativa teria sobre as demonstrações financeiras individuais, inclusive em função dos efeitos via equivalência patrimonial, e consolidadas da Companhia, consideramos esse assunto significativo para a nossa auditoria.	Os nossos procedimentos de auditoria incluíram, mas não se limitaram a: • Avaliamos o desenho e a efetividade dos controles chaves implementados pela Companhia e suas controladas no processo de determinação do estágio de conclusão das respectivas unidades imobiliárias e da determinação das estimativas de custos; • Inspecionamos, por meio de amostragem, as formalizações das aprovações dos orçamentos das obras em andamento, com as respectivas aprovações internas; • Confrontamos, por meio de amostragem, os custos incorridos e o valor dos contratos de venda utilizados no cálculo da receita com a respectiva documentação suporte; • Por meio de recálculo realizados na base completa da receita de incorporação imobiliária consolidada, avaliamos a natureza de mudanças significativas ocorridas na margem dos empreendimentos e no valor dos orçamentos dos custos a incorrer, assim como exceções identificadas na análise de variação do percentual de conclusão da obra ocorrida no período; • Confrontamos, por amostragem, os índices utilizados pela Companhia no cálculo da atualização das estimativas de custos a incorrer, com os respectivos índices de mercado; • Com o apoio dos nossos especialistas em avaliação patrimonial, analisamos o estágio de execução de determinada obra; • Recalculamos o reconhecimento de receita para todos os empreendimentos da Companhia e suas controladas na data-base das demonstrações financeiras considerando os relatórios gerenciais conciliados com os saldos contábeis, e • Avaliamos também as divulgações efetuadas pela Companhia. Como resultado do entendimento do desenho dos controles internos relevantes relacionados ao processo de determinação do estágio de conclusão das respectivas unidades imobiliárias e da determinação das estimativas de custos, identificamos a necessidade de melhorias dos controles internos que alteraram nossa abordagem de auditoria e, consequentemente, ampliaram a extensão de nossos procedimentos substantivos inicialmente planejados para obtermos evidências de auditoria suficiente e apropriada. Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima sumarizados, consideramos que o montante da receita e as respectivas divulgações são aceitáveis no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024.

Outros assuntos - Demonstrações do valor adicionado

As demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia, e apresentadas como informação suplementar para fins de *IFRS Accounting Standards* aplicáveis às entidades de incorporação imobiliária no Brasil, registradas na CVM, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório dos auditores

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas contábeis internacionais (*IFRS Accounting Standards* - (IASB)) aplicáveis às entidades de incorporação imobiliária no Brasil, registradas na Comissão de Valores Mobiliários (CVM), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com os requisitos éticos pertinentes, de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as ações tomadas para eliminar as ameaças ou as salvaguardas aplicadas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Ribeirão Preto - SP, 12 de março de 2025

KPMG
KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP-027666/O-5 F SP

Gustavo de Souza Matthiesen
Contador - CRC SP-293539/O-8

www.rni.com.br / ri.rni.com.br

ESTADÃO RI
A melhor multiplataforma de Relações com Investidores
Fique por dentro dos principais Fatos Relevantes das companhias de seu interesse.
SAIBA MAIS EM: ESTADAORI.ESTADAO.COM.BR
PORTAL ESTADÃO RI
ESTADÃO 150 · ESTADÃO RI · ELDORADO FM 107,3 · ESTADÃO BLUE STUDIO · AGÊNCIA ESTADO · broadcast

Eufrázio

ESTADÃO 150 ANOS

150 ANOS DE HISTÓRIA E TRADIÇÃO NO JORNALISMO PAUTADOS PELA TRANSPARÊNCIA E CREDIBILIDADE.

PUBLIQUE SEUS BALANÇOS NO ESTADÃO E GARANTA OS MELHORES RESULTADOS

O veículo mais admirado por leitores qualificados e reconhecido pelo mercado publicitário em todo o território nacional.


LÍDER EM CONTEÚDO DE ECONOMIA & NEGÓCIOS


A FORÇA DO ESTADÃO +56 MM de impactos / mês


+35 MM DE USUÁRIOS ÚNICOS


LÍDERES E FORMADORES DE OPINIÃO LEEM O ESTADÃO DIARIAMENTE



PUBLICAÇÃO SIMULTÂNEA NA PLATAFORMA DE RELAÇÕES COM INVESTIDORES

ACESSE E CONHEÇA:



CONSULTE NOSSA EQUIPE COMERCIAL: **(11) 3856-2442**

ESTADÃO 150 | ESTADÃO RI | ELDORADO FM 107.3 | ESTADÃO BLUE STUDIO | AE AGÊNCIA ESTADO | broadcast

Fontes: Portal – Google Analytics dez/24; Mídias sociais: seguidores e inscritos Estadão; Jornal: versões impresso e digital (pdf), Brasil e exterior (BDO - set/24)